



Fonte: Imagem cedida pela Câmara Municipal de Castelo Branco e depositada no Arquivo Municipal de Castelo Branco.

ATAS DO VI CONGRESSO DE HISTÓRIA LOCAL

CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS NA
CONTEMPORANEIDADE

CASTELO BRANCO 2022

FICHA TÉCNICA

Atas VI Congresso de História Local – Conceito, Práticas e Desafios na Contemporaneidade

Coordenação: Ana Paula Pires, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Diogo Ferreira, Inês José, João Francisco Pereira, João Pedro Santos, Maria Fernanda Rollo, Mariana Reis de Castro e Teresa Nunes.

Edição: HTC-NOVA FCSH/CEF-UC

Edição e revisão de texto: Catarina Pimentel Neto

ISBN 978-972-9347-65-8

Lisboa, novembro de 2024

Prefácio

A persistência da realização anual de congressos dedicados à História Local demonstra a crescente importância desta área de estudo. Estes encontros têm proporcionado um fórum vital para a partilha de investigações e para o debate de novas abordagens metodológicas, contribuindo para o avanço do conhecimento e para a valorização da História Local.

Esta obra, composta por um conjunto de artigos resultantes das mais de 100 comunicações apresentadas no VI Congresso de História Local, que teve lugar em Castelo Branco em novembro de 2022, ilustra a amplitude e a diversidade temática que caracterizam a investigação nesta área. As diferentes perspetivas e abordagens apresentadas pelos autores oferecem uma visão abrangente de diversos aspetos da História Local, desde as lutas sociais e políticas à evolução das estruturas económicas e à preservação do património cultural.

Jamile Silveira dedica o seu texto à Cachoeira de Paulo Afonso e à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, destacando a transformação da área com a intervenção estatal para a produção de energia hidrelétrica. Discute o interesse nacional e estrangeiro no Vale do São Francisco, levando à criação da CHESF e ao desenvolvimento subsequente de Paulo Afonso como a "Capital da Energia". O capítulo também se concentra nas experiências dos trabalhadores em face dos conflitos sociais durante a formação de Paulo Afonso e da "cultura fabril" criada pelo modelo de company town da CHESF.

A defesa e a resistência ao aparecimento de uma nova espacialidade eclesial: o caso da diocese de Viana do Castelo (1977) analisa a tentativa de criação da diocese de Viana do Castelo em 1977 e a resistência enfrentada. João Francisco Pereira explora o conceito de diocese como a forma mais comum de organização territorial na Igreja Católica, referindo-se ao Concílio Vaticano II e aos seus documentos sobre a organização diocesana. O texto destaca os argumentos apresentados pelos proponentes da nova diocese, que enfatizavam a necessidade de melhor administração pastoral e proximidade com as comunidades locais, e a

oposição do arcebispo de Braga, que argumentava contra a divisão da sua arquidiocese. Examina ainda a controvérsia em torno da proposta, a campanha de publicações rivais e o envolvimento da Conferência Episcopal Portuguesa, concluindo com o desfecho do processo, que resultou na rejeição da nova diocese.

Os problemas de saneamento e da higiene pública na cidade do Porto no início do século XX compõe o objeto do texto de Jorge Mota. São caracterizadas as precárias condições de saneamento que contribuíam para os surtos de doenças, destacando as preocupações levantadas pelos vereadores e a necessidade urgente de intervenção. O capítulo discute as medidas tomadas pela Câmara Municipal do Porto para enfrentar a situação, incluindo a implementação de um sistema de saneamento separado, regulamentos para a construção de casas e a implementação do serviço de recolha de lixo. Analisa o impacto da pandemia de gripe pneumónica de 1918 e a resposta das autoridades locais, incluindo medidas de quarentena, criação de hospitais de emergência e campanhas de vacinação. A investigação contribui para a reflexão sobre o papel da assistência social e os desafios enfrentados no auxílio aos mais necessitados durante a ‘pneumónica’.

Em os Benjamins da República Luís Martins examina o papel dos republicanos na província, com foco em Benjamim Nunes Leitão, um cidadão de Alcafoz, e suas ações durante a Primeira República. O capítulo usa Leitão como um estudo de caso para explorar a importância de figuras locais e regionais na promoção e consolidação do republicanismo nas áreas rurais. Analisa as atividades de Leitão, incluindo a sua participação num centro republicano, a organização de comícios e a sua eleição para cargos políticos locais. Discute também a oposição enfrentada pelos republicanos por parte dos monárquicos, incluindo atos de violência e intimidação. O capítulo conclui com uma reflexão sobre o legado dos republicanos locais e o seu contributo para a implantação e consolidação da República em Portugal.

Os municípios e a fiscalidade direta: realidades e tendências no Portugal de oitocentos é dedicado à caracterização das práticas fiscais dos municípios portugueses no que diz respeito aos impostos diretos entre 1860/61 e 1871/72.

Paulo Leitão analisa as taxas cobradas aos contribuintes para as contribuições gerais do Estado, utilizando dados de tabelas publicadas no Diário do Governo. O capítulo destaca as disparidades regionais na cobrança de impostos diretos, com os municípios do interior a apresentar maior regularidade e taxas mais altas em comparação com os do litoral. Discute a evolução da receita municipal ao longo do período, mostrando um crescimento geral, mas com níveis baixos em comparação com as grandes cidades de Lisboa, Porto e Braga. É avaliado em particular o peso dos impostos diretos e indiretos na receita total dos municípios, revelando a importância dos impostos diretos para os municípios do interior, onde o desenvolvimento das trocas era mais limitado.

Soraia Milene Carvalho apresenta um texto sobre a Travessia do Atlântico Sul: uma visão luso-brasileira do pós-Primeira Guerra Mundial. São apresentadas as perspetivas de João de Barros e António Maria de Bettencourt-Rodrigues sobre a Travessia do Atlântico Sul em 1922 e o seu significado para o luso-brasileirismo no pós-Primeira Guerra Mundial. O capítulo argumenta que ambos os autores viram a travessia como uma oportunidade para fortalecer os laços entre Portugal e o Brasil, defendendo uma maior cooperação económica, cultural e política. Discute a visão de João de Barros sobre a necessidade de revitalizar Lisboa e transformá-la num centro estratégico para as relações luso-brasileiras, explorando o potencial da cidade como um ponto de ligação entre a Europa e a América do Sul. Analisa a proposta de Bettencourt-Rodrigues para uma confederação luso-brasileira, que visa proteger os interesses de ambos os países no contexto da nova ordem internacional do pós-guerra. O capítulo explora as leituras dos autores sobre o contexto histórico do movimento luso-brasileiro e a influência da Primeira Guerra Mundial. Conclui com uma análise da importância simbólica da travessia para o reforço da identidade e cooperação luso-brasileira, destacando a visão de Lisboa como um ponto central para essa relação.

“Ó vós que em Portugal tendes corregimento destas coisas: Acudi (...)!”. A proteção patrimonial: o caso do Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança (GAMOAB) é estudado por Tiago Canhota. O capítulo começa por contextualizar a história da proteção patrimonial em Portugal, desde o século

XVIII, e destaca o papel de figuras como o Abade de Baçal na promoção do estudo e preservação do património local. Analisa a fundação do GAMOAB em 1925, destacando a sua ligação com o Museu Regional de Bragança e a influência do Abade de Baçal nesse processo. O capítulo examina os estatutos da associação, que revelam os seus objetivos de proteger, conservar e restaurar o património cultural da região, assim como promover a sua divulgação e estudo. Apresenta os fundadores e membros da direção do GAMOAB, destacando a sua importância na vida cultural da cidade e o seu contributo para a preservação do património. O capítulo discute as principais atividades do GAMOAB, incluindo a intervenção junto das autoridades locais para a proteção de monumentos, a realização de obras de restauro e a organização de exposições e outras iniciativas culturais. Conclui com uma reflexão sobre a importância do GAMOAB para a cidade de Bragança e o seu legado na área da proteção patrimonial.

A Ilha Grande, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, é o cenário para uma investigação sobre as famílias Mc Cormick e Travassos. Através de registos da Igreja Católica, jornais da época e processos do Arquivo Nacional do Brasil, Elis Crokidakis Castro reconstitui a história destes imigrantes irlandeses e portugueses que se estabeleceram na ilha no século XIX, deixando marcas que perduram até hoje, como os nomes de escolas locais. A pesquisa revela a importância da história oral e da "história a contrapelo" na recuperação da memória de comunidades que muitas vezes são marginalizadas nas narrativas oficiais.

A Banda Filarmónica de Azambuja: Uma Análise Historiográfica o foco desloca-se para o concelho de Azambuja, na Lezíria Ribatejana, e para a história da sua banda filarmónica. Neste caso, Bruno Brito questiona a narrativa oficial sobre a fundação da banda, revelando a existência de indícios que apontam para uma atividade filarmónica na vila anterior a 1861. Através da análise de periódicos como O Meu Jornal e de fontes arquivísticas, o autor demonstra a importância da pesquisa rigorosa e da crítica documental na construção de uma história local mais precisa e completa.

Fábio Emanuel Oliveira, O impacto económico-social da legislação liberal no concelho de Vila Nova de Ourém (1919-1939) O livro explora ainda o impacto económico e social da legislação liberal no concelho de Vila Nova de Ourém entre 1919 e 1939. Através da análise de fontes como o Notícias de Ourém, o censo populacional de 1920 e documentos do Arquivo Distrital de Santarém, o autor demonstra as consequências da fragmentação da propriedade rural e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores num contexto de crise económica e política.

O último texto do livro, também da autoria de Luís Martins, Republicanismo a Sul do Tejo na imprensa local 1907-1913 analisa a presença do republicanismo na imprensa local da margem Sul do Tejo entre 1907 e 1913, com foco nos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo. O capítulo utiliza a imprensa como fonte para compreender a força e vitalidade do movimento republicano na região, examinando os debates e as lutas políticas da época. Explora as três principais "questões" que mobilizavam o pensamento republicano: a religiosa, a social e a política. Analisa a "questão religiosa", destacando a importância do Registo Civil e a animosidade em relação à Igreja Católica, com base em exemplos da imprensa local. Examina a "questão social", focando-se na educação, no papel da mulher e nas reivindicações operárias, mostrando como a imprensa republicana se posicionava em relação a estes temas. Por fim, aborda a "questão política", descrevendo o conflito entre republicanos e monárquicos antes da implantação da República, e a posterior divisão entre diferentes facções republicanas, como os democráticos e os evolucionistas. Conclui com uma reflexão sobre a importância da imprensa local para a compreensão do republicanismo na margem Sul do Tejo, mostrando como esta refletia os debates, as lutas e as aspirações da época.

É devido um agradecimento à Câmara Municipal de Castelo Branco, pelo acolhimento da VI edição do Congresso de História Local, à Comissão Científica, pelo apoio na organização do evento e na revisão científica dos textos que compõem estas atas e à equipa que fez a revisão formal destes artigos.

Ana Paula Pires, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Maria Fernanda Rollo e Teresa Nunes (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC), **Diogo Ferreira** (CMS/GABPHC e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC), **Inês José e Mariana Reis de Castro** (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC e IHC – NOVA FCSH/IN2PAST), **João Francisco Pereira** (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC e CEHR-UCP), **João Pedro Santos** (IHC – NOVA FCSH/IN2PAST) e **Rúben Martins** (Professor de História do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário/FCSH-UBI).

Novembro de 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Albérico Afonso da Costa Alho (ESE/IPS e IHC-NOVA FCSH/IN2PAST)

Ana Cardoso Matos (CIDEHUS e UE)

Ana Paula Pires (HTC - NOVA FCSH/CEF-UC e Universidade Açores)

António José Queiroz (CEFi -UCP e CEPESSE)

António Ventura (FLUL)

Conceição Lopes (FLUC)

João Miguel Henriques (CMC e HTC - NOVA FCSH/CEF-UC)

Jorge Fernandes Alves (FLUP)

Manuela Tavares Ribeiro (FLUC)

Maria Conceição Meireles (FLUP)

Maria Fátima Nunes (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST e UE)

Maria Fernanda Rollo (HTC - NOVA FCSH/CEF-UC)

Maria João Raminhos Duarte (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e IHC - NOVA FCSH/IN2PAST)

Margarida Sobral Neto (FLUC)

Nuno Pousinho (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST)

Paulo Jorge Fernandes (IHC - NOVA FCSH/IN2PAST)

Paulo Miguel Rodrigues (Universidade da Madeira e HTC - NOVA FCSH/CEF-UC)

Sérgio Rezendes (HTC - NOVA FCSH/CEF-UC)

Teresa Nunes (FLUL e HTC - NOVA FCSH/CEF-UC)

Índice

| | |
|--|-----|
| Prefácio..... | 2 |
| A Travessia do Atlântico Sul nas leituras de João de Barros e de Bettencourt-Rodrigues: Lisboa e o luso-brasileirismo entre as duas margens do Atlântico (1922-1923)..... | 9 |
| Os <i>Benjamins</i> da República | 25 |
| Paulo Afonso e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1950 a 1960) | 42 |
| A Fiscalidade Municipal Em Portugal Continental Na 2ª Metade Do Século XIX .. | 59 |
| A defesa e a resistência ao aparecimento de uma nova espacialidade eclesiástica: o caso da diocese de Viana do Castelo (1977) | 88 |
| As políticas de saúde e a higiene pública na Câmara Municipal do Porto durante a Primeira República (1910-1926) | 104 |
| O impacto económico-social da legislação liberal no concelho de Vila Nova de Ourém (1919-1939) | 118 |
| A Imprensa periódica vintista na coleção do Município de Lisboa (1820-1823) . | 132 |
| Republicanismo a Sul do Tejo na imprensa local 1907-1913 | 148 |
| A Ilha Grande e a história de quem ali habitava no século XIX..... | 178 |
| “Ó vós que em Portugal tendes corregimento destas coisas: Acudi (...)!” . A proteção patrimonial: o caso do Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança (GAMOAB) | 193 |
| A Banda Filarmónica de Azambuja: Uma Análise Historiográfica | 210 |

A Travessia do Atlântico Sul nas leituras de João de Barros e de Bettencourt-Rodrigues: Lisboa e o luso-brasileirismo entre as duas margens do Atlântico (1922-1923)

Soraia Milene Carvalho (FLUL/CHUL)

Resumo

Se João de Barros (1881-1960) – um dos directores da revista *Atlantida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil* (1915-1920) – procurou a aproximação do nosso país a terras de Vera Cruz de feição a consubstanciar-se a herança de aquém mar pela via oceânica e algo de maior enlevo, certo é que o entusiasta, considerando o pendor oceânico da cidade de Lisboa, alertava, no ano seguinte à Travessia do Atlântico Sul realizada por Gago Coutinho e por Sacadura Cabral (1922), para o esquecimento que preconizava a capital em torno da dimensão assumida. Desde os “barracões do Atêro, infames e sórdidos”, ao “gasómetro” perto da Torre de Belém e ao enredo “sujo” ao redor do Terreiro do Paço, João de Barros acentuava na sua obra publicada em 1923, *Portugal, Terra do Atlântico*, a míngua sistemática daquele oceano de que a cidade das sete colinas se lhe mostrava padecente. Do Chiado à rua do Ouro, do Rossio às Avenidas Novas, o Autor dava-nos conta de uma Lisboa sem fôlego, embora os meses anteriores da Travessia, o que não perfazia as suas ânsias de outros tempos acerbados de patriotismo, à semelhança do que outros Autores da época, como António Maria de Bettencourt-Rodrigues (1854-1933).

Este último fervoroso entusiasta da aproximação do Brasil à Europa, nomeadamente, aos países latinos do Velho Continente; antigo ministro plenipotenciário em Paris durante a Grande Guerra e até à Conferência da Paz (1919), sendo ministro dos Negócios Estrangeiros durante a ditadura militar de 1926 –, que conservou uma leitura singular sobre as relações a incrementar entre Portugal e o Brasil numa lógica confederativa para preservação de uma identidade colonial portuguesa (*Prováveis Alianças e Agrupamento de Nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opiniões e Alvitres*, 1923, Lisboa, pp. 19-20). Observe-se, na visão bettencourtiana, a Travessia do Atlântico Sul foi

equacionada enquanto factor coadjuvante às relações lusa-brasileiras: “um novo rumbo” à diplomacia deveria ser analisado tendo em vista a ocasião proporcionada pelos aviadores de 1922. Neste sentido, Lisboa deveria tornar-se ponto estratégico entre as margens do oceano, sucumbindo carências comerciais através de linhas de navegação convergentes à capital.

A presente comunicação pretende apresentar as leituras de dois Autores contemporâneos ao acontecimento, analisando as lógicas de entendimento do fenómeno numa perspectiva equacionada pelo incremento do luso-brasileirismo, que na década de 1920 recebeu um novo fôlego proporcionado por diferentes factores, entre eles, o término da Grande Guerra e o enquadramento de ambos os países na nova ordem internacional nascida em Versalhes. Partindo-se de uma análise local, por Lisboa e arredores, com a finalidade de se contemplarem expectativas e percepções no referido espaço aquando da ocasião e nos momentos subsequentes.

Palavras-chave: Luso-brasileirismo; Relações Internacionais; Diplomacia; Lisboa; Atlântico Sul.

Abstract:

If João de Barros (1881-1960) – one of the magazine’s directors *Atlantida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil* (1915-1920) – sought the approximation of our country to Brazil to prove the heritage of this sea by the oceanic route and something of greater rapture, it is certain that the enthusiast, considering the oceanic inclination of Lisbon, he warned in the year after the Crossing of the South Atlantic carried out by Gago Coutinho and Sacadura Cabral (1922) about the forgetfulness assumed by this dimension. From the “sheds of Atêro, infamous and sordid”, to the “gasometer” near the Belém Tower and the “dirty” plot around Terreiro do Paço, João de Barros emphasized in his work published, in 1923, *Portugal, Terra do Atlântico*, the lack of the ocean from which the city of the seven hills was suffering. From Chiado to Rua do Ouro, from Rossio to Avenidas Novas, the Author told us of a breathless Lisbon despite the previous months of the Crossing, which did not make up for anxieties of other times steeped

in patriotism, as other Authors of the time, such as António Maria de Bettencourt-Rodrigues (1854-1933).

Bettencourt-Rodrigues was a fervent enthusiast of Brazil's rapprochement with Europe, namely, to the Latin countries of the Old Continent; former minister plenipotentiary in Paris during the Great War and until the Peace Conference (1919), being Minister of Foreign Affairs during the military dictatorship of 1926 – who preserved a singular reading of the relations to be increased between Portugal and Brazil in a confederal logic for the preservation of a Portuguese colonial identity (*Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opinião e Alvitres*, 1923, Lisbon, pp. 19-20). It should be noted that in Bettencourt's view, the Crossing of the South Atlantic was observed as a supporting factor in Luso-Brazilian relations: "a new course" for diplomacy should be analyzed in view of the occasion provided by the aviators of 1922. Lisbon should become a strategic point between the shores of the ocean, succumbing to commercial shortages through converging shipping lines to the capital. The present work presents the readings of two contemporary authors to the event, analyzing the logics of understanding the phenomenon from a perspective equated by the increase of Luso-Brazilianism that in the 1920s received a new breath provided by different factors, among them, the end of the Great War and the framing of both countries in the new international order born in Versailles. Starting from a local analysis through Lisbon and surroundings, in order to contemplate expectations and perceptions in that space at the time of the occasion and in subsequent moments.

Keywords: Luso-Brazilianism; International relations; Diplomacy; Lisbon; South Atlantic.

A Travessia do Atlântico Sul nas leituras de João de Barros e de Bettencourt-Rodrigues: Lisboa e o luso-brasileirismo entre as duas margens do Atlântico (1922-1923)

O movimento luso-brasileiro conheceu impulsos diversificados entre as duas margens do Atlântico Sul¹. Assim, “entre 1917 e 1923” intelectuais lusos e brasileiros deram um novo alento à causa², impulsionada pela Travessia Aérea realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral em 1922. Desta forma, o apanágio nas duas margens oceânicas em prol da sua ligação num período marcado pela atribulação do pós-I Guerra Mundial, nomeadamente, naquilo que respeitou à inflação internacional³, foi de certa forma galopante no período delineado. A partir desse momento, o movimento luso-brasileiro para além de pretender uma efectiva aproximação cultural, económica, comercial e política entre Brasil e Portugal – no primeiro “a má situação de câmbio”⁴ não passava despercebida aquém-Atlântico –, gerou também reflexões que nos permitem aferir ao nível da História Local, perspectivas, ideias e lógicas relacionadas com o modo pelo qual o país se encontrava, naquilo que respeitava à sua relação com o exterior e necessidades internas de que carecia. Analisando o pensamento dos republicanos portugueses, João de Barros (1881-1990) e António Maria de Bettencourt-Rodrigues (1854-1933), personalidades que ocuparam a pasta dos Negócios Estrangeiros, debruçamo-nos sobre estes aspectos. O primeiro, tendo dirigido a revista *Atlantida*⁵ com João do

¹ Vide, Szilágyi Ágnes Judit, *Az „Atlantisz-Álom” A Modernizáció és a Nacionalizmus Korában: Portugália és Brazília 1889-1930*, Tese de Doutoramento, Budapeste, 2022. Disponível online [última consulta em 27-09-2024]: [https://real-d.mtak.hu/1495/1/szilagyj.agnes.judit_8_22_tezisek%20\(1\).pdf](https://real-d.mtak.hu/1495/1/szilagyj.agnes.judit_8_22_tezisek%20(1).pdf)

² Ernesto Castro Leal, “A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX”, *Revista Estudos Filosóficos*, N.º 3, UFSJ - São João del-Rei-MG, 2009, p. 236.

³ António Sousa FRANCO, “As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis”, *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. XI, Alfragide, Ediclube, [s. d.].

⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵ *Atlantida: mensário literário e social para Portugal e Brasil*, foi uma revista luso-brasileira, dirigida por João do Rio e por João de Barros, entre 1881 e 1960. Vide, Hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa [última consulta em 15/04/2024 às 15h07m]: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/atlantida/atlantida.htm> ; Vide, Lucia Maria Paschoal Guimarães, “A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*”, *Cultura*, Centro de História da Cultura, N.º 26, Junho 2009, pp- 51-70; Lucia Maria Paschoal Guimarães; Luís Andrade; Zília Osório de Castro, *Atlantida: a invenção da comunidade luso-brasileira*, 1.ª Edição, Contracapa, Rio de Janeiro, 2013.

Rio⁶, não deixou de reparar sobre o estado em que Lisboa se encontrava⁷, saudosista de um passado colonial nos anos subsequentes à Grande Guerra; o segundo, psiquiatra que exercera em São Paulo a sua profissão por autoexílio, incrementara desde finais do século XIX, o desejo de aproximar o Brasil às Repúblicas latinas europeias⁸: lançara-se no intento em relação à França, incrementando entre Paris e São Paulo o intercâmbio de estudantes e de professores, na ânsia pela implantação da República Portuguesa em 1910. Assim, Bettencourt-Rodrigues volver-se-ia neste enredo com vista a uma diplomacia transatlântica que permitisse desenvolver a capital lusa. No pós-guerra intensificara a tese, apontando, inclusive, a estratégia de desenvolvimento da cidade lisboeta⁹. Assim, o presente trabalho debruçasse nas visões destes distintos autores que colmataram entre si um panorama relativo à Lisboa da década de 1920: entre afagos ao passado, o centenário da independência do Brasil foi entendido no intervalo geográfico e temporal, nas lacunas económicas e comerciais que colocavam a capital portuguesa, enquanto cidade arreigada de potencialidades, no foco das percepções e estratégias diplomáticas em análise.

Um breve contexto histórico: o movimento luso-brasileiro e a Travessia do Atlântico Sul de 1922

O pós-I Guerra Mundial acarretou consigo o sintoma da necessária reconfiguração dos Estados que se encontraram envolvidos numa nova ordem internacional de que a Sociedade das Nações se fez semblante e embuste¹⁰. Assim, a recuperação de lógicas enraizadas num tempo não muito longínquo, tornara-se imperativo em alguns círculos de entusiastas que passaram a pugnar de maneira mais vívida por uma aproximação entre as nações sul-americanas e as nações

⁶ Vide, Cristiane D'Ávila Lyra Almeida, *João do Rio a caminho da Atlântida: Por uma aproximação luso-brasileira*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento, 2010; Cláudia Poncioni; Viginia Camilotti (org.), *Muito d'alma – Cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros (1909-1921)*, Academia Brasileira de Letras, Editora Garamond Ltda., Rio de Janeiro, 2015.

⁷ João de Barros, *Portugal – Terra do Atlântico*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923.

⁸ Soraia Milene CARVALHO, *A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura*, [s. l.], Universidade de Lisboa, 2019.

⁹ Bettencourt-Rodrigues, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1923.

¹⁰ Margaret MacMillan, *Peacemakers*, Londres, Jonh Murray Ltd, 2002.

latinas do Velho Continente, através de projectos concebidos com vista ao intento por um conjunto amplo de diversificados autores das duas margens do Atlântico¹¹. Por outro lado, as respectivas ideias e leituras reflorescentes no desfecho da Grande Guerra, acentuavam a necessidade de (re)criação de um espaço económico e comercial concebido para que as pequenas potências alcançassem uma reconfiguração na nova ordem internacional, com oportunidade de se distanciarem das grandes e vencedoras potências internacionais. Esta tese, defendida inclusive por António Maria de Bettencourt-Rodrigues, um dos principais entusiastas da integração de Portugal numa plataforma de entendimento com o Brasil e as restantes Repúblicas da América do Sul granjeou destaque¹². A cidade de Lisboa, surgindo para o antigo diplomata em Paris¹³ como primacial nesta ordem de ideias, era perspectivada enquanto porta de entrada para a restante Europa e mereceu amplos reparos no que respeitou às possibilidades da capital portuguesa para se estreitarem os laços mercantis com as mesmas potências¹⁴. Esta concepção *bettencourtiana* inseria-se num patamar avançado, de acordo com as lógicas dos movimentos hegemónicos nacionalistas e imperais (*pan-movements*), na linha de Louis L. Snyder, os “macro-nacionalisms”. Entre estes, o *pan-lusitanismo* tecia o seu espaço, pugnando os seus autores¹⁵ pela “unity of an empire-minded people on the assumption that they had a community of interests”: fundava-se na relação de fraternidade entre as nações falantes da língua

¹¹ A exemplo, referimos, Medeiros e Albuquerque, Aldo de Cavalcanti e Melo, Duarte Velloso, ou Bettencourt-Rodrigues. Vide, Soraia Milene CARVALHO, “O projecto de diplomacia económica de Bettencourt Rodrigues no pós-Primeira Guerra Mundial”, in *Relações Internacionais*, Março de 2019, IPRI/NOVA, pp. 33-45. Disponível online [última consulta em 15/04/2024 às 17h56m]: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art04_SMC.pdf ; Luciana Lilian de MIRANDA, “Uma Confederação Luso-brasileira: entre o eloquente e o polémico (1902-1922)”, *Porangatu*, ago./dez. 2016, pp. 8-17. Disponível online [última consulta em 12/04/2024 às 09h47m]: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4982>

¹² O Autor pretendia apresentar ainda uma obra relativa à integração da Confederação Luso-Brasileira, numa outra Federação, ou a transformação da primeira, para agrupamento dos restantes Estados latinos da Europa e da América do Sul. Vide, Bettencourt-Rodrigues, *Ibidem*, p. 219 e pp. 253-257.

¹³ António Maria de Bettencourt-Rodrigues foi Ministro Plenipotenciário de Portugal em Paris, desde a ditadura de Pimenta da Castro, e até ao final de 1919, quando a delegação portuguesa enviada à Conferência da Paz, vê o chefe de delegação – então, Egas Moniz – substituído por Afonso Costa.

¹⁴ Bettencourt-Rodrigues, *Ibidem*, pp. 94.

¹⁵ Destacamos os Autores em análise, António Maria de Bettencourt-Rodrigues e João de Barros.

portuguesa e nas suas tradições e passado comum¹⁶. Neste enredo, segundo João de Barros, o estado em que a cidade lisboeta se encontrava no pós-guerra não nos causará estranheza enquanto espelho da realidade nacional: ao destacado jornalista da época, afigurava-se-lhe que Lisboa padecia a *olhos vistos* e, tal qual Luciana Lilian de Miranda acentua, ao fazer uma análise relativa aos “últimos acontecimentos das relações luso-brasileiras”, Barros na sua obra *Portugal, terra do Atlântico*, ressaltava a necessidade de “amar o Brasil como se ama Portugal”¹⁷. Esta ideia encontrava-se arraigada à superação “no essencial” da “crise internacional do ano” de 1921, trazendo o ano seguinte uma baforada de “prosperidade e rápido desenvolvimento” à “economia do Atlântico”, conjuntura favorável às leituras em análise. Destacamos, na linha de António José Telo, este período caracterizou-se, na sua duração, pela brevidade da situação benfazeja¹⁸. Em Portugal, a desvalorização da moeda como fórmula de protecção alcançou um défice imenso no ano de 1923, naquilo que respeitou ao comércio¹⁹, tornando-se urgente uma reforma que estancasse a fuga de capitais e promovesse o investimento no país: urgiam, por isso, entre muitas outras, reformas económicas, financeiras e militares, que na primeira metade da década de 1920 seriam conduzidas, refazendo-se “o xadrez político e partidário, num ritmo de mudança acelerada”²⁰, tal qual Telo aponta.

Nesta senda, os acontecimentos relativos à viagem aérea de Sacadura Cabral e de Gago Coutinho ou a viagem presidencial de António José de Almeida ao Brasil, realizadas ambas em 1922, granjearam destaque nos escritos em que nos debruçamos, sendo vislumbradas enquanto momentos propícios para o “renascimento português”²¹: conveniente, porquanto de *mãos dadas* com o seu *El-Dourado* aquando do centenário da independência da grande nação sul-americana. Neste contexto, o centenário de independência do Brasil era exaltado

¹⁶ Louis L. Snyder, *Macro-Nationalisms – A History of the Pan-Movements*, Londres, Greenwood Press; João de Barros, *Ibidem*, p. 138.

¹⁷ Cit. de João de Barros, in Luciana Lilian de MIRANDA, *Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser: a causa Luso-Brasileira em João de Barros, 1912-1922*, [s. l.], Universidade NOVA de Lisboa, 2014.

¹⁸ António José Telo, *Primeira República II – Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença.

¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹ Luciana Lilian de Miranda, *Ibidem*.

em Portugal, e o mundo observava com interesse a viagem aérea, ocupando na imprensa internacional um espaço relevante²². Em Portugal, aprofundando-se a amizade e o legado entre as duas nações, o luso-brasileirismo enquanto movimento político, social, comercial, cultural e económico, arreigou-se de um novo ímpeto que, nesta conformidade, se tornava porta-estandarte da ocasião imperdível, numa conciliação de interesses na qual a capital portuguesa teria um importante papel nas ópticas de Bettencourt-Rodrigues e de João de Barros. Por outro lado, na linha de Isabel Corrêa da Silva, o luso-brasileirismo adquiriu na década de 1920 “um certo repúdio à esterilidade idealista do *projeto luso-brasileiro*”, o que advinha do contexto externo em que Portugal se via confrontado com o seu mundo imperial e acariciava o Brasil como colónia de outrora, *bem-sucedida* naquele presente²³.

Lisboa nas visões de João de Barros e de Bettencourt-Rodrigues (1923)

As visões dos autores destacados contribuíram amplamente na difusão do movimento luso-brasileiro, com especial enfoque para o período da Grande Guerra e momentos subsequentes. Ambos entusiastas do movimento luso-brasileiro, com obras publicadas na causa, particularmente, João de Barros com o seu trabalho, “Portugal, Terra do Atlântico” (1923) e António Maria de Bettencourt-Rodrigues, “Agrupamentos e alianças de nações. A Confederação Luso-brasileira: factos, opiniões e alvitres”, dada ao público no mesmo ano, apresentaram as suas respectivas noções e ideias no âmbito do movimento que recebera novo folgo na década de 1920: Bettencourt-Rodrigues, um dos promotores mais conhecidos aquém e além Atlântico no que respeitou ao luso-brasileirismo, pretendia uma efectiva aproximação entre Portugal e o Brasil, sendo que Lisboa seria o ponto estratégico a realçar enquanto palco que serviria de entrada aos *novos latinos* – as

²² Vide, “100 anos da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul”, IDI/MNE, Arquivo e Biblioteca, Documentos e Efemérides [última consulta em 14-04-2024 às 16h10]: https://idi.mne.gov.pt/images/Documentos_e_efemerides/Travessia_Brasil/003.pdf ; https://idi.mne.gov.pt/images/Documentos_e_efemerides/Travessia_Brasil/001.pdf

²³ Isabel Corrêa da SILVA, “Da Fraternidade Republicana à Imaginação Imperial: Usos e Abusos do Luso-Brasileirismo como Discurso Político”, in *Não Nos Deixemos Petrificar: Reflexões no Centenário do Nascimento de Victor de Sá*. Disponível online [última consulta 15/04/2024 às 18h01m]: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49893/1/ICS_ICSilva_Fraternidade.pdf

nações sul-americanas – no Velho Continente. No seu ideário, entendia a aproximação luso-brasileira na necessidade primacial para sustentáculo da I República Portuguesa, com o objectivo desta medrar em termos internacionais, obedecendo às lógicas de agrupamentos de nações então em voga e que significavam, em primeiro plano para o antigo diplomata, a urgência de uma confederação republicana que atravessasse o Atlântico, oceano que dividia as nações que partilhavam uma herança política, étnica e cultural comum. Desta forma, na sua ideia, Lisboa tornar-se-ia uma plataforma de entendimento²⁴.

Salientamos, o pensamento *bettencourtiano* era vertido em favor da afamada *Confederação Luso-Brasileira* que em última instância significava uma *Commonwealth* para os povos latinos. Este autor que rebuscava ideias na Itália de Mussolini²⁵, foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal a convite de Óscar Carmona, ao tempo da ditadura militar, soçobrando a pasta entre 12 de Julho de 1926 e 9 de Novembro de 1928. Neste interregno, Bettencourt-Rodrigues referiu-se à Travessia concretizada por Sacadura Cabral (1881-1924) e por Gago Coutinho (1869-1959) – respectivamente aviador e geógrafo lusos, que se destacaram pela primeira travessia aérea realizada no Atlântico Sul –, sendo que o antigo ministro considerou o fenómeno no brilhantismo do movimento luso-brasileiro, ou seja, como o seu auge a *não perder de vista*²⁶. Por outro lado, João de Barros, figura grada do movimento, apresentou-nos na sua obra “Portugal, Terra do Atlântico”, a cidade de Lisboa no pós-Travessia, ou seja, depois da viagem dos aeronautas. E a cidade traçada por João de Barros no seu trabalho, era uma Lisboa em crise²⁷: apesar da refulgência apontada pelo entusiasta, a ideia deslumbrante da Travessia do Atlântico Sul parecia a Barros completamente ultrapassada, momentos depois da sua concretização, especialmente quando se deambulava pela cidade²⁸.

Na perspectiva destes autores, a Travessia do Atlântico Sul deveria ser aproveitava em prol da própria cidade de Lisboa: importaria, por isso, corresponder

²⁴ Bettencourt-Rodrigues, *Ibidem*.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁷ João de Barros, *Ibidem*.

²⁸ Idem, *Ibidem*.

ao intento de aproximação entre as duas margens do Atlântico Sul. Todavia, mais do que isso, o fenómeno da travessia aérea serviria de mola impulsadora para os objectivos de Portugal na nova ordem internacional nascida no pós-Grande Guerra²⁹. Desta forma, realçamos a importância do mesmo enquanto interpretação de uma outra perspectiva: compreendermos Lisboa enquanto espaço de convergência para um entendimento político, comercial e económico na leitura *bettencourtiana*, e enquanto espaço desagregado do oceano que o *banhava*, na percepção de João de Barros, fenómenos estes que urgiam solucionar sob o prisma do esvaziamento do carácter atlantista que este último reconhecia ao país³⁰. Salientamos, João de Barros observava a Travessia aérea como façanha continuadora dos intentos dos antigos navegadores³¹, revivalismo dos Descobrimientos aguçado a uma realidade desfasada; apontava mesmo Sacadura Cabral e Gago Coutinho, como os proscutores da obra de Pedro Álvares Cabral, naquilo que atendia ao patriotismo da empresa e à lógica expansionista de influência Atlântica³². No seu entender, era esta ideia que se desvanecia ao percorrer Lisboa na época adjacente ao episódio: segundo dizia, enquanto “pôrto de mar”, a cidade de Lisboa inspirava “a sensação paradoxal de se ter esquecido” da sua benesse às portas da Europa. Destacava os barracões do Aterro, os quais o jornalista apontava como “infames e sórdidos”, porque negavam à cidade a sua vocação oceânica. Por outro lado, o gasómetro constituía-se outro insulto, nesta vertente, pelo cheiro que exalava, não obstante, o desafio que colocava à própria Torre de Belém pela sua existência³³. João de Barros ia mais longe: até o Terreiro do Paço lhe parecia que pouco deixava ver ao Tejo; Lisboa era, por isso, composta por aquilo que o autor designava de “uma muralha de fealdade suja” que isolava a cidade do oceano Atlântico³⁴. De resto, João de Barros enveredou por criticar as construções lisboetas, originando “ruas estreitas”, “bêcos sem saída”, que predispunha os seus habitantes a olharem uns para os outros como martírio,

²⁹ Bettencourt-Rodrigues, *Ibidem*; João de Barros, *Ibidem*.

³⁰ João de Barros, *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Idem*, *Ibidem*.

³⁴ *Idem*, *Ibidem*.

sofrimento tal por carência de outra fórmula destinada à observação, uma vez que impossibilitados de espreitarem *quem* os banhava³⁵. Assim, a tristeza dos lisboetas era entendida pelo autor devido a este percalço: recuperando inclusive a “soturnidade”, a “melancolia”, o “desejo absurdo de sofrer” do poeta Cesário Verde, ao fim da tarde pelas ruas da capital, Barros aferia que ao se descer e subir o Chiado, na Rua do Ouro, nos cafés do Rossio, no meio do “pó” das Avenidas Novas, o mar era o elemento que faltava a Lisboa, independentemente do ponto geográfico da cidade³⁶. Contudo, ilustrava a capital lisboeta como de outrora: que se nem sempre assim fora era porque Lisboa “possuía então o mar”, tal qual destacou na sua publicação de 1923³⁷. Observe-se que a Lisboa contemporânea de Barros, aquela que descreveu como em decadência através de uma paisagem que não correspondia à vertente oceânica dos vários locais encontrados pelas suas ruas, era contraposta ao momento da Travessia do Atlântico Sul como o momento de esperança ansiado e, por outro lado, aquando da publicação da obra, esta Lisboa em crise presenceia o pensamento do redactor d’*Atlântida*: o tempo comemorativo de proximidade ao Brasil era posicionado como impulso para um pretérito futurista, num período em que Portugal experienciava as atribulações de uma Comissão de Mandatos em Genebra, casa da Sociedade das Nações, que pugnava pelo desenvolvimento das colónias e respectivas independências. Esta realidade era (des)afagada pela República, com o objectivo de causar boa impressão, apresentando o exemplo da sua congénere, a República Brasileira, separada do império há então cem anos: *bons augúrios* pretendiam-se demonstrar assim para o restante império a título de afastamento da dolorosa realidade genebrina. A almejada aproximação luso-brasileira, na linha de Zília Osório de Castro, consubstanciava-se num intento político que rebuscava a identidade latina e lusitana das duas nações como meio de convergência³⁸.

³⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁶ Idem, *Ibidem*.

³⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁸ Zília Osório de Castro, “O significado simbólico da revista *Atlântida*”, in Isabel Maria Freitas Valente (coord.), *Europa, Atlântico e o Mundo – Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, p. 250.

No que concerne ao pensamento de Bettencourt-Rodrigues sobre a Travessia do Atlântico Sul de 1922, esta fora antevista senão de feição semelhante a João de Barros naquilo que se referia à esperança de uma aproximação entre as duas margens oceânicas, que se consolidasse de maneira sustentável a longo prazo. Aproveitava, todavia, o intento para propagandear a sua ideia confederativa a partir de Lisboa, local onde, de resto, publicou a sua obra em 1923. A imagem produzida sobre o feito, na óptica *bettencourtiana* significava, de maneira primacial, que Portugal se encontrava num momento de charneira para salvaguardar os seus interesses além-Atlântico junto da República Brasileira com o objectivo de proteger simultaneamente o seu império e, naquele que seria o momento certo para celebrar as suas duas pátrias³⁹. Desta forma, Bettencourt-Rodrigues incidia a sua leitura sobre a criação de uma Confederação Luso-Brasileira que, mantendo a autonomia dos dois Estados – Portugal e Brasil –, iria abranger de feição idêntica os territórios coloniais lusos, assim que estes obtivessem a sua independência⁴⁰. Observe-se, Bettencourt-Rodrigues permitia-se a destacar que a ocasião da Travessia Aérea de 1922 era sinónima da quebra do isolamento de Portugal na nova ordem do pós-I Guerra Mundial. O diplomata advertia para que Lisboa não perdesse a oportunidade porque o Brasil havia acariciado a Travessia do Atlântico Sul, na sua óptica, de modo idêntico àquilo que aquém-Atlântico se passara⁴¹. Todavia, tal qual Gutemberg Medeiros adverte, a lusofobia acompanhara de forma crescente o ambiente das comemorações⁴². Repare-se, António Maria de Bettencourt-Rodrigues não pretendia que Portugal se aproximasse do Brasil apenas com a ideia reduzida e até falha da realidade, de um tratado comercial. O autor d’*Uma Confederação Luso-Brasileira*, percepcionava o papel de Lisboa face à restante Europa e extrapolando esta: enquanto porto de chegada e de partida ao/do Velho Continente⁴³. No seu entendimento, a Travessia

³⁹ Não esqueçamos que Bettencourt-Rodrigues se autoexilou para o Brasil em finais do século XIX, daí regressando a Portugal, mais tarde, rejeitando sempre que convidado para ocupar cargos políticos durante a I República Portuguesa e aceitando-os apenas nos momentos ditatoriais que a atravessaram.

⁴⁰ Bettencourt-Rodrigues, *Ibidem*.

⁴¹ João de Barros, *Ibidem*.

⁴² Gutemberg Medeiros, “100 anos de Atlantida: continente de letras de Brasil e Portugal”, in *Galaxia*, São Paulo, Online, N.º 32, Agosto 2016, p. 164. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016223462>

⁴³ Idem, *Ibidem*.

do Atlântico Sul era factor coadjuvante às relações luso-brasileiras, conduzindo Portugal ou pelo menos deveria permiti-lo, a “um novo rumo” diplomático proporcionado pelos aviadores de 1922⁴⁴. Mais, Lisboa deveria tornar-se ponto estratégico entre as margens do oceano, ostentando linhas de navegação que lhe permitisse suprir as carências do seu território e, em suma, do seu império colonial chamando a si o seu antigo *El Dourado*, o Brasil. Desta feita, o antigo diplomata realçava *para que não restassem dúvidas* que o projecto recaía na criação de um espaço económico-comercial e político-cultural que preservasse o império a longo prazo e lhe desse a autonomia aparente, sem causar perturbações significativas. Na sua visão, a manutenção imperial constituía-se também primacial problema da época nas nossas delegações em Genebra, não obstante as críticas que despoletavam as mais severas contradições entre os enviados portugueses à SDN. Realçamos, a matriz de pensamento *bettencourtiana* revelou-se propensa a dinamizar Lisboa nas suas perspectivas económicas e comerciais, dialogando assim com o critério urgente apontado por João de Barros: a capital, à chegada da década de 1920, encontrava-se na contingência de se revigorar, fundindo a dicotomia passado/presente.

Conclusão

Atendendo às perspectivas dialogantes de ambos os autores, se Bettencourt-Rodrigues nos apresenta um projecto em 1923 e aguardou que a sua discussão e crítica o fizesse medrar⁴⁵, João de Barros enveredou por uma lógica que parecendo distante contribuía para a compreensão inclusive do plano *bettencourtiano*: descrevendo uma Lisboa apagada, sem rumo, desacreditada de si e sem a si própria se conhecer, tal qual nos reportou tecendo considerações sobre o afastamento da cidade face ao seu pendor oceânico, certo é que Barros, considerando a ressurreição da capital lusa, fundia os seus esforços aos intentos *bettencourtianos* no Atlântico e além deste, verificando-se uma simbiose das visões dos entusiastas. Fizeram apanágio da Travessia do Atlântico Sul de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral com o pretexto de que não fosse desperdiçado,

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

inserindo-se Portugal, através de Lisboa, num contexto de relacionamento com o mundo que lhe fosse permeável à quebra do isolamento internacional a que se havia visto votado, nomeadamente, no pós-Grande Guerra – fenómeno gravativo, na época, nas leituras patrióticas dadas à estampa. Desta forma, ambas as perspectivas partem de Lisboa e a Lisboa regressam, contemplando a cidade nas suas possibilidades para que a República lusa encontrasse no pós-1919 um auxílio na sua ex-colónia, a qual ansiava por proximidade à Europa no período em análise, colmatando-se esse auxílio pelo exemplo que resultava da potencialidade do Brasil, Estado-membro da Liga das Nações. De maneira subsequente, a Travessia do Atlântico Sul servia também aos referidos autores para tecerem as suas considerações negativas em torno daquilo que significava a *dissipação* do momento a que urgia dar resposta para recolocar a capital portuguesa no mapa dos interesses de além-Atlântico, impulsionando a economia lusa. As visões explanam-se relativamente ao aproveitamento de Lisboa enquanto porta de entrada e de saída para o Velho Continente, representando as duas perspectivas o diálogo entre o local e o global, na senda do movimento então em voga, o *lusobrasileirismo*.

Referências bibliográficas

Fontes

BETTENCOURT-RODRIGUES, *Prováveis alianças e agrupamentos de nações. Uma Confederação Luso-Brasileira: factos, opiniões e alvitres*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1923.

BARROS, João de, *Portugal – Terra do Atlântico*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1923.

IDI/MNE, “100 anos da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul”, in *Documentos e Efemérides* acedido em
https://idi.mne.gov.pt/images/Documentos_e_efemerides/Travessia_Brasil/003.pdf e
https://idi.mne.gov.pt/images/Documentos_e_efemerides/Travessia_Brasil/001.pdf
df a 14/04/2024 às 16h10.

Bibliografia

ALMEIDA, Cristiane D'Avila Lyra, *João do Rio a caminho da Atlântida: Por uma aproximação luso-brasileira*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, 2010.

CARVALHO, Soraia Milene, “O projecto de diplomacia económica de Bettencourt Rodrigues no pós-Primeira Guerra Mundial”, in *Relações Internacionais*, Março de 2019, IPRI/NOVA, pp. 33-45. Disponível online [última consulta em 15/04/2024 às 17h56m]:

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri61/RI61_art04_SMC.pdf

CARVALHO, Soraia Milene, *A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura*, [s. l.], Universidade de Lisboa, 2019.

CASTRO, Zília Osório de, “O significado simbólico da revista Atlântida”, in Isabel Maria Freitas Valente (coord.), *Europa, Atlântico e o Mundo – Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 249-263.

FRANCO, António Sousa, “As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis”, *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. XI, Alfragide, Ediclube, [s. d.].

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “A luso-brasilidade e o projeto da revista Atlântida”, *Cultura*, Centro de História da Cultura, N.º 26, Junho 2009, pp- 51-70.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal Guimarães; ANDRADE, Luís; CASTRO, Zília Osório de, *Atlântida: a invenção da comunidade luso-brasileira*, 1.ª Edição, Contracapa, Rio de Janeiro, 2013.

JUDIT, Szilágyi Ágnes, *Az „Atlantisz-Álom” A Modernizáció és a Nacionalizmus Korában: Portugália és Brazília 1889-1930*, Tese de Doutorado, Budapeste, 2022. Disponível online [última consulta em 27-09-2024]: [https://real-d.mtak.hu/1495/1/szilagy.agnes.judit_8_22_tezisek%20\(1\).pdf](https://real-d.mtak.hu/1495/1/szilagy.agnes.judit_8_22_tezisek%20(1).pdf)

LEAL, Ernesto Castro Leal, “A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX”, Revista *Estudos Filosóficos*, N.º 3, UFSJ - São João del-Rei-MG, 2009, pp. 235-249. Disponível *online* [última consulta em 28-09-2024]: <https://seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2381/1653>

MACMILLAN, Margaret, *Peacemakers*, Londres, Jonh Murray Ltd, 2002.

MEDEIROS, Gutemberg, “100 anos de Atlantida: continente de letras de Brasil e Portugal”, in *Galaxia*, São Paulo, Online, N.º 32, Agosto 2016, pp. 163-175. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016223462>

MIRANDA, Luciana Lilian de, *Brasil, visão do que fomos, do que somos e do que devemos ser: a causa Luso-Brasileira em João de Barros, 1912-1922*, [s. l.], Universidade NOVA de Lisboa, 2014.

MIRANDA, Luciana Lilian de, “Uma Confederação Luso-brasileira: entre o eloquente e o polêmico (1902-1922)”, *Porangatu*, ago./dez. 2016, pp. 1-20. Disponível *online* [última consulta em 12/04/2024 às 09h47m]: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4982>

PONCIONI, Cláudia; CAMILOTTI, Viginia (org.), *Muito d'alma – Cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros (1909-1921)*, Academia Brasileira de Letras, Editora Garamond Ltda., Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Isabel Corrêa da, “Da Fraternidade Republicana à Imaginação Imperial: Usos e Abusos do Luso-Brasileirismo como Discurso Político”, in *Não Nos Deixemos Petrificar: Reflexões no Centenário do Nascimento de Victor de Sá*. Disponível *online* [última consulta 15/04/2024 às 18h01m]: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/49893/1/ICS_ICSilva_Fraternidade.pdf

SNYDER, Louis L., *Macro-Nationalisms – A History of the Pan-Movements*, Londres, Greenwood Press.

TELO, António José, *Primeira República II – Como cai um regime*, Lisboa, Editorial Presença.

Os *Benjamins* da República

Luís Martins (NOVA FCSH)

Este artigo segue as normas do antigo acordo ortográfico

Resumo

Este estudo parte do caso de um cidadão Alcafozense “anónimo”, sobre o qual obtivemos algum conhecimento quanto a episódios da sua vida, acções, sentimentos políticos e modos de actuar. Tal leva-nos a reconhecer no mesmo, as características que o permitem enquadrar na imensa rede de agentes republicanos, dispersos pelo Portugal rural de inícios do século XX – época em que agiu – que, como ficará exposto, operando de modo mais ou menos isolado, contribuíram para a difusão e consolidação do ideário e do regime republicano na província. Focando-nos numa aldeia num canto recôndito do distrito de Castelo Branco, veremos como a sua actuação se integra na referida rede, desde logo, pela sua acção educativa e proselitista, a sua oposição ou choque com os elementos das classes possidentes locais, que simbolizavam a ordem política anterior à República, ou até pelas funções de autoridade que veio a desempenhar.

Palavras-chave: Alcafozes, Republicanismo, Rural, Província, República, História Local

Abstract

This study is based on an “anonymous” citizen from Alcafozes, about whom we gathered some information regarding episodes in his life, his actions, political beliefs and ways of acting. Considering this, we were able to see in him the characteristics that allow him to fit into the network of republican agents, scattered throughout the rural Portugal at the beginning of the 20th century – the time in which he acted – who, as will be shown, operating in a more or less isolated way, contributed to the spread and consolidation of the republican ideology and regime in the rural areas. Placing our attention on a village in a remote corner of the Castelo

Branco district, we will see how the actions of this agent fit said network, either through his educational and proselytizing activities, his clash with elements of the local ruling and landowning classes, who symbolized the ancient, pre-republican political order, or even through the authority functions he came to play.

Keywords: Alcafozes, Republicanism, Rural, Province, Republic, Local History

Introdução – o “revoltado” da aldeia...

Tendo sido surpreendidos, pelas razões que veremos, com a existência e acção de um agente republicano, de nome Benjamim Nunes Leitão, no início do século XX, num canto recôndito da Beira Baixa, na aldeia de Alcafozes, concelho de Idanha-a-Nova, e considerando o desafio lançado na edição de 2022 do Congresso de História Local, no qual houve lugar a um painel exclusivamente dedicado à História Local do distrito de Castelo Branco, teremos a sua figura, como ponto de partida para uma brevíssima reflexão sobre o papel e a importância dos agentes republicanos na província e a presença do republicanismo nesta região beirã.

Tomando como ponto de partida este republicano “anónimo”, somos imediatamente remetidos para a afirmação de Maria Alice Samara, reconhecendo o valor destas personagens, ao afirmar que

«numa análise mais fina encontramos vários líderes locais e regionais que têm uma importância central para o desenvolvimento do partido numa determinada localidade ou região. Estes republicanos «locais» que deveriam ser «exemplos» de cidadania politicamente consciente, fizeram um trabalho de grande relevância, pouco referido pela historiografia, mas essencial para o fortalecimento da ideia republicana: a criação de uma rede de sociabilidades políticas, que ultrapassou os limites

geográficos da capital, permitindo (...) difusão (...) nacional do ideário republicano»⁴⁶.

Como veremos, parece-nos que Benjamim Nunes Leitão recairá neste retrato, até porque era «à sua volta que o povo se aglutinava. Mais lúcido que a maioria, arvorou-se num orientador do que, no mundo político, vinha ocorrendo»⁴⁷.

Contudo, apesar deste reconhecido papel, não nos foi fácil reunir indícios esclarecedores e precisos quanto à sua vida e acção, pelo que recorremos à obra de carácter biográfico e algo ficcionada e romanceada sobre a figura, intitulada *Um Sonho Republicano em Terras do Rei Wamba*, de Vasco dos Santos, de onde retirámos a consideração que acima acabámos de transcrever, e que foi escrita em estreita colaboração com o neto de Benjamim Nunes Leitão. Além deste recurso, adiantaremos ainda como essenciais, as conversas mantidas com descendentes da figura estudada e com outros conterrâneos seus, bem como informação sobre a mesma, dispersa na imprensa. Note-se, no entanto, que estas fontes “alternativas” deverão ser consideradas *cum grano salis*. Num caso, por não estarmos perante um trabalho propriamente historiográfico, mas, como dissemos, perante uma obra de carácter biográfico, ficcionada e algo romanceada. Já quanto ao recurso ao testemunho de descendentes e conterrâneos de Benjamim Nunes Leitão, há que ponderar, claro, o viés que uma certa ligação emocional à figura aqui em causa, poderá implicar⁴⁸.

Alcafozes circa 1910

Temporalmente, o nosso estudo situa-se em torno da implantação da República, em 5 de Outubro de 1910 ou no período imediatamente subsequente. Indubitavelmente, nos primeiros anos da Primeira República, como se depreende

⁴⁶ Maria Alice SAMARA, “O Republicanismo”, in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2011, pp. 73-74.

⁴⁷ Vasco dos Santos, *Um Sonho Republicano em Terras do Rei Wamba*, Óbidos, Sinapis Editores, 2012, p. 56.

⁴⁸ Foi inestimável a colaboração de Maria Dulce Machado e João José, bisnetos de Benjamim Nunes Leitão, merecendo também especial relevo as conversas mantidas com Luísa Gomes (que foi até sua contemporânea) ou Maria Delfina Esteves Pires Branquinho, suas conterrâneas.

das relatadas acções de Benjamim Nunes Leitão e dos demais eventos ou acções que traremos à colação.

Em termos espaciais, a nossa análise partirá da aldeia de Alcafozes, sita no sudeste da região conhecida como Beira Baixa, a cerca de 30 km de Espanha, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco, alargando-se ao restante território do mesmo, como mencionado.

Tendo presente a região de que tratamos e a cronologia em que nos movemos, procurámos perceber se Benjamim Nunes Leitão agiria isoladamente e era um caso único naquela aldeia, onde teria tido contacto com aquelas ideias, bem como a força e o impacto das mesmas naquelas latitudes. De facto, como dissemos no início deste ensaio, ficámos surpresos com a existência de alguém que em Alcafozes, agia como defensor de um ideário que se posicionava em clara oposição ao obscurantismo e analfabetismo que então ali grassava⁴⁹.

Além do mais, falamos de uma economia quase exclusivamente agrária, de latifúndio, em que os trabalhadores estão completamente submetidos aos donos das terras, para quem trabalham e às ordens de quem vivem, o que é sublinhado por Cláudia Diogo em dissertação que dedica a esta região, suportando-se em entrevistas feitas no terreno: «O latifúndio veio promover a dependência das populações, (...) Veja-se o exemplo de Idanha-a-Velha e Alcafozes: “Em Alcafozes havia a casa agrícola Franco (...) Na Granja de São Pedro era a casa Marrocos e em Idanha-a-Velha era também a casa Marrocos”»⁵⁰.

Benjamim

Não conseguimos recolher dados que nos permitam responder à questão sobre se Benjamim Nunes Leitão seria o único agente republicano no início do

⁴⁹ Maria Alice Samara, socorrendo-se dos Censos de 1911, situa o analfabetismo em 75,1% da população portuguesa da época, sendo este valor superior no Portugal rural, cf. Maria Alice Samara, *Portugal, uma retrospectiva: 1910*, vol. 6, Lisboa, Tinta da China/Público, 2019, pp. 12-13.

⁵⁰ Cláudia DIOGO, *A Reforma Agrária em Idanha-a-Nova*, Lisboa, ISCTE - IUL, 2010, pp. 27, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/3254>, consultado em 22/03/2024.

século XX em Alcafozes, porém, sabemos que este se deslocava algumas vezes a Idanha-a-Nova na companhia de alguns outros sujeitos, conforme resenhas que o jornal *Povo d'Idanha* regularmente fazia, apresentando listas dos visitantes àquela vila, nas quais algumas vezes se encontrava o seu nome⁵¹.

Não sabemos se estas visitas teriam algo a ver com o republicanismo da personagem, sendo certo que na sua “biografia romanceada” (e por isso fornecedora de informações de carácter meramente indiciário, a ler com bastante cautela, como dissemos) é feita menção a visitas a centro republicano naquela localidade, que é dado entender terem tido lugar ainda antes de 1910⁵². Contudo, não encontramos notícias de qualquer centro republicano em Idanha-a-Nova antes de 1914 e, reforçando este “desfasamento” cronológico, note-se que o jornal em que estes relatos foram publicados, e que se assumia, no subtítulo, como “semanário do Partido Republicano Português”, apenas começou a circular em 3 de Julho de 1915⁵³.

Também a origem do contacto de Benjamim Nunes Leitão com as ideias republicanas não pode ser cabalmente esclarecida. Colocando esta questão aos seus descendentes, estes suscitaram a hipótese de tal ter tido lugar em Coimbra ou Belmonte, pois, de acordo com as notas biográficas sobre a figura, organizadas por Benjamim Carvalho, seu neto, este «foi aprender o ofício de alfaiate, pensa-se para Coimbra ou Belmonte, com maior probabilidade para a 2.^a»⁵⁴. Assim, e tendo presente que a actividade propagandística republicana era extremamente activa, podemos apenas supor que o indivíduo de que tratamos (alfabetizado, note-se)

⁵¹ *Povo d'Idanha*, n.º 28, de 13/01/1916, p. 3 e n.º 70, de 07/12/1916, p. 3. Acompanhado de Francisco Chambino e de Domingos Pinheiro, também de Alcafozes.

⁵² Santos, *op. cit.*, p. 21. Recuperando quanto dissemos atrás sobre a cautela necessária que teremos que ter na leitura desta fonte.

⁵³ Lia Sá Paulo RIBEIRO, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

⁵⁴ Das notas biográficas de Benjamim Nunes Leitão, elaboradas por Benjamim Carvalho, intituladas *Alguns elementos biográficos sobre um cidadão notável de Alcafozes*, que nos foram gentilmente cedidas por Maria Dulce Machado.

teve contacto com aquelas ideias durante o período da sua aprendizagem do ofício de alfaiate, fora de Alcafozes, provavelmente em Belmonte⁵⁵.

Regressado à sua aldeia, abriu negócio de mercearia/taberna, onde se dedicava à difusão do republicanismo e à acção política e educativa sobre os seus conterrâneos. A este propósito, note-se que a actividade profissional de Benjamim Nunes Leitão, se reconduz perfeitamente à análise de Vasco Pulido Valente, segundo a qual «os republicanos da província (...) eram lojistas...», integrando-se a actividade proselitista, eventualmente desenvolvida neste espaço, no que sabemos ser a prática de leitura de jornais em voz alta nas tabernas e a função educativa, instrutiva, mas também propagandística que tal forma de sociabilidade tinha⁵⁶.

Além dos exemplos acabados de nomear, podemos encontrar mais um facto que nos permite uma ainda maior aproximação de Benjamim Nunes Leitão ao que era o paradigma do agente republicano na província – a sua designação como Regedor, após o 5 de Outubro. Efectivamente, esta movimentação administrativa vai de encontro ao raciocínio segundo o qual «quando a revolução triunfou em Lisboa, os republicanos da província esperaram naturalmente que o poder local lhes caísse do céu, isto é, de Lisboa (...) Sem dúvida que os mais «respeitáveis» foram (...) nomeados para conselhos municipais, juntas de freguesia e outros postos»⁵⁷.

⁵⁵ O seu bisneto, João José, considera bastante forte a possibilidade da ascendência judaica de Benjamim Nunes Leitão, o que se coadunaria com uma sua estada em Belmonte, onde, como se sabe, existia uma grande comunidade semita.

⁵⁶ Sobre os “republicanos da província” como lojistas, veja-se, Vasco Pulido VALENTE, "Crentes e conversos: A República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)", in *Análise Social*, XI (41), 1975, pp. 17-30. A propósito da leitura de jornais em voz alta nas taberna, veja-se A.H. de Oliveira Marques (Coord.), *Nova História de Portugal*, Vol. XI: Portugal – Da Monarquia para a República, Lisboa, Ed. Presença, 1991, p. 600 e Maria Alice Dias de Albergaria SAMARA, *As Repúblicas da República: História, cultura política e republicanismo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, p. 178, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5572>, consultado em 22/03/2024, o que deverá ser conjugado com o relatado em SANTOS, *op. cit.*, p. 57.

⁵⁷ VALENTE, *op. cit.* p. 18

Investido desta qualidade, «foi incumbido de defender a República e, como tal, os seus homens perseguiram os que se opunham à República, sobretudo (...) os grandes latifundiários», entrando a sua acção em choque com os grandes senhores locais, o que teve por consequência que «a perseguição ao ti Benjamim foi imediata e implacável, começando logo pela proibição imposta por Joaquim Franco aos seus assalariados (a maioria dos alcafozenses) de comprarem (...) no comércio do velho republicano»⁵⁸. Este antagonismo veio-se ainda a materializar na detenção e prisão de Benjamim, falsamente acusado de incendiar um barracão pertencente à casa agrícola Franco Frazão, onde estava guardada uma máquina debulhadora que ficou destruída⁵⁹.

Ora, os episódios acabados de relatar, de antagonismo entre Benjamim e “os Francos” deixa bem evidente a preponderância (e prepotência) das elites latifundiárias, o que nos leva a integrar o trabalho de Benjamim Nunes Leitão nas conclusões de Maria Alice Samara, de que «era a luta contra os caciques, contra os senhores locais (...) que assumia a centralidade» e que «o republicanismo foi também uma luta contra os senhores locais e contra o peso da igreja»⁶⁰. Assim, o antagonismo que acabámos de expor permite a conclusão espelhada no depoimento de um seu conterrâneo, segundo o qual, Benjamim «era o único que percebia e procurava alertar os habitantes, não o conseguiu, porque foi sempre impedido pelos grandes lá da terra, por processos traiçoeiros...»⁶¹.

O republicanismo no “vasto oceano de ruralidade” albicastrense

A propósito da relação entre o republicanismo e o peso da igreja (designadamente no mundo rural) somos levados a reflectir sobre a efectiva presença do mesmo na província e sobre o facto deste ser «um fenómeno maioritariamente urbano, cercado pelo que já foi chamado de um vasto oceano de

⁵⁸ *O Alcafozense*, Julho-Setembro 2010, n.º 124, p. 9 e *O Alcafozense*, Janeiro-Março 2012, n.º 130, p. 8. Esta acção contra Benjamim é relatada igualmente na obra de Vasco dos Santos de que nos temos socorrido, cf. SANTOS, *op. cit.*, p. 98.

⁵⁹ *O Alcafozense*, n.º 130, Janeiro/Março de 2012, p. 8 e *O Alcafozense*, n.º 76, Julho/Setembro de 1998.

⁶⁰ SAMARA, 2010, *op. cit.*, p. 163 e SAMARA, 2011, *op. cit.*, p. 74.

⁶¹ *O Alcafozense*, n.º 11, Abril de 1982.

ruralidade», permitindo-nos reflectir sobre uma das questões que elencámos supra, a propósito da descoberta de um agente republicano numa aldeia perdida no chamado Portugal profundo e sobre a efectiva força e impacto das ideias republicanas na Beira Baixa, e, designadamente, no distrito de Castelo Branco ⁶². De facto, «se os republicanos se mostravam capazes de captar (...) eleitores nos círculos de Lisboa, o mesmo não acontecia nas áreas em que eram maiores as influências clericais e as sociabilidades tradicionais»⁶³.

Além das referidas “influências clericais”, parece-nos de suma importância considerar a indiferença, apatia e falta de interesse pelas questões políticas que reinava no mundo rural, sendo a província descrita como «tradicionalmente católica e politicamente indiferente» e um «local alienado no quadro político nacional»⁶⁴. Além do mais, as populações rurais, não sentiriam que a sua situação de exclusão social e precariedade económica se alterasse, independentemente do regime político ou forma de governo, permanecendo, isso sim, as condições agrestes de trabalho. Como diz Miguel António Dias Santos, «a república não tinha ainda penetrado na província, republicanizando uma sociedade rural e politicamente indiferente e passiva»⁶⁵, ao contrário do que aconteceu nas cidades, vivendo-se, justamente, no «reverso da macrocefalia democrática da capital tão alheado das ideias democráticas como, no fundo, de toda a vida política nacional»⁶⁶.

⁶² SAMARA, *op. cit.*, p. 74.

⁶³ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Notícias, 2000, p. 66.

⁶⁴ Paulo Bruno Pereira Paiva ALVES, “A chegada da República à Província e o olhar da Imprensa Católica (Outubro de 1910 – Março de 1911). O caso de Viseu e do jornal diocesano *A Folha*”, in *Comunicação e educação republicanas 1910-2010*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 203-204, disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/45179/1/2011%252C%2520Ebook%2520Comunicac%25CC%25A7a%25CC%2583o%2520e%2520Educac%25CC%25A7a%25CC%2583o.pdf&ved=2ahUKewiPhq2y8oeFAXUTgP0HHfjTBXMQFnoECBUQAQ&usg=AOVaw3iM1TgepM9k8iHscg7dBlv>, consultado em 22/03/2024.

⁶⁵ Miguel António Dias SANTOS, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009 p. 36, disponível em <https://hdl.handle.net/10316/12380>, consultado em 22/03/2024.

⁶⁶ Lia Ribeiro, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 50-51.

Conjugando factores condicionantes das dinâmicas sociais na província como o domínio ou o peso dos caciques e dos “senhores das terras” sobre a população (expostas recorrendo ao caso concreto de Alcafozes e ao antagonismo entre Benjamim Nunes Leitão e a Casa Franco Frazão), a ascendência do clero sobre as populações, o obscurantismo destas (mais que não fosse por causa do elevadíssimo analfabetismo) e a apatia ou a indiferença política das populações rurais, «a imprensa republicana considerará Castelo Branco o distrito mais reaccionário do país»⁶⁷. E é na própria imprensa regional, que encontramos, já em 1913, a constatação do atraso da recepção às ideias republicanas no distrito de Castelo Branco, lendo-se n’O *Beirão* que, segundo a facção democrática dos republicanos, «a república neste distrito não faz progressos que se vejam», apontando como razão fundamental para tal, «continuarem à frente de várias repartições indivíduos afeiçoados ao velho regime, (...) prontos a fazer coisas que agradem aos velhos caciques, com quem muito bem se entendem»⁶⁸.

Parece-nos incontornável a menção a factos ocorridos no distrito albicastrense que deixam entrever a aliança entre as forças clericais e os “senhores da terra”, podendo ter contribuído para o estigma deste território como “reaccionário” (foi, aliás, a este propósito que encontramos a conclusão de António dos Santos Pereira, acima notada) – falamos de episódios conexos com as incursões couceiristas em defesa da monarquia, ocorridas em 1911 e 1912, tendo Miguel António Dias Santos posto em evidência a relação do clero com os caciques locais, deixando clara a intervenção dos primeiros como «determinante para os levantamentos das populações (...) de Penamacor e Idanha-a-Nova (...). Ao lado dos caciques Tavares Proença, Vaz Preto, Franco Frazão e outros, desenhou-se a acção de (...) catorze padres, conspirando, perorando ao povo e incitando-o ao levantamento»⁶⁹.

⁶⁷ António dos Santos Pereira, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Ed. Afrontamento, 2002, p. 155.

⁶⁸ *O Beirão*, 04/05/1913, p. 1.

⁶⁹ DIAS SANTOS, *op. cit.*, p. 75.

De facto, como Elias Martins Vaz relata em *Monsanto nas fragas do tempo – de baluarte concelhio a aldeia histórica*, nos dias 4 e 5 de Outubro de 1911, no contexto da primeira incursão de Paiva Couceiro no norte, rebeldes monárquicos (cerca de 500) vieram de Espanha (através do Rio Erges, pela zona de Segura) e concentraram-se em Monsanto, onde o padre local deveria levantar a população contra a República. Contudo, o governador civil de Castelo Branco foi alertado para estas movimentações e enviou uma força militar para a localidade, aplacando a rebelião. A este propósito, indiciando movimentações conspiratórias que envolviam vários caciques ou “grandes senhores” da mesma zona, encontramos correspondência de Zarza la Mayor (Espanha) publicada no *Notícias da Beira* em 06/08/1911 que nomeia «um sr. conde de Penha Garcia, um filho do sr. Tavares Proença, de Castelo Branco, um sr. Franco, de Alcafozes» como agentes de uma conspiração favorecida por agentes naquela localidade estremenha, visando a introdução de armas em Portugal⁷⁰.

Temos ainda conhecimento de outro ponto do distrito de Castelo Branco onde se deram factos relacionados com estas incursões, pois

«no concelho de Penamacor, algumas freguesias levantaram-se contra a república depois de “excitadas” pelos padres e caciques. Na freguesia de Aranhas, onde a população se reuniu em manifestação, falou o padre António Esteves em comício público, anunciando também a restauração da monarquia e, desfraldando uma bandeira azul e branca, apresentou-a como símbolo da pátria, que todos deviam saudar e respeitar. Terminou a alocução com saudações à monarquia, Paiva Couceiro e à valente religião e morras aos republicanos»⁷¹.

Este relato, extraído de relatório do Ministério do Interior é corroborado por depoimento de participante no referido levantamento transcrito pelo jornal *Povo*

⁷⁰ *Notícias da Beira*, 06/08/1911, n.º 352, p. 3. Teriam estas movimentações sido eventualmente preparatórias da tentativa de insurreição que acabámos de relatar?

⁷¹ *Ibidem*. Transcrevendo-se relatório do Ministério do Interior de 07/10/1911.

d'Idanha no qual destaca o papel do «valente prior de Monsanto» e a forma como Tavares Proença fez com que se «levantassem os povos de Medelim, Alcafozes, Aranhas, Salvador, (...) de Aldeia de João Pires, da Aldeia de Joanes, (...) Monfortinho, Idanha-a-Velha, Penha Garcia»⁷², «o que prova a vasta influência de Tavares Proença na região»⁷³.

Já em 1912 – no âmbito da 2.^a incursão monárquica de Paiva Couceiro – temos notícia da restauração da monarquia numa outra localidade do distrito, por acção do Pe. José Maria que «perante a notícia de que o movimento liderado por Paiva Couceiro tinha restaurado a monarquia no norte não se conteve e proclamou restaurada a monarquia em Aldeia de João Pires em clima de festa e com foguetes»⁷⁴.

Recuperando a acusação de “reaccionarismo” albicastrense, além da menção aos episódios acabados de relatar, não podemos deixar de considerar a escassez de notícias, apontamentos e relato de acontecimentos relacionados com o movimento republicano na imprensa local publicada no distrito de Castelo Branco numa cronologia próxima ao 5 de Outubro de 1910⁷⁵. Tendo, «grande parte dos jornais republicanos (...) surgido no espaço beirão apenas depois da implantação da República», sondámos os indícios de republicanismo “no terreno”, através da consulta daquelas publicações periódicas, fazendo como que um “mapeamento” da incipiente presença do ideal anti-dinástico no distrito, o que confirma a debilidade da presença republicana no mesmo, para a qual Regina Gouveia aponta, escrevendo que «nos distritos da Beira (...) não havia comissões distritais e a sua representação municipal era mais fraca nos concelhos de Castelo Branco, onde também não existia qualquer comissão paroquial»⁷⁶. De facto, só

⁷² *Povo d'Idanha*, 28/08/1915, n.º 9, p. 2. Em que é transcrito depoimento do Cap. Azevedo Lobo.

⁷³ *Povo d'Idanha*, 04/09/1915, n.º 10, p. 3., continuando a transcrição de relato e depoimento do Cap. Azevedo Lobo sobre esta matéria.

⁷⁴ M. Lopes Marcelo, *Banda Filarmónica da Aldeia de João Pires – Centenário*, Penamacor, Câmara Municipal, 2008, p. 16.

⁷⁵ Cronologia escolhida pela “proximidade” temporal com a acção da figura de que partimos, como explicado.

⁷⁶ Tudo neste capítulo, em Regina Gouveia, *A Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Mudança (1900-1930)*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012, p. 26. Não poderemos ter pretensão de exaustividade na revisão que fizemos, até porque nos apercebemos da publicação e circulação de títulos que não

encontrámos referências já tardias aqueles órgãos, bem como presenças muito pontuais de figuras ligadas ao Partido Republicano no território, e poucas menções a acções de campanha, comícios ou conferências republicanas no mesmo.

Como meros exemplos do que deixámos dito, a primeira notícia, que encontrámos, relacionada com comissões municipais (e paroquiais) republicanas data de 12/02/1911, surgindo no jornal *Voz do Povo*, da Sertã, já depois da implantação da República em Portugal⁷⁷. E meses volvidos sobre aquela primeira data, temos então conhecimento, através do *Notícias da Beira*, da existência de um Centro de Propaganda Republicana em Castelo Branco, louvando-se no mesmo número deste “semanário republicano” a visita de António José de Almeida à capital de distrito que, confirmando o que temos vindo a dizer, «há muito espera (...) a ocasião de saudar (...) a República»⁷⁸.

Ainda em termos de presença no terreno de figuras ligadas ao partido republicano, devemos mencionar o tom entusiástico que encontramos a propósito da visita de Afonso Costa a Cernache do Bonjardim em 13/04/1913 (note-se, mais de 2 anos após a implantação da República) ou do Ministro do Fomento de então a Idanha-a-Nova, já em 1915. Sabemos também, por notícia no *Voz do Povo* que o primeiro comício no concelho da Sertã só aconteceu já em 1911, em Pedrógão Pequeno⁷⁹.

Como último exemplo desta muito breve resenha às manifestações de republicanismo na imprensa publicada no distrito de Castelo Branco, não

nos foi possível encontrar. É disso exemplo o jornal *Folhas Rurais*, que sabemos ter sido publicado em Idanha-a-Nova, ao que tudo indica, logo em 1911, cuja consulta teria sido interessante.

⁷⁷ *Voz do Povo*, 12.02.1911, n.º 11, p. 3, disponível em <https://hemeroteca.cm-serta.pt/edicoes/voz-do-povo-no11-12-02-1911/>, consultado em 19/03/2024.

⁷⁸ *Notícias da Beira*, 07/05/1911, n.º 340, p. 1, disponível em <https://biblioteca.cm-castelobranco.pt/catalogo/biblioteca-digital/jornais/noticias-da-beira/1911/>, consultado em 19/03/2024.

⁷⁹ Sobre a presença de Afonso Costa em Cernache do Bonjardim, *Voz do Povo*, 20/04/1913, n.º 125, p. 1-3, disponível em <https://hemeroteca.cm-serta.pt/edicoes/voz-do-povo-no125-20-04-1913/>, consultado em 19/03/2024. Sobre a presença do Ministro do Fomento em Idanha-a-Nova, *Povo d'Idanha*, 23/10/1915, n.º 17, p. 1. A propósito do primeiro comício na Sertã, *Voz do Povo*, 30/04/1911, n.º 22, p. 1, disponível em <https://hemeroteca.cm-serta.pt/edicoes/voz-do-povo-no22-30-04-1911/>, consultado em 19/03/2024.

podemos deixar de referir a notícia de uma iniciativa que reforçará a ideia de que a organização republicana no mesmo era tímida, tendo de ser reforçada por iniciativas tomadas em Lisboa, embora em ligação com alguns agentes locais – tratou-se de reunião no Centro António José de Almeida de personalidades da Sertã e de Oleiros para «constituir na capital, uma comissão que ali secunde os esforços da comissão municipal da Sertã»⁸⁰.

Conclusão – uma rede de *Benjamins*

Considerando tudo quanto ficou exposto sobre a acção e o papel de Benjamim Nunes Leitão, não parece descabido revê-lo no retrato que Maria Alice Samara faz dos “republicanos da província”, que expusemos logo no início desta exposição. Tratava-se, de facto, de um “líder local”, exemplo de “cidadania politicamente consciente”, “essencial para o fortalecimento da ideia republicana”, contribuindo para a difusão do “ideário republicano”. Aliás, o papel e comportamento deste “republicano da província”, que foi Regedor, e que vimos ser qualificado como lúcido educador ou esclarecedor dos seus conterrâneos, levou até a considerarem a colocação de uma «placa de homenagem na casa onde ele viveu», pois «era uma forma digna de Alcafozes homenagear um republicano, um defensor do povo»⁸¹.

Considerando o epíteto de “defensor do povo”, a actuação de Benjamim Nunes Leitão integra-se na posição da República enquanto força de combate à ordem então vigente no país, e designadamente, na província, onde os “grandes senhores” exerciam o seu domínio, em aliança com o clero numa frente de defesa da monarquia e conservação do obscurantismo. Ora, foi justamente esta frente unida de senhores da terra e agentes do clero que “os Benjamins” combateram.

A dita aliança fica bem explícita, por exemplo, no conluio entre aquelas duas classes aquando das tentativas de restauração monárquica e os episódios com as

⁸⁰ *Voz do Povo*, 01/12/1910, n.º 1, p. 2, disponível em <https://hemeroteca.cm-serta.pt/edicoes/voz-do-povo-no1-01-12-1910/>, consultado em 19/03/2024.

⁸¹ *O Alcafozense*, n.º 124, Julho/Setembro de 2010.

mesmas relacionados, ocorridos na raia beirã, nos quais estavam implicados, de comum acordo, «além dos antigos apoiantes do regime monárquico e representantes das grandes famílias de proprietários (...) vários sacerdotes»⁸².

Terminamos este texto com a alusão ao que percepcionámos ter sido a tibieza da implantação do republicanismo no distrito de Castelo Branco, pela revisão que fizemos da imprensa ali publicada, na cronologia considerada, o que nos permitiu constatar a ausência (ou implantação tardia) de estruturas ligadas localmente ao PRP (como fossem centros, órgãos de imprensa ou comissões) e a escassez de acções de propaganda ou educativas no terreno, em contacto com os seus habitantes, num esforço de resgate destes ao obscurantismo, ignorância e um certo estado de apatia política. Será, assim, impossível, não nos revermos no diagnóstico de que «faltou um esforço de republicanização das províncias, mais conservadoras, e onde se esperava uma intervenção emancipadora consumada pela propaganda e pela cultura»⁸³.

Não nos parece que possamos dizer que o distrito de Castelo Branco era «intrinsecamente reaccionário», como José Miguel Sardica questiona, relativamente à Beira Interior.⁸⁴ Contudo, na cronologia aqui em causa, estamos, sem dúvida, perante um território muito pobre, sendo a sua população largamente alienada dos assuntos políticos, vítima de um pesado obscurantismo religioso e intocada pelas acções de educação e propagandísticas republicanas (que, como vimos, nem sequer abundaram, na geografia em questão). Além do mais, a região aqui em causa era dominada por uma aliança entre os grandes senhores das terras e a igreja que, ciosamente, procuravam manter ou recuperar a ordem vigente antes do 5 de Outubro de 1910, não hesitando, para tal, a pegar em armas. Era,

⁸² PEREIRA, *op. cit.*, pp. 154-155.

⁸³ DIAS SANTOS, *op. cit.*, p. 55.

⁸⁴ José Miguel SARDICA, “*António dos Santos Pereira*, O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926), Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, col. «Parlamento», n.º 11, 2002, 262 páginas”, in *Análise Social*, n.º 171, Julho 2004, Lisboa, p. 458, disponível em https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732004000300014?script=sci_arttext&pid=S0003-25732004000300014, consultado em 22/03/2024.

justamente, a esta aliança que se opunha uma autêntica rede de *Benjamins* que encarnavam a República na província.

Fontes e bibliografia

Fontes

Albicastrense (O)

Alcafozense (O)

Beirão (O)

Gazeta da Beira

Liberal

Notícias da Beira

Raiano (O)

Rebate (O)

A Pátria Nova

Povo d'Idanha

A Serra

A União

Voz do Povo

Bibliografia

ALVES, Paulo Bruno Pereira Paiva, “A chegada da República à Província e o olhar da Imprensa Católica (Outubro de 1910 – Março de 1911). O caso de Viseu e do jornal diocesano *A Folha*”, in *Comunicação e educação republicanas 1910-2010*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 203-204, disponível em <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/45179/1/2011%252C%2520Ebook%2520Comunicac%25CC%25A7a%25CC%2583o%2520e%2520Educac%25CC%25A7a%2>

[5CC%2583o.pdf&ved=2ahUKEwiPhq2y8oeFAxUTgP0HHfjTBXMQFnoECBUQAQ&u sg=AOvVaw3iM1TgepM9k8iHscg7dBlv](#), consultado em 22/03/2024.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Notícias, 2000.

DIOGO, Cláudia, *A Reforma Agrária em Idanha-a-Nova*, Lisboa, ISCTE – IUL, 2010, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/3254>, consultado em 06/01/2020.

ESTEVES, Judite Maria Nunes, *Extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/66770>, consultado em 28/03/2024.

GOUVEIA, Regina, *A Imprensa Periódica Beirã Em Tempos De Mudança (1900-1930)*, Lisboa, Fonte da Palavra, 2012.

GOUVEIA, Maria Regina Gomes, *A interacção entre o universo político e o campo da comunicação: a imprensa e as elites beirãs (1900-1930)*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2004.

MEDINA, João, *"Oh! a República!...": estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, 2002.

POUSINHO, Nuno Manuel Camejo Carriço, *Pretos e Brancos. Liberalismo e Caciquismo no distrito de Castelo Branco (1852-1910)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

RIBEIRO, Lia Sá Paulo, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011

SAMARA, Maria Alice Dias de Albergaria, *As Repúblicas da República – História, Cultura Política e Republicanismo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e

Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/5572>, consultado em 22/03/2024.

SAMARA, Maria Alice, “O republicanismo” in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, disponível em <http://hdl.handle.net/10316/12380>, consultado em 22/03/2024.

SANTOS, Vasco dos, *Um Sonho Republicano em Terras do Rei Wamba*, Óbidos, Sinapis Editores, 2012.

SARDICA, José Miguel, “António dos Santos Pereira, O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)”, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República, col. «Parlamento», n.º 11, 2002, 262 páginas”, in *Análise Social*, n.º 171, Julho 2004, Lisboa, p. 458, disponível em https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732004000300014?script=sci_arttext&pid=S0003-25732004000300014, consultado em 22/03/2024.

VALENTE, Vasco Pulido, "Crentes e conversos: A República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)", *Análise Social*, XI (41), 1975.

VAZ, Elias Martins, *Monsanto nas fragas do tempo – de baluarte concelhio a aldeia histórica*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2013.

Paulo Afonso e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1950 a 1960)

Jamile Silveira (CEIS20-FLUC/UC e Universidade do Estado da Bahia)

Resumo

O presente estudo se concentra nas experiências dos trabalhadores frente aos conflitos sociais na história da formação de Paulo Afonso-BA, conhecido como Capital da Energia, que se confunde com a trajetória da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Havia poucos moradores em casas de taipa, quando em 1945 foi criada a CHESF, a Vila – Operária e uma “cultura fabril”. Esse modelo de company town criaria uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas, ao lado de uma rígida disciplina sobre o trabalhador.

Entre as décadas de 1950 a 1970, a empresa atraiu migrantes (trabalhadores rurais, comerciantes, artesãos, etc.), a maioria sem escolaridade e de classe baixa, de diferentes regiões que se submetiam às frentes árduas de trabalho diante da grandiosidade da obra, vislumbrando uma possibilidade de melhoria nas condições de vida. Estes eram conhecidos como “Cassacos”, que abriram o caminho para as obras, quebrando pedras e barrando o fluxo do rio. Muitos morreram exercendo essas atividades. Na década de 1950, os Cassacos estavam presentes em grande parte do Nordeste, em diversas obras públicas, onde se submetiam a condições de trabalho precárias. Assim, a intenção desta pesquisa é compreender estes sujeitos na esfera do mundo do trabalho, suas experiências, memórias, práticas de produção de identidade cultural e social.

Palavras-Chave: Industrialização; Vila Operária; Trabalhadores.

Abstract

The present study focuses on the experiences of workers in the face of social conflicts in the history of the formation of Paulo Afonso-BA, known as Capital of Energy, which is intertwined with the trajectory of the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF). There were few residents in mud houses when CHESF was

created in 1945, Vila – Operária and a “factory culture”. This company town model would create an infrastructure for the circulation of goods and people, alongside strict worker discipline.

Between the 1950s and 1970s, the company attracted migrants (rural workers, traders, artisans, etc.), most of them uneducated and from the lower class, from different regions who underwent arduous work in view of the grandeur of the work, envisioning a possibility of improving living conditions. These were known as “Cassacos”, who opened the way for the works, breaking rocks and blocking the flow of the river. Many died carrying out these activities. In the 1950s, the Cassacos were present in a large part of the Northeast, in several public works, where they were subjected to precarious working conditions. Thus, the intention of this research is to understand these subjects in the world of work, their experiences, memories, practices of producing cultural and social identity.

Keywords: Industrialization; Vila Operária; Workers.

Introdução

Guerreiros que enfrentam a batalha,

Firmando os pés na terra da magia

No rosto o suor, são homens combatentes

Que tem nas mãos a força da energia⁸⁵

Esse é um trecho do hino do município Paulo Afonso - Bahia, conhecido como “Capital da Energia” no Brasil⁸⁶, que se confunde com a trajetória de implantação da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), a primeira

⁸⁵ Oscar SILVA e Vilma RODRIGUES, “Hino de Paulo Afonso”, 2003.

⁸⁶ É assim chamado por abrigar o segundo maior Complexo Hidroelétrico do Brasil.

grande empresa pública brasileira de produção de energia hidrelétrica. A objetivo do presente texto é apresentar a CHESF que, na década de 1940, inaugurou o período de amplos projetos desenvolvimentistas patrocinados por recursos estatais voltados a modernizar a região Nordeste do Brasil.

Apesar da relevância no processo de desenvolvimento nacional brasileiro, a CHESF foi pouco pesquisada. Além disto, sua trajetória e a formação de Paulo Afonso se confundem, já que o município foi criado após a instalação da empresa no local. Diante destas lacunas, o presente texto visa introduzir o leitor no cenário do Nordeste brasileiro — Paulo Afonso e a região do Vale do rio São Francisco — e suas transformações oriundas da intervenção estatal para produção de energia hidrelétrica⁸⁷.

Além da documentação diversa, utilizei a História Oral enquanto instrumento metodológico possível, por se tratar de abordagem sobre o século XX⁸⁸. Aqui, a análise das memórias é tida como reelaboração, evitando a leitura inocente destas fontes, compreendendo que apresentam um caráter *social*, no qual os indivíduos, a partir de uma apropriação singular, apresentam traços de uma experiência/memória coletiva.⁸⁹

1. A Cachoeira de Paulo Afonso e o projeto CHESF

No rio São Francisco, entre os estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, cânions e sete quedas d'água se desdobravam em uma das maiores cachoeiras do Brasil, conhecida como “Cachoeira de Paulo Afonso”. Os olhares, nacional e estrangeiro, se voltaram ao Vale no século XIX, resultando no mapeamento geo-hidrográfico do rio e em expedições científicas das mais diversas. Durante o Império, após a visita de D. Pedro II em 1859, foi produzido um conjunto de materiais iconográficos, históricos e geográficos sobre a cachoeira de Paulo

⁸⁷ A proposta surgiu em diálogo com a documentação do projeto “Um Rio de Lutas: história e memória dos movimentos sociais no submédio São Francisco (1968-1994)”.

⁸⁸ Paul Thompson, *A Voz do Passado*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 195; Silvia Petersen, *Que a união operária seja nossa pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*, Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS - Editora da UFSM, 2001, p. 26.

⁸⁹ Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006, p. 30.

Afonso, em prol da construção de uma unidade e fortalecimento do Império brasileiro. Assim, foi tecida a imagem do São Francisco enquanto o “rio da unidade nacional”, representante de uma unificação territorial brasileira que se consolidaria pelo interior e não pelo litoral.

No final do século XIX, estes relatos começam a apontar para a possibilidade de utilização das águas do São Francisco para geração de energia, com referência a Niágara Falls, entre os EUA e o Canadá.⁹⁰ As observações foram transformadas em projetos, de 1890 a 1910. Pouco tempo depois, Delmiro Gouveia, proprietário da Fábrica de Linha e Fios no povoado da Pedra (Alagoas), inicia o aproveitamento que culminou na criação da Hidrelétrica Angiquinho, primeira do rio São Francisco. O abastecimento energético no país era realizado até então por empresas privadas estrangeiras, a saber, a canadense *Brazilian Traction, Light and Power* (LIGHT) e a estadunidense *American Foreign Power Company* (AMFORP).⁹¹

Na década de 1920, diversos estudos foram desenvolvidos por engenheiros sobre o aproveitamento energético na bacia do São Francisco, concentrados no desenvolvimento hidráulico, irrigação e uso do solo. Entretanto, somente a partir de 1942, o trabalho dos engenheiros ganhou visibilidade e recursos, através do Ministro da Agricultura Apolônio Sales.

Ao mesmo tempo, na década de 1930, começaram a circular no Brasil ideias sobre políticas públicas, desenvolvimento regional e geração de energia hidrelétrica, baseadas na experiência estadunidense da TVA (*Tennessee Valley Authority*). Ressalto que, na década de 1940 a América Latina, inclusive o Brasil, foram considerados laboratório de experiências estadunidenses, que

⁹⁰ Élisée Reclus, *Estados Unidos do Brasil: Geographia, ethnographia, estatística*, Rio de Janeiro, Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1900, p. 199-200; Emmanuel Liais, “Le San Francisco ou Brésil”, In: *Bulletin de la Société de Géographie*, Cinquième série, Tome XI, Paris, Bureau de la Société, 1866, p. 390-392; Richard Francis Burton, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, Col. O Brasil visto por estrangeiros, Brasília, Senado Federal, 2001, p. 33.

⁹¹ BERMANN, Célio D., *Os Limites dos Aproveitamentos Energéticos para Fins Elétricos: Uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil*, Campinas, Tese de Doutorado da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas, 1991, p. 195.

implementavam a política de boa vizinhança, na busca por alianças e controle político e econômico destes países, intensificada no final da II Grande Guerra. Em certa medida, a política externa brasileira neste campo “do início dos anos 40 até meados da década dos 50, influenciou o desenvolvimento do setor de energia elétrica por intermédio das Missões Cooke (1942), Abbink (1948) e Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1952)”.⁹²

Foi construída no Brasil uma estabilidade política, com o apaziguamento dos conflitos entre os grupos nacionais, para o estabelecimento desse projeto. Considerando que, se “as relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais criando novas combinações originais e historicamente concretas”, ao analisar este processo entre a CHESF e a TVA, posso compreender que “uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações”.⁹³ Portanto, a partir deste jogo de políticas internacionais e das diversas Missões estadunidenses que expressamente planejaram o desenvolvimento nacional, por consentimento do governo brasileiro na década de 1940, nasce o projeto CHESF que seria a primeira grande Companhia pública do setor de energia elétrica do Brasil.

O projeto de intervenção no Vale do São Francisco, apresentado enquanto aclamação da população ribeirinha da Cachoeira de Paulo Afonso, foi tecido pelo Estado Novo varguista. O projeto CHESF foi aprovado em 1945, se tornando um dos últimos atos naquele ano assinados por Getúlio Vargas enquanto presidente do Brasil. Em 1946, já no governo de Eurico Gaspar Dutra, foi instaurada a Assembleia Constituinte, na qual os parlamentares discutiram a autorização de instalação da CHESF e sua viabilidade, principalmente financeira. As justificativas ancoradas na experiência estadunidense da TVA fizeram frente a discursos de resistência ao projeto, especialmente por representantes políticos sulistas, ao investimento

⁹² CASTRO, Nivalda J. de, *O Setor de Energia Elétrica no Brasil: A transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961)*, Rio de Janeiro, Tese de Mestrado do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985, p. 128.

⁹³ Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 42.

estatal para andamento das obras no Nordeste. Apesar dos questionamentos, as obras continuaram, pois para o governo Dutra, à altura, a CHESF incorporava a imagem antes atribuída ao rio São Francisco e a cachoeira de Paulo Afonso, de possível integração nacional, que unificaria a região Nordeste ao ritmo do restante do país em desenvolvimento.

2. Trabalhadores entre o rural e o urbano na Capital da Energia

Em 1948, o cenário rural do sertão nordestino se agitava com a chegada de toneladas de material importado, para a construção da Usina Piloto, e os trabalhadores viram sua rotina se modificar radicalmente. Muitos consideravam a empresa como possibilidade de trabalho, e se submetiam às funções árduas em prol da grandiosidade do projeto.

A CHESF foi constituída na pequena vila “Forquilha”, do lado baiano da cachoeira de Paulo Afonso. Com efeito, a configuração urbana projetada para o local não fugia a regra do que aconteceu em outras cidades estruturadas em torno de fábricas no mundo, correspondendo ao padrão *Company Town*. Neste, é criada uma infraestrutura para circulação de bens e pessoas, aliada a mecanismos que possibilitem uma rígida disciplina sobre o trabalhador. Desse modo, existia uma determinação clara dos papéis sociais dos trabalhadores em todos os ambientes: no trabalho, nas moradias, nos locais de lazer, nas instituições educacionais etc. Além disto, a empresa é a proprietária dos imóveis, dos equipamentos públicos e responsável pela vida social fora do ambiente de trabalho.

No caso de Paulo Afonso, a propriedade da *company town* era da CHESF. Foi estabelecido pela empresa uma espécie de governo local, de modo que a sua intervenção pode ter proporcionado uma relação de dominação e dependência junto à população devido ao seu poder governamental. O município foi emancipado somente em 1958 e, além disto, a Companhia repassou os poderes administrativos da *company town* à prefeitura apenas no início do século XXI.

Foram construídos alojamentos para os funcionários solteiros e três vilas: para os engenheiros, altos funcionários e para famílias de operários na área

conhecida por “Acampamento CHESF”.⁹⁴ Os trabalhadores mais graduados, como os engenheiros, tinham o bairro próprio, o General Dutra, na Vila Residencial. Neste estava o Clube Paulo Afonso de melhor estrutura física. Na Vila Operária, as moradias eram específicas — casa tipo C, D, E e O — de acordo com a função exercida na empresa. Os operários estavam destinados a frequentar o Clube Operário, de estrutura modesta. A mesma separação ocorreu nas estruturas escolares.

Os que conseguiram ingressar na CHESF passaram pelo processo de adaptação imposto pelo sistema organizacional da Companhia alterando o cotidiano do migrante operário, que saía do trabalho rural e ingressava de imediato nas fileiras do trabalho urbano, assalariado. Se antes viviam da produção agrícola para subsistência, ou comércio dos produtos nas Feiras da região, passaram a uma dinâmica fabril, com horas controladas, remuneração por salário, sociabilidade urbana disciplinada e aquisição de alimentos por meio da compra. A transformação destas relações é perceptível nos relatos sobre a dinâmica de trabalho:

“A CHESF para mim foi uma segunda mãe. Foi quem acabou de me criar. Eu entrei e faltava dois meses para os dezoito anos. Entrei para uma sala de máquina e a gente entrava 6 horas da manhã e saía 9 para 10 horas da noite. Em 81 metros de profundidade. Nunca tive um acidente. Os nossos companheiros eram um bocado de irmão. Tudo era gente pacato. Tudo gente que saiu da roça para trabalhar na CHESF, para bater marreta, para cavar de picareta. Eu entrei para usina para apertar parafuso em sala de máquina. [...]. Eu cheguei lá e me deram um papel para eu responder o nome do meu pai, o nome da minha mãe, o meu nome, uma conta de somar e outra de subtrair, a data, a data de nascimento. Eu escrevi tudo direitinho e entreguei ao cara e ele disse:

⁹⁴ Antônio Galdino da Silva, *De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros*, Paulo Afonso, Fonte Viva, 2014.

*Bixo! Passa para ali, tú é engenheiro! (risos) Era um negócio engraçado, era tão bom...*⁹⁵

No início das obras, quase todos que chegavam à Paulo Afonso encontravam trabalho na empresa. Posteriormente, entre 1950 e 1960, foram introduzidos alguns métodos de seleção, no qual se perguntava o grau de escolaridade, a experiência de trabalho e até traçavam uma distância para um teste de carregamento de pedras, pois já havia uma necessidade de rejeitar grande parte dos candidatos. Era política da CHESF o custo mínimo com mão-de-obra. Dos 95% dos operários contratados, a maior parte não tinha qualificação para o trabalho e eram da região, alguns de Maceió, Aracaju e João Pessoa, e uma pequena parte de Recife e Salvador. A maioria era constituída de pessoas pobres.⁹⁶

Os “cassacos”, que também residiam fora do acampamento, abriram o caminho para as obras quebrando pedras e sem proteção para o desenvolvimento das atividades. Observe as condições de trabalho no túnel para a galeria subterrânea da empresa.

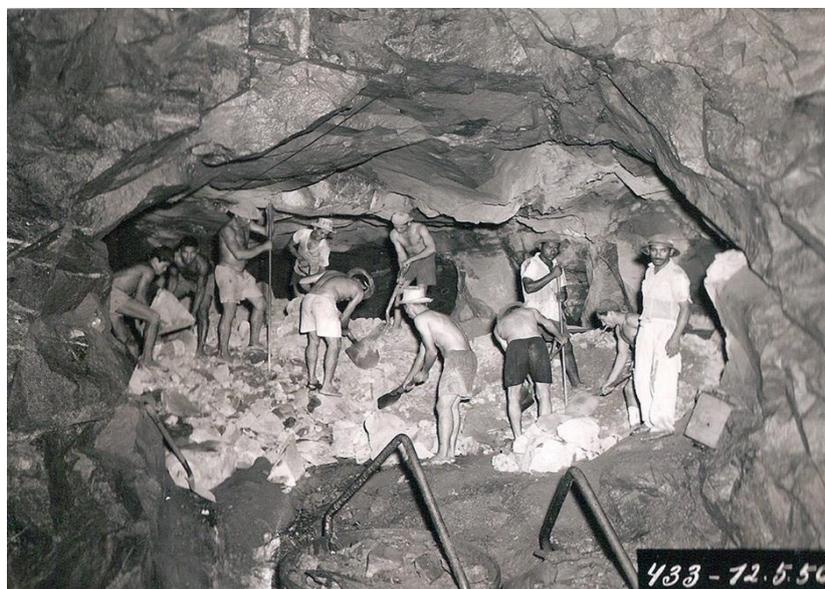


Imagem 1: Operários da CHESF cavando túnel para a Usina Paulo Afonso I -1950⁹⁷

⁹⁵ Gerson Pereira de Araújo, “Operário registrado na CHESF em 1950”, 23/10/2018.

⁹⁶ Hudolf Häuptli, *Chesf: Fase pioneira duma companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil*, Zurique, Dissertação de Metrado em História Geral no Instituto Politécnico de Zurique, 1993, p. 82.

⁹⁷ Acervo Memorial CHESF, “Fotografia 433”, 12/05/1950.

A imagem a seguir também apresenta alguns trabalhadores nas obras da barragem da CHESF em 1950.



Imagem 2: Operários da CHESF.⁹⁸

Na década de 1950, os “cassacos” estavam presentes nas obras públicas do Nordeste como forma de sobrevivência, onde se submetiam a condições de trabalho extremas e precárias.⁹⁹

“Morreu muita gente. Nas secadeiras pra sair aqui. Tudo bruto, caía no rio quem era que achava? Tinha uns cabos de aço balançando, o cabra escapolia.... o cabra sem entender de nada ia embora. Aí com tempo, o quartinho cheio de documento. Chegaram aqui tudo sem documento, entraram aí que nem bode, aí daí a muito tempo disse que o quartinho pegou fogo, mas aquilo foi incendiado de gente que tem. Arrancava unha e tudo mais. Quem trabalhava com martelo... serviço de martelo é serviço de doido. Já viu um martelo? Ah! Martelo é uma máquina grande assim. Fura 4 a 5 metros de chão a dentro. Trabalhando pegado. Ele

⁹⁸ Acervo Memorial CHESF, “Fotografia 1023”, 30/12/1950.

⁹⁹ Um importante trabalho que aprofunda o debate acerca dos cassacos é: Lara Vanessa de Castro Ferreira, *Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas, Ceará, anos 1950*, Salvador, Tese de Doutorado em História Social na Universidade Federal da Bahia, 2016.

balança o cabra todinho, quem tiver medo se acaba. E os ouvidos? Eu não ouço mais hoje, só se falar alto perto de eu. Já com 20 e tantos anos, ainda hoje ta a zuada dentro dos ouvidos, eu martelando. Eu me deito eu ouço direitinho. Trabalhava 12 horas por dia. Era doze horas e largava em cima da hora. Trabalhei 18 anos com o martelo. [...] Quando eu me acidentei passei pra parte elétrica. Ta vendo esse negócio branco aqui foi eu na usina trabalhando na tal da câmara. Nunca tapou.”¹⁰⁰

Somente em 1978 foi criada a Comissão Interna de Prevenção de acidentes, pois até este período “os equipamentos eram chapéu de palha e sandália japonesa, e assim morreram muitos.¹⁰¹ Observe o seguinte relato, sobre um dos incidentes:

“Num dia de domingo, óia... Naquela subestação da Siriema, lá em cima. Num dia de domingo. A gente terminamos o nosso serviço e quando ia saindo pelo portão ele ia chegando e Lailton tinha ficado terminando o serviço dele lá. Moura disse: vamo simhora que nós terminamos nosso serviço. E ele (Mardo) disse: eu vou lá olhar para Lailton. Ele chegou lá, deu bom dia para Lailton e Lailton estava conferindo um desenho e juntando umas ferramentas. Ele arrudiu pelo outro lado do cubículo. E a carga tinha sido transferida para o lado auxiliar. Lailton disse que tava trabalhando aqui, conferindo o desenho e ouviu quando ele disse: Lailton, e essa porca folgada? Lailton disse: Aí não tem porca folgada não, aí é um capi. Aí só escutou o tiro. Pê! Quando Lailton correu pelo outro lado ele tava caído em cima da base do compressor. A roupa pegando fogo assim, oh...Num dia de domingo. Mardo Flares Pelúcio Falcão. Num dia de domingo meio-dia. Foi o único

¹⁰⁰ Relato de João Felinto., Sérgio Luís Malta de AZEVEDO, Sandra MUCCINI, “Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma Contribuição a Historiografia de base local e regional”, In: *Revista Rios*, agosto - 2007, ano 1, nº 1, p. 72-88.

¹⁰¹ Antônio Bartolomeu Bastos, “Operário pioneiro da CHESF”, 30/10/2018.

acidente que aconteceu na turma da gente. Aquele sustinho a gente tem, né?”¹⁰²

Na CHESF, uma das formas de violência se apresentava através desses frequentes acidentes de trabalho. Fora da empresa, as formas de violência citadas eram praticadas por “bandidos” que provocavam brigas, furtos e assassinatos. “Tenho que dizer o que a gente sofreu aqui. Paulo Afonso não era brincadeira, matavam e deixavam morto aqui na porta. Eu ficava com medo”¹⁰³. Compreender essa prática pode ser um fio importante para tecer possíveis estratégias de resistência desses trabalhadores frente à relação de poder da CHESF, que podem se apresentar através dos discursos, público e privado, ou em padrões de comportamento reproduzido nessas relações sociais.¹⁰⁴

Evidentemente, o discurso em torno de um progresso com a implantação das usinas atraiu migrantes, trabalhadores rurais e comerciantes com suas famílias, que ansiavam por melhores condições de vida, pois em Paulo Afonso “tinha o milagre: que era emprego”¹⁰⁵. Muitos que chegaram na esperança de trabalhar na Usina, contratados ou não, começaram a se concentrar em moradias fora do acampamento. Sem recursos para a construção de casas, esses sujeitos utilizavam o que encontravam, inclusive os sacos de papel do cimento Poty, descartados durante as construções, madeira e estruturas de zinco. Esse novo bairro, ficou conhecido como *Vila Poty*.

“A empresa construiu uma cerca de arame farpado, delimitando a área de ação da CHESF, garantindo a segurança dos moradores e de seu patrimônio. As histórias de violência na Poty, levaram a direção da empresa a substituição das estacas de madeira por estruturas de concreto, e em seguida, por um muro de pedra e arame farpado com

¹⁰² Gerson Pereira de Araújo, “Operário registrado na CHESF em 1950”, 23/10/2018.

¹⁰³ José Ordônio de Oliveira, “Operário da construção civil, registrado na CHESF em 1952”, 23/10/2018.

¹⁰⁴ Scott afirma que a resistência é uma estratégia de sobrevivência estabelecida nas relações de poder, e que se faz importante compreender como esse poder se apresenta nas relações cotidianas. James C. Scott, *Los dominados y el arte de la resistencia: Discursos ocultos*, México, Ediciones Era, 2000.

¹⁰⁵ Antônio Bartolomeu Bastos, “Operário pioneiro da CHESF”, 30/10/2018.

aproximadamente 1,5 m de altura, apelidado de “o muro da vergonha” numa alusão ao muro de Berlim. A existência do muro barrava o fluxo de informações entre os bairros, a preocupação da direção da CHESF em transmitir para seus funcionários uma educação cidadina, acompanhada de uma padronização comportamental.”¹⁰⁶

Segundo relato, na Vila Poty havia “buracos de todas as funduras, córregos de esgotos por toda parte, gente chegando pelas ruas tortas, operários de capacetes branco ou vermelho são constantemente despejados dos caminhões na praça central”. Ainda, “na cidade oficial, com telefone, piscina, luz e conforto moram 3.000 pessoas. Do lado de fora ‘do arame’ se amontoam 13.000 párias em barracos, sem água, sem roupa e comida. Paus de arara, desemprego e jogo”.¹⁰⁷

Assim, foram contratados seguranças e construídas três guaritas, onde todos que circulassem na área deveriam se identificar no pórtico de acesso. Quanto a Vila Poty, os seus moradores eram taxados pelos “chesfianos” de “cata ossos”, em uma área que tinha altos índices de violência, além da extrema desassistência sanitária, educacional, alimentícia e cultural. Mas, muitos operários também residiam na Vila Poty, pois a “Cidade da CHESF” a partir da década de 1960 não absorvia mais todos os trabalhadores. Thales de Azevedo, em 1950, descreveu a Vila Poty como *boom town* que surgiu em meados de 1948 com barracos de sacos de cimento se tornando “um aglomerado heterogêneo de ranchos de palha, de pano, de zinco, de táboa e casas de sopapo, de adôbo e uma quinta parte de tijolo”.¹⁰⁸

Na década de 1970, o processo de resistência às desapropriações realizadas pela CHESF foi expressivo, principalmente dos moradores dos bairros mais carentes da Vila Poty: Riacho de Grito, Gangorra, Bairro da Lagoa e Bairro do Forno. O Bairro da Lagoa foi o primeiro. “Após promessas de relocação das famílias

¹⁰⁶ André Oliveira Pereira de Souza, *Paulo Afonso: Um muro, duas cidades*, Aracaju, Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 8.

¹⁰⁷ Antônio Galdino da Silva, 2014, p. 54.

¹⁰⁸ Thales Azevedo, “Uma grande experiência social em Paulo Afonso”, In: *Administração Pública*, 1950, ano II, nº IV, vol. I, Dep. do Serviço Público do Estado da Bahia, Salvador.

em 1970 e 1971, em um domingo, a CHESF mandou de madrugada os tratores derrubarem os barracos. O lugar destinado para as famílias irem era o Mulungu, próximo à Polícia Federal. Não tinha nada na área e era período de seca”. Muitas denúncias foram feitas, pois a CHESF decidiu pela desapropriação sem plano de relocação das famílias, “aí se contratou uma empresa para construir os primeiros barracos. Nomearam de Bairro Tancredo Neves”¹⁰⁹. O relato de Otacílio, sobre sua experiência de encontro com o progresso demonstra a resistência dos trabalhadores que não aceitavam a relocação:

*“Chegaram de mosquetão na mão, um sargento foi o primeiro a penetrar minha casa. Eu perguntei: O que é que há, vão derrubar minha casa? Eles responderam que sim, então tirei esse capote, botei no chão da sala e me deitei em cima com um crucifixo no peito. Eles com metralhadoras nas mãos disseram: Levanta, velho. Me levantaram e eu tornei a deitar.”*¹¹⁰

A CHESF avançou para a conquista da modernidade atropelando vivências de gerações dos trabalhadores que se recusavam a abandonar a sua história, seu cotidiano, e ingressar em um futuro desconhecido, incerto. Muitas famílias removidas não recebiam indenização, ou foram relocadas para locais sem estrutura e trabalho, onde os vínculos familiares ou de vizinhança não foram preservados.

Muitas famílias ficaram acampadas durante meses embaixo de árvores pela cidade, pois não tinham moradia. Há indícios de aumentos de ataques cardíacos e suicídios”.¹¹¹ A CHESF tentou utilizar a assistência religiosa como um de seus instrumentos apaziguadores e civilizatórios. Entretanto, as representações

¹⁰⁹ Alcides Modesto, “A Chesf nunca foi boazinha. Tudo que ela fez foi fruto de pressões da luta popular”. In: *Acervo digital do projeto Rio de Lutas/LABELU*, Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, 15/04/2011.

¹¹⁰ Diário de Pernambuco, “AGRICULTORES dizem a bispos que Chesf destruiu suas propriedades”, 05/07/1979, In: João Victor dos Santos Silva, *O povo versus a “Besta-Fera”*, Feira de Santana, Dissertação do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018, p. 84-85.

¹¹¹ Juarez Duarte Bonfim, “Movimentos Sociais e Trabalhadores do Rio São Francisco”, In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. 1999, nº 45, Universidade de Barcelona.

da Igreja Católica do período, especificamente dos padres Alcides Modesto, Mario Zanetta e Lourenço, exerceram papel ativo nas principais lutas sociais dos grupos subalternos de enfrentamento a Companhia.¹¹²

Considerações finais

Os pontos problematizados neste artigo são fruto da pesquisa de doutoramento em desenvolvimento em História Contemporânea da Universidade de Coimbra-PT. Elas inserem o debate prévio a elaboração do projeto de intervenção no São Francisco, que culminou na criação da CHESF em 1945 e sua posterior implantação no município de Paulo Afonso na Bahia, atuante no setor de geração e distribuição de energia, que abasteceria as regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Situada no âmbito da história social, esta temática motiva minha investigação enquanto docente da Universidade do Estado da Bahia no município.

Ao longo da análise, apresentei a tessitura das movimentações em torno do projeto e concretização da CHESF, e as experiências das comunidades e trabalhadores locais frente as transformações provocadas. O caminho percorrido até aqui possibilitou algumas reflexões sobre as colunas de sustentação dessas ações.

O Vale do São Francisco — Cachoeira de Paulo Afonso — foi utilizado por interesses de frações da classe dominante nordestina no século XX. Estes, com as particularidades devidas a cada processo, vislumbravam formas de exploração dos recursos naturais transformados no elemento indispensável para a chegada do que se propagava como modernidade: a eletricidade.

Assim, considero que o impacto da implementação da CHESF esteve entrelaçado intimamente com as esferas política e cultural. Embora a existência

¹¹² Alcides Modesto chega em 1968 em Paulo Afonso para ocupar o cargo de Capelão da igreja do Acampamento CHESF, mas logo se solidariza com as lutas sociais da Vila Poty e esteve envolvido ao lado dos trabalhadores em todos os processos de desapropriação de famílias para construção das barragens. Mario Zanetta se torna Bispo, posteriormente, ficando conhecido como Dom Mário, exercendo um papel importante junto as comunidades mais carentes da região. Padre Lourenço e Padre Mario Zanetta eram italianos e chegaram juntos a Paulo Afonso em 1969. Mas o primeiro faleceu poucos anos após a chegada, em 1973, em um acidente de moto com um caminhão que transportava material para a construção da barragem da CHESF.

das lutas de resistência frente aos projetos de expropriação, a sustentação destas relações de poder prevaleceu transformando Paulo Afonso em um local de perpetuação de segregações, que não foi desenvolvido ou industrializado como arvoraram os dirigentes “chesfianos”.

Fontes

Alcides Modesto, “A Chesf nunca foi boazinha. Tudo que ela fez foi fruto de pressões da luta popular”. In: *Acervo digital do projeto Rio de Lutas/LABELU*, Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, 15/04/2011.

Antônio Bartolomeu Bastos, “Operário pioneiro da CHESF”, 30/10/2018.

Acervo Memorial CHESF, “Fotografia 433”, 12/05/1950.

Acervo Memorial CHESF, “Fotografia 1023”, 30/12/1950.

Diário de Pernambuco, “AGRICULTORES dizem a bispos que Chesf destruiu suas propriedades”, 05/07/1979, In: SILVA, João Victor dos Santos, *O povo versus a “Besta-Fera”*, Feira de Santana, Dissertação do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018, p. 84-85.

Gerson Pereira de Araújo, “Operário registrado na CHESF em 1950”, 23/10/2018.

José Ordônio de Oliveira, “Operário da construção civil, registrado na CHESF em 1952”, 23/10/2018.

SILVA, Oscar; RODRIGUES, Vilma, “Hino de Paulo Afonso”, 2003. Acesso em 23/10/2022. Disponível em <http://www.pauloafonso.ba.io.org.br/hino>

Bibliografia

AZEVEDO, Sérgio Luís Malta de, MUCCINI, Sandra, “Período Pioneiro da Hidrelétrica de Paulo Afonso-Ba: Uma Contribuição a Historiografia de base local e regional”, In: *Revista Rios*, agosto - 2007, ano 1, nº 1, p. 72-88.

AZEVEDO, Thales, “Uma grande experiência social em Paulo Afonso”, In: *Administração Pública*, 1950, ano II, nº IV, vol. I, Dep. do Serviço Público do Estado da Bahia, Salvador.

BERMANN, Célio D., *Os Limites dos Aproveitamentos Energéticos para Fins Elétricos: Uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil*, Campinas, Tese de Doutorado da Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

BONFIM, Juarez Duarte, “Movimentos Sociais e Trabalhadores do Rio São Francisco”, In: *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. 1999, nº 45, Universidade de Barcelona.

BURTON, Richard Francis, *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, Col. O Brasil visto por estrangeiros, Brasília, Senado Federal, 2001.

CASTRO, Nivalda J. de, *O Setor de Energia Elétrica no Brasil: A transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961)*, Rio de Janeiro, Tese de Mestrado do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro, *Cassacos: Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas, Ceará, anos 1950*, Salvador, Tese de Doutorado em História Social na Universidade Federal da Bahia, 2016.

GRAMSCI, Antônio, *Cadernos do Cárcere*, Vol. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice (2006). *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro.

HÄUPTLI, Hudolf, *Chesf: Fase pioneira numa companhia Hidroelétrica no Nordeste do Brasil*, Zurique, Dissertação de Mestrado em História Geral no Instituto Politécnico de Zurique, 1993.

LIAIS, Emmanuel, “Le San Francisco ou Brésil”, In: *Bulletin de la Société de Géographie*, Cinquième série, Tome XI, Paris, Bureau de la Société, 1866.

PETERSEN, Sílvia (2001). *Que a união operária seja nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS - Editora da UFSM.

RECLUS, Élisée, *Estados Unidos do Brazil: Geographia, ethnographia, estatística*, Rio de Janeiro, Paris, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1900.

SCOTT, James C., *Los dominados y el arte de la resistência: Discursos ocultos*, México, Ediciones Era, 2000.

SOUZA, André Oliveira Pereira de, *Paulo Afonso: Um muro, duas cidades*, Aracaju, Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, 2002.

SILVA, Antônio Galdino da, *De Forquilha a Paulo Afonso: Histórias e Memórias de Pioneiros*, Paulo Afonso, Fonte Viva, 2014.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

A Fiscalidade Municipal Em Portugal Continental Na 2ª Metade Do Século XIX

Paulo Leitão (FCSH/IHC/IN2PAST e UE/CIDEHUS)

Resumo

Tendo em conta a importância da fiscalidade na construção do Estado Liberal e a ausência de conhecimento sobre a sua dimensão municipal, analisam-se as taxas aplicadas pelas câmaras municipais na taxação direta, entre os anos económicos de 1860/61 e 1871/72. Para além do estudo desta realidade a nível nacional e regional, enquadra-se também a receita gerada pela sua aplicação no contexto da receita municipal.

O período em análise corresponde a uma lenta estabilização da tributação direta municipal, embora nos municípios do litoral ainda ocorram muitos casos nos quais consistentemente as administrações municipais optam por não usar esta fonte de receita. Ao contrário, os concelhos do interior, particularmente no norte e centro, são os que mais cedo lançam regularmente a contribuição direta municipal. No entanto, a grande variabilidade da dimensão das taxas no todo nacional é uma característica permanente, sendo que são tendencialmente mais altas nos concelhos do interior norte e centro. Mas não só a taxa varia significativamente entre os concelhos, como também dentro de cada concelho ao longo do tempo, evidenciando que as administrações municipais põem em prática uma espécie de jogo de taxas com uma amplitude muitas vezes significativa.

De qualquer forma, o que é mais relevante assinalar é que, ao contrário da tendência do Estado Central, a tributação municipal atribui, progressivamente, uma relevante importância à tributação direta. O facto desta tributação ser mais relevante nos municípios de interior e menos relevante nos do litoral, tanto mais que se demonstrou igualmente que a importância deste tipo receita fiscal na geração da receita municipal é também mais importante nessas regiões, estará ligada a um diferente crescimento das atividades económicas ligadas à troca.

O sistema de tributação municipal aponta, então, para uma menor regressividade do que o nacional, embora não apresente qualquer progressividade, o que obviamente penaliza mais os pequenos e médios proprietários. Se a isto adicionarmos a grande variabilidade das taxas em cada caso, é difícil para os agentes económicos gerirem de forma minimamente estável o custo da fiscalidade na sua exploração. Com esta realidade, a economia local ver-se-ia igualmente sujeita a uma grande variabilidade, dificultando a aplicação de qualquer estratégia de desenvolvimento a mais médio/longo prazo. Por último, estas variabilidades também criam previsivelmente uma alta instabilidade na receita municipal, cada vez mais dependente da receita fiscal, o que dificulta a gestão de estratégias ou projetos de média/longa duração.

Palavras-chave: Portugal, Concelhos, Século XIX, Fiscalidade, Impostos diretos.

Abstract

Given the importance of taxation in the construction of the liberal state and the lack of knowledge about its municipal dimension, we analyse the rates applied by local councils in direct taxation between the economic years 1860/61 and 1871/72. In addition to studying this reality at national and regional level, the revenue generated by its application is also analysed in the context of municipal revenue.

The period under review corresponds to a gradual stabilization of direct municipal taxation. However, in coastal municipalities, there are numerous instances in which municipal administrations consistently refrain from using this source of revenue. Conversely, inland municipalities, particularly those located in the north and centre, are the ones that most frequently implement direct municipal taxation. However, the considerable variability in the rates applied across the country is a constant feature, with the rates in municipalities of the interior north and centre being notably higher. Furthermore, the rates applied do not only vary significantly between municipalities, but also within each municipality over time.

This demonstrates that municipal administrations engage in a kind of game of rates with an often significant range.

In any case, the most important thing to note is that, contrary to the trend in the central government, direct taxation is becoming increasingly important in local government taxation. The fact that this type of taxation is more important in inland municipalities and less important in coastal municipalities, especially as it has also been shown that the importance of this type of tax revenue in generating municipal revenues is also greater in these regions, may be linked to the different growth of economic activities linked to trade.

The municipal tax system is therefore less regressive than the national one, although it is not progressive at all, which obviously penalizes small and medium-sized landowners more. If we add to this the great variability of the rates, it is difficult for economic agents to manage the tax costs of their activity in a minimally stable way. With this reality, the local economy would also be subject to great variability, making it difficult to implement any development strategy in the medium to long term. Finally, this variability is also likely to lead to a high degree of instability in local government revenues, which are increasingly dependent on tax revenues, making it difficult to manage medium/long-term strategies or projects.

Keywords: Portugal, Municipalities, 19th century, fiscal system, direct taxation.

Introdução

O estudo sobre a fiscalidade pode ser perspectivado sob diferentes abordagens, desde a visão de Schumpeter sobre o Estado Fiscal, até à perspectiva de O'Connor, que integra esta dimensão na construção do Estado Capitalista, ou abordagens mais recentes que destacam a existência de diversas fontes para a construção da receita estatal¹¹³. De qualquer forma,

¹¹³ H. WHITESIDE, "Beyond death and taxes: Fiscal studies and the fiscal state", in *Environment and Planning A: Economy and Space*, 55(7), 2023, p. 1744-1761. <https://doi.org/10.1177/0308518X21993125>

“tax revenues are the ‘life-blood’ of the modern state (...) Without them it is hard to imagine how states could sustain welfare or defence programs; maintain infrastructures (...); regulate business and markets; enforce property rights and the law; or support commerce. To be blunt, without revenues it is inconceivable how states could provide the support necessary for capitalism itself.”¹¹⁴

Desta forma, o estudo da fiscalidade, nas dimensões da estrutura das taxas, do rendimento obtido e da administração do sistema de cobrança são aspetos essenciais para a caracterização e compreensão da construção do Estado e da evolução da sociedade num dado momento histórico.

O conhecimento da fiscalidade municipal durante o século XIX é praticamente inexistente, pelo que o objetivo deste estudo é a caracterização das práticas fiscais dos municípios portugueses no que concerne aos impostos diretos, através da análise das taxas lançadas aos contribuintes coletados nas contribuições gerais do Estado, no período entre os anos económicos de 1860/61 e 1871/72, o que constitui um primeiro estudo desta realidade, a desenvolver posteriormente e abrangendo uma maior diacronia e profundidade de análise. Baseia-se num conjunto de tabelas publicadas em *Diário do Governo*, intituladas “Mappa das contribuições municipaes directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino...”. Esta análise visa fundamentalmente conhecer o nível das taxas e a sua evolução ao longo do período em análise, considerando a sua distribuição regional. Mas, para além do estudo das taxas, importa compreender a sua importância no contexto, ou seja, responder à questão: qual a importância da receita gerada por esta fiscalidade na construção da receita municipal? A resposta a esta questão permite avaliar a importância da fiscalidade, nomeadamente da fiscalidade direta, na construção do município liberal no período em análise e é construída com base nos dados dos “Resumo das contas de receita das câmaras municipais dos distritos administrativos do reino...”,

¹¹⁴ H. WHITESIDE, “Beyond death and taxes: Fiscal studies and the fiscal state”, in *Environment and Planning A: Economy and Space*, 55(7), 2023, p. 1747. <https://doi.org/10.1177/0308518X21993125>

publicados para os anos económicos de 1862/63 a 1869/70, excetuando o de 1866/67.

Como referem Kiser e Karceski “the nineteenth century is a turning point in the transition to the much higher revenues of modern Western states for three main reasons.”¹¹⁵, a saber: o desenvolvimento dos sistemas políticos no sentido das democracias liberais facilita a aceitação do contrato fiscal entre contribuintes e governantes, o desenvolvimento da burocracia estatal assegura um maior controle sobre o território e, por último, a pressão social para uma maior e mais diversificada despesa estatal.

O desenvolvimento destes fatores apresentou desigualdades significativas na história oitocentista ocidental. No caso português, a questão das dificuldades de transformação e modernização do sistema fiscal do Estado Liberal, especificamente para o Estado Central, é reconhecida pela literatura¹¹⁶. Esta dificuldade resulta da conjugação de vários fatores, nomeadamente a lentidão da montagem de uma eficiente estrutura de cobrança, a reação social negativa, ou os estratagemas de fuga das classes possidentes e, por último, os custos políticos do aumento das taxas ou da criação de novos impostos tornaram sempre a fiscalidade, particularmente a fiscalidade direta, uma questão fraturante na sociedade portuguesa. De acordo com Mata, o sistema fiscal nacional caracterizava-se por uma aposta nos direitos aduaneiros e nos impostos indiretos internos, revelando pouca equidade na distribuição do esforço contributivo. Nas palavras desta autora “esta composição do sistema fiscal português pode ser explicada pelo facto de as preocupações de facilidade de cobrança e anestesia fiscal sobrelevarem as considerações de equidade na sua conceção.”¹¹⁷.

¹¹⁵ Edgar KISER, & Steven, KARCESKI, “Political Economy of Taxation”, in *Annual Review of Political Science*, Vol. 20, 2017, p.77. <https://ssrn.com/abstract=2968079> ou <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-polisci-052615-025442>

¹¹⁶ José Luís CARDOSO, & Pedro LAINS, “*Public finances in Portugal: 1796-1910*”, in *Paying for the Liberal State: the rise of public finance in nineteenth century Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 251-278.

¹¹⁷ Eugénia MATA, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 130.

Esta visão global não deve, no entanto, fazer esquecer as transformações que, apesar das dificuldades, foram sendo implementadas, particularmente na segunda metade do século XIX. De facto, os anos 50 e 60 conheceram algumas iniciativas de reforma fiscal, particularmente no que concerne aos impostos diretos: em 1852, restabelece-se a taxaço da propriedade, através da contribuição predial, e da produço, através da contribuição industrial; em 1860 introduz-se um novo imposto sobre o rendimento financeiro, a décima dos juros¹¹⁸.

1. Impostos diretos: enquadramento legal

Neste contexto, é importante, antes de mais, analisar o enquadramento legal desta questão, começando, desde logo, pelo Código Administrativo de 1842, que estabelece, em primeiro lugar, que as contribuiçoes municipais constituem receita ordinária dos municípios. Esta determinação que parece, à partida, uma mera afirmaço de base, é, finalmente, prene de sentido: os impostos locais integram definitivamente o portefólio da receita municipal, ou seja, constituem um recurso permanente e não episódico.

Os impostos que os municípios podem cobrar são de dois tipos: contribuiçoes diretas e indiretas. As contribuiçoes diretas traduzem-se numa taxa adicional sobre a contribuição predial e industrial. Não se trata, portanto, de um novo imposto, mas de um acrescento a impostos já existentes e cobrados a nível nacional. Aqui se encontra uma característica absolutamente relevante da fiscalidade direta municipal, ela depende da fiscalidade nacional e é, por isso, condicionada pela eficiência, eficácia e transformações que essa fiscalidade conhecer ao longo do tempo.

A aplicaço das taxas que cada município pode definir, mas que têm de ser aprovadas pelo Conselho de Distrito, conhece duas importantes reduçoes quanto à universalidade dos contribuintes: os mais pobres – os jornaleiros – não pagam a décima, sendo o seu contributo traduzido em trabalho (2 dias por ano, cujo valor

¹¹⁸ José Luís CARDOSO, & Pedro LAINS, “*Public finances in Portugal: 1796-1910*”, in *Paying for the Liberal State: the rise of public finance in nineteenth century Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 263.

pode ser remido a dinheiro) e no caso dos proprietários residentes fora do concelho, a taxa é reduzida em 50%. Esta semi-isenção dos proprietários não residentes representava certamente uma importante redução da receita possível, já que afetava, sobretudo, aqueles que seriam importantes terratenentes.

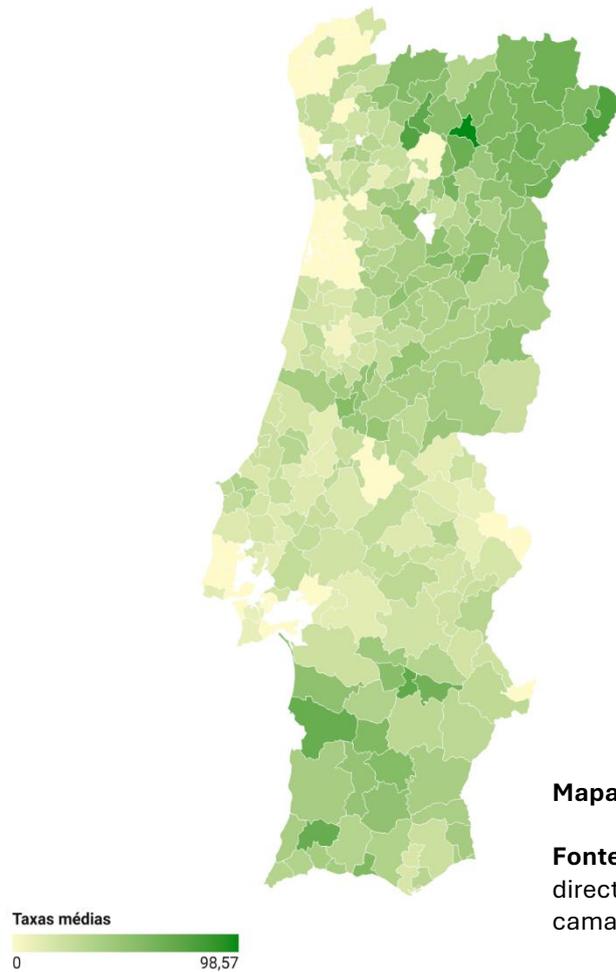
As contribuições diretas podem também ser lançadas em trabalho (artº 138). A execução do plano rodoviário nacional tornará este imposto em trabalho obrigatório para todos. O artº 17, do decreto de 06/06/1864, estabelece que todos os que são coletados na contribuição predial, industrial ou pessoal são obrigados a prestar 3 dias de trabalho anuais para a estradas, podendo essa obrigação ser remida a dinheiro.

A aplicação do Código de 1842 levou a significativas precisões e esclarecimentos em legislação posterior. Uma das mais relevantes que foi possível identificar é, logo no ano seguinte, a Lei de 10/06/1843, que limita, em primeiro lugar, a 10% para os proprietários residentes e 5% para os não residentes a taxa do adicional municipal às contribuições predial e industrial. Trata-se, como é evidente, de uma importante limitação à possibilidade de fazer crescer a receita municipal com base nos impostos diretos, mas também uma absoluta redução da diversidade de taxas à escala nacional, ou mesmo regional, harmonizando os custos fiscais; e, por último, trata-se também de uma clara proteção dos proprietários. Não foi possível carrear qualquer evidência sobre a duração desta determinação, embora ela já não seja referida no Código Administrativo de 1878.

2. A fiscalidade direta municipal na década de 60: panorama nacional e dinâmicas regionais

Globalmente, considerando o todo nacional, a primeira constatação é que o lançamento de impostos diretos pelos municípios não é ainda uma realidade uniforme, nem quanto à regularidade do seu lançamento, nem quanto à dimensão das taxas aplicadas ao longo do tempo, que se caracterizam por uma significativa amplitude, podendo oscilar entre 0% (ou seja, os concelhos que não lançam estes impostos) e 100% (**Cf. Mapa 1**). Estamos, portanto, já longe da tentativa de uniformização das taxas prevista na legislação de 1843.

Concelhos de Portugal Continental: taxas médias dos impostos diretos (1860-1871)



Mapa 1

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

É nos concelhos do litoral que as taxas médias são mais baixas e onde ocorrem mais casos em que as administrações concelhias decidem não lançar este imposto. Tal realidade é mais evidente no litoral norte, começando a dimensão das taxas a crescer no litoral centro para voltarem a reduzir-se no *interland* dos concelhos da capital, e voltarem a crescer no litoral sul.

Ao contrário, é nos concelhos do interior onde a regularidade do lançamento destes impostos é mais frequente e onde as taxas apresentam uma maior dimensão, realidade particularmente evidente no noroeste e no interior centro. À medida que se caminha para Sul, a dimensão das taxas vai descendo, voltando a crescer ligeiramente nos distritos de Beja e Faro. No entanto, mesmo neste interior

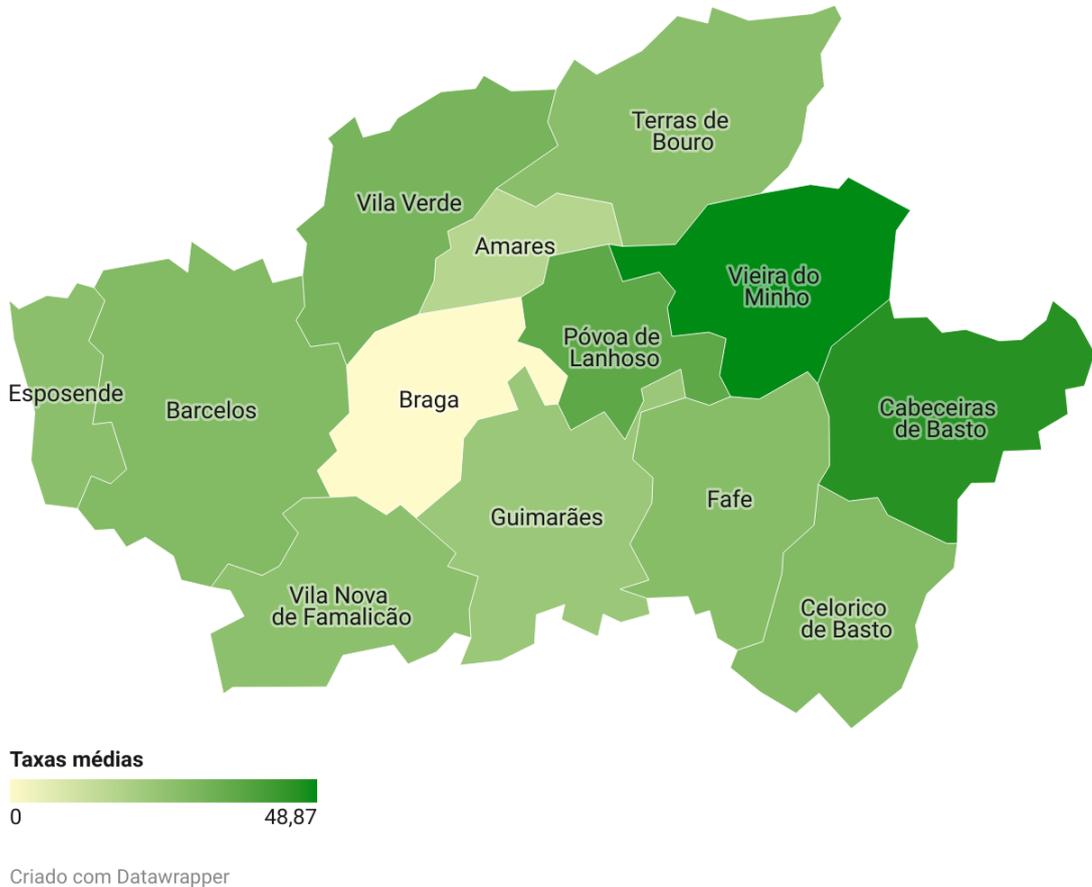
sul há concelhos que continuam a resistir aos lançamentos de impostos diretos, como os casos de Arronches, Campo Maior e Barrancos; embora sejam casos isolados num contexto de generalidade da prática de lançar anualmente impostos diretos.

Analisando a realidade ao nível da unidade distrital, refira-se, em primeiro lugar, que metodologicamente não foi realizada uma representação cartográfica das taxas médias nos distritos de Viana do Castelo, Porto, Aveiro e Lisboa, ao contrário do resto dos casos, já que é nestes distritos que a realidade da ausência de lançamento de impostos diretos é mais frequente. Para além desta característica, outras realidades atravessam transversalmente estes casos, nomeadamente o nível reduzido das taxas, nunca ultrapassando a média de 30%; a ausência de lançamento de impostos diretos sempre nos concelhos que são capitais de Distrito e, finalmente, a grande variabilidade das taxas cobradas de ano para ano. Portanto, a estabilidade na aplicação de uma política fiscal em termos de impostos diretos é característica absolutamente ausente.

Por outro lado, e tendo em conta que a realidade distrital apresenta semelhanças entre vários distritos, não são especificamente analisados os casos de Vila Real, Santarém, Évora e Faro.

No caso do **Distrito de Braga (cf. Mapa 2)**, assiste-se a uma regularidade no lançamento de taxas de impostos diretos, excetuando o caso de Braga, que só lança estes impostos em 1868/69 (para interromper logo no ano seguinte) e só em 1871/72 essa taxa sobe acima dos 11%. Guimarães começa por não cobrar taxas nos dois primeiros anos económicos do período, mas a seguir apresenta regularidade, oscilando entre o mínimo de 12,41% e o máximo de 29,8%.

Concelhos do Distrito de Braga: taxas médias dos impostos diretos (1860-1871)



Mapa 2

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

Os concelhos que apostam em taxas mais altas são os de Vieira do Minho (taxa média: 48,87%) e Cabeceiras de Basto (taxa média= 45,79%), sendo mais elevadas no início do período em causa.

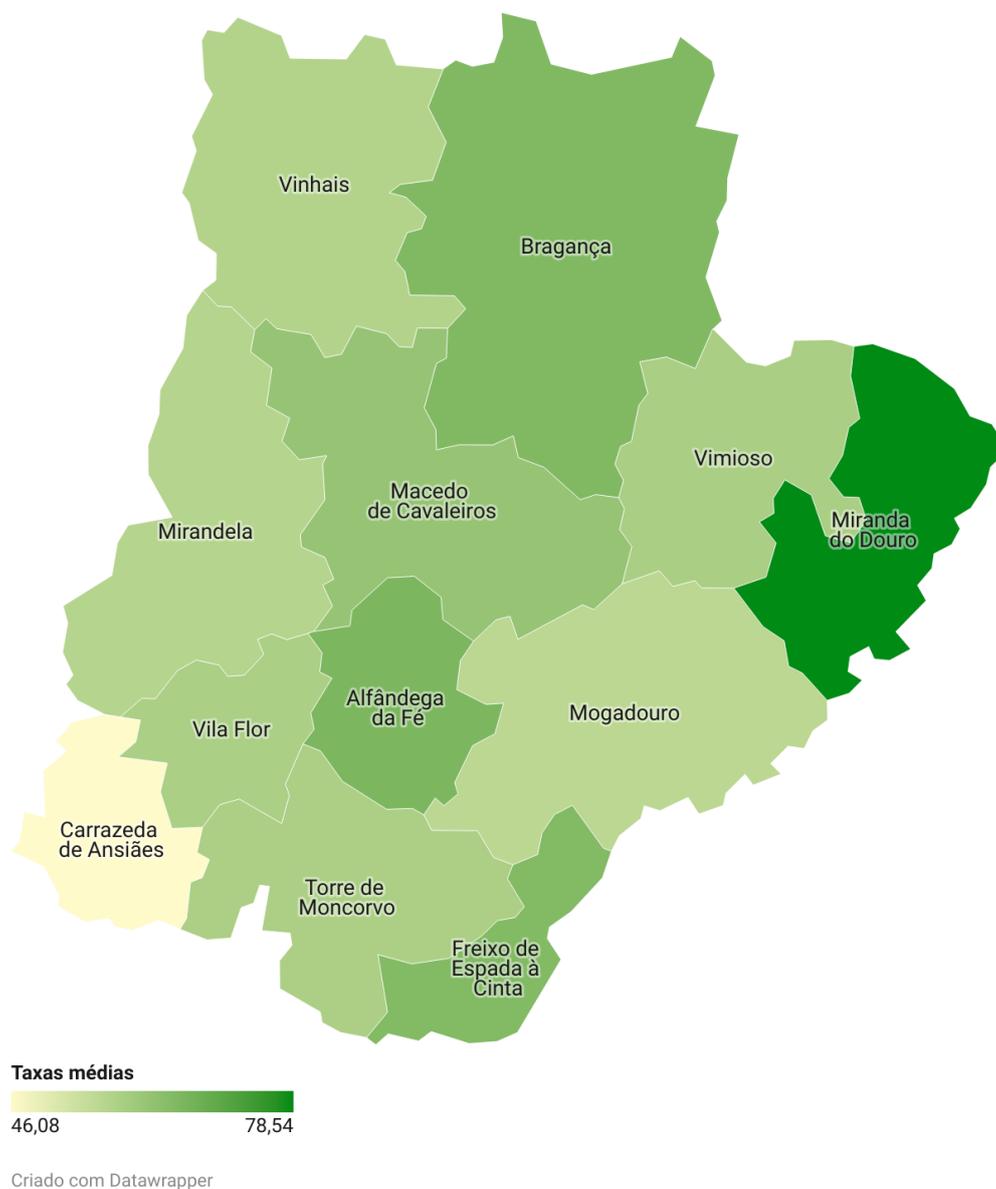
Os concelhos que começam com taxas mais baixas (inferiores a 10%) são os de Amares e Celorico de Basto, mas, enquanto o primeiro atinge apenas o máximo de 35%, e só no ano de 1870/71, o segundo implementa aumentos drásticos: a taxa passa abruptamente de 6,95% em 1865/1866 para 61,29% no ano seguinte, para se manter entre os 52 e os 61% nos próximos 3 anos.

No resto do universo dos concelhos, as taxas médias oscilam tendencialmente entre 20% e 30%, mas com significativas oscilações em ciclos curtos, anuais. É o já assinalado jogo das taxas, em que as administrações municipais manipulam sucessivamente e com grande regularidade a sua dimensão. De qualquer forma, são tendencialmente inferiores no fim do período (1871/72) do que eram no início.

É no **Distrito de Bragança (cf. Mapa 3)** que os concelhos cobram impostos diretos com uma quase absoluta regularidade, ao longo do período em análise (apenas Torre de Moncorvo não os lançará em 1871/1872), e onde as mais altas taxas se verificam, sendo a taxa mínima superior 45%. Esta realidade inclui a própria capital de Distrito, o que é incomum: Bragança chega mesmo a cobrar uma taxa superior a 100% (130%) em 1861/1862.

As taxas médias são, em muitos casos, superiores a 60% (Alfândega da Fé, Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, ou seja, em mais de 40% dos casos) e não existem taxas médias inferiores a 50%. As taxas são, no entanto, tendencialmente inferiores no final do período em análise, em alguns casos já inferiores a 50% (Bragança, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Vinhais).

Concelhos do Distrito de Bragança: taxas médias de impostos diretos (1860-1871)



Mapa 3

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

A irregularidade da dimensão das taxas é bastante visível (cf. **Gráfico 1**), evidenciando que a manipulação desta variável em ciclos anuais é uma característica muito estrutural, apresentando, em muitos casos, um intervalo significativo.

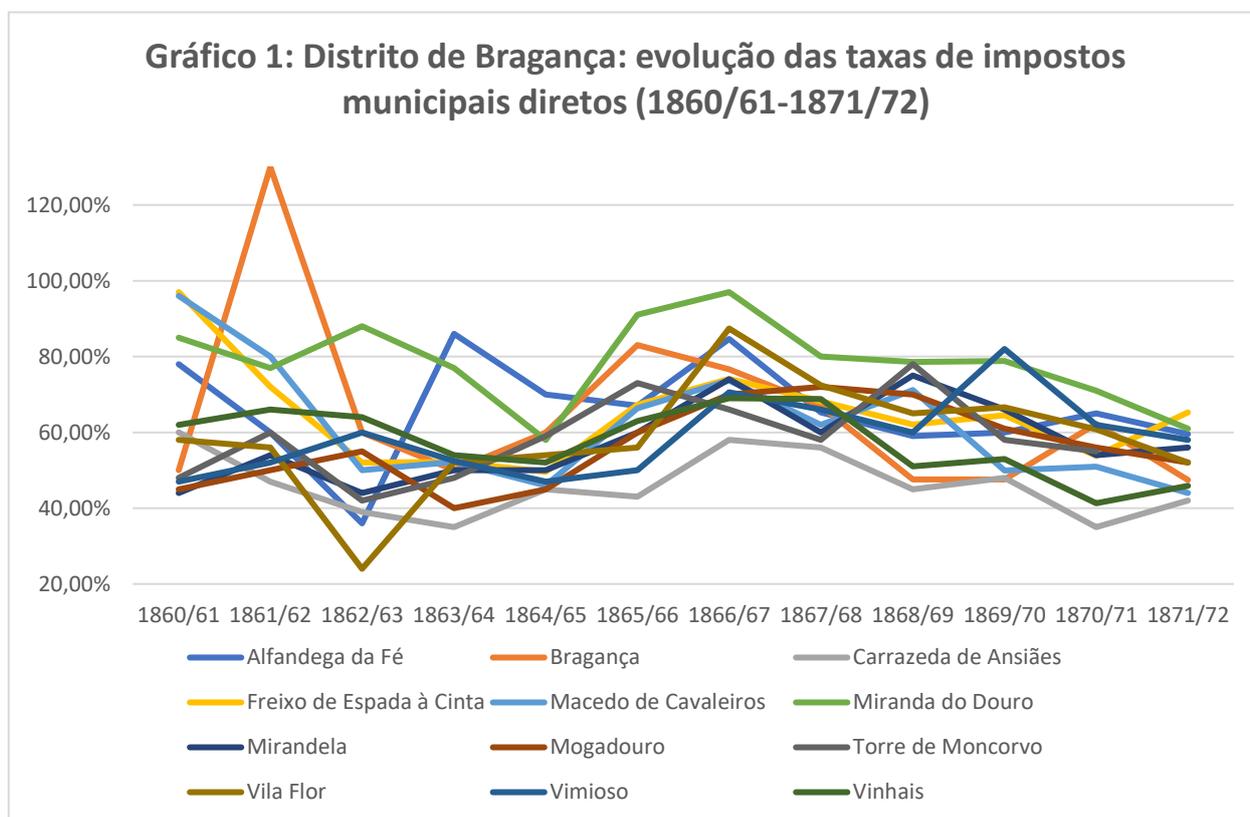


Gráfico 1

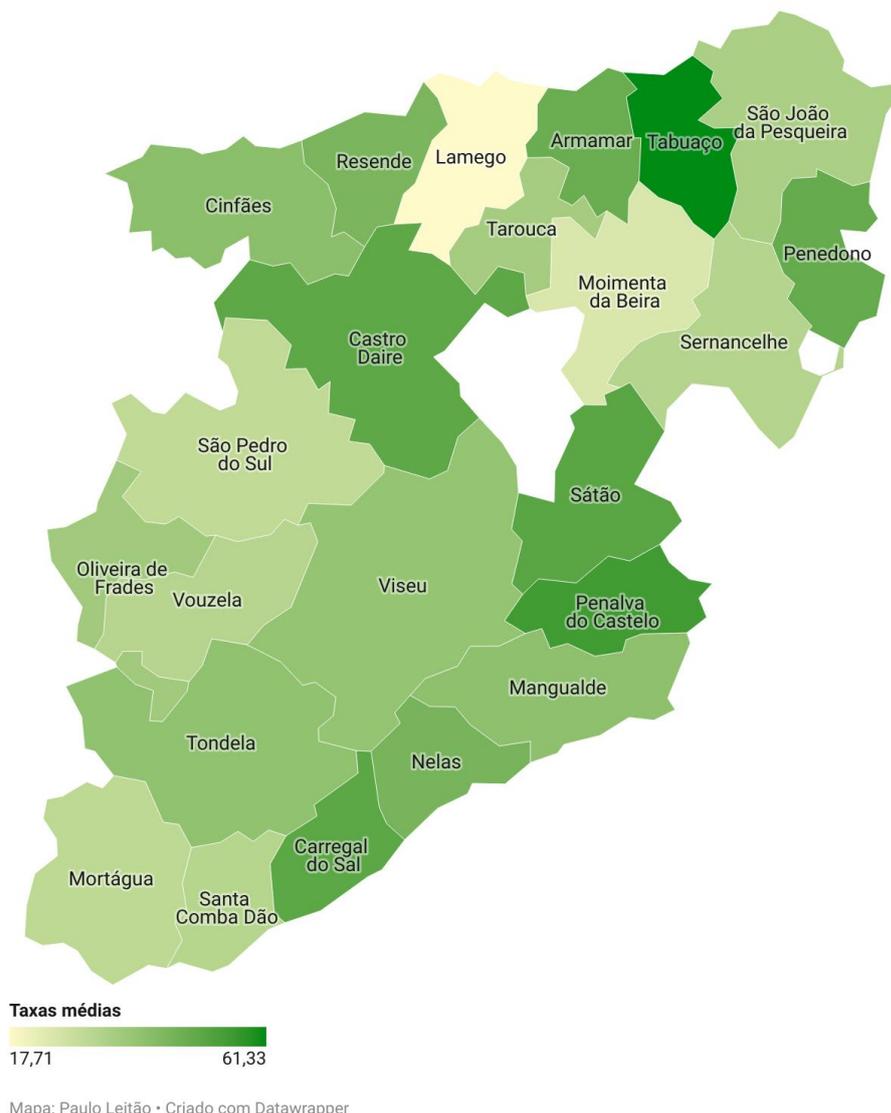
Fonte: Mapa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

No **Distrito de Viseu** (cf. **Mapa 4**) observa-se bastante regularidade no lançamento de impostos diretos, embora existam alguns casos nos quais, episodicamente, não são lançados (Carregal do Sal em 1867/68, Resende em 1865/66, São João da Pesqueira em 1863/64). Excetua-se desta tendência os casos de Lamego, que só começa a lançar estes impostos a partir de 1866/67, e Mortágua, onde não ocorre o lançamento em 1860/61 e, depois, entre 1864/65 e 1868/69.

Em mais de 2/3 dos concelhos as taxas médias estruturam-se à volta de dois grupos: 10 concelhos (38,46%) apresentam taxas médias entre 30 a 40% (Mortágua, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Tarouca, Tondela, Viseu e Vouzela) e 9 (34,62%) entre 40 a 50% (Armamar, Castro Daire, Cinfães, Fráguas, Mangualde, Nelas, Penedono, Resende, São João das Areias). Os concelhos que lançam as mais altas taxas médias (superior a 50%) são Carregal do Sal, Mondim da Beira, Penalva do Castelo, Sátão e Tabuaço. As taxas médias mais baixas são, por seu lado, apresentadas pelos concelhos de Lamego (17,71%) e Moimenta da Beira (25,08%).

As taxas variam significativamente ao longo do tempo em ciclos anuais, embora a taxa média no fim do período não seja muito diferente da que ocorre no início, mantendo-se à volta dos 42%. São muito raros os casos nos quais a dimensão das taxas apresenta alguma regularidade.

Concelhos do Distrito de Viseu: taxas médias dos impostos diretos (1860-1871)

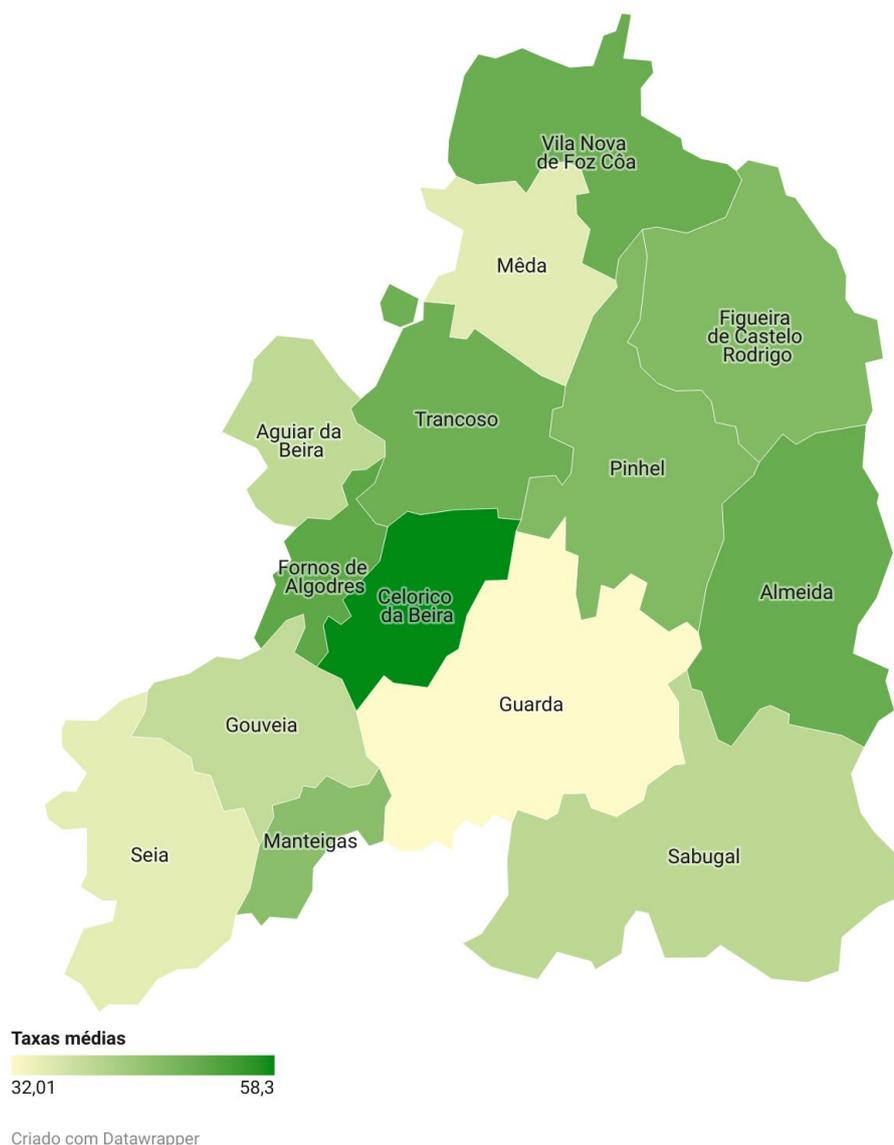


Mapa 4

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

No caso do **Distrito da Guarda** (cf. **Mapa 5**) observa-se uma regularidade quase absoluta: não há um concelho que não lance este tipo de impostos, embora não existam dados nos casos de Almeida em 1862/63 e Pinhel em 1865/66.

Concelhos do Distrito da Guarda: taxas médias dos impostos diretos (1860-1871)



Mapa 5

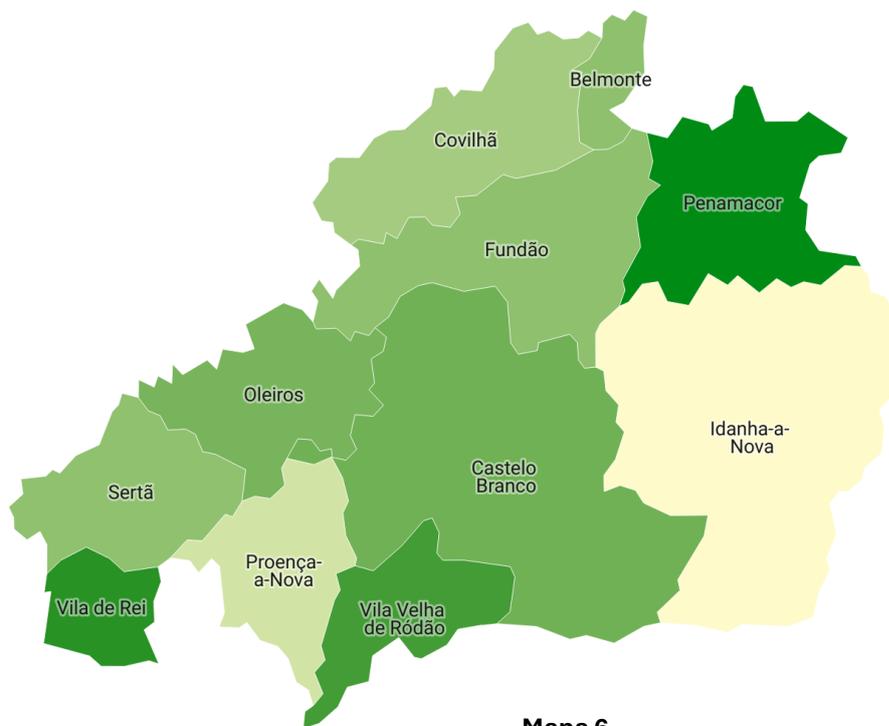
Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

As taxas médias praticadas são altas situando-se maioritariamente (57,14% dos concelhos) entre os 40% e os 55%. Taxas médias inferiores a 40% ocorrem nos concelhos de Aguiar da Beira, Gouveia, Guarda, Meda e Seia, mas em alguns casos aproximam-se bastante desse limite, como se verifica em Aguiar da Beira (39,73%) e Gouveia (39,33%). No limite superior encontra-se Celorico da Beira, com uma taxa média de 58,3%, e no limite inferior o concelho da Guarda, com 32,01%.

A variação das taxas é a regra ao longo do tempo, mas a sua amplitude é menor. Episodicamente, as taxas praticadas podem ascender a níveis bastante significativos, como os casos de Celorico da Beira, com 102,16% em 1868/69, e Vila Nova de Foz Côa, com 78,44% em 1868/69. Apesar desta variação, as taxas médias no final do período são apenas ligeiramente superiores ao início (44,99% em 1860/61 VS 48,42% em 1871/72).

No **Distrito de Castelo Branco (Cf. Mapa 6)** observa-se, sobretudo na primeira metade da década de 60, alguma irregularidade no lançamento deste tipo de impostos: Vila Velha de Ródão não lança impostos até 1868/69 (mas lança imposto sobre o trabalho a partir de 1865/66), Castelo Branco entre 1861/62 e 1864/65 e Idanha-a-Nova entre 1860/61 e 1862/63. No entanto, nos últimos anos do período estudado (1869/70 – 1871/72) já todos os concelhos lançam este tipo de impostos.

Concelhos do Distrito de Castelo Branco: taxas médias de impostos diretos (1860-1871)



Mapa 6

Taxas média
23,81 49,25

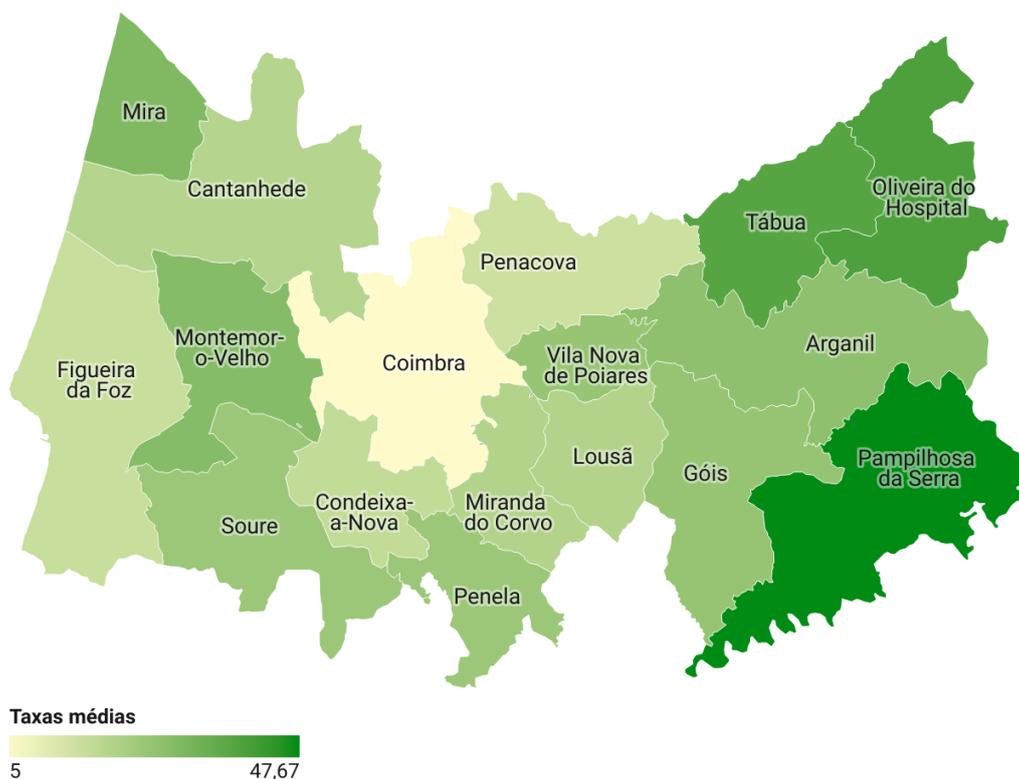
Criado com Datawrapper

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

Metade dos concelhos apresenta taxas médias relativamente altas, entre 30% e 45%, embora inferior a outros distritos do interior. Alguns concelhos situam-se abaixo do intervalo inferior, nomeadamente Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e São Vicente da Beira, com taxas médias inferiores a 30%, embora os dois últimos casos claramente se aproximem (29% e 29,6% respetivamente). Apenas em dois casos, Penamacor e Vila de Rei, as taxas médias excedem os 45%, mas não chegam a atingir 50% (49,25% e 47,58% respetivamente).

A irregularidade da dimensão das taxas ano a ano é significativa e, episodicamente, podem atingir valores bastante altos, como são os casos de Penamacor, com 94% em 1870/71, e Oleiros, com 74% em 1869/70. De qualquer forma, as taxas médias são significativamente superiores no final do período em estudo (37,27% em 1860/61 VS 47,01% em 1871/72).

Concelhos do Distrito de Coimbra: taxas médias dos impostos diretos (1860-1871)



Criado com Datawrapper

Mapa 7

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

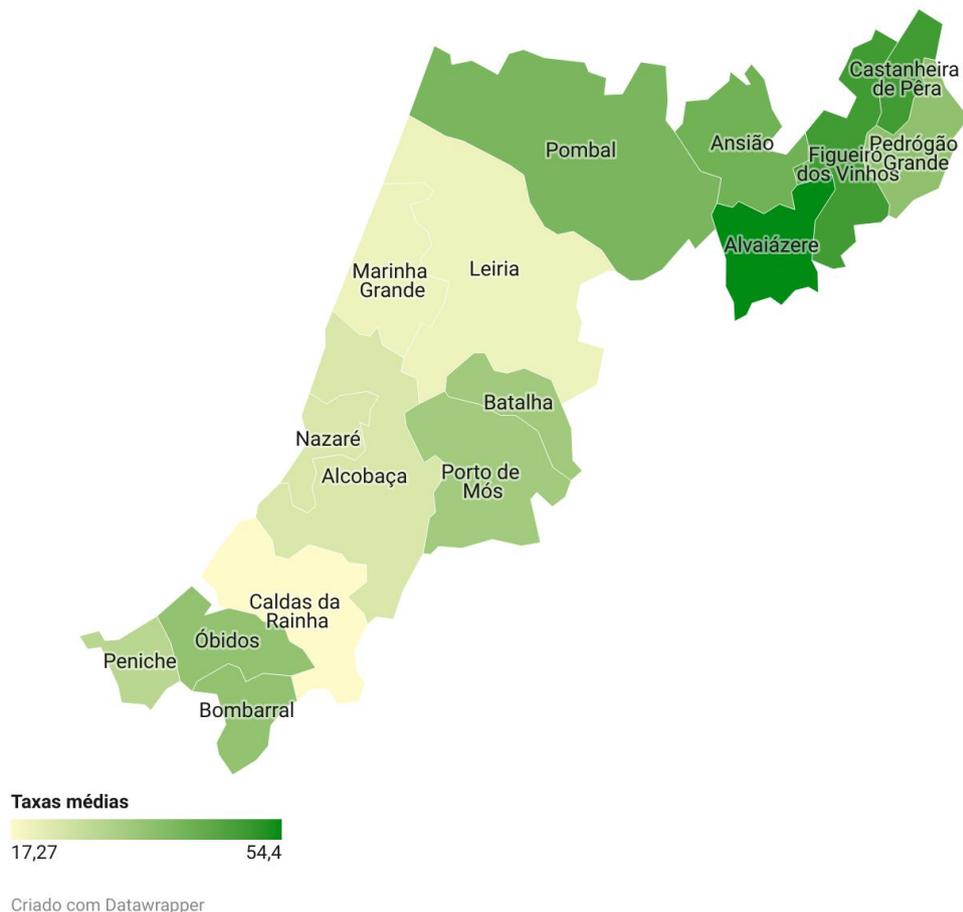
Nos concelhos do **Distrito de Coimbra (cf. Mapa 7)** observa-se alguma irregularidade no lançamento deste tipo de impostos, nomeadamente em Coimbra, Lousã, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares e Penacova. Por exemplo, Coimbra não lança estes impostos até 1865/66, embora vá alternando alguns anos com impostos em trabalho; Lousã também não lança impostos até 1868/69 (neste último ano imposto sobre o trabalho); Miranda do Corvo não lança impostos em 1861/62 e 1862/63, aposta em 50% no ano seguinte (1863/64), mas abstém-se nos próximos quatro anos, lançando a taxa mínima de 10% nos dois anos seguintes (1869/70 e 1870/71).

As taxas médias são de dimensão reduzida, oscilando maioritariamente entre 15% e 30%. Ultrapassando o limite superior deste intervalo verifica-se nos casos de Oliveira do Hospital (39,55%) e Tábua (37,92%), não atingindo, no entanto, os 40%. Apenas o concelho de Pampilhosa se desvia, no limite superior, destas tendências já que a taxa média ascende a mais de 45%. No limite inferior, é claramente Coimbra que apresenta o desvio mais significativo, com apenas 5% em todos os anos que lança este tipo de impostos.

Consta-se alguma estabilidade na evolução anual das taxas, mas continuam a ocorrer casos com variações significativas em ciclos curtos: por exemplo, Pampilhosa apresenta a seguinte evolução nos quatro primeiros anos: 10% | 80% | 80% | 33%. Apesar destas variações, as taxas médias são ligeiramente mais altas no início da década de 70 (26,29% em 1860/61 VS 28,4% em 1871/72). As taxas com valor inferior (10% ou inferior) ocorrem sobretudo nos primeiros anos da década de 60.

No **Distrito de Leiria (cf. Mapa 8)** assiste-se a alguma regularidade no lançamento do imposto, sobretudo na primeira parte da década de 60, o que não significa que alguns concelhos ou só tardiamente decidem lançar o imposto ou vão alternando a decisão ao longo do tempo. Por exemplo, Leiria só lança impostos a partir de 1866/67; Peniche não lança impostos de 1860/61 a 1864/65 e, depois, entre 1866/67 e 1868/69; Porto de Mós não lança impostos em 1860/61 e depois em 1867/68.

Concelhos do Distrito de Leiria: taxas médias de impostos diretos (1860-1871)



Mapa 8

Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

As taxas aplicadas organizam-se em três grupos. O grupo com maior significado é o que oscila entre 30% e 40%, representado por 41,67% dos concelhos. Abaixo do limite inferior deste intervalo encontram-se os concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Leiria, Peniche, que representam 1/3 dos casos, sendo as Caldas da Rainha o concelho com a taxa média mais baixa (17,27%). Acima do limite superior, observam-se os casos de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, que representam, por seu turno, 25% dos concelhos; sendo Alvaiázere o concelho com a maior taxa média (54,4%), atingindo mesmo, nos últimos dois anos em análise, valores muito divergentes no contexto do Distrito (85,78% e 93,62%

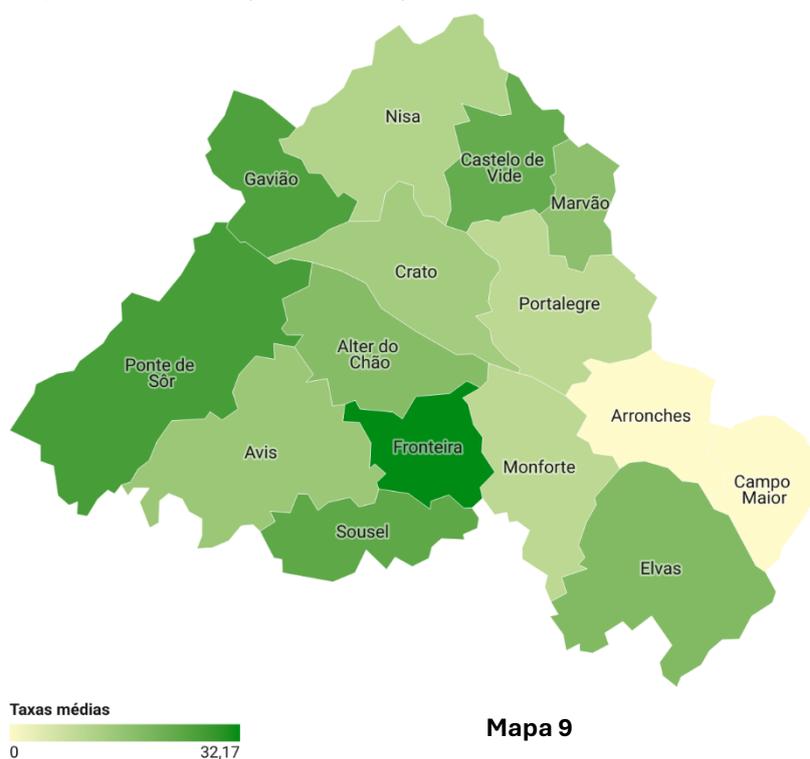
respetivamente). Emerge aqui a tendência clara de um maior nível de taxas nos concelhos do interior.

A variabilidade anual das taxas ocorre com frequência, embora a sua amplitude não seja muito significativa, o que não quer dizer que, por exemplo, em Pombal a taxa não apresente uma tendência para descida nos três primeiros anos (63% | 56,25% | 37%), suba nos dois seguintes (41% | 53%) para voltar a descer no ano seguinte (43%). Apesar destas variações, as taxas médias são inferiores no final do período em estudo face ao seu início (48,58% em 1860/61 VS 31% em 1871/72).

Os concelhos do **Distrito de Portalegre** (cf. **Mapa 9**) resistem significativamente ao lançamento destes impostos durante a década de 60, sobretudo nos primeiros anos. Em primeiro lugar, ocorrem dois casos onde nunca são lançados (Arronches e Campo Maior), embora em 1868/69 e 1869/70 lancem o imposto em trabalho,

mas, mesmo neste caso, a prática não se mantém constante. Depois, são vários os concelhos que só tardiamente começam a lançar estes impostos: Niza só a partir de 1865/66, Elvas 1866/67, Castelo de Vide 1863/64 e Gavião 1864/65 (embora lande, desde o início da década, imposto em trabalho).

Concelhos do Distrito de Portalegre: taxas médias de impostos diretos (1860-1871)

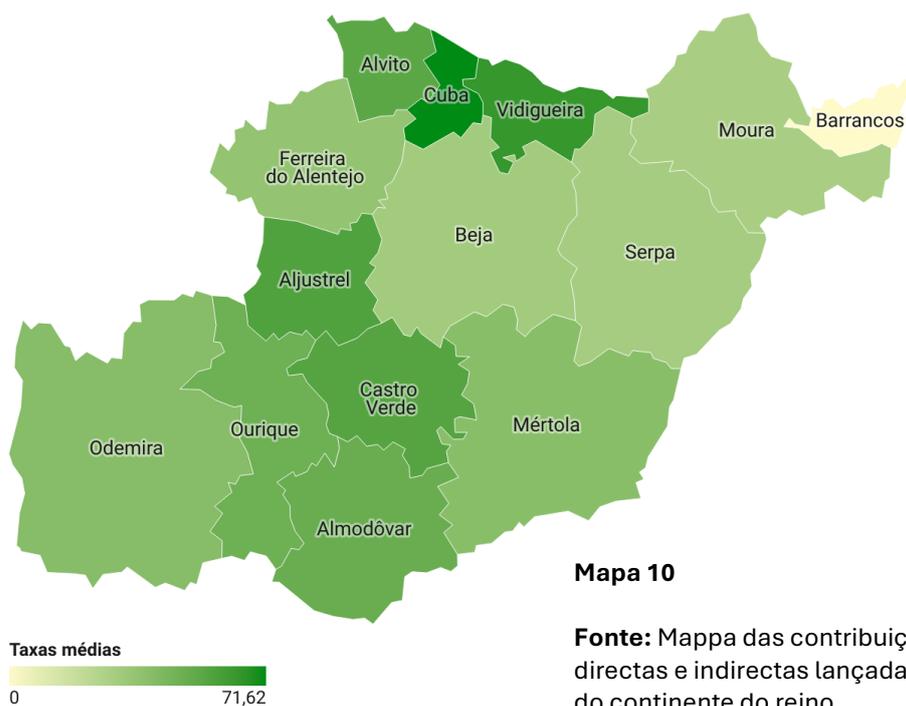


Fonte: Mappa das contribuições municipais directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino.

As taxas praticadas são genericamente baixas: em mais de metade dos concelhos (53,33%) oscilam entre 10% e 20%. Os concelhos com taxas médias mais baixas são os de Portalegre e Monforte, com 10%, e o de Fronteira o que apresenta a maior percentagem, mas, mesmo neste caso, pouco acima de 25% (26,92%).

A evolução das taxas ao longo do tempo apresenta uma amplitude reduzida, ocorrendo mesmo alguns casos em que o seu nível se mantém constante em anos subsequentes. De qualquer forma, as taxas médias no início dos anos 70 são claramente superiores ao início dos anos 60 (12,14% em 1860/61 VS 22,15% em 1871/72).

Concelhos do Distrito de Beja: taxas médias de impostos diretos (1860-1871)



Excetuando o caso de Barrancos, que só lança o imposto em 1860/61, posteriormente, o imposto em trabalho, mas apenas nos anos de 1868/69 e 1869/70, a maior parte dos concelhos do **Distrito de Beja** (cf. **Mapa 10**) lança

impostos diretos com regularidade ao longo destes anos. Episodicamente, Beja não lançou o imposto nos anos de 1860/61 e 1866/67 e Moura em 1861/62.

As taxas médias aplicadas são altas. Num grupo significativo de concelhos (42,86%), oscila entre 30%-50%. Em mais de 1/3 dos concelhos (35,71%) as taxas médias ultrapassam mesmo os 50%. Apenas Moura e Serpa apresentam uma taxa média inferior a 30% (28,66% e 29,98% respetivamente). É em Cuba que os proprietários são claramente mais pressionados com uma taxa média superior a 70 (71,62%).

A irregularidade das taxas ao longo do tempo é evidente, sendo raro o caso em que esta se mantém constante de ano para ano. Apesar disto, as taxas médias anuais são ligeiramente superiores no fim do período em análise (46,91% em 1860/61 VS 48,53% em 1871/72).

3. A receita fiscal no contexto da receita municipal

Em primeiro lugar, constata-se que a receita municipal cresce ao longo deste período (**cf. Gráfico 2**). No entanto, este crescimento está longe de ser linear; pelo contrário, as variações anuais são significativas, ora em sentido ascendente, ora descendente. Apesar destas variações, verifica-se uma tendência para o crescimento, contrariado no último ano económico representado: em 53% dos distritos a receita municipal é inferior em 1869/70 do que era no ano anterior.

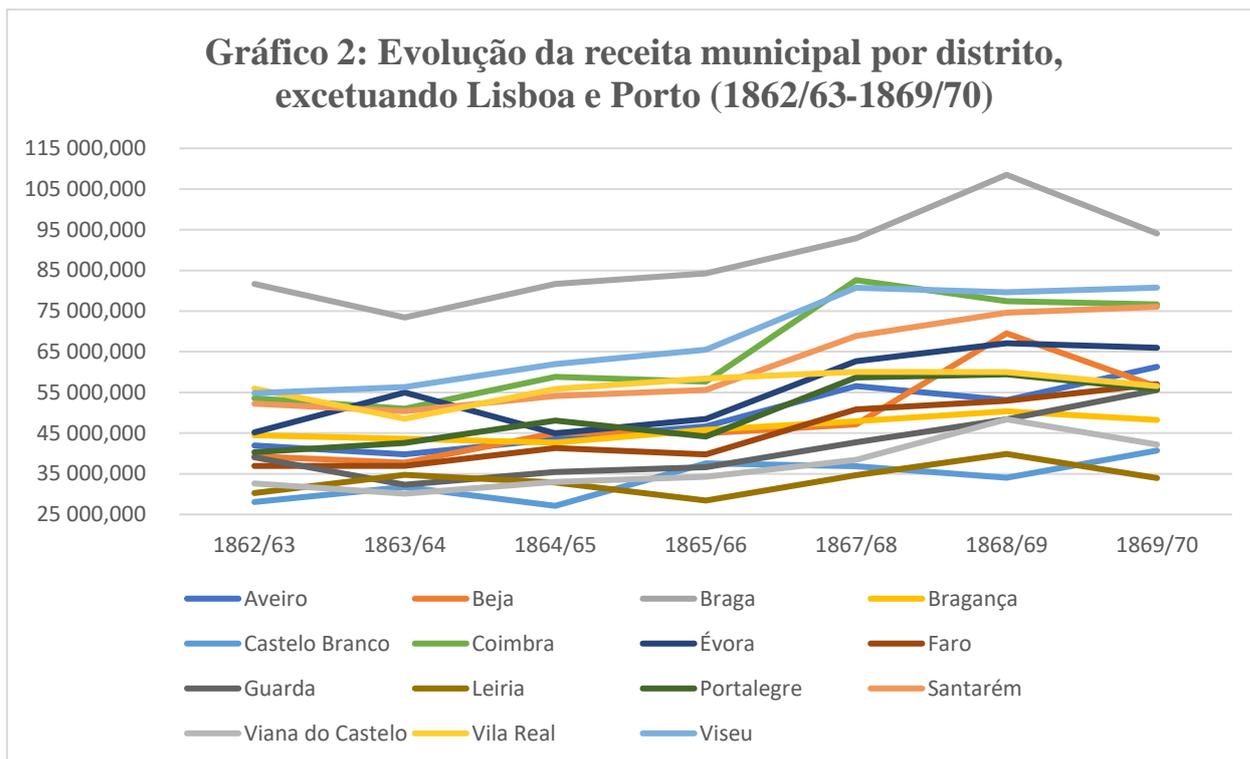


Gráfico 2

Fonte: Resumo das contas de receita das câmaras municipais.

Globalmente e excetuando os casos dos distritos de Lisboa e Porto, que apresentam uma receita claramente superior a todos os outros, em 40% dos distritos a receita municipal oscila entre 38 e 48 contos. Os escalões inferiores (de 28 a 38 contos) e superior (de 48 a 58 contos) apresentam a mesma importância relativa, na ordem dos 27% (26,57%). Assim, apesar do crescimento já referido, o nível da receita municipal é baixo, excetuando as três grandes circunscrições de Lisboa, Porto e Braga. No caso de Lisboa, a receita dos municípios desenvolve-se à volta dos 400 contos anuais (média= 387 380,790rs), enquanto no Porto atinge apenas metade (média= 197 499,630rs); no caso de Braga, e apesar de claramente superior às tendências centrais, a receita municipal não chega, em média, aos 90 contos (88 079,330rs).

Num número significativo de casos, representando 47,06% dos distritos, a receita fiscal municipal tem um peso de 50% ou superior na geração da receita municipal (**cf. Gráfico 3**).

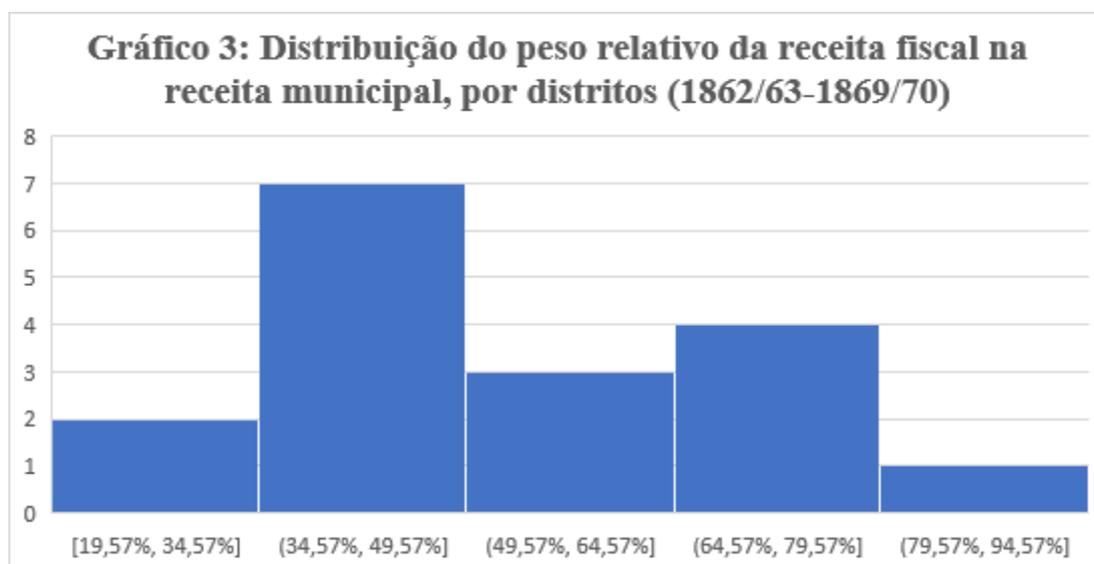


Gráfico 3

Fonte: Resumo das contas de receita das câmaras municipais.

Estes dados evidenciam que, se a importância da receita fiscal na geração da receita municipal não é ainda predominante em todos os Distritos, existe já uma tendência para que ela seja cada vez mais relevante. Em síntese, pode concluir-se que se assiste à construção do que pode ser designado por município fiscal.

Embora o peso relativo da receita fiscal seja predominantemente importante nos distritos do litoral, essa receita resulta sobretudo dos impostos indiretos; porque nos distritos de interior é a receita em impostos diretos que é mais relevante (**Cf. Tabela 1**). Os dados revelam a permanência, ao longo dos anos, dos distritos de Beja, Bragança, Évora e Guarda, aos quais se vai juntando Viseu, que permanece a partir de 1867/68. Nos anos seguintes juntar-se-ão mais distritos também de interior (Castelo Branco e Portalegre). Episodicamente podem emergir distritos do Litoral, como Leiria. O caso que foge a esta tendência é o do Distrito de Faro, que aparece consistentemente no grupo destes distritos, embora as características de Faro, enquanto distrito do litoral, não possam ser exatamente comparadas a Viana do Castelo, Lisboa ou Porto.

Tabela 1: Distritos nos quais o peso da receita em impostos diretos municipais é superior ao dos impostos indiretos

Fonte: Resumo das contas de receita das câmaras municipais.

| Anos | Distritos | Frequência absoluta | Frequência relativa |
|-------------|--|----------------------------|----------------------------|
| 1862/63 | Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda | 5 | 29,41% |
| 1863/64 | Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda, Viseu | 6 | 35,29% |
| 1864/65 | Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda | 5 | 29,41% |
| 1865/66 | Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda | 5 | 29,41% |
| 1867/68 | Beja, Bragança, Évora, Faro, Guarda, Viseu | 6 | 35,29% |
| 1868/69 | Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Viseu | 8 | 47,06% |
| 1869/70 | Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Viseu | 8 | 47,06% |

Torna-se evidente que é nos concelhos do interior, onde o desenvolvimento das trocas não permitia ainda uma grande arrecadação em impostos indiretos, que os proprietários são o principal sustento da receita municipal. São também estes os concelhos que lançam com mais regularidade impostos diretos e onde, em alguns casos, a dimensão das taxas é mais alta. No entanto, a dimensão do esforço exigido é diversa conforme os distritos se situam predominantemente no interior norte e centro ou sul.

Conclusões

O período de 12 anos, em análise neste estudo, parece configurar um momento de uma lenta estabilização da tributação direta municipal, embora sobretudo nos municípios do litoral ainda ocorram muitos casos nos quais, consistentemente, as administrações municipais optam por não usar esta fonte de receita. Também uma certa irregularidade no lançamento destes impostos, igualmente mais evidente nos concelhos do litoral, evidencia esta lenta adoção. Ao contrário, os concelhos do interior, particularmente no norte e centro, são os que mais cedo começam a lançar regularmente a contribuição direta municipal.

A grande variabilidade da dimensão das taxas no todo nacional é uma característica permanente, sendo que são tendencialmente mais altas nos concelhos do interior norte e centro, evidenciando mais uma vez a importância da tributação direta nestes concelhos. Mas não só a taxa varia significativamente entre os concelhos, como também dentro de cada concelho ao longo do tempo. As administrações municipais põem em prática uma espécie de jogo de taxas com uma amplitude muitas vezes significativa. As razões desta variação intra concelhia só poderá ser eventualmente compreendida na relação com a tributação indireta, podendo levantar-se a hipótese de que a política fiscal manipulava alternadamente a tributação direta e indireta, de forma a distribuir o esforço pelos contribuintes, ou como afirma o Presidente da Câmara Municipal de Lamego no ano económico de 1875/76 “ir procurar à contribuição direta os recursos será fazer passar o sacrifício sobre a propriedade e a indústria. Exigi-las só das contribuições indiretas fará também aumentar muito a pauta dos géneros tributados e tornar odiosa a cobrança sem reconhecida vantagem para a receita municipal”.

De qualquer forma, o que é mais relevante assinalar é que, ao contrário da tendência do Estado Central que baseava a tributação sobretudo nos impostos aduaneiros e indiretos internos, a tributação municipal atribui progressivamente uma relevante importância à tributação direta. O facto desta tributação ser mais relevante nos municípios de interior e menos nos do litoral, tanto mais que se demonstrou igualmente que a importância deste tipo receita fiscal na geração da

receita municipal é também mais importante nessas regiões, pode dar azo a vários tipos de interpretações, nem todas com possibilidade de ser, neste momento, validadas. Em primeiro lugar, não parece ser particularmente discutível a evidência de que é nos concelhos onde o sistema de trocas é mais desenvolvido, ou seja, os do litoral em que as administrações municipais mais resistem ao lançamento de impostos diretos, porque a receita advinda dos impostos indiretos seria potencialmente mais importante. Ao contrário, um sistema de trocas menos desenvolvido no interior tornaria imprescindível o recurso à tributação direta. Considerando a variável da apropriação do poder pelas elites, conviria também perceber se são os concelhos onde a burguesia controlou mais efetivamente o poder local aqueles em que as administrações concelhias mais resistiram ao lançamento de contribuições diretas. De qualquer forma, e partindo do princípio que a substituição da elite de Antigo Regime pela Liberal foi um fenómeno transversal em todo o território, então teremos de aceitar que, mais obrigados ou mais participantes, os proprietários do interior do país se viram na circunstância de terem que participar na geração dos recursos financeiros minimamente necessários à gestão municipal. A menor dimensão das taxas a sul do que a norte pode estar, eventualmente, relacionada com a estrutura da propriedade, ou seja, no domínio da pequena propriedade os seus detentores não teriam força suficiente para reduzir o nível de tributação, enquanto os grandes proprietários a sul teriam mais condições para exercer essa pressão.

Pode, desta forma, concluir-se que o sistema de tributação municipal aponta para uma menor regressividade do que o nacional, embora não seja possível excluir da equação a sua dependência face à tributação nacional. Se a eficácia e eficiência da tributação direta nacional era muito reduzida, então não só os concelhos se viam na circunstância de aumentar as taxas locais, como a receita daí gerada podia, mesmo assim, não ser particularmente significativa. Por outro lado, este sistema que os municípios vão criando não tem qualquer progressividade, todos os proprietários pagam a mesma taxa, o que obviamente penaliza mais os pequenos e médios proprietários. Se a isto adicionarmos a grande variabilidade das taxas em cada caso, é difícil para os agentes económicos gerirem

de forma minimamente estável o custo da fiscalidade na sua exploração. Com esta realidade a economia local ver-se-ia igualmente sujeita a uma grande variabilidade, dificultando a aplicação de qualquer estratégia de desenvolvimento a mais médio/longo prazo.

Por último, estas variabilidades também criam, previsivelmente, uma alta instabilidade na receita municipal, cada vez mais dependente da receita fiscal, o que igualmente dificulta a gestão de estratégias ou projetos de média/longa duração.

Referências

Fontes

PORTUGAL, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, *Mappa das contribuições municipaes directas e indirectas lançadas pelas camaras do continente do reino no anno economico de...* (1860-1861, 1861-1862, 1862-1863, 1863-1864, 1864-1865, 1865-1866, 1866-1867, 1867-1868, 1868-1869, 1869-1870, 1870-1871, 1871-1872).

PORTUGAL, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, *Resumo das contas de receita das câmaras municipaes dos districtos administrativos do reino no ano...* (1862-1863, 1863-1864, 1864-1865, 1865-1866, 1867-1868, 1868-1869, 1869-1870).

PORTUGAL. Leis e decretos, etc.- Código Administrativo de 1842. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

PORTUGAL. Leis e decretos, etc. - Lei de 10/06/1843. Diário do Governo, nº 142, 20/06/1843, p.128

PORTUGAL. Leis e decretos, etc. – Decreto de 06/06/1864. Diário de Lisboa, nº 125, 07/06/1864, p. 223- 226

Bibliografia

CARDOSO, José Luís, & LAINS, Pedro, “*Public finances in Portugal: 1796-1910*”, in *Paying for the Liberal State: the rise of public finance in nineteenth century Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp.251-278.

KISER, Edgar, & KARCESKI, Steven, “Political Economy of Taxation”, in *Annual Review of Political Science*, Vol. 20, 2017, 75-92.
<https://ssrn.com/abstract=2968079> ou <http://dx.doi.org/10.1146/annurev-polisci-052615-025442>

MATA, Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

WHITESIDE, H., “Beyond death and taxes: Fiscal studies and the fiscal state”, in *Environment and Planning A: Economy and Space*, 55(7), 2023, 1744-1761.
<https://doi.org/10.1177/0308518X21993125>

A defesa e a resistência ao aparecimento de uma nova espacialidade eclesiástica: o caso da diocese de Viana do Castelo (1977)

João Francisco Pereira (HTC – NOVA FCSH/CFE-UC e CEHR – UCP)

Resumo

A organização territorial da estrutura eclesiástica portuguesa teve vários desenvolvimentos no século XX, sendo que uma das suas últimas concretizações foi a constituição da diocese de Viana do Castelo em 1977. Não obstante, este processo contou não só com apoio, mas também com oposição, de tal forma que chegou mesmo a ser interrompido. Em 1977 algumas mudanças permitiram que a Santa Sé constituísse canonicamente a nova diocese que correspondia, na prática, ao distrito de Viana do Castelo, cumprindo assim as recomendações do II Concílio Vaticano que recomendara que as circunscrições eclesiais correspondessem, quando possível, às circunscrições civis.

Palavras-chaves: Braga; D. Francisco Maria da Silva; Diocese; Viana do Castelo.

Abstract

The territorial organization of the Portuguese ecclesiastical structure underwent several developments in the 20th century, one of its last achievements being the constitution of the diocese of Viana do Castelo in 1977. However, this process had not only support, but also opposition, in such a way that it was interrupted. In 1977 some changes allowed the Holy See to canonically constitute the new diocese that corresponded, in practice, to the district of Viana do Castelo, thus fulfilling the recommendations of the II Vatican Council which had recommended that ecclesiastical circumscriptions correspond, when possible, to civil circumscriptions.

Keywords: Braga; D. Francisco Maria da Silva; Diocese; Viana do Castelo.

Introdução

A configuração das atuais dioceses portuguesas tem uma história que remonta, por vezes, a períodos anteriores à fundação de Portugal. A última reconfiguração do espaço eclesial português deu-se na década de setenta do século passado, no seguimento da evolução de determinados territórios e das diretivas do Concílio Vaticano II para a reorganização territorial da Igreja católica. Neste sentido, foram criadas as dioceses de Setúbal e Santarém, em 1975, e a de Viana do Castelo em 1977.

Este trabalho versa o caso da diocese de Viana do Castelo que, contrariamente àquilo que sucedeu nos casos de Setúbal e Santarém, em que o apoio dos respetivos prelados à criação destas dioceses foi constante, a resistência partiu precisamente de D. Francisco Maria da Silva¹¹⁹, responsável pela arquidiocese de Braga, da qual o território de Viana do Castelo fazia parte.

O II Concílio do Vaticano, pelo decreto *Christus Dominus* determinava que um dos pressupostos para o desmembramento territorial de uma diocese era a solicitação pelo seu bispo para que tal divisão ocorresse. Esse facto não sucedeu no caso de Viana do Castelo, ainda assim, esta diocese veio a ser instituída canonicamente em 1977.

1. A diocese na Igreja

A diocese tem sido, na Igreja católica, a forma mais comum de organização territorial, ainda que não seja a única (existem também a Prelatura Pessoal, o Vicariato Apostólico, a Prefeitura Apostólica, etc.).

No Concílio Vaticano II, que decorreu entre 11 de outubro de 1962 e 8 de dezembro de 1965, foram produzidos vários documentos. Os principais e mais programáticos foram as suas quatro constituições (*Sacrosanctum Concilium*, *Dei Verbum*, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*) onde a Igreja católica refletia sobre si

¹¹⁹ Francisco Maria da Silva nasceu na Murtosa a 15 de março de 1910 e faleceu em Braga no dia 14 de abril de 1977 (67 anos), foi arcebispo de Braga de 12 de dezembro de 1963 até à sua morte.

mesma e sobre o seu papel no mundo contemporâneo, procurando superar o desajuste existente entre as suas estruturas e a realidade onde se inseria.

Além das quatro constituições referidas, foram ainda votados e aprovados vários decretos. Aquele que de maneira mais direta incide sobre a problemática aqui abordada foi o decreto *Christus Dominus*, publicado a 28 de outubro de 1965, que se referia ao «múnus pastoral dos bispos na Igreja».

No segundo capítulo deste decreto, os padres conciliares formularam a «Noção de diocese e ofício do Bispo na diocese»:

«Diocese é a porção do Povo de Deus, que se confia a um Bispo para que a apascente com a colaboração do presbitério, de tal modo que, unida ao seu pastor (...) constitui uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica.

Cada Bispo, a quem é confiada uma igreja particular, apascenta em nome do Senhor as suas ovelhas, sob a autoridade do Sumo Pontífice, como próprio, ordinário e imediato pastor, exercendo em favor das mesmas o múnus de ensinar, santificar e governar. Deve, porém, reconhecer os direitos que legitimamente competem quer aos Patriarcas quer a outras autoridades hierárquicas.»

O mesmo decreto trata ainda a questão dos limites territoriais das dioceses e a necessidade da sua revisão:

«Para se conseguir a finalidade própria da diocese, é preciso que a natureza da Igreja se manifeste claramente no Povo de Deus que pertence à diocese; que os Bispos possam cumprir eficazmente nelas; os próprios deveres pastorais; e que, finalmente, se atenda, o mais perfeitamente possível, à salvação do Povo de Deus.

Isto exige quer a conveniente delimitação territorial das dioceses, quer uma distribuição dos clérigos e dos recursos racional e correspondente às exigências do apostolado. Tudo isto reverte em benefício não só dos

clérigos e dos fiéis directamente interessados mas também de toda a Igreja católica.

Portanto, em matéria de limites das dioceses, o sagrado Concílio dispõe que, na medida em que o bem das almas o exigir, quanto antes se realize com prudência a conveniente revisão, dividindo ou desmembrando ou unindo dioceses, alterando limites ou transferindo para locais mais convenientes as sedes episcopais, ou, por fim, sobretudo quando se tratar de dioceses que compreendem grandes cidades, dando-lhes nova organização interna.»

As normas de carácter geral são as seguintes:

«Na revisão dos limites das dioceses, salvaguarde-se, primeiro que tudo, a unidade orgânica de cada diocese quanto a pessoas, cargos e instituições, à semelhança dum corpo vivo. Em cada caso, depois de examinadas atentamente todas as circunstâncias, tenham-se presentes os critérios gerais seguintes:

1) Ao determinar os limites da diocese, atenda-se, quanto possível, à variedade da composição do Povo de Deus, o que muito pode concorrer para o melhor exercício da acção pastoral. Ao mesmo tempo, faça-se o possível por que os agrupamentos demográficos, com os organismos civis e as instituições sociais que constituem a sua estrutura orgânica, se conservem unidos quanto for possível. Por isso, o território de cada diocese deve apresentar-se contínuo.

Se o caso o permitir, atenda-se aos limites das circunscrições civis, e também às circunstâncias particulares de pessoas e lugares: psicológicas, económicas, geográficas, históricas.

2) Geralmente, a extensão do território diocesano e o número dos seus habitantes sejam tais que, por um lado, o Bispo, embora ajudado por outros, possa exercer os seus deveres pontificais, fazer

convenientemente as visitas pastorais, dirigir e coordenar todas as obras de apostolado, e, sobretudo, conhecer os seus sacerdotes e também os religiosos e os leigos que participam de algum modo nas actividades diocesanas (...).

3) Por último, para que na diocese se possa atender melhor ao ministério da salvação, tenha-se como regra que em cada diocese há-de haver clérigos, pelo menos suficientes em número e preparação, que se dediquem a cultivar devidamente o Povo de Deus; não faltem os serviços, instituições e obras que são próprios duma igreja particular e que se reconhecem necessários para o bom governo e apostolado; deve haver, finalmente, para a sustentação das pessoas e das instituições diocesanas, os meios necessários certos ou pelo menos a previsão prudente de que eles não hão-de faltar vindos doutras fontes.»

Por fim, o concílio recomendava que decisões respeitantes a este assunto fossem examinadas pelas recém-criadas conferências episcopais, podendo estas, se necessário, constituir comissões especiais para estudar e avaliar as situações.

2. A defesa e a resistência ao aparecimento de uma nova espacialidade eclesiástica: o caso da diocese de Viana do Castelo (1977)

O processo que levou à constituição da diocese de Viana do Castelo foi conflituoso. Essa conflitualidade, aliás, é perceptível na documentação que foi produzida naquele período na qual se afrontaram setores a favor e contra a constituição daquela espacialidade eclesiástica.

Com base na documentação consultada no Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, na sua grande parte produzida em 1970, é possível historiar com alguma clareza este processo.

2.1. Argumentação pró-diocese de Viana do Castelo

Sendo uma possibilidade que já havia sido colocada com alguma periodicidade, no seguimento do Concílio Vaticano II e, conseqüentemente, de surgir na Igreja portuguesa o projeto de serem criadas novas dioceses, a questão de uma diocese para Viana do Castelo voltou a ser despertada em janeiro de 1970 com a *Mensagem dos Católicos do Alto-Minho a Sua Santidade Paulo VI pedindo a criação da diocese de Viana do Castelo*¹²⁰. O argumento considerado primacial nesta petição é a designada imperiosa «necessidade pastoral» perante uma situação económica, social, moral e cultural em acelerada evolução sociológica e histórica.

Os peticionários construíram a sua argumentação apoiando-se unicamente na autoridade da doutrina conciliar e sem versar questões que pudessem ser melindrosas para as autoridades eclesiásticas ou que causassem bloqueios junto do episcopado nacional.

A 11 de maio de 1970, a Comissão Pró-Diocese de Viana do Castelo enviou a todos os bispos de Portugal continental e insular um *Memorial*¹²¹ onde foi referido o seguinte: «há 452 anos que os católicos do Alto-Minho trabalham pela criação da sua diocese de Viana do Castelo». Os pedidos à Santa Sé terão ocorrido em 1545, 1926, 1942, (1964?) e 1970. Em seguida resumiam-se os motivos que sustentavam aquele pedido:

- a) Primeiramente, o distrito de Viana do Castelo preencheria os requisitos requeridos pelo Concílio Vaticano II para aí ser constituída uma diocese. Essa necessidade advinha da existência de obstáculos à ação da Igreja tais como a dispersão da população, a disparidade de meios sociológicos, psicológicos e até comerciais entre os distritos de Viana do Castelo e Braga – o primeiro era agrícola e emigratório, o segundo também era agrícola, mas mais industrializado; por fim, o Alto Minho estaria a ser influenciado pela

¹²⁰ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Mensagem dos Católicos do Alto-Minho a Sua Santidade Paulo VI pedindo a criação da diocese de Viana do Castelo*.

¹²¹ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Memorial*.

emigração para países de tradição protestante, de tal modo que a própria região estaria «infestada por tal erro»;

- b) Mesmo sem as paróquias do distrito de Viana do Castelo, Braga permaneceria ainda uma grande arquidiocese com 536 freguesias e uma população que se aproximava rapidamente do milhão de habitantes;
- c) A população do distrito de Viana do Castelo vinha também ela a crescer (inclusive a sua população operária);
- d) Os petiçãoários recordavam que o então arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, quando exercera as funções de bispo-auxiliar de Braga, teria afirmado perante «perante muitas pessoas de categoria social» que a criação da diocese de Viana do Castelo era uma necessidade. E já como arcebispo de Braga, o mesmo prelado teria feito declarações que indicavam que a sua arquidiocese constituía uma realidade cada vez mais difícil de abarcar;
- e) O distrito de Viana do Castelo tinha clero suficiente, bem como seminaristas, para se bastar;
- f) A criação da nova diocese não dificultaria os serviços nem aumentaria significativamente as despesas;
- g) Um bispo em Viana do Castelo que fosse auxiliado pelas várias ordens e congregações religiosas com casa naquele distrito teria maiores possibilidades de potenciar a vida religiosa do Alto Minho;
- h) Relativamente ao património, constava que vários bens legados em testamento à futura diocese se perderam pelo facto de a diocese não ter sido ainda criada. Por outro lado, os católicos da região encontravam-se na disposição de contribuir para o sustento da nova diocese. Além disso, o património da arquidiocese de Braga teria sido adquirido também com o contributo dos católicos de Viana do Castelo. Assim sendo, os petiçãoários consideravam ser justo que sendo criada a nova diocese, o património fosse

dividido. Deste modo, a diocese de Viana do Castelo ficaria com a posse do convento de S. Domingos, o Colégio do Minho, a Casa da Associação Patriótica Nuno Álvares, Quinta de S. Lourenço (em Darque) e o Colégio de Monção;

- i) Argumentava-se ainda que a Cúria, na parte que respeitava a Viana do Castelo, movimentava verba suficiente que justificaria uma nova diocese;
- j) Por fim, a criação da diocese de Viana do Castelo seria, na prática, a restauração da antiga administração eclesiástica de Valença, que tinha existido entre 1381 e 1474, tornando-se apenas necessário ajustar os limites da divisão administrativa vigente.

Depois da exposição destes argumentos, os peticionários resumiam a necessidade de ser constituída a diocese de Viana do Castelo em quatro pontos:

- 1) Braga permaneceria diocese de dimensão considerável, com cerca de um milhão de habitantes;
- 2) A fundação da diocese de Viana do Castelo não era solicitada por causa das distâncias entre as paróquias e a sede do arcebispado (Braga), mas sim por razões de «apostolado»;
- 3) A concessão de um bispo-auxiliar não bastaria para prover às necessidades exigidas pelos tempos atuais. Afirmavam que «um bispo que andasse sempre em visita, precisava de 830 dias para percorrer, sem demoras, toda a Arquidiocese»;
- 4) Concluía com afirmação do contraste existente entre o meio sociológico, psicológico e comercial de Viana do Castelo e de Braga.

O *Memorial* concluía com as últimas considerações dos peticionários relativamente à necessidade da constituição de uma diocese no Alto Minho que, no seu entender, derivava diretamente da perceção de que população católica do distrito de Viana do Castelo estaria a ser «batida pelos males modernos» e que por

sua vez não era suficientemente assistida pela arquidiocese de Braga. Derivava também da grande quantidade paróquias em que se dividia o distrito de Viana do Castelo, bem como da sua dispersão. Por fim, existiam meios humanos e materiais suficientes para assegurar o correto funcionamento da nova diocese.

Nos últimos parágrafos deste *Memorial*, os peticionários afirmavam aos bispos que constituíam a Conferência Episcopal Portuguesa que aquilo que movia a Comissão era sobretudo o bem espiritual dos católicos, concluindo deste modo: «Criada a diocese de Viana, muito pode ser salvo; não criada, muito se perderá e continuará a perder».¹²²

2.2. Argumentação contra a criação da diocese de Viana do Castelo

Tendo conhecimento que a Comissão Pró-diocese de Viana do Castelo se movimentava e que tinha enviado a cada bispo um exemplar da petição dirigida ao papa, o arcebispo de Braga quis dar a conhecer aos bispos portugueses qual era a sua posição, ressaltando que acataria sempre a superior decisão da Santa Sé relativamente ao assunto.

Neste sentido, apresentou-lhes os resultados de uma consulta que havia sido feita ao clero do distrito de Viana do Castelo em 1941, afirmando que desde então a ideia da nova diocese não tinha granjeado junto do seu clero um apoio expressivo. Revelou também os resultados de um outro inquérito com data de 17 março 1970¹²³.

¹²² PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Memorial*.

¹²³ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Parecer do Clero Paroquial do Distrito de Viana do Castelo sobre o Problema: Uma diocese para o Alto Minho com sede na cidade de Viana do Castelo*.

Quadro 1 – Pareceres do clero do distrito de Viana do Castelo sobre a criação da diocese em 1941 e 1970

| | 1941 | 1970 |
|------------------------------|------|------|
| A favor | 18 | 17 |
| Contra | 132 | 105 |
| Indiferentes ou sob condição | --- | 19 |
| Abstenções | 23 | 50 |
| Total | 173 | 191 |

A 16 de fevereiro de 1970, o arcebispo de Braga escreveu ao cardeal-patriarca de Lisboa fazendo-lhe chegar o seu pensamento através do documento *Problema de uma diocese para o Alto Minho com sede em Viana do Castelo*¹²⁴.

Este documento, aliás, foi enviado por D. Francisco Maria da Silva, à semelhança do *Memorial* dos defensores da nova diocese, ao episcopado português, de modo que este pudesse conhecer a sua posição sobre o assunto em causa.

Desde logo, o arcebispo de Braga faz saber aos seus pares que aquando da sua audiência com Paulo VI no dia 15 de janeiro daquele ano, o papa lhe teria referido o «problema da divisão da Diocese». D. Francisco afirmava então que a sua atitude face àquela questão seria sempre de obediência àquilo que fosse

¹²⁴ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Problema de uma diocese para o Alto Minho com sede em Viana do Castelo*.

determinado pela Santa Sé. Ainda assim, como o papa lhe fez saber que a Conferência Episcopal Portuguesa seria consultada, o arcebispo de Braga quis «historiar o problema» e «analisar as novas razões a favor [da diocese de Viana do Castelo], se existem».

A argumentação desenvolve-se em torno da antiguidade da arquidiocese de Braga, do seu relevo na história mesmo antes da nacionalidade, sobretudo entre os séculos IV e VII. São referidos os sucessivos desmembramentos da sua diocese que outrora se estendia sobre todo o norte do país. Primeiramente em 1545, com a constituição da diocese de Miranda; em 1882 com a redefinição dos limites de algumas dioceses, tendo Braga perdido território para Bragança, Lamego e Porto; e finalmente em 1922 fora criada a diocese de Vila Real. Outro desmembramento significaria, no seu entendimento, que a arquidiocese de Braga passaria a ser «minúscula» em relação às outras e deste modo seria reduzida à «insignificância» a «diocese mãe das outras dioceses do país, a Primaz», sendo tal perspetiva encarada como dolorosa pela parte do prelado bracarense que considerava que Braga só deveria ser desmembrada por «fortes razões pastorais». Compara ainda a sua arquidiocese às dioceses históricas de Milão e Compostela que «permaneceram indivisas» e conclui que a solução para o problema que se levantava passava pela concessão à arquidiocese de Braga de um ou dois bispos-auxiliares.

Relativamente à pretensão de Viana ser diocese, assume como suas as considerações de um dos seus predecessores, D. António Martins Júnior, que sobre mesmo assunto já se tinha pronunciado em 1926. Considerava aquele prelado que tal reivindicação era feita por «motivos de carácter pessoal» de alguns sacerdotes e «um estreito sentimento de bairrismo particularista» que «não vale nada em comparação da glória refulgente e mais que milenária da sua velha e veneranda diocese bracarense».

Referindo o parecer de outro seu antecessor, D. Manuel Vieira Matos, considera que a diocese de Braga era já pequena o suficiente e que existia facilidade de comunicação que lhe teria permitido visitar o clero da diocese. Refere

ainda que com a criação da diocese de Vila Real já tinha sido subtraída a Braga a sua região mais rica, se fosse criada a diocese de Viana do Castelo nem esta nem Braga teriam recursos para subsistir.

Refere ainda que, em 1941, quando o problema se colocou novamente, D. António Martins Júnior opôs-se afirmando que a criação da diocese de Viana do Castelo «não é necessária aos interesses espirituais dos fiéis, nem ao governo eclesiástico, nem seria oportuna, mas prejudicial».

A questão voltou a colocar-se em 1964 (período de sucessão episcopal em Braga), mas sem sucesso, tendo o problema sido atenuado com a nomeação de bispos-auxiliares.

Em 1969, a arquidiocese de Braga ficou sem um dos bispos-auxiliares¹²⁵ e no ano seguinte o assunto ressurgiu. O arcebispo de Braga procurou rebater todos os argumentos apresentados na petição de 1970 e identificou os peticionários como «políticos e funcionários públicos, alguns de fora do distrito, que veem o problema sob o aspecto de prestígio para a cidade de Viana do Castelo».

D. Francisco Maria da Silva reafirmava que, no entanto, aceitaria o veredito da Santa Sé, mas não deixava de frisar que a questão se poderia resolver com a concessão de um bispo-auxiliar.¹²⁶

Entretanto, também no ano de 1970 começaram a circular duas pequenas publicações, uma intitulada *Pela Integridade da Arquidiocese Primaz* e a outra *Para que dividir a Diocese de Braga?*. Estes opúsculos foram escritos numa abordagem mais polémica, procurando atacar e rebater os argumentos a favor da constituição da diocese de Viana do Castelo, procurando desacreditar os seus proponentes.

¹²⁵ Trata-se de D. António Ribeiro que foi transferido para o Patriarcado de Lisboa como bispo-auxiliar, em 1971 sucedeu ao cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

¹²⁶ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Problema de uma diocese para o Alto Minho com sede em Viana do Castelo*.

O primeiro era uma recolha de artigos publicados no *Correio do Minho* por Augusto Martins¹²⁷. Num desses artigos afirmava-se o seguinte:

*«que estará por detrás da ficção? Digamos nós o que os peticionários secessionistas vianenses não tiveram a sinceridade, a coragem de o dizer. Eles pretendem unicamente, satisfazer um capricho, servir interesses materiais, corresponder a um propósito suspicaz, mas também claramente sumptuário. Entendem uns que um Bispado dará maior categoria à cidade e que várias pessoas que presentemente não vão até Viana do Castelo ou ali vão raras vezes, quer obrigatoriamente, quer aliciadas, passarão a aparecer com maior frequência pela princesa do Lima. Outros terão no seu pensamento a existência duma Sé, com respectivo Cabido e, logo, com uns tantos cónegos. Quanto aos primeiros, reconhecemos que se determinam por espírito bairristas, esse merece compreensão e até simpatia; mas, em relação aos segundos, temos que lamentar não estarem as suas aspirações de acordo com a humildade que Cristo pregou pelo mundo, e que o Concílio Vaticano II mais uma vez proclamou.»*¹²⁸

No outro opúsculo, *Para que dividir a Diocese de Braga?*, coligiram-se os principais argumentos dos proponentes da diocese de Viana do Castelo para rebater cada um deles. A arquidiocese de Braga era aí apresentada como «diocese ideal em população e superfície», como «diocese-piloto» e procurou-se demonstrar, através dos exemplos das dioceses de Vila Real e Faro, que circunscrições diocesanas pequenas não eram desejáveis porque lhes faltariam os recursos humanos e materiais para a sua subsistência.¹²⁹

¹²⁷ Membro da Sociedade de Língua Portuguesa, da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

¹²⁸ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Pela Integridade da Arquidiocese Primaz*, pp. 17-18.

¹²⁹ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Para que dividir a Diocese de Braga?*

3. Adiamento da questão

Em 1970, a possibilidade de ser constituída a diocese de Viana do Castelo foi debatida na reunião da Conferência Episcopal Portuguesa decorrida entre 9 e 13 de novembro.

O arcebispo de Braga tomou a iniciativa de se pronunciar sobre o assunto insistindo que, na sua perspectiva, o problema ficaria resolvido pela concessão de um bispo-auxiliar. A demora da Santa Sé em conceder-lho fez com que o movimento pró-diocese avançasse e agora Roma queria saber o parecer da Conferência Episcopal. Para D. Francisco ainda não tinha chegado o momento de dizer sim ou não e insinua que são forças políticas locais que se agitavam e debatiam, assim como um pequeno setor clerical com «fins porventura pouco rectos», que desejavam criar um novo problema à autoridade eclesiástica, a acrescentar aos que considerava já existirem¹³⁰.

Depois disso pediu licença aos outros bispos para se retirar para que estes pudessem discutir o problema sem constrangimentos. D. Domingos de Pinho Brandão, que era um dos três bispos encarregados de estudar a possibilidade de ser criada a diocese de Viana do Castelo¹³¹, pediu-lhe que não o fizesse e informou a assembleia que ainda se encontravam na fase de colheita de dados e informações locais. Referiu também que tinha recebido várias cartas com posições favoráveis à criação da diocese, não obstante, afirmava ser ainda necessário a realização de estudos mais detalhados de carácter demográfico.

A 17 de novembro de 1970, o cardeal Cerejeira, cuja diocese também se encontrava em processo de desmembramento para a criação das dioceses de Santarém e Setúbal, percebendo o melindre da situação, dirige uma carta ao arcebispo de Braga onde recomenda que se suspenda o processo relativo à criação

¹³⁰ PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Extracto da Acta da Assembleia da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole, realizada de 9 a 13 de Novembro de 1970, na parte referente ao estudo da criação da diocese de Viana do Castelo.*

¹³¹ Os três bispos encarregues de estudar a possibilidade de criação da diocese de Viana do Castelo eram D. António Cardoso da Cunha (bispo de Vila Real), D. Américo Henriques (bispo-coadjutor de Lamego) e D. Domingos de Pinho Brandão (bispo-auxiliar de Leiria).

da diocese de Viana do Castelo, uma vez que se verificava que aquela questão tinha «incendiado» os grupos a favor e contra, sendo necessária serenidade entre as partes interessadas para que se viesse a aceitar a melhor solução, quando esta fosse encontrada¹³².

Desfecho e conclusão

De facto, a oposição mais veemente à divisão da arquidiocese de Braga partira sempre do próprio arcebispo, portanto, quando este faleceu no dia 14 de abril de 1977, o processo foi retomado e a diocese de Viana do Castelo foi erigida canonicamente, sem demoras, pela Constituição Apostólica *Ad aptiorem populi Dei*¹³³, de dia 3 de novembro de 1977, o mesmo dia em que fora nomeado o sucessor de D. Francisco, D. Eurico Dias Nogueira. O primeiro bispo de Viana do Castelo foi D. Júlio Tavares Rebimbas¹³⁴, personalidade com vasta experiência no governo eclesiástico, primeiramente na diocese de Aveiro, de onde era originário, onde tinha ocupado as funções de vigário-geral. Em 1965 foi nomeado bispo do Algarve onde permaneceu até 1972, ano em que foi nomeado arcebispo de Mitilene (ou seja, bispo-auxiliar do Patriarcado de Lisboa). Entre 1982 e 1997 desempenhou ainda o cargo de bispo do Porto.

Além daquilo que já foi exposto, a problemática da constituição da diocese de Viana do Castelo relaciona-se primeiramente com o desenvolvimento da região litoral do Alto Minho que apresentava, à época, um significativo aumento demográfico. Este encontra a sua razão na imigração que, por sua vez, era atraída pelo crescimento do setor das pescas e pelo porto de Viana do Castelo.

A aspiração de constituição desta diocese colidia com setores eclesiais bracarenses que relacionavam o prestígio da arquidiocese à sua extensão

¹³² PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *carta do cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao arcebispo-primaz de Braga D. Francisco Maria da Silva aconselhando a interrupção no estudo preparatório para a constituição de uma nova diocese com sede em Viana do Castelo (17-11-1970)*.

¹³³ A diocese de Viana do Castelo abrange, geograficamente, 10 Arciprestados – Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira.

¹³⁴ Júlio Tavares Rebimbas nasceu na Murtosa, Bunheiro, a 21 de janeiro de 1922 e faleceu no Porto a 6 de dezembro de 2010.

territorial. O problema não era apenas uma questão de território, mas do número de paróquias e o que isso significava economicamente para o arcebispado.

Na argumentação daqueles que rejeitavam a criação da diocese de Viana estava latente um catolicismo saudosista que resistia à alteração da vida e da organização da Igreja católica conciliar ainda que, no fim do processo, tenha sido a corrente renovadora a prevalecer.

Referências

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *carta do cardeal-patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira ao arcebispo-primaz de Braga D. Francisco Maria da Silva aconselhando a interrupção no estudo preparatório para a constituição de uma nova diocese com sede em Viana do Castelo (17-11-1970).*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Extracto da Acta da Assembleia da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole, realizada de 9 a 13 de Novembro de 1970, na parte referente ao estudo da criação da diocese de Viana do Castelo.*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Memorial.*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Mensagem dos Católicos do Alto-Minho a Sua Santidade Paulo VI pedindo a criação da diocese de Viana do Castelo.*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Para que dividir a Diocese de Braga?*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Parecer do Clero Paroquial do Distrito de Viana do Castelo sobre o Problema: Uma diocese para o Alto Minho com sede na cidade de Viana do Castelo.*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Pela Integridade da Arquidiocese Primaz.*

PT/AHPL/PAT14-SP/D-02/01/038, *Problema de uma diocese para o Alto Minho com sede em Viana do Castelo.*

As políticas de saúde e a higiene pública na Câmara Municipal do Porto durante a Primeira República (1910-1926)

Jorge Mota (FLUP)

Resumo

Num contexto marcado pelo discurso médico e higienista, que sublinhava o depauperamento das populações e apelava a uma revolução sanitária, os edis republicanos e socialistas da Câmara Municipal do Porto, durante a I República, discutiram e gizaram planos de ação autárquica. O nosso texto procurou, através das atas das sessões municipais, compreender o discurso e o desempenho da municipalidade portuense, no âmbito da higiene e da saúde pública.

Palavras-chave: Porto; saúde pública; higiene; República.

Abstract

In a context marked by medical and hygienist discourse, which highlighted the depletion of populations and called for a health revolution, the republican and socialist mayors of the Porto City Council, during the First Republic, discussed and drew up plans for municipal action. Our text sought, through the minutes of municipal sessions, to understand the discourse and actions of the municipality of Porto in the context of hygiene and public health.

Keywords: Porto; public health; hygiene; Republic.

Introdução

No âmbito do nosso projeto de doutoramento em História, partimos das atas das sessões da Câmara Municipal do Porto e procuramos compreender o discurso e a ação política na esfera da higiene e da saúde pública na cidade do Porto, durante o período da I República.

A saúde pública, ao longo de Oitocentos, foi alvo da atenção política, incentivando medidas higio-sanitárias. Aliás, os historiadores da Epidemiologia

referem, unanimemente, que a diminuição da mortalidade, entre o final do século XIX e inícios do século XX, se deve às medidas higio-sanitárias, pois a medicina não dispunha ainda dos meios e técnicas suficientes¹³⁵. Enquanto não se descobriam os agentes e as terapêuticas das doenças infecciosas, a higiene foi a grande arma. Assim, os legisladores preocuparam-se em estabelecer, na segunda metade do século XIX, melhores condições de habitabilidade e de trabalho. A orientação destas leis foi a defesa da salubridade. Entendendo-se por salubridade, na linha de Michel Foucault¹³⁶, como o estado das coisas e do meio que influenciam a saúde. Na verdade, a higiene pública tornou-se, ao longo do século XIX, no instrumento de controlo político-científico do meio urbano, tão propenso à insalubridade.

As transformações urbanas decorrentes da industrialização e do crescimento demográfico converteram a higiene numa das inquietações das populações, principalmente das classes abastadas, tal como da ciência médica. As cidades deviam protagonizar uma mudança baseada na higiene, individual e pública, promovendo a remoção dos resíduos urbanos, sólidos e líquidos, e a limpeza das ruas. Em Portugal, já no ano de 1864, pelo decreto de 31 de dezembro, velava-se pelos cuidados de higiene e saúde pública na via pública, mas chegados à I República a situação pouco evoluíra. A apreensão e a consciência deste problema continuaram pelos decénios seguintes, fruto do conhecimento das condições de higiene e de saúde pública¹³⁷.

Os médicos, reunidos em congresso, em 1912, salientavam, aliás, que a maioria dos municípios não se mostrava interessada nas reformas sanitárias, como o saneamento ou medidas gerais para a salubridade¹³⁸. Nas vereações republicanas da cidade do Porto, pelo contrário, existia uma preocupação higio-sanitária alicerçada num grupo de vereadores com formação e conhecimentos na área da medicina, como António Joaquim de Sousa Júnior, que

¹³⁵ João COSME, “As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*. III Série, vol. 7, Porto, FLUP, 2006, p. 181.

¹³⁶ Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2005.

¹³⁷ Alexandra Trevisan; Isabel Matias, *Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)*, Porto, CEAA-ESAP, 2002, p. 14.

¹³⁸ Maria Rita Lino GARNEL, “Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente (1890 -1926)”, *Estudos do Século XX*, n.º 13, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 306.

auxiliavam na discussão e nas decisões. O seu conhecimento no campo da saúde pública trouxe para as vereações a discussão sobre a higiene pública, as “moléstias” infecciosas e as suas causas/consequências e terapêuticas. Apesar desta consciência informada, a Câmara nunca teve um organismo estruturado nesse campo, embora os edis tenham debatido insistentemente as competências municipais nesse âmbito.

1.O problema higio sanitário

O problema higio sanitário, a nível municipal, ao longo da I República, centrava-se na questão da salubridade, especificamente das ruas, das habitações, dos recursos aquíferos e dos alimentos.

Em plena via pública era frequente “os indigentes e outras pessoas humildes também em plena rua oferecerem o repugnante espetáculo de se limparem de parasitas”¹³⁹, o que era considerado um atentado contra a ordem pública. A Companhia Carris de Ferro, por exemplo, era frequentemente acusada, particularmente na Boavista, de lançar “águas imundas”¹⁴⁰, transformando a via pública num esgoto a céu aberto. Na mesma zona da cidade, acumulavam-se nas valetas “águas sujas provenientes das bancas e tanques” de casas construídas havia pouco tempo, bem como do mictório, o que era considerado “prejudicial à saúde pública”¹⁴¹. Os vereadores, por vezes com palavras duras, referiam que o Porto era “uma cidade essencialmente porca, classificada mesmo por alguns higienistas notáveis como um verdadeiro cemitério”¹⁴², numa clara alusão a Ricardo Jorge, ou que o concelho era “vergonhosamente sujo”¹⁴³.

Sobre as vereações recaía o dever de zelar pelo bem comum, como quando os agricultores da parte rural do concelho do Porto pediam dispensa de licença para construir cortelhos para os seus animais. Porém, na ótica destes vereadores, a higiene era a campanha mais urgente na cidade. Afirmava-se que os

¹³⁹ AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto), *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 19 de janeiro de 1911.

¹⁴⁰ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 19 de janeiro de 1911.

¹⁴¹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 14 de agosto de 1913.

¹⁴² AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 14 de maio de 1923.

¹⁴³ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 21 de maio de 1923.

cortelhos infetos constituíam “verdadeiros criadouros de moscas, veículos condutores de várias doenças como a cólera, a febre tifoide”, entre outras, além de serem prejudiciais às “águas das fontes públicas, inquinando-as”, facto confirmado pelas “análises bacteriológicas e em pesquisas sobre a origem da inquinação”¹⁴⁴.

A sujidade provocada pelos animais era outra questão de higiene pública. Apesar de serem cada vez mais frequentes os transportes motorizados, a realidade da cidade no primeiro quartel do século XX era profundamente marcada pelo transporte de tração animal. Nesse campo, havia uma prevalência de gado cavalariço, que nem sempre estaria acomodado convenientemente, tanto para a sua própria higiene, como para a higiene humana. Os alojamentos de animais na cidade, particularmente as cocheiras, “horripelmente instaladas”, constituíam verdadeiros “focos de infeção e perigosos viveiros de ratos”¹⁴⁵.

O saneamento era mais uma situação que exigia resolução. Era uma ideia corrente, entre aqueles que acreditavam nas teorias higienistas, que o saneamento das cidades contribuía para a diminuição da taxa de mortalidade¹⁴⁶. No final de 1903, tinham-se iniciado as primeiras valas de sondagem para a implementação do sistema de esgotos integrado na cidade do Porto¹⁴⁷. Na realidade, o saneamento foi uma inquietação desde a primeira hora republicana, por ser, “sem dúvida um dos [problemas] de mais difícil solução”¹⁴⁸, quer por questões técnicas, quer pela sua importância na higiene e saúde pública.

Segundo o relatório de Marques Guedes e da Hughes & Lancaster¹⁴⁹, cerca de um terço do concelho estaria saneado, se bem que nem todas as ruas dessas áreas fossem contempladas. Assim, quase 60% da população portuense tinha saneamento na sua rua, embora não necessariamente nas suas casas, devido à

¹⁴⁴ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 9 de março de 1911.

¹⁴⁵ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 9 de março de 1911.

¹⁴⁶ Armando Marques GUEDES, *O saneamento do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1917, p. 13.

¹⁴⁷ Mário Bruno PASTOR, “A primeira fase das obras do sistema de saneamento separado na cidade do Porto, 1903-1907. O sistema Shone”, *Arqueologia Industrial*, 4ª Série, Volume VI (1-2), Vila Nova de Famalicão, Museu da Indústria Têxtil, 2010, pp. 31-43.

¹⁴⁸ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 10 de abril de 1913.

¹⁴⁹ Armando Marques GUEDES, *O saneamento do Porto*, pp. 51-52.

pouca sensibilidade para o assunto e à fragilidade económica das populações. Ainda assim, a rede de esgotos excluía as zonas periféricas do território concelhio, caso de Ramalde, Paranhos, Campanhã, Foz e Nevogilde.

Em simultâneo com a questão do alargamento da rede de saneamento a toda a cidade, colocou-se a resistência da população em efetuar a ligação das casas ao sistema. No final do ano de 1911, a vereação instigava a 3.ª Repartição Municipal a “estudar o meio de os habitantes da cidade se verem livres dos dejetos” que eram canalizados para fossas, “quase sempre difíceis de limpar e sempre com prejuízo da saúde pública”¹⁵⁰.

A par com a higiene urbana, o abastecimento de víveres em boas condições de segurança alimentar era mais uma preocupação política neste campo. Nesse sentido, defendeu-se que a carne vendida na cidade fosse obrigatoriamente abatida no Matadouro Municipal, para se zelar pela higiene, um dos fatores da “boa alimentação”¹⁵¹. Deste modo, evitava-se o abate em matadouros ilegais e sem o respeito pelos cuidados sanitários, o que provocou alguns dissabores aos criadores de gado nas regiões rurais periféricas da cidade. No mesmo sentido, considerou-se a ausência de fiscalização, em mercados e estabelecimentos que vendessem carne, prejudicial à saúde pública. Deste modo, face ao crescimento de venda de gado “abatido clandestinamente”¹⁵² no Porto e em concelhos limítrofes, que afetavam as finanças da cidade e a saúde pública, proibiu-se a venda de carne que não fosse morta no Matadouro Municipal.

Outro dos grandes temas da saúde pública eram as condições de vida e de habitação das classes trabalhadoras, dado os seus salários baixos e a sua dificuldade em aceder a cuidados de saúde e higiene. A insalubridade das suas habitações colocava na agenda política o assunto. A tipologia habitacional que predominava no alojamento das classes trabalhadoras portuense era a “ilha”¹⁵³.

¹⁵⁰ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 28 de dezembro de 1911.

¹⁵¹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 26 de janeiro de 1911.

¹⁵² AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 1 de outubro de 1924.

¹⁵³ A forma básica da “ilha” adaptou-se aos lotes urbanos oitocentistas, longos e estreitos, com a casa do burguês construída na frente e nas traseiras as “ilhas”. Assim, as “ilhas” consistiam “em longas filas de casas estreitas de um só andar cujas portas abriam para corredores laterais de acesso construídos ao longo” dos quintais do lote. Mas havia muitas outras formas, bem mais

Gaspar Martins Pereira refere que na viragem do século XIX para o século XX, as “ilhas albergavam cerca de um terço dos habitantes do Porto”¹⁵⁴, constituindo a principal unidade habitacional das camadas populares ao longo das primeiras décadas de Novecentos, apesar das tentativas de ilegalizar o seu crescimento¹⁵⁵.

Desde o primeiro instante nas vereações republicanas do Porto foi visível uma atenção significativa sobre as “ilhas” e a sua necessária irradicação e substituição por habitações dignas. As “ilhas inabitáveis” deviam ser arrasadas, na ótica dos vereadores, lutando, assim, contra “a ganância dos proprietários” que auferiam “lucros extraordinários com os imundos e anti-higiénicos casebres” onde viviam numa “promiscuidade imoralíssima famílias numerosas”¹⁵⁶. Na verdade, as ilhas eram consideradas uma das principais causas da mortandade da cidade. Os discursos políticos reproduziam a perspetiva higiénica, considerando a importância de os pobres abandonarem as “infetas ilhas onde, sem ar nem luz”¹⁵⁷ viviam, para habitarem casas salubres e dignas.

2. As doenças e as epidemias

Uma das consequências diretas da falta de higiene e saúde pública eram as epidemias. Naqueles tempos, a memória da peste bubónica de 1899 continuava muito presente, mas outras “moléstias” faziam as suas vítimas: a varíola, o sarampo, o tifo exantemático, a tuberculose, a difteria e a gripe.

Pela voz do vereador e médico bacteriologista António Joaquim de Sousa Júnior chegavam às reuniões do Senado Municipal os números da mortalidade desencadeada por doenças e epidemias. O quadro obituário provocado pelas doenças era “aterrador”¹⁵⁸, particularmente nas crianças. O bacteriologista defendia que muitas destas cifras se deviam à “ignorância popular”¹⁵⁹.

complexas, sobretudo nas zonas mais acidentadas. Manuel C. TEIXEIRA, *Habitação popular na cidade oitocentista. As “ilhas” do Porto*, Porto, Afrontamento, 2018, p. 27.

¹⁵⁴ Gaspar Martins Pereira, *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Porto, Afrontamento, 1995, p. 65.

¹⁵⁵ Gaspar Martins PEREIRA, *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, p. 65.

¹⁵⁶ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 2 de dezembro de 1910.

¹⁵⁷ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 26 de fevereiro de 1918.

¹⁵⁸ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 9 de fevereiro de 1911.

¹⁵⁹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 6 de abril de 1911.

Nos anos de 1917-1919, a cidade do Porto foi palco de várias ondas epidémicas de tifo exantemático e de gripe, comumente apelidada de espanhola. Ambas provocaram uma mortalidade elevada, num período em que as condições de vida e condições sanitárias da população sofreram uma quebra acentuada, resultado da carestia de vida provocada pela Grande Guerra. O ano de 1918 foi o de maior mortalidade, com estas duas patologias a contribuírem decisivamente para a taxa de mortalidade, que no caso do Porto atingiu os 47,67‰ nesse ano¹⁶⁰.

O tifo exantemático foi identificado no final do ano de 1917 na cidade, sendo observável nos primeiros meses de 1918 algumas centenas de infetados e dezenas de mortos. Se bem que fosse uma doença conhecida e vulgar em Portugal, o surto que o Porto viveu “teve uma gravidade nunca antes manifestada”¹⁶¹. A doença afetava especialmente os pobres e ceifava os mais velhos. No outono de 1918, a epidemia de gripe conjugou-se na cidade do Porto com o tifo, afetando “muito negativamente os serviços de profilaxia do tifo”¹⁶².

O número de mortos provocados pelas epidemias foi significativo. De tifo exantemático pereceram entre dezembro de 1917 e dezembro de 1918, 1.203 pessoas, de um universo de 6.254 infetados; enquanto de janeiro a agosto de 1919, registaram-se 2.781 casos e 278 falecimentos. Da gripe feneceram: em 1918 – 1.858 homens e 2.123 mulheres, num total de 3.981 óbitos presumidos; em 1919 – 1.842 óbitos presumidos¹⁶³. Esta mortalidade sentiu-se nos cemitérios. O vogal responsável por esses espaços, atendendo às epidemias que assolaram a cidade, considerava que os cemitérios municipais careciam de “serem ampliados”¹⁶⁴.

¹⁶⁰ Mário Leston BANDEIRA, “A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica”, in *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, ICS, 2009, p. 135.

¹⁶¹ Paulo Silveira e SOUSA *et al.*, “A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto (1917-1919)”, in *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, ICS, 2009, p. 281.

¹⁶² Paulo Silveira e SOUSA *et al.*, “A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto (1917-1919)”, p. 287.

¹⁶³ Mário Leston BANDEIRA, “A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica”, p. 139.

¹⁶⁴ AHMP, *Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 7 de novembro de 1918.

3. A discussão e as ações políticas de promoção da higiene e saúde públicas

Em virtude deste panorama, importa conhecer a discussão das políticas públicas municipais de promoção da higiene e da saúde pública na cidade e integrá-lo no quadro normativo.

No alvor da República vigorava um Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, de 1901, que procurava articular com o Código Administrativo a organização dos serviços a nível municipal. Assim, as câmaras municipais e os párocos detinham atribuições, embora fossem os médicos que concentrassem a tutela efetiva do sistema. Em março de 1911, a edilidade portuense criou e regulamentou o lugar de facultativo municipal, para gerir as questões da saúde e competências físicas dos funcionários e candidatos a funcionários municipais¹⁶⁵. Todavia, os principais organismos da saúde pública do concelho eram tutelados pelo Estado: o laboratório de bacteriologia e higiene, o posto de desinfecção e o serviço antidiftérico e vacinal.

Na República, segundo a Lei n.º 88, de 7 de agosto de 1913, no seu Art. 97.º, sexto ponto, cabia às câmaras municipais estabelecer posturas e regulamentos “para prover à conservação e limpeza das fontes públicas, ruas, praças, boqueirões, canos e despejos públicos”¹⁶⁶. Porém, a lei não atribuía, especificamente aos corpos administrativos a responsabilidade de zelar pela higiene do espaço e infraestruturas públicas. Aliás, a saúde e higiene públicas estavam “dependentes da boa vontade e dos recursos escassíssimos das câmaras municipais”¹⁶⁷.

A Câmara do Porto procurou envolver quer entidades oficiais, quer instituições particulares na prossecução de uma política de saúde e higiene públicas. Deste modo, solicitava às juntas de freguesia que a auxiliassem,

¹⁶⁵ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 2 de março de 1911.

¹⁶⁶ *Diário do Governo*, n.º 183, 7 de agosto de 1913, p. 2916.

¹⁶⁷ José Manuel SOBRAL *et al.*, “Perante a Pneumônica: a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919)”, *Varia Historia*, vol. 25, n.º 42, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 383.

propondo “uma propaganda tenaz, a favor da limpeza, principalmente na via pública, tão prejudicada com a costumeira de muitos habitantes, que, furtivamente”¹⁶⁸, lançavam dejetos e outros lixos na rua. Recordava-se a conveniência de aqueles corpos administrativos serem auxiliados neste propósito pelas associações democráticas e educativas de cada freguesia, para ajudarem na campanha pela salubridade do Porto.

Parte da solução dos problemas da higiene e saúde pública decorria, na ótica do médico republicano Sousa Júnior, de os serviços de higiene passarem para a “jurisdição da Câmara”, ainda que em conjugação com outras entidades, e apresentou um esboço do plano dos ditos serviços para a cidade, que correspondia à seguinte disposição¹⁶⁹: laboratório de bacteriologia e hospitais de doenças infecciosas; posto terrestre de desinfeção; posto marítimo de desinfeção; serviço de vacinação; serviço de estatística sanitária; serviço de bromatologia e de inspeção de farmácias; serviço de ensino sanitário. Dias depois, Sousa Júnior apresentou diversas propostas para melhorar a higiene pública¹⁷⁰: a gestão de mictórios e latrinas públicas, aumentando o seu número e afastando-as de fontes de água; criação de um *water-closet* subterrâneo na Praça da Liberdade; abastecimento de água; fontes e fontanários.

No mesmo sentido, o vereador António Lelo considerava a reforma dos serviços de limpeza essencial, através do aumento do efetivo de pessoal e adquirindo mais material de limpeza. Porém, meses depois, em janeiro de 1912, o problema mantinha-se, faltava a organização, o que originava “um mau serviço, com um gasto excessivo”¹⁷¹. Deste modo, António Lelo pedia à Câmara a “necessária força”¹⁷² para se providenciar o estudo de uma organização compatível com as exigências da cidade e com uma aplicação gradual. Nela incluía uma solução para a lixeira de Camões, mesmo que provisória, porque somente um

¹⁶⁸ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 28 de setembro de 1911.

¹⁶⁹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 19 de janeiro de 1911.

¹⁷⁰ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 26 de janeiro de 1911.

¹⁷¹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 4 de janeiro de 1912.

¹⁷² AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 4 de janeiro de 1912.

plano de melhoramentos da cidade permitiria uma decisão definitiva para a gestão desse lixo¹⁷³.

Outra questão que prendeu os edis foi o saneamento. Os primeiros trabalhos de implementação do novo sistema de esgotos sofreram alguns reveses com as cheias de 1909 e 1910. A última vereação monárquica tentou mitigar o problema, porém sem sucesso significativo. As comissões administrativas republicanas, entre outubro de 1910 e dezembro de 1913, também pouco avançaram. Apesar das preocupações, exaradas em poucas ocorrências na agenda política municipal, a cidade teria de esperar por 1916 para assistir a alguns avanços nos trabalhos.

O primeiro passo deu-se com o plano geral de melhoramentos lançado pelo vereador Elísio de Melo, em finais de 1914. Na sua discussão, os vereadores alertaram para a necessidade de que a execução do saneamento público se integrasse no plano do arquiteto Barry Parker para a zona central da cidade. Em setembro de 1916 deram-se novos avanços, pois Marques Guedes apresentou um caderno de encargos¹⁷⁴ para a construção de ramais para ligação dos prédios aos novos esgotos públicos. Meses depois, expôs o seu relatório sobre a rede de saneamento e de abastecimento de água, vincando que pouco se progredira e pouco se conseguiria avançar até 1917, perante a dimensão da questão.

Ficava claro que era urgente, perante o crescimento demográfico da cidade e o seu desenvolvimento económico, avançar com o saneamento em toda a área do concelho. Para tal era necessário um investimento avultado, o que exigia um empréstimo de 900 contos, amortizável em cinquenta anos, a ser pago com parte das contribuições predial e industrial¹⁷⁵. A conflagração mundial acabou por obstaculizar o avanço das obras, dado que a desvalorização monetária estorvou a aquisição de materiais e o pagamento dos salários.

Para dificultar a situação, os moradores mostravam relutância em aderir ao sistema de esgotos, apesar das tentativas do Município. A situação pouco mudaria

¹⁷³ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 4 de janeiro de 1912.

¹⁷⁴ AHMP, *Actas da Comissão Executiva*, sessão de 7 de setembro de 1916.

¹⁷⁵ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 13 de abril de 1917.

ao longo da I República, obrigando a Câmara, em 1929, “a tomar medidas de persuasão e também de imposição para conseguir” que os senhorios e os inquilinos efetuassem as ligações das suas habitações aos ramais de saneamento¹⁷⁶.

Por outro lado, a Câmara também foi chamada a auxiliar nas ações sanitárias. O diretor do Serviço de Moléstias Infeciosas do Porto alertava a Câmara para a necessidade de “fazer guerra aos ratos”¹⁷⁷. O reaparecimento da peste, em finais do século XIX, fizera reincidir a atenção pública neste roedor. Aliás, “o combate ao rato tinha sido definido na Conferência Internacional Sanitária de Veneza (1897), após a descoberta do bacilo da peste por Yersin”¹⁷⁸.

Em grande medida, estas doenças eram causadas pelas moscas que transportavam os diferentes microrganismos patogénicos, impelindo a Câmara a juntar este combate ao dos ratos, numa liga contra estes “animais nocivos”¹⁷⁹ à saúde, como acontecia no estrangeiro. As medidas sanitárias passaram pela distribuição de 10 mil folhetos informativos para ajudar a população a combater a mosca e de meio litro de inseticida a quem o requisitasse, nas estações de bombeiros¹⁸⁰.

A Comissão Administrativa Municipal sidonista apanhou os dois surtos epidémicos de 1918-1919, mas debruçou-se sobretudo sobre a questão do tifo. No que respeita à influenza, as atas das vereações ignoraram a epidemia. O vogal da Higiene, o médico Almeida Garrett, referiu que, apesar de os serviços de higiene não estarem por lei afetos à Câmara, esta devia “contribuir, quanto possível, para melhorar a situação da saúde pública, fazendo com os bombeiros um rigoroso serviço de limpeza às vielas e ilhas do Porto e publicando instruções aos seus administrados”¹⁸¹.

¹⁷⁶ Alexandra TREVISAN; Isabel MATIAS, *Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)*, p. 34.

¹⁷⁷ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 10 de novembro de 1910.

¹⁷⁸ Jorge Fernandes ALVES, “Saúde e fraternidade. A saúde pública na I República”, in *O Corpo – Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*, Lisboa, INCM, 2010, p. 114.

¹⁷⁹ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 25 de maio de 1911.

¹⁸⁰ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 8 de junho de 1911.

¹⁸¹ AHMP, *Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 24 de janeiro de 1918.

Em finais de janeiro de 1918, a Câmara disponibilizou à Delegação de Saúde os balneários municipais e dispôs-se a prestar “toda a cooperação possível para o combate à epidemia do tifo”¹⁸². Perante a epidemia reinante e a escassez de meios de combate, era “urgente manter na cidade postos de desinfeção e higiene corporal”¹⁸³, alargando-se o horário de funcionamento dos balneários públicos municipais.

O combate à doença fez-se pela higiene pessoal e pela desinfeção das casas e mobiliário, nomeadamente os colchões, autênticos viveiros de piolhos. A enérgica ação das autoridades sanitárias e o auxílio da Câmara, através da desparasitação, com essência de terebentina, moderou, em parte, a propagação do tifo, evitando-se as dimensões catastróficas de outros pontos da Europa, como a Rússia.

Em concomitância, a luta pela saúde pública devia ser acompanhada por estratégias de combate às doenças ocasionadas por falta de condições de higiene. O vereador Sousa Júnior, em 1911, instigava a Câmara a tomar a iniciativa de uma liga anti varíola, dado o impacto demográfico desta epidemia na saúde dos cidadãos portuenses, solicitando um subsídio ao Governo e com o apoio do Corpo de Saúde do Porto. Ao mesmo tempo, solicitava à tutela que tornasse “efetiva a vacinação e revacinação obrigatória em todo o País”¹⁸⁴, regulamentando a lei de 2 de março de 1899. Em 1925, neste âmbito, Hernâni Barrosa propôs a fundação de um posto antivenéreo, para “dar combate às doenças sociais”, porque a saúde pública era um problema de “grande alcance social”¹⁸⁵.

Conclusão

A terminar fica claro que a higiene e a saúde públicas estavam no rol das preocupações políticas dos edis. Podemos confirmar que as vereações republicanas portuenses, além de discutirem o tema e enfrentarem diversas

¹⁸² AHMP, *Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 30 de janeiro de 1918.

¹⁸³ AHMP, *Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 21 de fevereiro de 1918.

¹⁸⁴ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 9 de fevereiro de 1911.

¹⁸⁵ AHMP, *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, sessão de 18 de março de 1925.

resistências, levaram a cabo algumas medidas para mitigar esse problema social grave. Muitas vezes, restou à Câmara Municipal a sua capacidade mobilizadora da comunidade e das autarquias, pois não lhe cabia funções executivas na promoção da saúde pública. Por vezes, atribuía verbas para promover a desinfeção de alguns locais da cidade, à base de cloreto de cal, mas pouco mais conseguia levar a cabo. O saneamento da cidade também avançou, mesmo com os atrasos nas obras e a resistência à ligação pelos particulares ao sistema.

As diferentes vicissitudes sociopolíticas e económicas do período dificultaram muitas das possíveis medidas de melhoria da salubridade da cidade. Além de que, a saúde e a higiene públicas nunca foram políticas públicas fundamentais para as instituições políticas no primeiro terço do século XX.

Fontes

AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto), *Actas das sessões da Câmara Municipal do Porto*, 1910-1926.

AHMP, *Actas da Comissão Executiva*, 1914-1926.

AHMP, *Actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, 1915, 1918-1919.

Diário do Governo, n.º 183, 7 de agosto de 1913.

GUEDES, Armando Marques, *O saneamento do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1917.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes, “Saúde e fraternidade. A saúde pública na I República”, in *O Corpo – Estado, Medicina e Sociedade no Tempo da I República*. Lisboa: INCM, 2010, p. 111-129.

BANDEIRA, Mário Leston, “A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica”, in *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, ICS, 2009, pp. 131-154.

COSME, João, “As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III Série, vol. 7, Porto, FLUP, 2006, pp. 181-195.

FOUCAULT, Michel, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2005.

GARNEL, Maria Rita Lino, “Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente (1890 -1926)”, *Estudos do Século XX*, n.º 13, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 281-308.

PASTOR, Mário Bruno, “A primeira fase das obras do sistema de saneamento separado na cidade do Porto, 1903-1907. O sistema Shone”. *Arqueologia Industrial*, 4ª Série, Volume VI (1-2), Vila Nova de Famalicão, Museu da Indústria Têxtil, 2010, pp. 31-43.

PEREIRA, Gaspar Martins, *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*, Porto, Afrontamento, 1995.

SOBRAL, José Manuel *et al.*, “Perante a Pneumônica: a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal (1918-1919)”, *Varia Historia*, vol. 25, n.º 42, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, pp. 377-402.

SOUSA, Paulo Silveira e *et al.*, “A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto (1917-1919)”, in *A pandemia esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, ICS, 2009, pp. 279-290.

TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação popular na cidade oitocentista. As “Ilhas” do Porto*, Porto, Afrontamento, 2018.

TREVISAN, Alexandra; MATIAS, Isabel, *Higiene e salubridade no Porto (1850-1930)*, Porto, CEEA-ESAP, 2002.

O impacto económico-social da legislação liberal no concelho de Vila Nova de Ourém (1919-1939)

Fábio Emanuel Oliveira (Centro de História da Universidade de Lisboa - CH-UL e Academia das Ciências de Lisboa - ACL)

Este artigo segue as normas do antigo acordo ortográfico

Resumo:

O Código Civil de 1867, que determinou a partilha igual das heranças entre os herdeiros, pondo fim ao morgadio, impactou fortemente as condições socioeconómicas da população ourensense entre as duas guerras mundiais. A curto prazo, compreendemos que esta medida liberal pretendia conceder à população o direito à terra de modo a desagrar a situação de pobreza que a maioria vegetava. O problema colocou-se a médio e a longo prazo, uma vez que os propósitos liberais sobre a terra rústica propiciaram situações inversas aos intentos do legislador. Em algumas regiões do país, como foi o exemplo do concelho de Vila Nova de Ourém, o fim do morgadio comportou consequências nefastas para o ordenamento rural e para a produtividade agrícola nacional, assaz visíveis no período entre as duas guerras mundiais. Além disso, a imprensa dos anos 1930 fez referência ao problema da divisão excessiva, culpando a revolução liberal de ter olhado ao bem do indivíduo ao invés do bem da nação, situação agravada pelas crises dos anos 1920 e 1930.

Palavras-chave: legislação liberal; propriedade rústica; impacto económico social; Vila Nova de Ourém; entre guerras.

Abstract:

The Civil Code of 1867, which determined the equal sharing of inheritances between heirs, putting an end to morgadio, had a strong impact on the socio-economic conditions of the population of Ore between the two world wars. In the short term, we realise that this liberal measure was intended to grant the population the right to land in order to alleviate the situation of poverty that the majority lived

in. The problem arose in the medium and long term, as the liberal aims regarding rural land led to situations that were the opposite of the legislator's intentions. In some regions of the country, such as the municipality of Vila Nova de Ourém, the end of the morgadio had harmful consequences for rural planning and national agricultural productivity, which were very visible in the period between the two world wars. In addition, the press in the 1930s referred to the problem of excessive division, blaming the liberal revolution for having focussed on the good of the individual rather than the good of the nation, a situation made worse by the crises of the 1920s and 1930s.

Keywords: liberal legislation; rustic property; economic and social impact; Vila Nova de Ourém; between wars.

Introdução

O Código Civil de 1867, alterou profundamente a estrutura da propriedade rústica portuguesa. Pretendia a curto prazo suprimir a miséria em que a população vegetava, aumentar a produção nacional e reduzir a emigração, mas também conceder o direito à propriedade privada. Inicialmente, parecia que esta medida resolveria a conjuntura de dificuldades que se faziam sentir no Portugal da segunda metade do século XIX. Porém, a médio e a longo prazo, tornou-se nefasta para a economia agrícola do país originando, por sua vez, consequências sociais negativas que se acentuaram no período entre as duas guerras mundiais.

Segundo Oliveira Martins “É universalmente assente que, se os latifúndios são nefastos para a economia rural de um país, a excessiva divisão e mais ainda talvez a fragmentação das courelas de um mesmo dono se tornam um mal igualmente grave”¹⁸⁶. O concelho de Vila Nova de Ourém constituía um exemplo emblemático dessa realidade, com uma densidade populacional elevada e propriedade extremamente fragmentada, fruto das políticas fundiárias liberais.

¹⁸⁶ J. P. de Oliveira Martins, “Divisão e fragmentação da propriedade (1887)”, in Manuel Villaverde Cabral (ed.), *Materiais para a história da questão agrária em Portugal nos séculos XIX e XX*, Porto: Inova, 1974, p. 325.

Portanto, quais as consequências a longo prazo do fim do morgadio? Quais as características da propriedade rústica ourensense? Seria rentável? Qual a relação entre o tipo de agricultura praticada e a legislação liberal? Qual a relação da elevada taxa de emigração verificada no concelho na década de 1920 com a fragmentação da propriedade?

Vila Nova de Ourém: breve caracterização

Entre 1919 e 1939, o concelho de Vila Nova de Ourém pertencia à província da Estremadura. Geograficamente localiza-se no distrito de Santarém e no Centro Oeste e Noroeste da cidade de Santarém¹⁸⁷. Territorialmente, apresentava-se como um dos maiores concelhos do distrito, com cerca de 421.90 Km²¹⁸⁸. O concelho partilha fronteiras com os municípios de Pombal, Torres Novas, Alcanena, Alvaiázere, Leiria, Batalha, Ferreira do Zêzere e Tomar¹⁸⁹. Era um concelho de 2.^a ordem e fiscal de 3.^a classe. Pertencia a Relação de Coimbra, com uma Comarca de 3.^a classe¹⁹⁰. A nível demográfico, o censo de 1920 indica-nos que havia 30.793 habitantes¹⁹¹ e o censo de 1930 cerca de 34.584¹⁹² no concelho, distribuídos pelas seguintes freguesias: Alburitel, Atougua, Espite, Fátima, Formigais, Freixianda, Gondemaria, Olival, Ourém, Rio de Couros, Seiça, Urqueira e Vila Nova de Ourém. Todas rurais, excepto as freguesias de Vila Nova de Ourém e de Freixianda, as únicas áreas urbanas do concelho¹⁹³.

A economia do concelho era bastante multifacetada tendo em conta a diversidade de produtos produzidos. Agricolamente, produzia cereais, hortícolas, azeite e vinho¹⁹⁴. Em menor escala, frutos secos, como noz e amêndoa, e frutas,

¹⁸⁷ J. Pereira, *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém: Câmara Municipal, 2006, p. 21.

¹⁸⁸ Direcção Geral de Estatística, *Censo de População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920: VI Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, p. 269.

¹⁸⁹ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, pp. 19 e 20.

¹⁹⁰ José Poças das Neves, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2003, p. 2.

¹⁹¹ Direcção Geral de Estatística, *Censo de População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920: VI Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923, pp. 12 e 13.

¹⁹² Direcção Geral de Estatística, *Censo de População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930: VII Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930, pp. 14 e 15.

¹⁹³ José Poças das Neves, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2003, p. 23.

¹⁹⁴ *Notícias de Ourém*, 7-06-1936, p. 1.

como maçã, pera e figo. Em termos pecuários, carne, lã, queijo e chouriço devido à abundância de galinhas e coelhos, bem como de cabras, ovelhas e porcos¹⁹⁵. Industrialmente, o concelho produzia madeira de pinho; cerâmica, nomeadamente telha e tijolo; cal; resina e extraía pedra para cantaria¹⁹⁶. As principais infra-estruturas para escoar os produtos mencionados eram as duas estações ferroviárias de Caxarias e de Chão de Maçãs¹⁹⁷. Apesar da existência de diversos sectores de actividade, o agrícola tinha um grande peso no emprego da população ourensense porque “dois terços da população vive do trabalho agrícola”¹⁹⁸. O cultivo da pequena propriedade constituía o sustento das famílias e dos “escassos excedentes obtinham o rendimento, que permitia adquirir algo imprescindível ao seu labor ou até na compra de uma nova terra”¹⁹⁹.

Os excedentes eram vendidos no mercado semanal realizado à quinta-feira, em Vila Nova de Ourém, no mercado da Freixianda ao Domingo, noutras feiras mensais e até nos mercados dos concelhos vizinhos²⁰⁰. Apesar de existirem dois sindicatos agrícolas, o Sindicato Agrícola de Vila Nova de Ourém e o Sindicato Agrícola de Urqueira, os ourensenses preferiam rezar ladainhas para combater as doenças nas culturas²⁰¹. Esta forma de vida indica-nos uma sociedade aferrada às tradições, analfabeta, nada propensa à modernização agrícola²⁰².

Além do trabalho na agricultura, existiam outras profissões como os resinheiros e serradores os quais se ocupavam dos pinhais existentes. Como carpinteiros, alfaiates e sapateiros, os quais prestavam serviços às famílias mais ricas; e os tanoeiros e cesteiros que fabricavam artigos essenciais à actividade

¹⁹⁵ *Notícias de Ourém*, 12-01-1936, p. 3.

¹⁹⁶ *Notícias de Ourém*, 7-06-1936, p. 1.

¹⁹⁷ José Poças das Neves, *Fátima dos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima: Rotary Club, 2005, pp. 185-187.

¹⁹⁸ AHMO, *Correspondência expedida pela Direcção do Sindicato Agrícola*, livro n.º 1290/1, 1921, fl. 15.

¹⁹⁹ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 23.

²⁰⁰ *Notícias de Ourém*, 7-06-1936, p. 1.

²⁰¹ *Notícias de Ourém*, 7-06-1936, p. 1.

²⁰² *Notícias de Ourém*, 19-01-1936, p. 3).

agrícola²⁰³. De igual modo, existia uma ou duas costureiras e tecedeiras²⁰⁴. Sem embargo, as famílias envolvidas nos ofícios referidos e nas diferentes indústrias também tinham horta onde produziam os bens de consumo. Assim, observava-se “uma interdependência entre as actividades desenvolvidas no concelho”²⁰⁵. Apesar da interdependência entre os sectores industrial, ofícios e agricultura, o sector agrícola era a base da economia concelhia, mas, “tratava-se de uma economia pouco competitiva, nada progressiva e essencialmente de subsistência”²⁰⁶.

Contexto económico

Economicamente, o período entre as duas guerras mundiais caracterizou-se por enormes dificuldades económico-financeiras, primeiro por causa da Grande Guerra, segundo, devido à Crise de 1929. Apesar do conflito mundial não ter provocado estragos materiais, acentuou a dependência da economia portuguesa em cereais, em maquinaria e de outras matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial²⁰⁷. Desta maneira, a economia portuguesa, como a restante europeia, teve de se reinventar, apostando em políticas “de intensificação da produção interna” de produtos alimentares²⁰⁸.

A crise das subsistências manteve-se durante os anos iniciais da década de 1920, em parte, por causa da paralisação dos transportes, o que impediu o fornecimento de bens essenciais e de combustíveis²⁰⁹. A reorganização da economia mundial anterior à guerra levou algum tempo, aliás, Maria Eugénia Mata

²⁰³ Ana Saraiva Neves, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém: Câmara Municipal, 2001, pp. 34-37.

²⁰⁴ *Notícias de Ourém*, 19-01-1936, p. 3.

²⁰⁵ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 27.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 28.

²⁰⁷ Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional” in Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires de Oliveira (dir.), *A 1.ª República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 51.

²⁰⁸ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, pp. 95-96.

²⁰⁹ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 96.

aponta que a economia portuguesa só recuperou o nível de produção em 1924²¹⁰. Além da inflação, a depreciação do valor da moeda portuguesa acentuou a diminuição do poder de compra dos portugueses relativamente sobre a aquisição de géneros de primeira necessidade²¹¹.

Em 28 de Maio de 1926, o golpe de estado operado pelas forças conservadoras derrubou dezasseis anos de República. A agitação endémica durante o regime republicano foi o mote para a necessária mudança. Com António de Oliveira Salazar²¹² no Governo como ministro das Finanças, em Abril de 1928, a vida política portuguesa mudou definitivamente. Operou-se um saneamento financeiro, iniciado com a publicação do Decreto n.º 15:465, de 14 de Maio de 1928, o qual pretendia reduzir 10% das despesas com pessoal, automóveis, telecomunicações e expediente em todos os concelhos²¹³. Outrossim, este saneamento foi complementado com uma reforma fiscal, em 1929, observando-se a elevação, a abolição e o ressurgimento de impostos²¹⁴.

As reformas empreendidas coincidiram com o crash da bolsa de Nova Iorque, em Outubro de 1929. O impacto fez-se sentir em Portugal a partir de 1931, porém, no ano subsequente, verificava-se o princípio da recuperação da economia portuguesa. A Grande Depressão afectou essencialmente as trocas comerciais de produtos agrícolas com o exterior²¹⁵. Foram vários os factores explicativos do sucedido: as importações eram superiores às exportações; escassa presença de

²¹⁰ Maria Eugénia Mata, “As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: Uma perspectiva de conjunto”, in Sérgio Campos Matos (ed.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, CHUL, 2002, p. 42.

²¹¹ Leonor Freire Costa, Pedro Lains, Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2014, p. 374.

²¹² António de Oliveira Salazar (1889-1970), natural de Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, foi um professor catedrático de Economia e Finanças na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Entre 1928 e 1968, exerceu o cargo de Ministro das Finanças, Presidente do Conselho, exercendo cumulativamente, algumas vezes, com os seguintes cargos: Ministro das Colónias, da Guerra, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional. Outrossim, foi o responsável por instituir o Estado Novo (1933-1974). In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Enciclopédia, 1978, pp. 679-690.

²¹³ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Orçamentos de Câmaras Municipais de 1928, 23-06-1928*.

²¹⁴ Maria Eugénia Mata e Nuno Valério, *História Económica de Portugal: uma perspectiva global*, 2.ª ed., Lisboa: Editorial Presença, 2003, p. 189.

²¹⁵ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos Trinta – 1928-1938*, 2.ª ed., Lisboa: Estampa, 1996, p. 94.

capitais estrangeiros²¹⁶; a baixa dos preços; os apoios concedidos pelo Estado destinados a melhorar infra-estruturas absorveram os desempregados²¹⁷.

Ainda assim, a economia portuguesa continuou a crescer 3,6% ao ano, mas, abaixo das expectativas. Considerar o baixo consumo devido à falta de poder de compra também contribuiu para amortecer o impacto da crise mundial²¹⁸. Por fim, as reformas empreendidas por Salazar previram o impacto da crise de 1929 e a desvalorização da libra promoveu a competitividade e protegeu o comércio externo²¹⁹.

Da legislação liberal às consequências económico-sociais em Vila Nova de Ourém

A propriedade rústica do concelho de Vila Nova de Ourém era muito fragmentada²²⁰, em parte, porque as famílias eram prolíficas e “na partilha todos os filhos querem ter a sua parte nas propriedades que seus pais lhes deixaram em herança”²²¹. Assim, o concelho enquadrava-se muito bem na realidade fundiária portuguesa, isto é, apresentava uma elevada taxa de proprietários rurais comparativamente com a Inglaterra, França e Bélgica. Oliveira Marques afirma que esta fragmentação da propriedade rústica se deveu a dois factores: ao aumento da população portuguesa e ao Código Civil de 1867 que extinguiu o morgadio e obrigou a partilha das heranças entre os herdeiros²²².

Contudo, concentremo-nos no Código Civil de 1867. A longo prazo, esta medida mostrou-se nociva, uma vez que a resposta ao Inquérito de Habitat Rural de 1939, considerava que o bem do indivíduo tinha sido acautelado, mas não o interesse da economia nacional. Aliás, os “que nos impuseram a revolução liberal

²¹⁶ José Luís Cardoso, “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos diagnósticos e soluções” in *Análise Social*, 2012, p. 373.

²¹⁷ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos Trinta – 1928-1938*, 2.ª ed., Lisboa: Estampa, 1996, pp. 95 e 96.

²¹⁸ José Luís Cardoso, “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos diagnósticos e soluções” in *Análise Social*, 2012, p. 374.

²¹⁹ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos Trinta – 1928-1938*, 2.ª ed., Lisboa: Estampa, 1996, pp. 96 e 97.

²²⁰ *Notícias de Ourém*, 3-08-1933, p. 3

²²¹ *Notícias de Ourém*, 19-04-1937, p. 1.

²²² A. H. de Oliveira Marques, *História da I República. As Estruturas de Base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, pp. 49-59.

tiveram um fim: arruinar-nos e quási o iam conseguindo”²²³. Evidentemente que esta resposta inscreve-se no ideário dominante de rejeição do liberalismo. Ainda assim, compreendemos que esta medida liberal pretendia que a população tivesse acesso à terra de modo a conseguir subsistir²²⁴.

Mas, que características identificavam a propriedade rústica oureense? Oliveira Marques afirma que a propriedade rústica do distrito de Santarém era diversa, a norte do Tejo predominava a pequena e a sul, a média e grande propriedade²²⁵. Como referido, no concelho de Vila Nova de Ourém predominava a pequena propriedade e as explorações agrícolas de carácter descontínuo. As estatísticas de 1870, indicam-nos que existiam no concelho cerca de 50 a 100 prédios rústicos por km². Em 1910, os números subiram consideravelmente para 200 a 300 prédios rústicos por km², valores que se evidenciaram até 1950²²⁶.

O fim do morgadio no concelho em estudo acabou por criar algumas anomalias, nomeadamente a divisão de poços, de árvores e até o “de pertencer a um proprietário determinado prédio rústico, e terem outros donos as árvores nele existentes”²²⁷. Com o avançar do tempo, estas anomalias foram-se acentuando e contribuíram para desvalorizar económica e socialmente a propriedade rústica oureense²²⁸.

De facto, seguindo a classificação da superfície média apontada por Bento Carqueja, a pequena propriedade não alcançava os 5 hectares. A média situava-se entre os 5 e os 20 hectares e a grande superava os 20 hectares²²⁹. Em 1900, no concelho a superfície média da propriedade rústica situava-se entre o hectare e meio e os três hectares. O número médio de propriedades por 100 habitantes

²²³ *Notícias de Ourém*, 1-10-1939, p. 2.

²²⁴ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 437.

²²⁵ A. H. de Oliveira Marques, *História da I República. As Estruturas de Base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, p. 51.

²²⁶ Aristides de Amorim Girão, *Divisão da Propriedade Rústica*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1950, pp. 8-9.

²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

²²⁸ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 438.

²²⁹ Bento Carqueja, *Indicadores Económicos Portugueses*, Porto: Tipografia Sequeira, 1931, p. 27.

rondava entre 75 e 150²³⁰. Contudo, a cada propriedade não correspondia uma só exploração agrícola. No concelho de Vila Nova de Ourém “a maioria das explorações agrícolas eram compostas por mais do que um prédio rústico”²³¹. Por exemplo, Maria de Jesus²³², proprietária residente em Vale do Porto, freguesia de Ourém, possuía uma exploração agrícola, com quase 80 hectares, mas composta por diversas propriedades de pequena e média dimensão²³³.

A excessiva fragmentação da propriedade rústica no concelho influenciou o modo de exploração do solo, portanto, “a generalidade do solo ourensense era explorada em modo conta própria, dado que a maioria da população era detentor de terra”²³⁴. O modo em que a propriedade era explorada diferia consoante a sua dimensão. No caso da pequena propriedade, a família fornecia a mão-de-obra; enquanto na grande propriedade era fundamental recorrer a mão-de-obra assalariada²³⁵. Portanto, à medida que a propriedade se ia fragmentando tornava-se cada vez menos rentável.

Outrossim, a estrutura da propriedade também influenciou as formas de utilização dos solos²³⁶. No território ourensense, tal como na restante Estremadura, prevalecia a policultura:

“[...] pinhais extensíssimos, galgando encostas; vinhedos distribuídos por estas e pelas planícies adjacentes; oliveiras dum verde plúmbeo, sobrelevando a cepa maneira e tantas vezes sugando, de parceria, a terra criadora; o milho (valoroso alimento de gados e da própria população rural), o trigo, o centeio, a cevada,

²³⁰ A. H. de Oliveira Marques, *História da I República. As Estruturas de Base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, pp. 52-56.

²³¹ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 438

²³² Maria de Jesus (1857-1949), mais conhecida por “A Barra”, foi uma grande proprietária, natural do Canhardo, freguesia de Ourém. Possuía várias propriedades nas localidades de Vale do Porto, Canhardo, Silveira, Quebradas, Chainho e noutros lugares. “Foi sócia do Sindicato Agrícola de Vila Nova de Ourém e proprietária do lagar de azeite que se encontra no Vale do Porto junto à Estrada de Fátima”. In idem, *ibidem*, p. 439.

²³³ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 439.

²³⁴ Idem, *ibidem*, p. 440.

²³⁵ Bento Carqueja, *Indicadores Económicos Portugueses*, Porto: Tipografia Sequeira, 1931, p. 28.

²³⁶ Orlando Ribeiro, *O Mundo Rural*, vol. IV, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p.40.

e as viçosas hortaliças que pejam os fartos mercados do concelho, numa bênção divina, que regala a vista e dinamisa a vida!”²³⁷.

O Inquérito de Habitat Rural de 1939 indica-nos que a exploração da terra era efectuada em pequena cultura e que cada proprietário executava os trabalhos agrícolas do modo que entendia²³⁸. Uma vez que a pequena propriedade não permitia a utilização de maquinismos para efectuar a faina agrícola, as tecnologias utilizadas eram adaptadas ao minifúndio prevalecente²³⁹, entenda-se, “a enxada de duas pontas, a enxada de chapa de ferro e o ancinho”²⁴⁰. Não esquecer da utilização da tracção animal para lavrar os campos com as juntas de bois²⁴¹ e o burro para o transporte de mercadorias²⁴².

Assim, a prática da agricultura de subsistência acabou por ser perpetuada e influenciou, como veremos, o aumento da emigração da população ourense. O que produziam não era suficiente para subsistir e pagar os seus encargos, por causa da brutal inflação que caracterizou a década de 1920; depois porque esses mesmos produtos não eram remunerados dado que não havia procura pelos consumidores, efeito da Crise de 1929.

Quais as soluções encontradas pela maioria da população para melhorar as suas condições de vida? Segundo Manuel da Costa Belchior, “onde os pequenos proprietários predominam, a taxa de emigração era mais elevada”²⁴³. As dificuldades económico-financeiras resultantes das crises conjunturais referidas acabaram por acentuar o ciclo emigratório. As práticas de migração sazonal e de emigração eram comuns dos povos do Norte e Centro de Portugal. Do ponto de

²³⁷ *Notícias de Ourém*, 7 de fevereiro de 1937, p. 1).

²³⁸ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 49.

²³⁹ José Poças das Neves, *Fátima dos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima: Rotary Club, 2005, p. 112.

²⁴⁰ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, p. 51.

²⁴¹ *Notícias de Ourém*, 18-04-1937, p. 1.

²⁴² *Notícias de Ourém*, 14-09-1933, p. 3.

²⁴³ Manuel da Costa Belchior, “Desenvolvimento, Progresso e Agricultura”, in *Análise Social*, 1964, p. 475.

vista histórico, o concelho de Vila Nova de Ourém foi um dos “que maior contingente dá à emigração distrital”²⁴⁴.

Relativamente ao trabalho sazonal, verificamos que muitos ourensenses iam trabalhar nas ceifas em Évora, na apanha da azeitona em Santarém e Torres Novas, nos campos de milho da Golegã e nos campos vitícolas do Bombarral, de Almeirim, de Alenquer, de Torres Vedras e do Cartaxo²⁴⁵.

Contudo, a emigração foi a solução para os mais ambiciosos e aventureiros. De facto, entre 1919 e 1930, observou-se que um elevado número de ourensenses, cerca de 2.418 indivíduos, emigraram como podemos constatar no Quadro 1. A maioria, cerca de 2.100 eram do sexo masculino e as suas faixas etárias situavam-se entre os 20 e os 39 anos de idade. Estes homens, mulheres e crianças provinham sobretudo das freguesias de Freixianda, Olival, Ourém, Seiça e de Espite²⁴⁶.

Quadro 1 - Número total de emigrantes entre 1919 e 1930²⁴⁷

| 1919 | 1920 | 1921 | 1922 | 1923 | 1924 | 1925 | 1926 | 1927 | 1928 | 1929 | 1930 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 108 | 142 | 22 | 25 | 177 | 370 | 413 | 253 | 99 | 151 | 317 | 341 |

A maioria destes emigrantes tiveram como destino o Brasil, França, Bélgica e América do Norte²⁴⁸. Assim, um dos principais objectivos do fim do morgadio, travar a emigração, acabou por promover, de forma indirecta, o acentuar desse fenómeno mesmo que aliado a crises conjunturais.

²⁴⁴ Agros, Maio de 1920, p. 112.

²⁴⁵ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, pp. 237 e 238.

²⁴⁶ ADSTR, *Governo Civil de Santarém, Registos de Passaporte - 1919-1939*, livs. 1, 2 e 3.

²⁴⁷ Fábio Emanuel Oliveira, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022, pp. 238 e 400.

²⁴⁸ Idem, *ibidem*, pp. 239.

Conclusão

O fim do morgadio pelo Código Civil de 1867 marcou negativamente a estrutura fundiária portuguesa a longo prazo. O concelho de Vila Nova de Ourém demonstrou ser um território exemplificativo do impacto do acesso à terra num período que se caracterizou pelas dificuldades económicas. Observámos que a propriedade rústica foi-se fragmentando ao longo das décadas, tornando-se menos rentável, sobretudo, em períodos de crise. Ao mesmo tempo, perpetuou uma agricultura de subsistência, onde prevalecia a policultura, e nada modernizada em termos tecnológicos.

Estes factores pesaram na decisão de emigrar por parte daqueles que procuraram uma vida melhor no novo Mundo e na Europa. Além disso, ao agricultor oureense escasseava capital para investir e modernizar a exploração, ou seja, adquirir máquinas e terra para proceder ao emparcelamento. Portanto, os propósitos liberais saíram gorados, uma vez que contribuíram para acentuar as dificuldades económico-sociais, sobretudo, em períodos de crise, como foram os casos do pós-grande guerra e da Crise de 1929, como os números da emigração evidenciaram.

Fontes

Arquivo Distrital de Santarém:

- Governo Civil de Santarém, Orçamentos de Câmaras Municipais de 1928;
- Governo Civil de Santarém, Registo de Passaportes – 1919-1939, Livros 1, 2, 3.

Arquivo Histórico Municipal de Ourém:

- Correspondência expedida pela Direção do Sindicato Agrícola, livro n.º 1290/1;

Biblioteca Nacional de Portugal:

- *Agros*: Boletim da Associação dos Estudantes de Agronomia e Periódico de Propaganda Agrícola (1920);
- *Notícias de Ourém* (1933, 1936, 1937, 1939).

Direcção Geral de Estatística:

- *Censo de População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1920: VI Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

- *Censo de População de Portugal no 1.º de Dezembro de 1930: VII Recenseamento Geral da População*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1930.

Bibliografia

Artigos:

BELCHIOR, Manuel da Costa, “Desenvolvimento, Progresso e Agricultura”, In *Análise Social*, 1964, pp. 472-482.

CARDOSO, José Luís, “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções”, In *Análise Social*, 2012, pp. 370-400.

Enciclopédia:

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1978.

Monografias:

CARQUEJA, Bento, *Indicadores Económicos Portugueses*, Porto: Tipografia Sequeira, 1931.

COSTA, Leonor Freire, LAINS, Pedro, MIRANDA, Susana Münch, *História Económica de Portugal: 1143-2010*, 3.ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2014.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Divisão da Propriedade Rústica*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1950.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *História da I República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.

MARTINS, J. P. de Oliveira, “Divisão e fragmentação da propriedade (1887)”, in Manuel Villaverde Cabral (ed.), *Materiais para a história da questão agrária em Portugal nos séculos XIX e XX*, Porto: Inova, 1974.

MATA, Maria Eugénia, “As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: Uma perspectiva de conjunto”, in Sérgio Campos Matos (ed.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, CHUL, 2002.

MATA, Maria Eugénia, VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal: uma perspectiva global*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 2003.

NEVES, Ana Saraiva, *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*, Ourém: Câmara Municipal, 2001.

NEVES, José Poças das, *Vila Nova de Ourém na Primeira República: o conflito político-religioso*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2003.

NEVES, José Poças das, *Fátima dos inícios do século XX: a Freguesia de Fátima (1900-1917)*, Fátima: Rotary Club, 2005.

OLIVEIRA, Fábio Emanuel, *Ourém entre Guerras (1919-1939): caracterização económica*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2022.

PEREIRA, J. et. all., *Carta Arqueológica do Concelho de Ourém*, Ourém: Câmara Municipal, 2006.

RIBEIRO, Orlando, *O Mundo Rural*, Vol. IV, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

ROSAS, Fernando, *O Estado novo nos anos Trinta – 1928-1938*, 2.^a ed., Lisboa: Estampa, 1996.

SILVA, Álvaro Ferreira da, AMARAL, Luciano, “A crise orçamental e monetária portuguesa no contexto internacional” in Filipe Ribeiro de Meneses e Pedro Aires de Oliveira (dir.), *A 1.^a República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*, Lisboa: Tinta da China, 2011.

A Imprensa periódica vintista na coleção do Município de Lisboa (1820-1823)

Eunice Relvas (CML/DMC/DPC/GEO e HTC NOVA FCSH/CEF-UC)

Resumo

Pretendemos inventariar e analisar os periódicos portugueses existentes na coleção patrimonial do Município de Lisboa publicados durante o primeiro período liberal nacional (1820-1823), denominado de vintismo. Antes da Revolução liberal de agosto de 1820 a liberdade de imprensa era inexistente em Portugal. A censura era um dos pilares da defesa do governo e do regime político vigentes. Os textos impressos com maior circulação – jornais, panfletos e folhetos – eram os mais visados pela censura prévia. Após o triunfo revolucionário, os governantes também tentaram controlar as novas publicações através da criação de uma comissão de censura em Lisboa, a 21 de setembro de 1820. Todavia, no mês seguinte, adveio um movimento de defesa da liberdade de imprensa, tendo como exemplo o sucedido em Espanha. O aumento do movimento editorial originou uma imprensa mais livre, em parte devido às dificuldades experimentadas pela citada comissão de censura. Em 4 de julho de 1821, as Cortes Gerais e Constituintes aprovaram a primeira Lei da Liberdade de Imprensa portuguesa, que terminou com a censura, com livros e periódicos proibidos, com perseguições e punições, oficializados ao longo dos séculos.

Este estudo, a partir do microcosmo da coleção patrimonial municipal lisbonense, pretende ser um convite para um conhecimento mais aprofundado do papel desempenhado pela imprensa na difusão do ideário liberal ou contrarrevolucionário, ao promover a informação (apesar do elevado analfabetismo vigente) e fomentar a participação cívica do seu público, especialmente em Lisboa, nas lutas políticas inflamadas que caracterizaram o vintismo.

Palavras-chave: Imprensa, liberdade de Imprensa, liberalismo, Vintismo, Lisboa.

Abstract

We propose to catalog and analyze the Portuguese periodicals in the Municipality of Lisbon's Heritage Collection, published during the first national liberal period (1820-1823), called *vintismo*. Before the liberal Revolution of August 1820, freedom of the press was non-existent in Portugal. Censorship was one of the pillars of defense of the current government and political regime. The printed texts with the greatest circulation – newspapers, pamphlets, and leaflets – were those most targeted by prior censorship. After the revolution's triumph, the rulers tried to control new publications by creating a censorship commission in Lisbon, on September 21, 1820. However, the following month, a movement emerged to defend freedom of the press, taking by example what happened in Spain. The increase in editorial movement led to a freer press, partly due to the difficulties experienced by the censorship commission. On July 4, 1821, the General and Constituent Courts approved the first Portuguese Press Freedom Law. Censorship, banned books, and periodicals, as well as the persecution and punishments that were made official over the centuries, finally ended.

This study, based on the microcosm of Lisbon's municipal heritage collection, intends to be an invitation for more in-depth knowledge of the role played by the press in disseminating liberal or counter-revolutionary ideas. Despite the population's high illiteracy, they promoted information and encouraged civic participation, especially in Lisbon, in the inflamed political struggles that characterized the *vintismo*.

Keywords: Press, freedom of press, liberalism, Vintismo, Lisbon

Introdução

Neste trabalho analisaremos os periódicos portugueses publicados durante o primeiro período liberal em Portugal, desde 24 de Agosto de 1820 até alguns meses após o golpe contrarrevolucionário (Vilafrancada, 27 de maio a 3 de junho de 1823), que constituem a coleção patrimonial do Município de Lisboa do designado vintismo ou triénio liberal.

Antes da revolução liberal de 1820 a liberdade de imprensa era inexistente em Portugal. A censura era um dos pilares da defesa do Governo e da monarquia absolutista. Os textos impressos com maior circulação – jornais, panfletos e folhetos – eram os mais visados pela censura prévia. No entanto, nas duas décadas anteriores a esta revolução, no espaço público lisbonense, germinavam correntes de opinião e o debate de ideias (inúmeras vezes secretos) de precursores do ideário liberal. No tempo das invasões francesas surgiram os primeiros jornais diários, revelando o interesse dos portugueses pelos acontecimentos nacionais e internacionais, nomeadamente pelos assuntos militares. Após a Guerra Peninsular, o florescimento da imprensa, particularmente dos exilados políticos, preconizava a queda do regime absolutista; o qual, tentando impossibilitar a sua propagação, proibiu a circulação de muitos jornais nacionais (alguns editados em Londres) e puniu quem os vendia ou adquiria.

Em 1820, no início do movimento revolucionário, os governantes, porventura temendo a explosão de novos periódicos, ensaiaram controlar as novas publicações – num movimento de continuidade com o período temporal precedente –, através de uma portaria que instituiu uma comissão de censura prévia, a 21 de setembro, sediada na capital. Impunham-se limites à liberdade de imprensa sobre assuntos religiosos, a Monarquia e a Constituição “que hão de fazer os Representantes da Nação em Cortes”²⁴⁹. Porém, logo nos primeiros dias do mês de outubro, sobreveio um movimento em defesa da liberdade de imprensa, tendo como exemplo a realidade espanhola. De facto, o aumento do movimento editorial resultou numa imprensa mais livre, em parte devido às dificuldades

²⁴⁹ “Aviso”, in *Gazeta de Lisboa*, 23 de setembro de 1820, Parte II, Impressão Regia, Lisboa, s.p.

experimentadas pela comissão de censura, caracterizadas pelas lacunas de orientações políticas e recursos. As Cortes aprovaram, em 4 de julho de 1821, a primeira Lei da Liberdade de Imprensa portuguesa, que terminou com a censura prévia, com livros e periódicos proibidos, com perseguições e punições, oficializados ao longo dos séculos; se bem que previsse a responsabilização dos autores e editores pela sua escrita²⁵⁰.

No triénio liberal floresceram os jornais e os pasquins, diários, semanais, bissemanais, trissemanais ou mensais. Referiam os acontecimentos relevantes e os atos oficiais, reproduziam as sessões das Cortes, as notícias do estrangeiro; e, por vezes, anúncios. Durante o vintismo a imprensa foi uma proeminente arma de propaganda política, usufruindo da liberdade de expressão consagrada na primeira Constituição de Portugal. Em termos ideológicos, distinguiram-se dois grandes grupos na imprensa: a liberal e a contrarrevolucionária (absolutista e antiliberal). Os periódicos, panfletários, eram redigidos, muitas vezes, por um indivíduo ou por um grupo exíguo de pessoas que defendiam e divulgavam as suas ideias publicamente. Em lados politicamente opostos, procuravam aliciar uma opinião pública incipiente para o respetivo campo político, persuadindo-a da sua benevolência e dos benefícios dos seus ideais para o povo português. A imprensa liberal fomentava a participação cívica do público, a discussão inflamada nos cafés, nas tabernas, nos clubes políticos e nas sociedades literárias. No ano de 1823, o fim do regime constitucional e a vitória do absolutismo originaram a restauração da censura e a coartação da liberdade de imprensa. A imprensa de índole liberal remanesceria, novamente, na emigração.

Uma característica comum dos periódicos desta época era o seu grafismo debutante, alguns continham quadros e ostentavam duas colunas. Na primeira página, habitualmente, figurava apenas o título e, no caso dos jornais oficiais, o

²⁵⁰ Esta lei, bem como toda a legislação da imprensa na Monarquia Constitucional, pode ser consultada em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/1821/4Julho1821/4Julho1821_item1/index.html.

escudo régio; a inserção de uma epígrafe²⁵¹ também acompanhava alguns títulos, mas mais rara era a inclusão de desenhos, assinalaremos a sua existência em ambos os casos, ao longo do texto.

A esmagadora maioria dos periódicos inventariados neste trabalho, integram a valiosa coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), outros títulos incorporam o acervo do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) e os espólios das Coleções Dulce Ferrão e Ruela Pombo, que integravam o acervo da antiga Biblioteca-Museu República e Resistência (BMRR), agora em depósito de retaguarda (DR1) da Rede das BLX-Bibliotecas de Lisboa.

Metodologicamente dividimos os jornais estudados em quatro grandes grupos, a saber: Periódicos oficiais; Periódicos liberais; Periódicos contrarrevolucionários e outros periódicos, de tipo literário ou diverso. Para cada título, apresentado cronologicamente e de forma sumária, indicaremos: o local, a periodicidade inicial, a sua duração, o seu redator principal e qual o acervo municipal que incorporam. No final deste trabalho (Anexo I), para além destas informações, acrescentamos a epígrafe, impressão, o inventário de existências na Câmara Municipal de Lisboa (CML) e respetivas cotas.

1. Periódicos vintistas no acervo patrimonial do Município de Lisboa

Como já referimos, a liberdade de imprensa decretada pela Revolução Liberal estrondeou um surto jornalístico sem precedentes na história nacional. Durante o triénio liberal, criaram-se em Portugal (continente, ilhas e domínios transoceânicos) 112 jornais, dos quais 71 (64%) de cariz político, no local de edição predominava Lisboa 80 (71,4%) jornais, seguida de longe pelas cidades de Coimbra e Porto, respetivamente com 14 e 13 jornais publicados²⁵².

A coleção da CML é composta por 24 (21,4%) do total dos 112 periódicos publicados, incorporando alguns títulos raros. Sem espanto, dado o microcosmo

²⁵¹ As epígrafes estão transcritas no Anexo I – Periódicos vintistas na coleção do Município de Lisboa (1820-1823).

²⁵² José Tengarrinha, *Nova História da imprensa portuguesa das origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 2003, pp. 320-323.

em análise, predominam os periódicos editados em Lisboa 20 no total, seguindo-se Porto com 3 e apenas 1 foi impresso em Londres. Segundo Maria Alexandre Lousada, na capital, os lugares privilegiados para a sua leitura eram os botequins, os cafés, os clubes políticos, as sociedades literárias e as livrarias; existindo casos em que os impressores também possuíam livrarias²⁵³. A leitura pública de periódicos em Lisboa (e no país), foi um recurso utilizado, por liberais e antiliberais, na formação de uma opinião pública favorável ao seu ideário. Vejamos quais os periódicos do triénio liberal que constituem o património documental do Município de Lisboa. Iniciemos a nossa inventariação pelos jornais oficiais.

1.1. Periódicos oficiais

O primeiro periódico²⁵⁴ oficial português dado à estampa foi a *Gazeta de Lisboa*, em 10 de agosto de 1715, no primeiro número denominou-se *Notícias do Estado do Mundo* e ao longo dos tempos exibiu diversos títulos. Veiculava notícias sobre temáticas nacionais e internacionais, mas especialmente sobre o rei, a família real e a corte e seus vultos aristocráticos; com a passagem do tempo aumentou a publicação de notícias nacionais e internacionais, remetidas por correspondentes²⁵⁵. Desde 16 de setembro de 1820, a *Gazeta de Lisboa* passou a veicular as ideias e proclamações do Governo liberal, com idêntica veemência com que anteriormente publicava textos antiliberais; aliás durante todo o ano de 1820 e até abril de 1821, um simpatizante do absolutismo real, Joaquim José Pedro Lopes (1781?-1840), foi o seu redator²⁵⁶.

A 16 de outubro de 1820 surgiu o *Diário do Governo* (até 10 de fevereiro de 1821), jornal oficial que publicava notícias das diversas secretarias estatais, mas

²⁵³ Maria A. Lousada, “Imprensa e política: alguns dados sobre a imprensa periódica portuguesa durante as lutas liberais (1820-1834)”, in *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, 1989, Vol. 24 (47), CEG/IGOT/UL, Lisboa, p. 97. Nesta página e segs., a autora revela-nos a geografia das tipografias e livrarias em Lisboa (1820-1834).

²⁵⁴ O primeiro periódico português (mensal ou bimensal) foi a *Gazeta em que se reatam as novas que ouve nesta corte e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*. Lisboa: Na Officina Lourenço de Anueres. Conhecido como *Gazeta da Restauração*, iniciou a circulação em dezembro do mesmo ano e findou em setembro de 1647. Veja-se J. Tengarrinha, *Op. Cit.*, pp. 49-53.

²⁵⁵ Eurico J. G. Dias, “A Gazeta de Lisboa (1715-1760) enquanto paradigma da imprensa periódica setecentista”, in *População e Sociedade*, dez. 2019, vol. 32, CEPESE, Porto, p. 46.

²⁵⁶ J. Tengarrinha, *Ibidem*, p. 186.

que também pretendia instruir os leitores sobre temas como a agricultura, comércio, navegação, manufaturas e artes. Desde 16 de outubro a 30 de dezembro de 1820, a *Gazeta de Lisboa* coabitou com o *Diario do Governo*, sendo substituída pelo último. Assim, durante cerca de dois meses e meio coexistiram dois jornais oficiais. Os constitucionais apelidavam o *Diario do Governo* de “Gazeta Parda”, aludindo ao mau papel de impressão²⁵⁷. Seria seguido pelo *Diário da Regência* (12 de fevereiro-4 de julho de 1821). No dia imediato ao desembarque de D. João VI em Lisboa, retornou a *Diario do Governo* (5 de julho de 1821-4 de junho de 1823) e, após a Vilafrancada, no dia seguinte à entrada na capital do rei, reapareceu como *Gazeta de Lisboa* (5 de junho de 1823-24 de julho de 1833). De abril de 1821 a junho de 1823 o principal redator do *Diario do Governo* foi Diogo de Goes Lara de Andrade (?-1844)²⁵⁸.

Estes vários títulos, editados em Lisboa, espelharam as consecutivas mudanças políticas nacionais, e a sua narrativa/escrita obedecia ao Poder vigente, independentemente da vontade do seu redator (ou redatores) que era, para todos os efeitos, um funcionário público que tinha por obrigação difundir o que era “legítimo e legal”²⁵⁹. Incluía artigos sobre a política liberal, notícias nacionais e internacionais; avisos (publicidade) e “preços oficiais”. Foram os periódicos mais lidos em Portugal, por terem a melhor distribuição e também porque veiculavam as orientações governamentais.

Ainda no âmbito oficioso, existiram o *Diario das Cortes Geraes Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa* (Lisboa, 27 de janeiro de 1821-4 de novembro de 1822). Continuado pelo *Diario das Cortes da Nação Portuguesa* (Lisboa, 15 de novembro de 1822-junho de 1823). Narravam as sessões das Cortes. Todos estes jornais oficiais estão em depósito na HML, alguns na sua plataforma digital.

²⁵⁷ Idem, *Ibid.*, p. 886.

²⁵⁸ Isabel Nobre Vargues, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1987, p. 239.

²⁵⁹ Jorge P. Sousa, “A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a *Gazeta de Lisboa* antes e depois da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820”, in *Portugal e o Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*, Lisboa, ICNOVA, 2020, p. 187.

1.2. Periódicos liberais

A seguinte citação de Mouzinho da Silveira (1780-1849): “As armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa, e na ordem dos escritos impressos nenhuns são tão lidos como os periódicos”²⁶⁰, patenteia a importância que este grande político atribuía à imprensa enquanto propagadora dos ideais liberais e constitucionais. Num movimento ininterrupto, preanunciado desde as invasões francesas, de um periodismo de intervenção política, muitas vezes refletido no título²⁶¹, já exibido nos jornais liberais da emigração²⁶². Vejamos quais os periódicos liberais presentes no património documental da CML.

Em primeiro lugar temos *O Portuguez Constitucional* (Lisboa, diário, 22 de setembro de 1820-27 de julho de 1821), um dos periódicos mais paradigmáticos do liberalismo vintista. Foi o primeiro periódico político liberal publicado na capital após o movimento revolucionário de 15 de setembro de 1820. Possui como epígrafes versos de Camões. As Cortes vintistas consideraram que este era o melhor jornal então publicado, sendo o seu redator, Nuno Álvares Pereira Pato Moniz (1781-1826), convidado para relator do *Diario das Cortes*²⁶³. Foi um dos poucos jornais que manteve uma escrita elevada, não perseguindo populismos ou insultos pessoais²⁶⁴. Neste jornal anunciaram-se vários hinos constitucionais²⁶⁵; e, a par de artigos atuais (liberalismo, liberdade de imprensa, a Constituição, etc.) incluía pequenos resumos das sessões das Cortes²⁶⁶. Após a Vilafrancada, Pato Moniz, grande secretário do Grande Oriente Lusitano²⁶⁷, prudentemente, fugiu de Lisboa, mas foi detido na sua casa da Moita e seguiu para a capital, sob prisão e

²⁶⁰ Discurso de Mouzinho da Silveira na Câmara dos Deputados, citado Maria A. Lousada, *Op. Cit.*, p. 91.

²⁶¹ Isabel Nobre Vargues, *Op. Cit.*, p. 235.

²⁶² Jorge P. Sousa, *Op. Cit.*, 167.

²⁶³ Isabel N. Vargues, *Ibidem*, p. 236.

²⁶⁴ J. Tengarrinha, *Op. Cit.*, p. 319.

²⁶⁵ Idem, *Ibid.*, p. 390.

²⁶⁶ Isabel. N. Vargues, *Ibid.*, pp. 238-239.

²⁶⁷ António Ventura, *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2013, p. 116.

seria, depois, degredado para a ilha do Fogo (Cabo Verde), onde viria a falecer²⁶⁸. Na HML apenas existe o primeiro número.

Identicamente, *O Pregoeiro Lusitano* (Lisboa, 1820-1821, 4 volumes, 2 partes) é fundamental para a história do vintismo. Abordava os trabalhos das Cortes Constituintes. É um dos primeiros periódicos impressos em Lisboa após a revolta liberal. Foi seu redator Clemente José de Mendonça²⁶⁹. Na HML existe o segundo volume, segunda parte.

Um dos títulos inventariados com origem no Norte é *O Correio do Porto*, editado pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (Porto, diário, 27 de setembro de 1820-7 de maio de 1834). Tinha o escudo régio ao meio do título e a epígrafe do lado direito, retirada do poema épico *Eneida*, de Virgílio. Nos primeiros tempos foi liberal, mas desde a aprovação da outorgação das Bases da Constituição, em 1821, transferiu-se para o campo do absolutismo²⁷⁰. Com conteúdo noticiário, à semelhança dos periódicos oficiais fez a defesa das ideias liberais ou absolutistas de acordo com as tendências e/ou poder político vigente. Este título está incompleto na HML.

Um dos mais emblemáticos jornais políticos vintistas; mas que, como o título anterior, em 1821, mudou para a defesa do absolutismo²⁷¹, foi *O Patriota* (Lisboa, diário, 27 de setembro de 1820-17 de dezembro de 1821), era redigido por João Pedro Norberto Fernandes (1780-1836). Teve duas epígrafes²⁷²: “A verdade e a razão meus passos guiam”; e a partir do nº 38: “lei e vontade será em voz a mesma coisa...” / *Manifesto do Governo 31 de out. 1820*. Dedicado à apreciação das Cortes Constituintes. Na HML existe, apenas, o *Suplemento Extraordinario*, de 30 de junho de 1821.

²⁶⁸ Idem, *Ibid.*, p. 394; Isabel N. Vargues, *Ibidem*, p. 237.

²⁶⁹ Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2, pp. 81-82. Todas as referências a este autor (doravante Inocêncio) foram retiradas da catalogação de cada título do Catálogo Geral da Biblioteca Nacional de Portugal (plataforma digital).

²⁷⁰ Vide J. Tengarrinha, *Op. Cit.*, p. 338.

²⁷¹ Idem, *Ibidem*.

²⁷² Isabel. N. Vargues, *Ibid.*, p. 414.

Quando José Liberato Freire de Carvalho (1722-1855) retornou à capital portuguesa, em 1821, após estar emigrado durante oito anos, fundou um importante jornal liberal, intitulado *O Campeão Portuguez em Lisboa, ou o amigo do povo e do rei constitucional: semanario politico, publicado para advogar a causa e interesses da nação portugueza em ambos os mundos, e servir de continuação ao Campeão Portuguez em Londres* (Lisboa, semanal, 6 de abril de 1822-31 de maio de 1823). Na epígrafe versos dos *Lusíadas*. Na coleção da HML existe o segundo volume.

O antecessor do título anterior, *O Campeão Portuguez, ou o Amigo do Rei e do Povo* (Londres, quinzenal, julho de 1819-16 de junho de 1821), também existe na HML. *O Campeão*, como era referido à época, foi um dos últimos periódicos da primeira emigração em Londres. Antes de 1820 estava proibida a sua circulação em Portugal; assim, entrava no país clandestinamente. O seu desaparecimento deveu-se ao regresso de Liberato a Lisboa.

Temos ainda *O Campeão Lisbonense* (Lisboa, bissemanal, 18 de outubro de 1821-7 de abril de 1823) que teve por relator António Joaquim Nery (1798-1866). Epígrafe com versos (em francês) de *La Henriade*, Canto I, de Voltaire. Abordou, entre outros temas, a questão da independência do Brasil. Situado no campo do ultraliberalismo e muito crítico, este periódico foi encerrado a 7 de abril de 1823, ainda durante a monarquia constitucional; e, sob a ameaça contrarrevolucionária no Norte, o seu redator foi deportado²⁷³. No GEO existe uma coleção completa.

Entre as sociedades literárias fundadas durante o vintismo, uma das mais importantes na defesa do regime liberal foi a Sociedade Literária Patriótica de Lisboa. O seu primeiro presidente foi Liberato, supramencionado. *O Jornal da Sociedade Literaria Patriótica* (Lisboa, bissemanal, 16 de abril a 11 de outubro de 1822), tem uma epígrafe com versos dos *Lusíadas*, Canto 4. Transmitia notícias da citada instituição, mas como periódico generalista, continha artigos sobre

²⁷³ J. Tengarrinha, *Ibidem*, pp. 336-337; p. 355.

temáticas variadas, incluindo sobre a Liberdade e a Constituição. A coleção incompleta está disponível na plataforma digital da HML.

Seguimos com *O Conciliador Lusitano, ou o Amigo da Paz, e União* (Lisboa, semanal, 10 de junho a 23 de dezembro de 1822), dirigido contra os periódicos antiliberais, difamadores²⁷⁴. Exibe na epígrafe versos da *Ode 12*, do poeta romano Horácio. O seu relator não está identificado. Na HML existem alguns exemplares. Por último, no campo do combate aos ideais absolutistas, temos o periódico nortenho *Borboleta Duriense* (Porto, diário, 2 de janeiro a 30 de junho de 1823), cujo redator foi João Nogueira Gandra (1788-1858). O seu título estava separado pelo desenho de uma borboleta, e possui uma epígrafe. À semelhança do periódico anterior, está incompleto no acervo da HML.

1.3. Periódicos contrarrevolucionários

Se “todos os Periódicos do Mundo se tem feito para enganar” é essencial publicar jornais “para desenganar”. Esta sentença²⁷⁵ do padre José Agostinho de Macedo (1761-1831), um zeloso absolutista e conhecido panfletário da contrarrevolução, define os objetivos dos adeptos dos periódicos antiliberais que, proliferando entre 1822 e 1823, atacaram com enorme intensidade os liberais, acusando-os de serem “pedreiros-livres, jacobinos, destruidores do Trono e do Altar”²⁷⁶. Após a Vilafrancada, proibida a circulação da imprensa liberal, aumentou a publicação da imprensa absolutista que, segundo José Tengarrinha²⁷⁷, apresentou duas características principais: a primeira defendia o Antigo Regime com circunspeção; e a segunda através da jocosidade e sátira. À medida que o ano de 1823 avançou tornaram-se mais virulentos. A coleção da CML guarda seis importantes periódicos defensores da monarquia absolutista.

²⁷⁴ Id., *Ibid.*, p. 342.

²⁷⁵ Citado in Maria A. Lousada, *Ibidem*, p. 91.

²⁷⁶ J. Tengarrinha, *Op. Cit.*, p. 341.

²⁷⁷ Idem, *Ibid.*, pp. 395-396.

Começamos pelo periódico patriótico, que se publicava anteriormente à Revolução Liberal²⁷⁸, o *Jornal Encyclopédico de Lisboa* (Lisboa, mensal, 1 de janeiro a 12 de dezembro de 1820), com redação principal de José Pedro Lopes e coordenação de José Agostinho de Macedo, já nossos conhecidos. Foi um marco na divulgação científica e das artes no nosso país, na senda do movimento europeu das academias e imprensa especializada; mas que, segundo Tengarrinha, deveremos considerar “sobretudo, como o último periódico de defesa da ordem absolutista”²⁷⁹ antes da instituição do liberalismo em Portugal. Coleção completa na HML.

Já depois da instauração do regime liberal, temos *A Trombeta Lusitana* (Lisboa, trissemanal, 14 de novembro de 1822-19 de junho de 1823); denominou-se *Trombeta Lusitania* do n.º 1 ao n.º 8; contudo, os suplementos dos n.ºs 4 e 6 (respectivamente 22 e 26 de novembro) já se intitulavam *Trombeta Lusitana*. O título surge encimado pelo desenho da figura da Fama empunhando uma trombeta (ornamentada com a bandeira nacional), do lado direito os versos do Trombeteiro: “*A Trombeta escutai dos Lusitanos / E se rouca tocar... tremei Tyranos!*”. Aliado a outros títulos semelhantes era membro de uma “ruidosa orquestra completa”²⁸⁰ contra o Liberalismo. O seu redator foi Manuel Joaquim da Rosa e Silva²⁸¹. Este periódico contrarrevolucionário lançou todo o tipo de ataques contra o Governo, responsabilizando os liberais pela ruína de Portugal. Os seus redatores foram acusados e presos por abuso de liberdade de imprensa e a *Trombeta* foi interrompida, entre 1 de março (n.º 46) e 10 junho (n.º 47) de 1823. Depois da Vilafrancada, a *Trombeta*, triunfante, voltou a ser dada à estampa. Coleção completa disponível na plataforma digital da HML.

²⁷⁸ Em Portugal continental, além deste título publicavam-se, apenas, os seguintes periódicos: *Gazeta de Lisboa* e o *Jornal de Coimbra* (Lisboa, 1812-1820). Id., *Ibid.*, pp. 232 e 836.

²⁷⁹ Idem, *Ibid.*, p. 232.

²⁸⁰ Id., *Ibidem*, p. 341.

Os jornais que compunham esta orquestra foram todos editados em Lisboa no ano de 1823, a saber: *O Rabecão* (semanário, 4 de janeiro a 8 de março, 10 números); e os bissemanais *A Segarrega* (15 de fevereiro a 12 de março, 8 números); a *Gaita* (22 de fevereiro a 5 de março, 4 números); *O Serpentão* (1823, 6 números) e *A Sanfona* (1823). Id., *Ibid.*, pp. 341-342.

²⁸¹ Inocêncio, 4, p. 22.

Numa referência à vitória dos contrarrevolucionários, surgiu *A Tripa Virada* (Lisboa, semanal, apenas 3 números, com paginação sequencial, total de 36 páginas) foi dirigida pelo nosso conhecido José Agostinho de Macedo²⁸². A sua epígrafe blasona a derrota dos maçons: “*Sem pão nem pedra cáhe feita em pedaços / Com a trolha, e Prumo a Farça dos Palhaços*”, assinado “Forno do Tijolo”. O título aludia ao sucesso da Vilafrancada, que tinha “virado a tripa” da revolução liberal, iniciada no Porto em 1820, para a monarquia absoluta: “= A Tripa Virada = Vós bem sabeis que me refiro às manobras feitas na Cidade das Tripas, passando a deliberação Maçónica ao Conselho Militar dos três, para lograrem a Tropa, que agora nos logrou a nós”²⁸³. Violenta escrita antimaçónica e contra os outros inimigos do seu editor: o liberalismo e os periódicos liberais²⁸⁴.

O periódico *A Estrella dos Lusitanos* (Lisboa, bissemanal, 1 de julho a 2 de setembro de 1823), também defendeu os ideais absolutistas e antimaçónicos, apresentando-se como instrutivo e doutrinário²⁸⁵. O seu relator não está identificado. Tinha o título encimado por uma estrela, com a seguinte epígrafe: “*Chegou ao fim o desejado instante / Da Lusa Liberdade!...*” No seu n.º 2 fundamentou o título e a imagem da estrela: “Desde que Portugal foi elevado à categoria de Reino, parece que uma Estrella benigna dirige os Lusitanos para salvá-los das sanhudas garras dos seus opressores.” Este periódico é muito importante pela sua raridade. Coleção completa disponível no sítio Hemeroteca Digital.

No início do século XIX houve um movimento gradual da imprensa periódica humorística, como é o caso de *O Punhal dos Corcundas* (Lisboa, semanal, 1823-1824), redigido pelo Frei Fortunato de São Boaventura (1777-1844). Alardeava uma epígrafe em latim. Os liberais apelidavam os defensores do absolutismo de “corcundas” ou “servis”; aderindo a este termo os absolutistas utilizaram-no na

²⁸² Inocêncio, 4, p. 196

²⁸³ *A Tripa Virada*, 1823, 1, Na Officina da Horrora Conspiração, Lisboa, p. 9.

²⁸⁴ Seria seguida pelo folheto *Tripa por huma vez: livro primeiro, e ultimo* (Lisboa, 1823, 67 páginas), com o mesmo redator, mas com conteúdos mais moderados. Disponível na plataforma digital da HML (Raridades Bibliográficas). Acedido em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RaridadesBibliograficas/Raridades_TripaporUmaVez.htm, a 03/05/2024.

²⁸⁵ Id., *Ibid.*, p. 396.

defesa dos seus interesses, usando o humor para ridicularizar os seus inimigos. Foi um dos mais importantes jornais na ofensiva contra o liberalismo. Coleção completa do acervo BMRR, em depósito no DR1.

Outro periódico satírico, editado no Norte, *Os Palradores no Café* (Porto, bissemanal, 3 de dezembro de 1822-15 de março de 1823), contém uma escrita divertida, mas corrosiva. Um dos mais importantes periódicos de combate ao liberalismo. Em depósito no GEO e disponível na Hemeroteca Digital.

1.4. Outros periódicos

Na imprensa periódica deste período, à margem da esfera opinativa política vintista, surgiram os jornais recreativos e de divulgação de conhecimentos úteis; entre estes, na coleção da CML, existem os seguintes:

O Compilador ou Miscelânea Universal (Lisboa, mensal, 1 de novembro de 1821-julho de 1822), teve por redator João Baptista Gastão²⁸⁶ (1791-1879). Ostenta na epígrafe versos em latim das *Geórgicas*, I, da autoria do poeta romano Virgílio. Existem alguns números no GEO e na HML;

Os Annaes da Sociedade Promotora da Industria (Lisboa, mensal, 1 de maio de 1822-agosto 1854), jornal liberal com grande influência, que abordava temas sobre indústria, mas também sobre o comércio, economia, ciências e agricultura, entre outros. Após um interregno, ditados por condições políticas desfavoráveis, recomeçará a ser editado em 1826²⁸⁷. Existem alguns exemplares na HML e no GEO;

E, terminamos com um jornal feminino, dirigido às jovens senhoras da alta sociedade portuguesa, *O Toucador: Periódico sem política dedicado às senhoras portuguesas* (Lisboa, fevereiro a março de 1822), foi o primeiro jornal português dedicado ao feminino, de âmbito literário, do quotidiano e das curiosidades. Epígrafe em francês (língua fluente entre a elite social), composta por versos do

²⁸⁶ Inocêncio, 4, pp. 258-259.

²⁸⁷ J. Tengarrinha, *Op. Cit.*, p. 416.

poeta Ducis (1733-1816). Visava distanciar as senhoras portuguesas, como está explícito no seu subtítulo, da política e de outros temas como Filosofia. Eram seus redatores Almeida Garrett (1799-1854) e Luís Francisco Midosi (1796-1877), que discorriam sobre as temáticas que entendiam interessar às senhoras, como a moda, o passeio, bailes, namoro ou jogo. Também contou com a colaboração de algumas mulheres que, deste modo, se estrearam na escrita. Devido à falta de leitores, mais propriamente leitoras (seu público-alvo), só se publicaram 7 números. É um periódico raro, do qual existem alguns exemplares no GEO.

Conclusão

No triénio liberal a imprensa foi uma proeminente arma de propaganda política, sendo utilizada com grande profusão e ambivalência. Assim, os periódicos vintistas são indispensáveis à Memória do primeiro Liberalismo português. Todavia, os estudos sobre a imprensa vintista são menosprezados e escassos. E, infelizmente, a maioria dos periódicos da época desapareceram. Esperamos com este trabalho, a partir do microcosmo do acervo municipal lisbonense, contribuir para o estudo e divulgação desta preciosa coleção patrimonial, composta por 24 títulos de periódicos vintistas, muitos de grande importância e alguns raros, que se encontra à disposição do público interessado – historiadores, outros investigadores sociais e curiosos da História, entre outros. Estes títulos integram, em especial, o valioso acervo patrimonial da Hemeroteca Municipal.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Cristina, “Sociabilidade patriótica e defesa da causa constitucional”, in *Janus.net, e-journal of international relations. Dossiê temático 200 anos depois da Revolução (1820-2020)*, Dezembro de 2021, acedido em <http://hdl.handle.net/11144/5291>, a 2023/10/31.

CABRERA, Ana; LIMA, Helena (Coord.), *Imprensa em Portugal: uma História*, Lisboa, ICNOVA, 2022.

DIAS, Eurico José Gomes, “A Gazeta de Lisboa (1715-1760) enquanto paradigma da imprensa periódica setecentista”, in *População e Sociedade*, dez. 2019, vol. 32, Porto, CEPESE, pp. 24-50.

LOUSADA, Maria Alexandre, “Imprensa e Política: Alguns dados sobre a imprensa portuguesa durante as lutas liberais (1820-1834)”, in *Finisterra*, 1989, Vol. XXIV (47), Lisboa, CEG/IGOT/UL, pp. 88-104.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional; SANTOS, Manuela; RAFAEL, Gina Guedes (Org. e Coord.), *Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998-2002, 2 vols.

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva. Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923, 22 vols. [autor secundário Aranha, Brito].

SOUSA, Jorge Pedro, “A imprensa portuguesa sob o signo da mudança: a *Gazeta de Lisboa* antes e depois da Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820”, in *Portugal e o Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*, Lisboa, ICNOVA, 2020, pp. 139-191.

TENGARRINHA, José, *Nova História da imprensa portuguesa das origens a 1865*, Lisboa, Círculo de Leitores-Temas e Debates, 2013.

TORGAL, Luís Reis, “A Contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação”, in *Análise Social*, 1980, XVI (61-62), Lisboa, pp. 279-292.

VARGUES, Isabel Nobre, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1987.

VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2013.

Republicanism a Sul do Tejo na imprensa local 1907-1913

Luís Martins (NOVA FCSH)

Este artigo segue as normas do antigo acordo ortográfico

Resumo

O presente trabalho recorre à imprensa local publicada na margem Sul do Tejo entre 1907 e 1913, fazendo um levantamento dos indícios que na mesma evidenciavam a eventual força do movimento republicano, o que permite ler as reacções naquela geografia ao que no plano nacional sucedia. Os conteúdos relevados reconduzem-se às três “questões” que então agitavam o país e eram centrais ao pensamento republicano, que a nossa exposição teve como fio condutor: os relacionados com a “questão religiosa”, com a “questão social” e com a “questão política”. Sob a primeira, caberão os indícios de anticlericalismo e animosidade ao clero, presentes nos jornais locais; na segunda, vemos assuntos relacionados com a temática da luta por melhores condições de vida dos cidadãos, cabendo também a análise de temas que iam desde o papel da mulher na sociedade à educação, passando por uma certa visão republicana sobre a tauromaquia; no âmbito da “questão política”, consideramos os conteúdos relacionados com os actos eleitorais que tiveram lugar no período analisado, e que revelaram a robustez do sentimento republicano nestas latitudes, constando, contudo, também indícios de desilusão com a República, evidenciando-se a relação conflitual entre os grupos resultantes da cisão do Partido Republicano.

Palavras-chave: Republicanismo, I República, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Moita, Alcochete, Sesimbra, Imprensa, História Local

Abstract

This work addresses the material published in the local press of the South bank of the Tagus River in the years between 1907 and 1913, with the aim of drawing evidence from its pages on the eventual strength of the republicanism in that region.

This allows us to understand the local impact and reactions to what was taking place at a national level.

The contents retrieved can be linked to three main issues that troubled the Portuguese society of that time, and that were central to the republican thinking, having structured the present text around those: the “religious issue”, the “social issue” and the “political issue”. Under the first one, we grouped the evidences of anti-clericalism and animosity towards the clergy, found in the local press; in the second, we find matters related to the theme of the struggle for better living conditions, in particular, for the working class, also grouping the analysis of subjects such as the role of women in the society, the education, and also a certain republican regard on bullfighting; within the “political issue”, we considered the contents related to the different elections that took place in the period analysed, which revealed the strength of the republican sentiment in the region, being also showcased in the press, however, a certain disillusionment with the Republic, highlighting the conflictual relationship between the factions originated by the schism within the Republican Party.

Keywords: Republicanism, I Republic, Almada, Seixal, Barreiro, Montijo, Moita, Alcochete, Press, Local History

Introdução

O presente texto teve como base a dissertação intitulada “Republicanismo a Sul do Tejo na imprensa local, 1907-1913”, cujo objectivo era, perceber, através da dinâmica imprensa local publicada nos municípios ribeirinhos da margem Sul do Tejo entre 1907 e 1913, a força e vitalidade do movimento republicano na estudada, correspondente aos concelhos de Almada, Seixal, Barreiro, Moita e Montijo (então Aldeia Galega).

A escolha desta fonte ficou-se a dever, não só, ao facto de a imprensa ser um veículo de reconhecida importância para o movimento republicano, estudado no referido trabalho, mas também porque a sua consulta nos permite ler a

sociedade do tempo em que é publicada, bem como as aspirações, conflitos e pensamentos dos agentes que a compunham e nela interagem, recuperando a memória de sujeitos e espaços intervenientes no debate local.

Foi seguida a mesma metodologia empregue no estudo que serviu de base à exposição que originou este texto, dividindo-o, em três tópicos percepcionados como centrais ao pensamento e acção republicana da época, relevando da imprensa local indícios sobre a “questão religiosa”, a “questão social” e a “questão política”. De facto, como fica dito na dissertação referida supra, baseada em diferentes estudos sobre o movimento republicano, resulta que estas eram as “questões” ou temas fundamentais sobre que se debruçava a cultura política aqui em análise, e polarizadoras da sociedade de então. No ponto respeitante à “questão religiosa” serão revistos indícios do peso do clero na sociedade de então e a animosidade daí resultante, vendo exemplos da sua materialização na região estudada.

Sob a “questão social”, optámos por incluir as considerações encontradas na imprensa local, sobre questões como a importância da educação, o papel da mulher na sociedade, a interligação ou relação do pensamento republicano com as questões laborais, e, finalmente, a referência a diferentes visões sobre a tauromaquia, palpáveis dentro daquele movimento, e, nomeadamente, de antagonismo a esta prática.

Finalmente, na “questão política”, ilustrar-se-á como a imprensa da região expunha a gradual corrosão do regime monárquico, e como nas páginas dos jornais locais publicados após o 5 de Outubro se via a divisão do PRP em partidos conflituantes, de que muitos dos órgãos de imprensa local consultados se assumiam (de forma muitas vezes explícita) como porta-voz.

Terminando estas linhas introdutórias, impõe-se uma breve explicação da cronologia considerada. Tomámos 1907 como o marco inicial da nossa investigação, tendo sido o ano de fundação do Centro Escolar “Capitão Leitão”, de Almada, cujo relevo na época pré e pós implantação da República foi inegável, não só no plano político, mas também social, sendo o centro republicano que mais

vezes encontramos mencionado na imprensa consultada, e que percebemos como tendo sido o mais activo. O marco cronológico final, 1913, corresponde ao ano em que terminou a publicação do jornal que representou o ponto de partida desta investigação, e em que percebemos, estar consumada a cisão no seio dos republicanos e entre estes e as demais forças que com eles colaboraram no derrube da monarquia.

A “questão religiosa”

Neste ponto, percebemos como centrais na imprensa da margem Sul do Tejo três assuntos – a importância, louvor (e até, acção pedagógica, pela divulgação de formulários de registo, por exemplo) quanto ao instituto do Registo Civil; a perceptível animosidade ou visão negativa sobre a classe eclesiástica, vista como tendo um excessivo ascendente sobre o poder político e a população, sendo fundamental para a sua manutenção no obscurantismo; e a materialização da referida animosidade no terreno, sob a forma de acções de vandalismo ou destruição de igrejas e bens do clero.

O Registo Civil como esforço de laicização da sociedade

No que respeita ao instituto do Registo Civil, antes de mais é importante ter presente que o relevo que lhe é dado pela opinião republicana reside, essencialmente, no papel do mesmo como arma de resgate da vida dos cidadãos à preponderância da Igreja na sua existência. Note-se, de facto, que o clero detinha o domínio sobre etapas essenciais da existência humana – o nascimento, a morte, o casamento – pelo que a subtracção do registo desses momentos à esfera de influência da Igreja, era fundamental à laicização da sociedade.

Desta forma, ainda antes da consagração da obrigatoriedade do registo civil, encontramos na imprensa revista, vários exemplos de notícias respeitantes ao registo civil de nascimento, morte ou casamento de indivíduos, que eram

celebrados como actos «heróicos», bem como, até a divulgação de formulários ou modelos para o pedido de registo²⁸⁸.

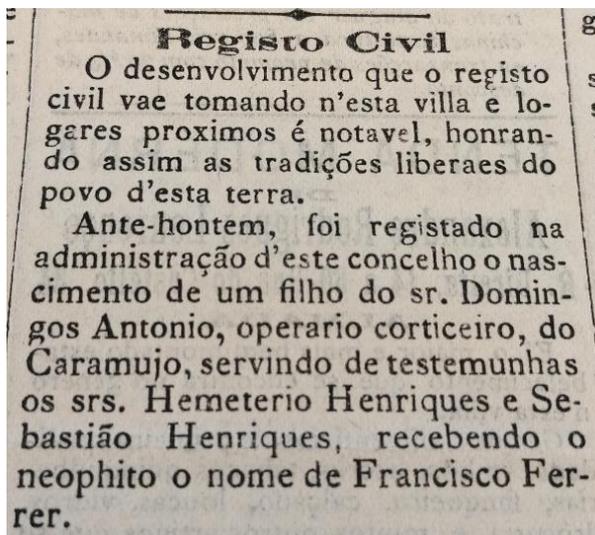


Fig. 1 - *O Correio do Sul*, n.º 15, 10/04/1910, p. 3

A presença dos “negros corvos”

Tal como dito, agrupamos sob a análise da “questão religiosa” as constantes referências desprimorosas ou negativas que encontramos sobre o clero, a sua acção obscurantista da população e as frequentes manifestações de desagrado ou protesto perante o peso que o mesmo tinha na sociedade e a sua percepcionada ascendência sobre o poder político. Os jesuítas eram um alvo privilegiado da animosidade referida, até porque existia no concelho de Almada - na Quinta de Vale de Rosal, na Charneca de Caparica - um importante retiro daquela ordem religiosa, o que fazia com que o assunto estivesse muito presente na imprensa da localidade.

²⁸⁸ Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, INCM/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, s/l, 1984, p. 85.

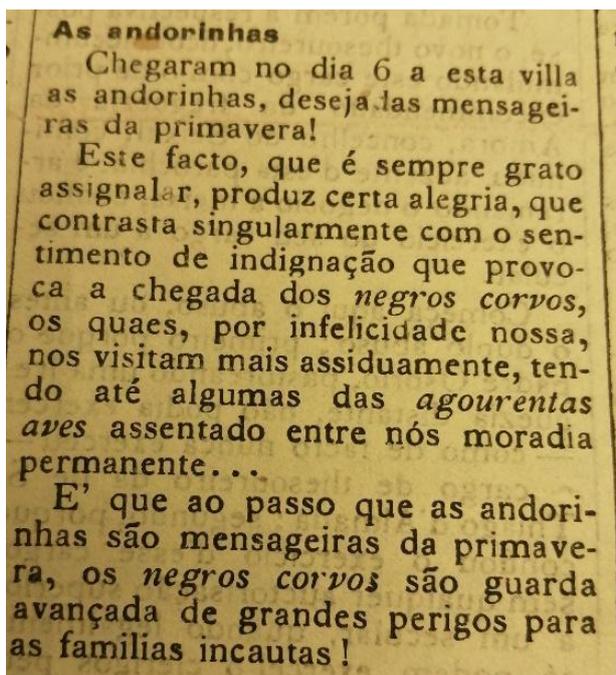


Fig.2 - O Correio do Sul, 13/02/1910, n.º 7, p. 1

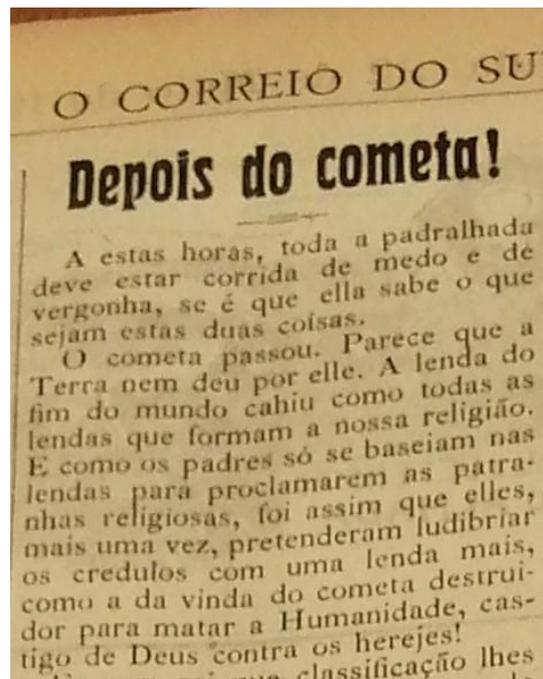


Fig. 3 – O Correio do Sul, 22/05/1910, nº21, p. 2

A materialização da animosidade

O outro plano em que vimos a “questão religiosa” manifestar-se, prende-se com a materialização da animosidade acima referida, no terreno, encontrando na imprensa analisada, referências a episódios de vandalismo e assalto a igrejas ou “batidas” a jesuítas.

A este propósito, a imprensa local, regista o assalto ao Santuário de N. Sra. da Atalaia, em Aldeia Galega, ocorrido na madrugada de 7 de Maio de 1911 e as situações de vandalismo e iconoclastia a ele associados. Meses mais tarde, é a vez da igreja de S. Paulo, em Almada, ser alvo deste tipo de acções, tendo o semanário republicano *Ribatejo*, dedicado atenção ao assunto, avançando que o mesmo se deveu ao facto de constar ser aquele templo palco de conspirações monárquicas, que a população almadense, “intensamente anticlerical e democrática”, naturalmente, não aceitou.



Fig.4 - O Domingo, 14/05/1911, n.º 514, p. 1

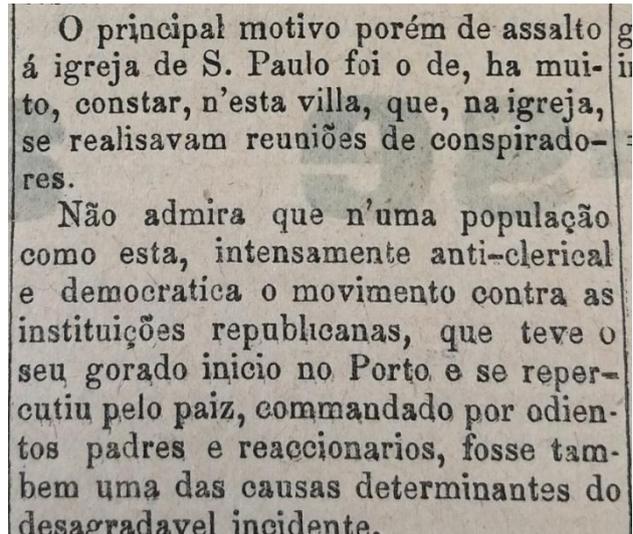


Fig. 5 - Ribatejo, 29/10/1911, n.º 2, p. 3

Ainda relacionado com a “materialização no terreno” da animosidade anticlerical, há que mencionar «batidas aos jesuítas» ocorridas na sequência do 5 de Outubro de 1910, em Pinhal Novo e um acontecimento havido naquele mesmo dia que, pese embora não relatado pela imprensa local, teve algum impacto, e foi noticiado na imprensa de âmbito nacional – o assalto e incêndio ao “coio jesuítico” de Vale Rosal, na Charneca de Caparica²⁸⁹.

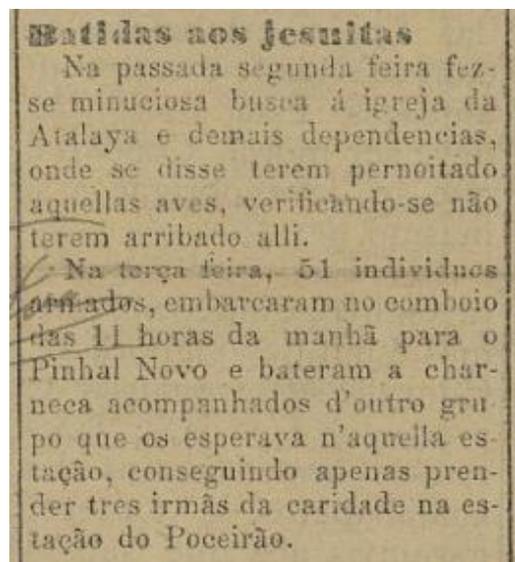


Fig. 6 – O Domingo, 16/10/1910, n.º 484, p. 2

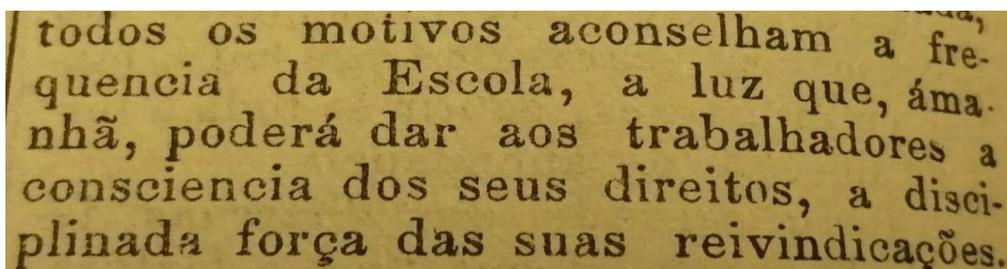
²⁸⁹ Sobre o assalto ao retiro jesuíta na Quinta do Vale Rosal na Charneca de Caparica, veja-se, Alexandre Flores e, António Policarpo, *Proclamação da República em Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2011, p. 70 e, Ricardo Diogo Mainsel Duarte, *Violência Anticlerical na I República (1910-1917): Perspectivas Antropológicas e Historiográficas*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p. 31, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7317>, acedido em 05/04/2024, bem como o relato, por ex., n'A Capital, 05/10/1910, n.º 96, p. 2.

A “questão social”

Como dito na introdução, optámos por agregar sob este ponto, os indícios constantes da imprensa local, que indiciam a relevância dada pelo movimento republicano à educação, as suas considerações sobre o papel da mulher na sociedade e a relação entre o republicanismo e o mundo do trabalho. Optámos por incluir nesta “questão” a visão que concluímos ser de “um certo republicanismo” sobre a tauromaquia.

A “Luz”

O movimento republicano tinha na importância da educação uma sua bandeira fundamental, pois que o esclarecimento e “iluminação” da população era chave para a sua emancipação relativamente à opressão e ao obscurantismo em que era mantido no tempo da monarquia, nomeadamente, pela Igreja. Como tal, na imprensa analisada, encontramos vários textos sobre o estado da educação e das infra-estruturas escolares em diferentes locais do território que investigamos, bem como artigos enaltecendo a figura do professor, apresentado, inclusive, como «o melhor soldado da revolução social»²⁹⁰.



todos os motivos aconselham a frequência da Escola, a luz que, amanhã, poderá dar aos trabalhadores a consciencia dos seus direitos, a disciplinada força das suas reivindicações.

Fig. 7 - O Correio do Sul, 18/08/1912, n.º 116, p. 2

²⁹⁰ O Domingo, 17/03/1907, n.º 296, p. 1

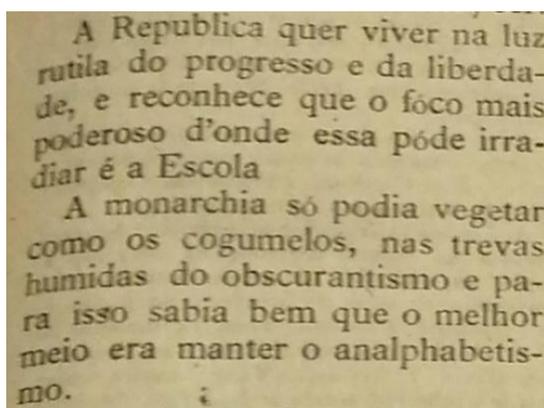


Fig. 8 - O Correio do Sul, 06/11/1910, n.º 43, p. 1

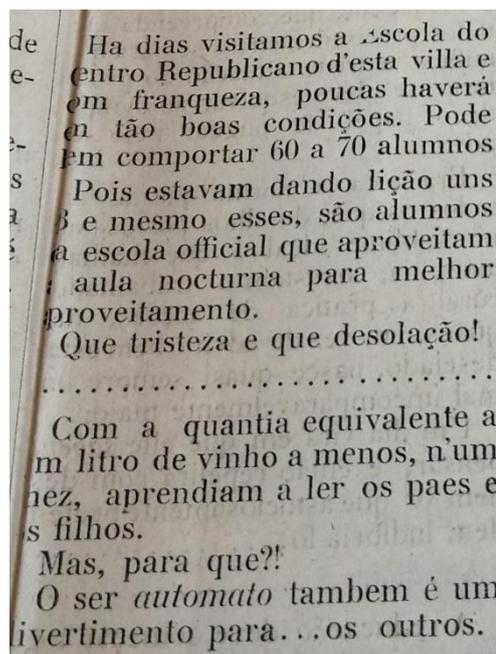


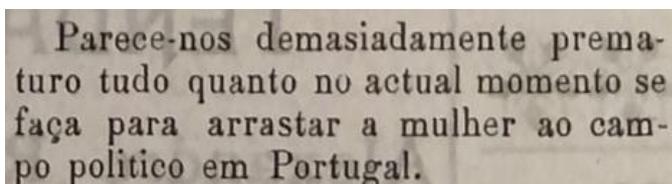
Fig. 9 - A Victória, 25/06/1911, n.º 2, p. 1

A “questão feminina”

No que diz respeito à visão republicana sobre o papel da mulher na sociedade, esta questão interliga-se com o papel fulcral que a educação tinha para o republicanismo. De facto, era fundamental educar a mulher para que esta atingisse a sua emancipação relativamente ao obscurantismo em que o clero a mantinha. Além do mais, seria a sua instrução nos valores republicanos e a sua libertação das garras clericais que lhe permitiria contribuir plenamente para aquele movimento e para a evolução social, desempenhando o papel de educadora e orientadora das gerações vindouras, imbuindo-as nos valores e princípios republicanos.

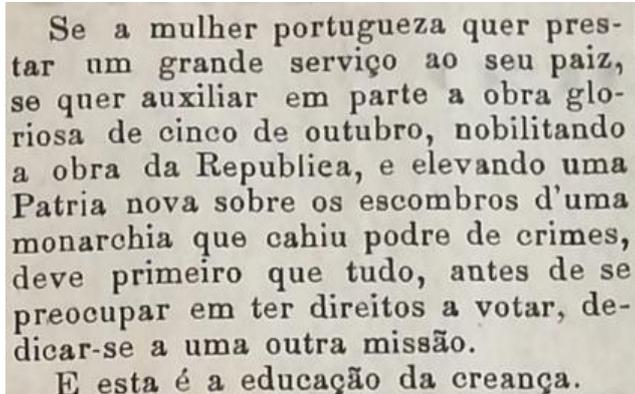
Pelo teor dos textos constantes da imprensa revista, é de concluir que o papel da mulher não seria o de um sujeito político pleno, mas sim, um essencialmente formativo, como deixámos escrito. Aliás, parece-nos elucidativa a opinião que vimos expressa n’*O Correio do Sul*, na sequência do voto de Beatriz Ângelo, em 1911, segundo a qual, era «premature, tudo quanto (...) se faça para arrastar a mulher ao campo político», devendo esta «antes de se preocupar em ter

direitos a votar, dedicar-se a uma outra missão», como vimos abaixo, uma vez que «não nasceram elas nem para governar (...) nem para mandar exércitos»²⁹¹.



Parece-nos demasiadamente prematuro tudo quanto no actual momento se faça para arrastar a mulher ao campo politico em Portugal.

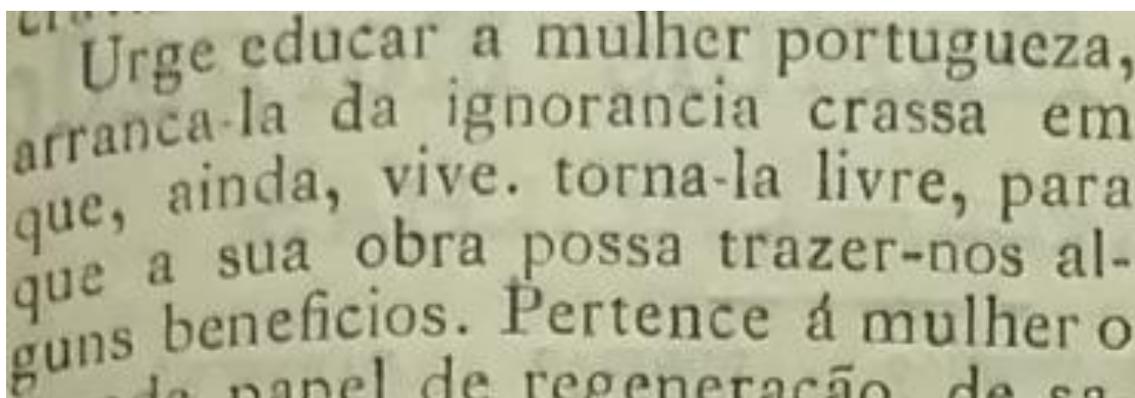
Figura 10 - *O Correio do Sul*, 18/06/1911, n.º 73, p. 3



Se a mulher portugueza quer prestar um grande serviço ao seu paiz, se quer auxiliar em parte a obra gloriosa de cinco de outubro, nobilitando a obra da Republica, e elevando uma Patria nova sobre os escombros d'uma monarchia que cahiu podre de crimes, deve primeiro que tudo, antes de se preocupar em ter direitos a votar, dedicar-se a uma outra missão.
E esta é a educação da creança.

Figura 11 - *O Correio do Sul*, 18/06/1911, n.º 73, p. 3

Este papel “meramente instrumental” da mulher, que acabámos de referir, parece-nos claramente exposto nas linhas que Armando Boaventura, deixa escritas num outro texto no mesmo periódico:



Urge educar a mulher portugueza, arranca-la da ignorancia crassa em que, ainda, vive. torna-la livre, para que a sua obra possa trazer-nos alguns beneficios. Pertence á mulher o papel de regeneração de se

Fig. 12 - *O Correio do Sul*, 01/09/1912, n.º 118, p. 3

²⁹¹ *O Correio do Sul*, 10/07/1910, n.º 28, p. 1.

A emancipação da mulher portuguesa, como a da mulher em geral, não é prepará-la para a vida política exclusivamente, como muita gente julga. A emancipação da mulher é unicamente educá-la, prepará-la para a vida social, que tem como base a organização da família. E, quando a educação da mulher portuguesa seja um facto; a organização da família será a grande escola onde se formarão os caracteres dos homens de amanhã. Será n'essa grande escola, cuja alma é a mulher, que se educarão moral e socialmente os nossos filhos.

Fig. 13 - *O Correio do Sul*, 01/09/1912, n.º 118, p. 3

Finalizando a revisão das notas sobre esta matéria na imprensa local da margem Sul do Tejo, há que notar que dentro do pensamento republicano, encontramos, já em 1912, certas nuances sobre a matéria, expostas, por exemplo, em artigo de fundo no mesmo jornal a que atrás fizemos apelo, onde é aberta a possibilidade de uma certa “outorga de direitos políticos” à mulher – tratar-se-ia, segundo o autor do artigo, de torná-la «nossa igual, dando-lhe (...) iguais direitos civis, se lhe não quisermos dar também iguais direitos políticos»²⁹². De facto, o autor deste artigo não vê que o ideal republicano possa ser compatível com a não participação política da mulher, aceitando, contudo, a ideia de que o papel principal e ideal desta, será na família, como educadora.

²⁹² *O Correio do Sul*, 29/09/1912, n.º 122, p. 1.

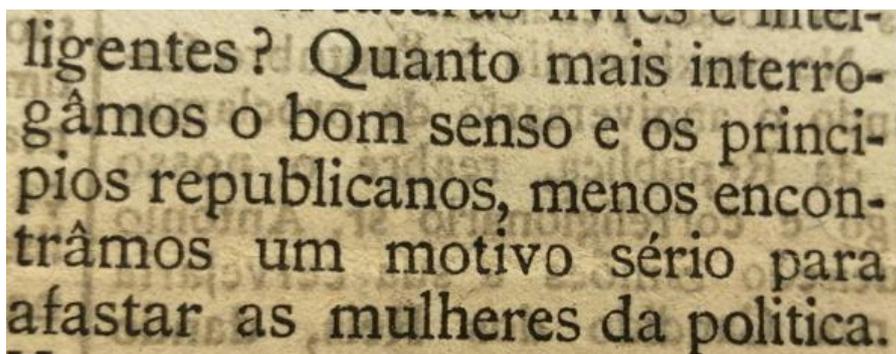


Fig. 14 - *O Correio do Sul*, 29/09/1912, n.º 122, p. 1

República e “reivindicações operárias”

No âmbito da chamada “questão social”, não pudemos deixar de incluir considerações sobre a relação do movimento republicano com o “mundo do trabalho”, a qual foi atribulada e instável, como se verá.

Iniciando este caminho de “altos e baixos”, encontramos a postura de um republicanismo bastante “socializante”, em que estas questões estão muito presentes no ideário republicano. Exemplo destas preocupações com os direitos sociais do povo no discurso republicano, ainda na vigência do regime monárquico é, por exemplo, o relato de um comício republicano que aparece n’*O Domingo*, onde foi expresso o desejo de implantação da República, como «um regime económico tal, que não sejam os pobres que contribuam para os ricos, mas as classes ricas que prestem (...) generosa assistência às classes desvalidas»²⁹³. Na mesma linha, a imprensa local de que tratamos, toma partido pelo operariado nas reivindicações deste quanto a um dos temas centrais da “questão social”, ainda antes da implantação da República – a luta pela redução do horário de trabalho. Um dos títulos que abordamos – *O Correio do Sul* – dedica mesmo o seu número de 1 de Maio de 1910 à celebração daquele dia, com o simbolismo que à efeméride se associa.

²⁹³ *O Domingo*, 23/02/1908, n.º 345, p. 1

De resto, o periódico de que falamos era bastante vocal no seu apoio ao operariado, mas, se no número saído justamente antes da implantação do regime republicano soltava “vivas ao operariado”, com honras de primeira página, a propósito de uma greve que havia tido sucesso, nos meses subsequentes ao 5 de Outubro de 1910, refreava aquela postura, assumindo que a agitação ou turbulência operárias não eram convenientes à consolidação do regime recém-implantado.



→ Fig. 15 - O Correio do Sul, 01/05/1910, n.º 18, p. 1

Trabalho e Repouso
Mutella, 22 — Continúa reunindo a classe corticeira a proposito da reclamação do horario das 9 horas durante o periodo de verão, havendo larga discussão entre jornalheiros e empregatarios. Para o mesmo fim effectua-se no espaçoso quintal annexo á respectiva associação da classe, um comicio no dia 1.º de maio, que promette ser imponente. Oxalá se consigam as projectadas reivindicacões, bem justas. Para o proximo domingo.

Fig. 16 - O Correio do Sul, 24/04/1910, n.º 17, p. 2

Uma greve triumpfante

Os operarios corticeiros conseguem, n'um admiravel exemplo de união, que o governo attenda as suas justas reclamações — Demonstrações da solidariedade da classe — Fim da greve — Viva o operariado portuguez — Vivam os operarios corticeiros de Almada

Fig. 17 - O Correio do Sul, 02/10/1910, n.º 39, p 1

As greves. — Em Lisboa teem-se, ultimamente, produzido algumas greves que por não serem de caracter urgente, carecem, deve dizer-se, de oppor-tunidade:
 E' sabido por todos que o governo da Republica é o primeiro a reconhecer o direito á greve e n'esse sentido já fez declarações, aliás desnecessarias.
 Mas primeiro que tudo impõe-se a consolidação da Republica, que tantos sacrificios nos custou, para que o seu reconhecimento pelas nações se faça o mais brevemente possivel e qualquer movimento grevista, no momento, só pode ser desfavoravel a este desideratum.

Fig. 18 - O Correio do Sul, 30/10/1910, n.º 42, p. 2.

Contudo, num período de alguma antipatia perante as reivindicações operárias (ou melhor dito, perante a agitação que as mesmas traziam) e numa altura em que estava cavado como que um fosso entre aquela classe e o chamado «bloco social e político do 5 de Outubro»²⁹⁴, o semanário republicano *O Correio do Sul*, que colocava as suas colunas à disposição de várias sensibilidades, dava voz à defesa das reivindicações sociais operárias, em aparente contradição com as considerações antigrevistas ou pró-estabilidade, que vimos estarem presentes nas suas páginas na mesma época:

...republicanos?
 Foi. Porque se admirarem, pois, das greves? Não são ellas uma consequencia da mudança das instituições? Não foi dito ao operariado que fizesse primeiro a revolução politica, porque depois faria a revolução, ou antes, a agitação economica? Nem mais nem menos.
 Pois são aquelles que d'antes embalarão as classes obreiras n'este sentido que agora protestam contra as greves!
 E' incrivel!
 Mas o que querem? Que o operariado fique eternamente ligado á republica? Não. A Humanidade caminha e as republicas não são o epilogo da marcha humana.

A occasião foi mal escolhida para se promover no paiz o movimento grevista que ahi estalou, é a opinião de toda a gente sensata, e o operariado, pensando bem, ha de ser o primeiro a reconhecelo, fazemos-lhe essa justica.

Fig. 19 - O Correio do Sul, 20/11/1910, n.º 45, p. 1.

²⁹⁴ Fernando ROSAS, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011, p. 19.

Não obstante as diferentes correntes de opinião que encontravam espaço neste periódico, identificamos no mesmo uma certa ambivalência relativamente ao tema, convivendo o claro apoio à luta proletária com uma visão crítica do comportamento grevista, em nome da estabilidade. Apesar dos exemplos da visão crítica, atrás expostos, o jornal assumiu um certo papel de órgão oficioso da classe trabalhadora, fazendo, já em 1912, apelo a que «todas as associações operárias» lhe remetam notícias para lhes dar publicidade, colocando as suas «colunas (...) à disposição de qualquer operário (...) a fim de fazer as reclamações a que se sinta com direito», posição que reafirmará em coluna apropriadamente intitulada *Ao operariado do concelho de Almada*²⁹⁵.

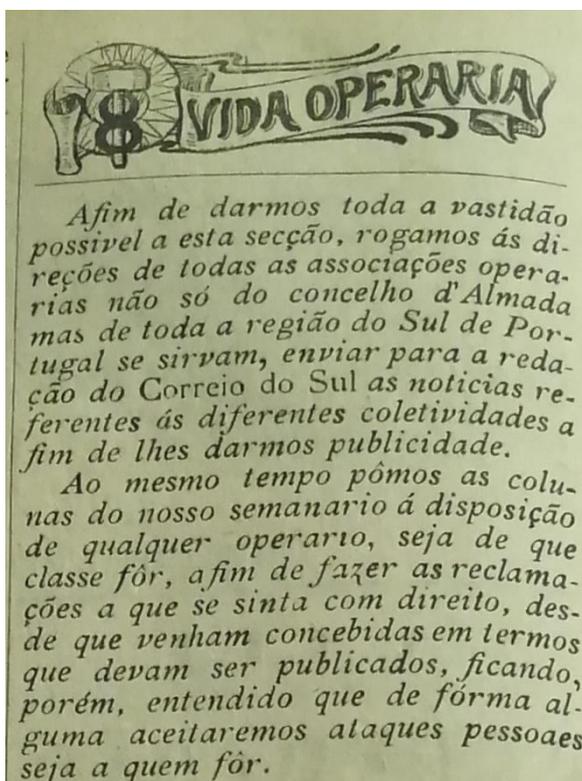
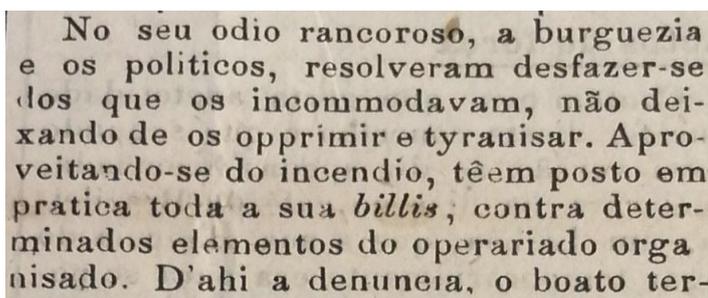


Fig. 21 -O Correio do Sul, 21/01/1912, n.º 90, p. 2

Segundo nos parece, esta posição d'O *Correio do Sul*, tornada explícita em Janeiro de 1912, terá sido fortemente influenciada por um acontecimento que marcou indelevelmente as relações laborais nas latitudes aqui abordadas, e que foi um grande incêndio na fábrica de cortiça *Vilarinho & Sobrinho* (ocorrido em plena crise conflitual entre os operários corticeiros e os industriais) na noite de 22

²⁹⁵ O *Correio do Sul*, 03/03/1912, n.º 94, p. 2.

de Agosto de 1911²⁹⁶. Deste fogo, foram inculpados vários operários corticeiros de Almada, tendo tal, alegadamente, servido de pretexto para que os industriais, em conluio com o poder político, agissem contra o operariado, e, nomeadamente, contra a liderança do mesmo, o que foi denunciado no referido jornal da seguinte forma:



No seu odio rancoroso, a burguezia e os politicos, resolveram desfazer-se dos que os incommodavam, não deixando de os opprimir e tyranisar. Aproveitando-se do incendio, têm posto em pratica toda a sua *billis*, contra determinados elementos do operariado organizado. D'ahi a denuncia, o boato ter-

Fig. 22 - *O Correio do Sul*, 10/09/1911, n.º 83, p. 3

A República e o a necessidade do fim de “um divertimento estúpido e cruel”

Finalizando a breve revisão à presença de tópicos relacionáveis com a “questão social”, na imprensa publicada na margem Sul do Tejo, na cronologia considerada, trazemos à colação a questão tauromáquica e as visões que sobre esta prática encontrámos na mesma. Assumindo, a subjectividade da escolha da inclusão deste ponto na “questão social”, adiantamos que tal se fica a dever ao facto de a crítica àquela prática deixar entrever a revolução cultural e social proposta pelo republicanismo, bem como poder ser encarada como um aspecto da evolução social que se almejava.

²⁹⁶ Sobre o contexto deste conflito entre corticeiros e industriais, veja-se Alexandre M. Flores, *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003, pp. 219-223. Ver também *O Correio do Sul*, 10/09/1911, n.º 83, p. 3 e *O Correio do Sul*, 17/09/1911, n.º 84, p. 3.

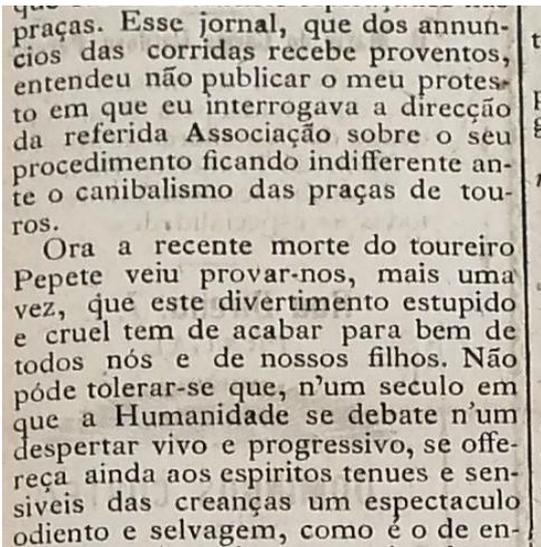


Fig. 23 - O Correio do Sul, 16/10/1910, n.º 40, p. 3

Tal postura, não deixou de nos surpreender, pois inscrevia-se, claramente, numa corrente antagónica ao que víamos ser o tratamento conivente do universo tauromáquico pela imprensa de feição republicana que aqui tratamos. Aliás, como ficámos a saber, nomeadamente, pela leitura da opinião acima exposta, os títulos republicanos eram parte integrante da vigente “economia da tauromaquia”, na qual o movimento republicano se enquadrava, uma vez que, segundo nos parece, a prática, suporte e entusiasmo pela tauromaquia não seria um traço especificamente republicano, mas sim, algo transversal à sociedade da época e comumente aceite²⁹⁷. Assim, naturalmente, os títulos republicanos “recebiam proventos dos anúncios das corridas”, sendo também os comícios frequentemente realizados em praças de touros e servindo os espectáculos tauromáquicos como meio de angariação de fundos para a construção de escolas, por exemplo.

²⁹⁷ Vindo a oposição a esta prática, mais vocalmente, de sectores ligados ao socialismo e ao anarquismo – inclusive, localmente, como também tivemos oportunidade de ver, na investigação que conduziu a este trabalho – mas também de alguns sectores republicanos, personificados, por exemplo, por Botto Machado.

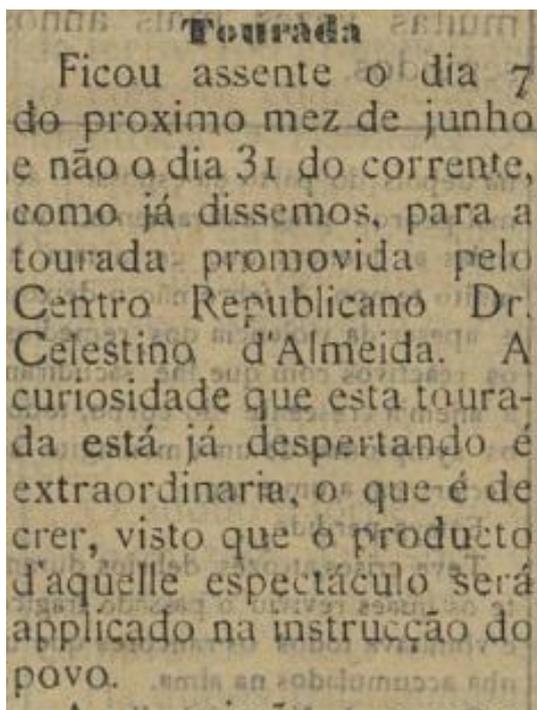


Fig. 24 - O Domingo, 17/05/1908, n.º 357, p. 1.

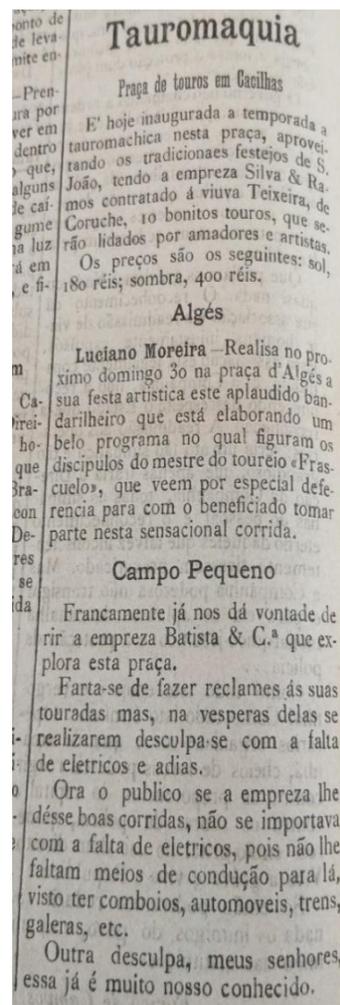


Fig. 25 - O Correio do Sul, 23/06/1912, p. 2 →

A “questão política”

Sob este título, agrupamos as questões que se prendem, desde logo, com o conflito e substituição do regime monárquico pelo republicano, abrangendo os aspectos que demonstram como diferentes linhas, orientações ou visões políticas coexistiam no território estudado, quer antes da implantação da República, quer após aquela data.

No que respeita à coexistência na margem Sul do Tejo de diferentes sensibilidades políticas, há que ter em conta, não só a presença e convívio entre monárquicos e republicanos, mas também o desdobramento ou decomposição do PRP (Partido Republicano Português), após o 5 de Outubro, em diferentes grupos e partidos autónomos que disputavam o poder entre si. Esta divisão fazia-se sentir de forma especialmente aguda, na imprensa local, assumindo-se os jornais como

órgãos dos diferentes partidos em confronto, afirmando-se explicitamente como partidários de uma dada facção.

Neste sentido, concluímos que o jornal era uma verdadeira arma na constante guerra entre facções políticas opostas (como dissemos, primeiro, entre republicanos e monárquicos; mais tarde, entre democráticos e evolucionistas²⁹⁸), fazendo parte do arsenal bélico com que, primeiro, as forças republicanas expuseram a decadência do regime monárquico (e através da qual, estas replicavam) e de que, depois, as facções republicanas se serviram para, mutuamente, se digladiarem ou fazerem campanha, por exemplo, por ocasião dos inúmeros actos eleitorais de 1913.

Atacando o regime monárquico

Desde o início da cronologia em análise, assistimos à atenção da imprensa local desta região ao movimento republicano e à expressão de uma certa simpatia para com o mesmo.

No entanto, cremos que o exemplo que melhor ilustra o apontar de dedo e aproveitamento político de escândalos contra a monarquia pelos republicanos, integrando o combate político travado, através da imprensa, entre os dois grupos ainda antes do 5 de Outubro, é o confronto entre as notícias que encontramos nas páginas do republicano *O Domingo* e do monárquico *A Comarca* (ambos, de Aldeia Galega) a propósito de um caso que abalou a localidade em 1910 – o alegado abuso sexual de menores pelo então administrador daquele concelho, João Baptista Nunes Júnior.

²⁹⁸ Segundo apurámos, o Partido Unionista, outro dos grupos em que o PRP se dividiu, não tinha grande expressão nesta zona, não havendo qualquer órgão de imprensa a ele afecto, pelo que nas fontes consultadas apenas encontrámos referências ou exemplos do antagonismo entre democráticos e evolucionistas.

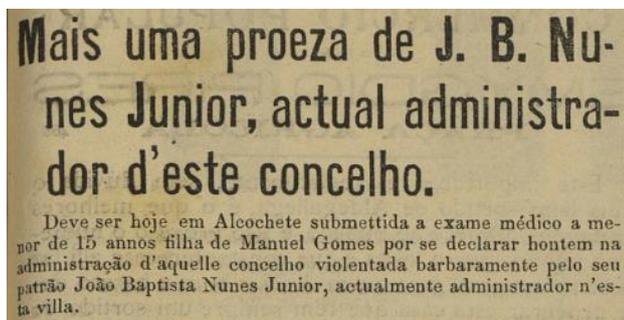


Fig. 26 - O Domingo, 29/05/1910, n.º 464, p.3



Fig. 27 - A Comarca, 03/07/1910, n.º 67, p. 1



Fig. 28 - A Comarca, 26/06/1910, n.º 66, p. 1

Atendendo às datas em que as notícias supra foram publicadas, não podemos deixar de interpretar o diálogo entre estes conterrâneos, situados em campos políticos diametralmente opostos, como estando de algum modo integrados na campanha eleitoral relativa ao sufrágio que teria lugar passado pouco tempo – as eleições para a Câmara dos Deputados, em 28 de Agosto de 1910, nas quais o PRP teve uma votação muito expressiva²⁹⁹.

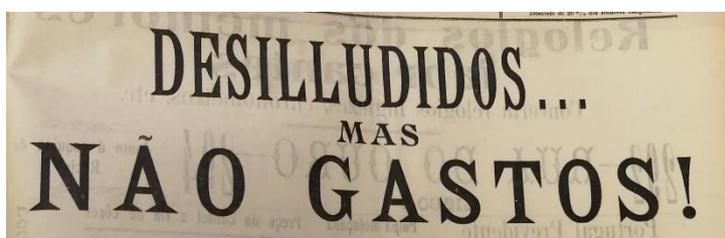


Fig. 29 - A Comarca, 01/09/1910, n.º 75, p. 1

Ainda a propósito deste acto eleitoral e no rescaldo do mesmo, confirmando o que atrás se disse, sobre a presença no território de forças políticas distintas, não deixou de se fazer sentir, através de indícios na imprensa local reflexos a aliança ou contributo dos socialistas para a luta antidinástica.

²⁹⁹ Os deputados eleitos na sequência deste sufrágio não chegaram, contudo, a assumir funções, pois a revolução de 5 de Outubro teve, entretanto, lugar.



Fig. 30 - *Ávante*, 21/09/1910, n.º 22, p. 1

Neste sentido, a propósito de actos eleitorais acompanhados pela imprensa da região em que nos focamos, e na cronologia abrangida por esta exposição, importa recuar ao ano de 1908 e aos que então tiveram lugar – as eleições para a Câmara dos Deputados, a 5 de Abril, e as municipais de 1 de Novembro, complementadas com as de paróquia em 29 do mesmo mês. Relativamente a estes sufrágios, a imprensa considerada serviu como claro veículo de propaganda e mobilização da base eleitoral republicana, tomando assumidamente partido por aquela opinião, deixando expostas, inclusive, certas “vinganças mesquinhas” perante o sucesso que a mesma teve nas urnas em certos locais.

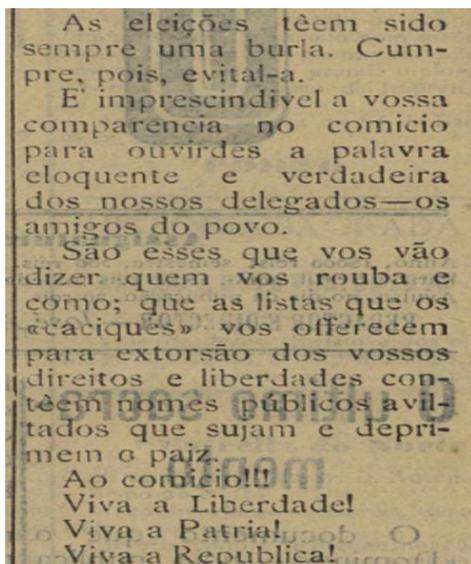


Fig. 31 - *O Domingo*, 22/03/1908, n.º 349, p. 2

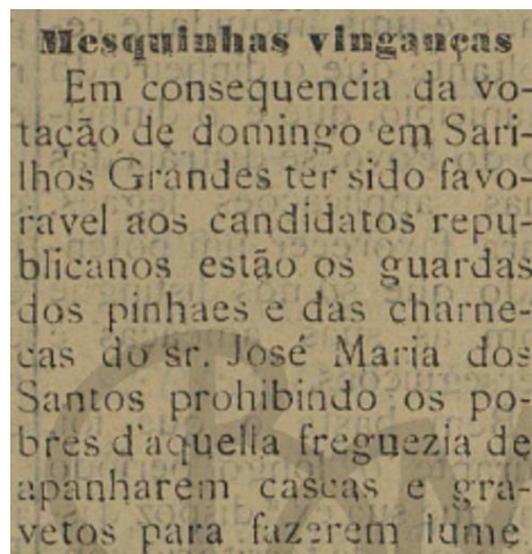


Fig. 32 - *O Domingo*, 12/04/1908, n.º 352, p. 1

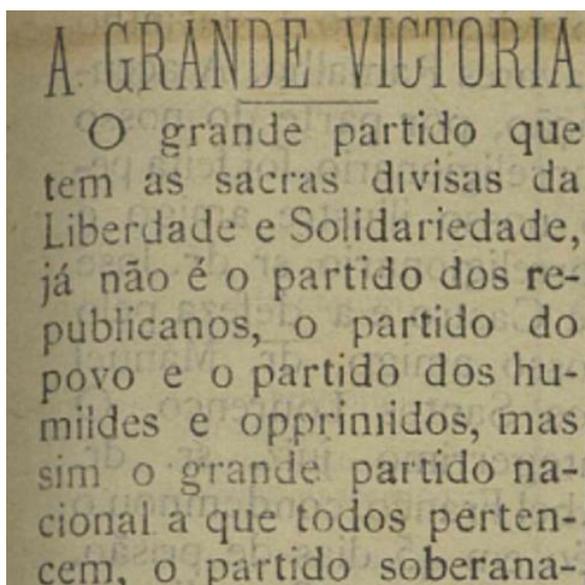


Fig. 33 - *O Domingo*, 08/11/1908, n.º 382, p. 1

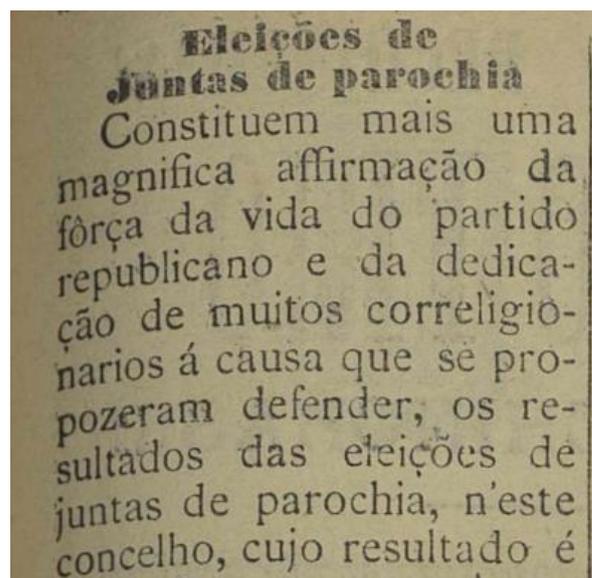


Fig. 34 - *O Domingo*, 08/11/1908, n.º 382, p. 1

Certo é, que em resultado destas eleições, em 1908, havia já na margem Sul do do Tejo, três autarquias republicanas – Moita, Aldeia Galega e Alcochete.

Em termos de confrontos eleitorais (e ideológicos) em que a imprensa local revista teve um papel-chave, segue-se, do ponto de vista cronológico, a eleição para a Câmara dos Deputados a 28 de Agosto de 1910, a qual já abordámos no início deste ponto, para onde remetemos.

Conflitos no seio da República

Desta forma, chegamos às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, ocorridas em 28 de Maio de 1911, e que visavam dotar o país, agora republicano, de uma nova Lei Fundamental, conferindo legitimidade democrática ao novo regime, através de um parlamento que estivesse plenamente identificado com as novas instituições.

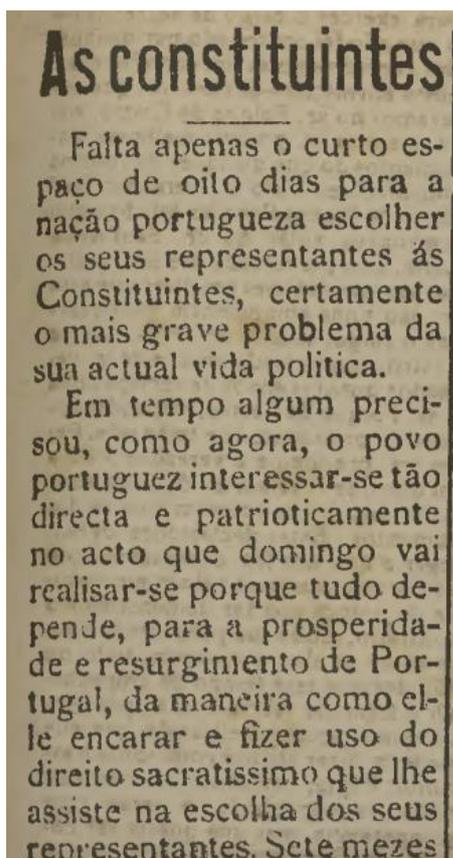


Fig. 35 - *O Domingo*, 21/05/1911, N.º 515, p.1

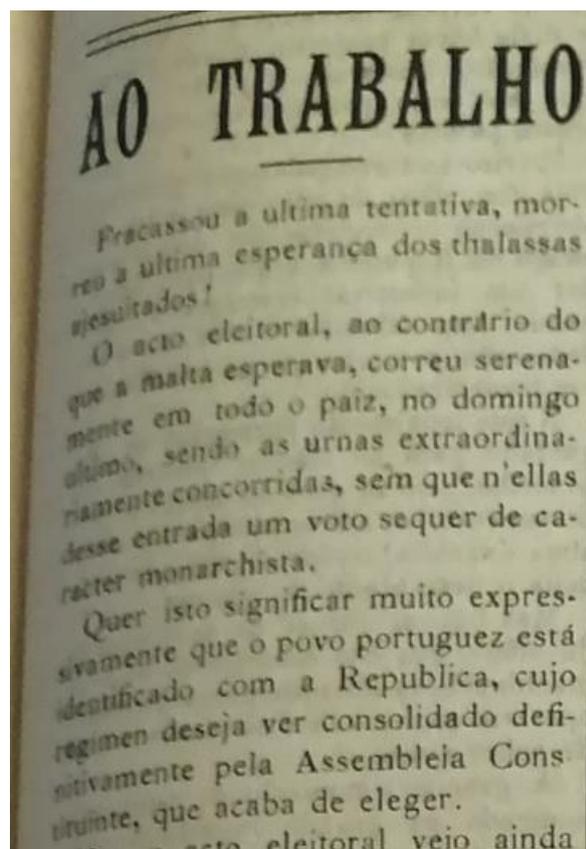


Figura 36 - *O Correio do Sul*, 04/06/1911, n.º 71, p. 1

Na sequência deste sufrágio, e na pendência dos trabalhos da Assembleia Constituinte, percebemos a cisão, acima mencionada, entre facções diferentes no seio do republicanismo. Tratava-se do convívio num mesmo território de diferentes sensibilidades políticas, que, através das folhas dos jornais, dialogavam entre si, opondo-se mutuamente, batalhando pela conquista do poder.

E nesta luta, como referimos anteriormente, os órgãos de imprensa, assumem explicitamente partido pelas diferentes facções, que os utilizam como veículo do seu argumentário, ostentando até no subtítulo a força política com que alinham.

A título de exemplo, *O Correio do Sul*, assume-se (bastante cedo, ainda no final de 1911) afecto ao Partido Democrático, chefiado por Afonso Costa, enquanto, por exemplo, o *Ecos do Barreiro*, ostenta o subtítulo de *Evolucionista* – afecto, portanto, ao partido encabeçado por António José de Almeida.



Fig. 37 - O Correio do Sul, 17/12/1911, n.º 85, p. 1

Temos então, que a animosidade e a batalha entre republicanos e monárquicos, espelhada na imprensa local, deu lugar ao combate “intra-republicano”, nestas latitudes, especialmente entre democráticos e evolucionistas. Veja-se o tom em que tal acontecia, sendo que ambas as facções em luta se pretendiam arrogar como representantes da “pureza republicana” ou herdeiras daquele ideal, continuadoras do legado do PRP.

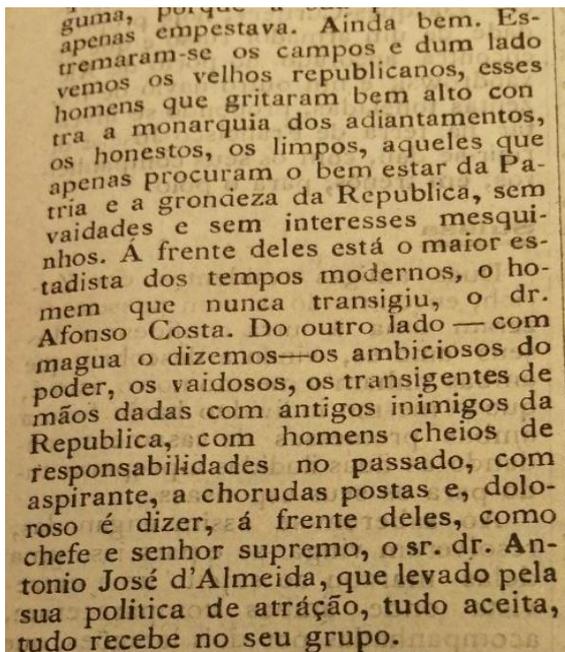


Fig. 39 - O Correio do Sul, 27/05/1912, n.º 105, p. 1

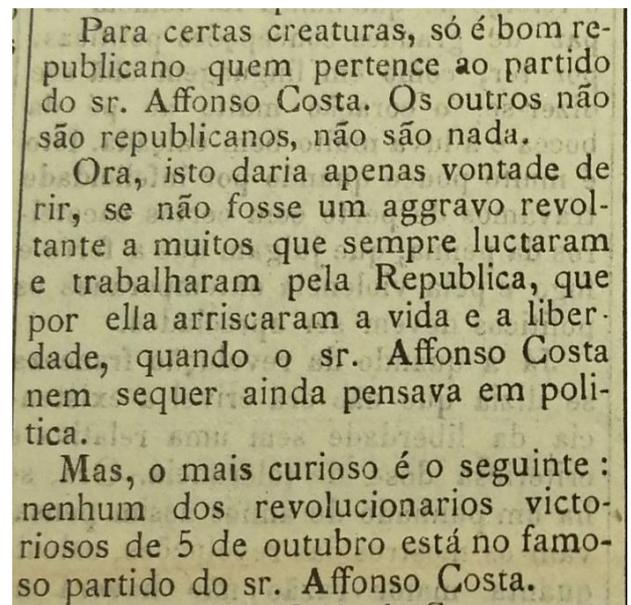
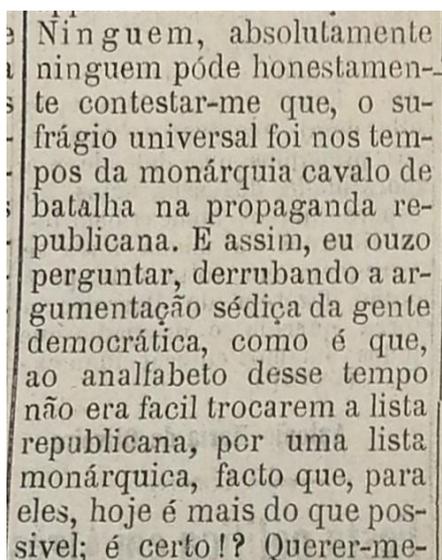


Fig. 40 - O Correio do Sul, 11/08/1912, n.º 115, p. 2.

O antagonismo e a agressividade entre democratas e evolucionistas tornam-se mais intensos à medida que os actos eleitorais do final de 1913 (eleições suplementares de deputados a 16 de Novembro, municipais e das juntas gerais de distrito a 30 daquele mês e das juntas de paróquia a 14 de Dezembro) se aproximam. E é, justamente, a propósito de alterações propostas pelo governo do

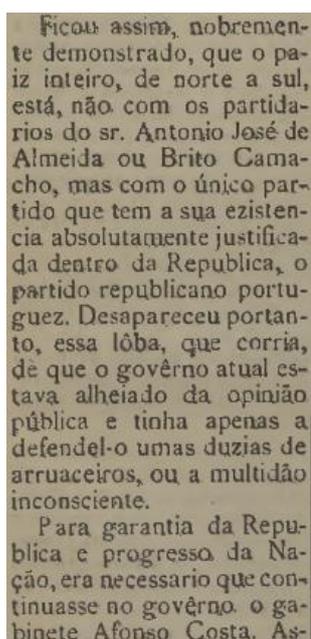
Partido Democrático (que havia iniciado funções em Janeiro desse ano) à lei eleitoral, que estas muito se fazem sentir, pois aqueles são acusados de traição aos princípios republicanos originais, em que a universalidade do sufrágio era um “cavalo da batalha” do PRP, devendo-se, portanto, conceder o direito de voto aos analfabetos.



Ninguém, absolutamente ninguém pôde honestamente contestar-me que, o sufrágio universal foi nos tempos da monarquia cavalo de batalha na propaganda republicana. E assim, eu ouzo perguntar, derrubando a argumentação sédica da gente democrática, como é que, ao analfabeto desse tempo não era facil trocarem a lista republicana, per uma lista monárquica, facto que, para eles, hoje é mais do que possível; é certo!? Querer-me-

Fig. 41 - *Ecos do Barreiro*, 19/10/1913, n.º 7, p. 1

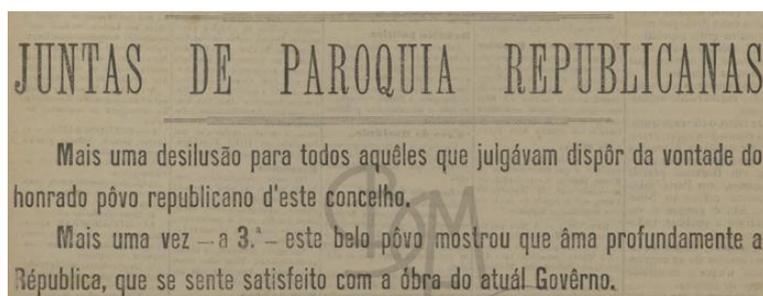
Porém, o resultado daqueles actos eleitorais veio consolidar a posição do Partido Democrático como força política líder da República, consolidando a posição de Afonso Costa como chefe do governo.



Ficou assim, nobremente demonstrado, que o paiz inteiro, de norte a sul, está, não com os partidarios do sr. Antonio José de Almeida ou Brito Camacho, mas com o único partido que tem a sua ezistencia absolutamente justificada dentro da Republica, o partido republicano portuguez. Desapareceu portanto, essa lôba, que corria, de que o govêrno actual estava alheiado da opinião pública e tinha apenas a defendel-o umas duzias de arruaceiros, ou a multidão inconsciente.

Para garantia da Republica e progresso da Nação, era necessario que continuasse no govêrno, o gabinete Afonso Costa. As-

→Fig. 42 - *O Domingo*, 23/11/1913, n.º 646, p. 1



JUNTAS DE PAROQUIA REPUBLICANAS

Mais uma desilusão para todos aquêles que julgavam dispôr da vontade do honrado pôvo republicano d'este concelho.

Mais uma vez -- a 3.ª -- este belo pôvo mostrou que âma profundamente a República, que se sente satisfeito com a obra do actual Govêrno.

Figura 43 - *O Domingo*, 21/12/1913, n.º 650, p. 1

Conclusão

Creemos que com esta apresentação, deixámos exposto o sentimento republicano que perpassava na imprensa publicada nos territórios dos concelhos da margem Sul do Tejo (Almada, Seixal, Moita, Barreiro e Aldeia Galega) entre 1907 e 1913.

Nos jornais analisados, o ideal republicano transparecia essencialmente em três “questões” – a religiosa, a social e a política – que facilmente se desdobravam ou se podiam reconduzir a assuntos mais específicos, no seu seio.

De facto, dentro da “questão religiosa”, percebíamos a importância de temas como o instituto do registo civil e a sua relevância; o pressentido ascendente do clero sobre a sociedade e o poder político, razão de ser da geral animosidade republicana perante este grupo; e a materialização da sobredita conflitualidade no terreno, o que se deu, por exemplo, com assaltos e actos de vandalismo sobre bens da Igreja.

Quanto à “questão social”, foi-nos possível avaliar a importância que o republicanismo dava à educação, enquanto arma que traria a luz da instrução, por oposição às trevas da ignorância em que o povo era mantido; a posição que encontramos no republicanismo de favor à emancipação da mulher, contudo, não enquanto sujeito político activo, de pleno direito, mas como veículo ou instrumento de educação das novas gerações nos valores republicanos; considerações sobre reivindicações relacionadas com o mundo do trabalho, nomeadamente, a propósito de movimentações grevistas ocorridas neste território e a percepção da constante tensão entre a classe operária (cujas reivindicações, a imprensa revista, defendia e apoiava) e os governos da República, que com ela manteve uma instável e frágil relação, que oscilava entre a aproximação e o divórcio; também vimos ser alvo de atenção na imprensa desta zona, a explícita opinião a favor da abolição da tourada, o que nos surpreendeu, pois parecia estar em plena contracorrente com a generalizada prática e opinião republicana numa região reconhecidamente aficionada.

Terminámos esta exposição com uma breve análise das notas reconduzíveis à “questão política”, enquadrando os indícios seleccionados em dois pontos que nos parecem fulcrais: a animosidade, primeiro entre republicanos e monárquicos, com vista à substituição de uns pelos outros, como representantes da forma de governo do país, e, depois de já implantada a República, a litigância entre diferentes facções em que o movimento republicano se fragmentou, designadamente, na região de que tratamos, entre democráticos e evolucionistas. Os conflitos que acabámos de referir foram, como vimos, acompanhados pela imprensa, que, sobre os mesmos tomava partido, e era, muitas vezes, declarado órgão de propaganda das forças em confronto, emprestando as suas páginas como veículo dos golpes ou arma nas contendidas. Como tal, fornece-nos exemplos bastante vivos e esclarecedores das posições e atitudes dos grupos em oposição.

Julgamos que os exemplos a que recorremos e que integrámos no texto, o enriquecem, demonstrando cabalmente a sensibilidade republicana aqui presente, sobre assuntos que vão do lugar da Igreja dentro do Estado ao papel da mulher na sociedade, tudo, enquadrado pela linguagem algo bélica presente na imprensa, muitas vezes, assumidamente partidária.

Fontes e bibliografia

Fontes

Ávante!, Barreiro, 1909-1910

A Comarca, Aldeia Galega, 1909-1910

Correio do Seixal, Seixal, 1913

O Correio do Sul, Almada, 1910-1913

O Diabo, Barreiro, 1911

O Domingo, Aldeia Galega, 1901-1920

O Echo de Almada, Almada, 1911

Ecoss do Barreiro, Barreiro, 1913

O Espectro, Moita, 1913

Evolução, Aldeia Galega, 1913-1919

A Luz, Barreiro, 1913

O Povo de Aldegallega, Aldeia Galega, 1912-1913

O Puritano, Almada, 1889-1907

Ribatejo, s/l, 1911-1912

A Victoria, Moita, 1911

Vintem Infantil, Canha, 1913-1914

Bibliografia

AFONSO, Fátima, “O Seixal e a República: As Vivências Locais e a Difusão do Republicanismo” in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011.

ARRANJA, Álvaro, Mataram Mariana... dos fuzilamentos de Setúbal à ruptura operariado-República em 1911, Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2011.

BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Gallega do Ribatejo e a República”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011.

BALDRICO, Joaquim, “Aldeia Gallega nas Vésperas da República – “As Eleições Municipais de Novembro de 1908””, in *Aldeia Gallega nas Vésperas da República – as Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008.

BARROS, Júlia Leitão de, *O Jornalismo Político Republicano Radical – O Mundo, 1900 -1907*, Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 2021.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX - forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal – Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

CAMARÃO, António Nunes, *O Barreiro e a República*, disponível em http://memoriaefuturo.cm-barreiro.pt/arq/fich/Anto_769_nio_Nunes_Camara_771_o_-_O_Barreiro_e_a_Repu_769_blica.pdf, acessado em 10/04/2024.

CORREIA, Francisco, *A Terra Mais Maciçamente Republicana – Memorial Republicano (Montijo nas Comemorações do Centenário da República)*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2011.

DIOGO, Maria Paula Pires dos Santos, *População e indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo: os Concelhos de Almada, Barreiro, Moita e Seixal*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989

DUARTE, Ricardo Diogo Mainsel, *Violência Anticlerical na I República (1910-1917): Perspectivas Antropológicas e Historiográficas*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7317>, acessado em 05/04/2024.

FERREIRA, Diogo Filipe dos Santos, *Setúbal e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2015, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/17683>, consultada em 10/04/2024.

FERREIRA, Sónia, *A fábrica e a rua - resistência operária em Almada*, Castro Verde, 100 Luz, 2010.

FLORES, Alexandre M., *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003.

FLORES, Alexandre e POLICARPO, António, *Proclamação da República em Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2011.

MENDES, Vitor e SANTOS, Maria Clara, “A Revolução Republicana na Moita”, in *A República nos Concelhos da Margem Sul – Actas do Colóquio*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2011.

MÓNICA, Maria Filomena, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, s/l, INCM/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984.

NETO, Margarida Sobral, “Percurso da História Local Portuguesa: Monografias e representações de identidades locais”, in *Memória e História Local: colóquio internacional realizado em Idanha-a-Nova*, Coimbra, Palimage, 2010.

PEREIRA, Joana Dias, *A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal (1890-1930)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/11800>, consultado em 10/04/2024.

PIRES, Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida, *O Surto das Ideias Republicanas no Algarve (1876-1910) Através da Imprensa*, Faro, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2012, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.1/3484>, consultado em 10/04/2024.

RELVAS, Eunice Marisa Martins, *Eleições Municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/14493>, consultado em 10/04/2024.

ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, in *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2011.

SAMARA, Maria Alice, “Um longo caminho até à República”, in *Aldeia Gallega nas Vésperas da República – as Eleições Municipais de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008.

SANTOS, Maria Clara e MENDES, Vítor Pereira, *A Revolução Republicana na Moita*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2010.

VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Alètheia Editores, 2010.

VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

A Ilha Grande e a história de quem ali habitava no século XIX

Elis Crokidakis Castro (UniFacha e UFF)

Resumo:

O artigo analisa os primeiros dados da pesquisa feita para o desenvolvimento de um livro sobre as famílias Mc Cormick e Travassos na Região da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Através de dados recolhidos em arquivos públicos foi possível chegar à origem Irlandesa e Portuguesa das famílias que habitaram aquele local desvendando assim mais um momento da História local que nem os familiares remanescentes conheciam.

Palavras-chave: famílias, história local, Ilha Grande

Abstract:

The article analyses the first data from the research carried out to develop a book about the Mc Cormick and Travassos families in the Ilha Grande Region, State of Rio de Janeiro, Brazil. Through data collected in public archives, it was possible to determine the Irish and Portuguese origins of the families that inhabited that place, thus revealing yet another moment in local history that not even the remaining family members knew about.

Keywords: families, local history, Ilha Grande

Introdução

Nesse texto, fruto da apresentação que fizemos na 6ª edição do Congresso de História Local, que aconteceu em Castelo Branco, pretendemos mostrar o caminho de nossa pesquisa sobre as famílias Mc Cormick e Travassos na Região chamada Ilha Grande, que fica no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro no Brasil. Nosso objetivo inicial da pesquisa foi o levantamento de dados em fontes

primárias, que trouxessem luz para as pessoas que viveram nesse lugar no século XIX e que ainda possuem descendentes no local. Nossa metodologia parte de material bruto encontrado em jornais da época e documentos em museus que, junto com depoimentos de alguns locais e suas histórias, nos renderam elementos para uma análise dos fatos e da história local. Atentamos, no entanto, para a necessidade da construção de uma história a contrapelo, como nos propõe Walter Benjamin, uma história que nasce a partir de novos elementos que não estão na história oficial.

A História das famílias

Podemos dizer que as histórias das famílias são partes fundamentais do que chamamos História Local. Imbuídos pela necessidade de buscar a sua origem muitos pesquisadores começam seu trabalho dentro de sua própria casa e de lá são encaminhados para a sua cidade, seu espaço, que em síntese se constituirá pela reunião da paisagem com as gentes que ali habitam. Ou seja, uma história a contrapelo, surgida no movimento de se escovar as camadas históricas que existem e que nos mostra como as questões pessoais interferem nas questões sociais e vice-versa. Nesse sentido, a história da Ilha Grande, no interior do Estado do Rio de Janeiro, tem muito a contar. No lugar paradisíaco, que abrigou um lazareto e depois um presídio, a memória das pessoas se mistura a elementos que às vezes parecem ficcionais, trazendo um material que durante muito tempo esteve adormecido esperando que alguém o manuseasse e buscasse suas fontes. Assim é a história que contaremos que mistura a Família Mc Cormick e Travassos, imigrantes Irlandeses e Portugueses que naquele local estiveram presentes durante muitos anos e que hoje são apenas nomes de Escolas.

Este trabalho fez parte da pesquisa para o livro *Uma história em muitos Séculos*, que fala dessas duas famílias que foram ao longo do século XIX casando entre si. As fontes pesquisadas são documentais e encontradas no Arquivo Nacional do Brasil, em processos no Museu da Justiça do Rio de Janeiro desde o período do Império, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no site do *Family Search*, que digitalizou toda documentação do Registro Civil e dos Registros da

Igreja Católica no Brasil, que era onde os registros aconteciam antes da lei dos registros civis. Também foram coletados depoimentos de pessoas no local, para que partes da história fizessem mais sentido ao serem ressignificadas com os dados coletados nos arquivos públicos junto com textos de pesquisadores da História do Brasil.

Toda a pesquisa começou com o encontro de uma certidão de óbito de Antônia Mc Cormick Crokidakis, mulher que havia desaparecido. Esse óbito, que não era do conhecimento da sua família, levou a uma busca por outros ancestrais que levaram a história do local - a Ilha Grande e seus primeiros colonizadores.



Figura 1- O Local **Fonte:** <https://www.angraonline.com/ilhagrande/trilhas/trilhas.htm>

Nosso espaço é a Ilha Grande (grande ilha tropical) localizada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Lugar de passagem para quem chegava e também para quem saía da capital do Brasil no século XIX. Ali navios se abasteciam para não pagar os impostos e os preços altos do porto do Rio de Janeiro. Também na Ilha Grande e em suas imediações eram feitas negociações com escravos, ilegais ou não, trazidos ao Brasil pelos navios do Comendador Breves, o maior traficante de escravos do país. Já no finalzinho do século XIX, também foram na Ilha Grande desembarcados muitos passageiros para fazer quarentena, quando depois de 1884 D. Pedro II construiu naquele espaço um Lazareto que ficou pronto em 1886.

A Ilha Grande é composta por muitos povoados, alguns mais importantes ontem do que hoje. Cada povoado se estabelecia em uma praia, o que dava condição de chegada para barcos, principalmente nas praias que davam para o continente, nos municípios de Mangaratiba e Angra do Reis e Parati.

Essa Ilha foi certamente um dos primeiros povoamentos do Estado do Rio de Janeiro e um lugar que favorecia certo tipo de emboscada para os navios que saíam com ouro do Porto de Parati, um dos pontos finais do ouro que vinha de Minas Gerais pela Estrada Real, no século XVIII.

Assim, não eram poucos os saques que piratas faziam, justamente ali naquele local, aos navios que rumavam para Europa.

As histórias de pirataria são talvez as que mais fascinam os moradores, que ouviram dizer que certas construções locais, especificamente uma casa que pertenceu ao cineasta Mario Peixoto, teriam sido um abrigo de piratas e ali muitos objetos foram encontrados. Alguns moradores ainda falam da existência de um túnel escondido, esse não aferido por nós.

Bastante elucidativo no processo foi o uso da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil, através da digitalização dos jornais que haviam no Brasil Colônia e Império. Ali tivemos acesso a muitas informações publicadas sobre o período e que nos trouxeram dados de fontes muito interessantes, como repartições institucionais e movimentos que aconteciam no local, já que todo ato institucional era publicado pelos jornais.

Ainda outra fonte primária foram os processos encontrados no Museu da Justiça do Rio de Janeiro, que guarda coisas preciosas sobre a transmissão da posse de terras do local, além de inventários que permitem ter acesso à forma como era constituído o patrimônio das pessoas.

Quando falamos numa história local colocamos o foco não sobre o processo geral que condicionou toda história do país e do mundo, visto que, olhar para a colonização da América é pensar como suas riquezas proporcionaram uma

grande evolução mundial em todos os campos, primordialmente, no campo do desenvolvimento de uma industrialização especialmente na Inglaterra.

Pensar essa história então (local), talvez seja entender como essa Ilha, outrora mais importante por sua localização, foi ao longo do tempo apagada e depois revitalizada pelo turismo, mas nunca deixando de ser palco de conflitos.

Segundo o professor inglês brasilianista Leslie Bethell³⁰⁰, o papel da Inglaterra nesse contexto brasileiro, antes e depois de 1808, foi fundamental para que a mesma tivesse ali garantidos seus provimentos para industrializar-se. Isto porque os acordos de Portugal com a Inglaterra permitiram a esta dispor literalmente das riquezas do Brasil, o que a beneficiou desde sempre. Para a coroa Britânica o Brasil era considerado sua colônia oficiosa.

Para se comprovar isso, basta vermos os números de estabelecimentos britânicos aqui existentes e o número de ingleses que tinham seus postos estratégicos por essas terras, especialmente banqueiros. O papel da Inglaterra nesse território é visível por documentos históricos e também por relatos como o de Maria Graham³⁰¹ em seus livros e diários. Ela era uma mulher inglesa que com seu marido margeou a Costa do Brasil e da América do Sul fazendo relatos de várias de nossas cidades. Ou seja, uma história que de certa forma é a contrapelo.

³⁰⁰ Leslie Michael Bethell é um historiador inglês. É um brasilianista especializado no estudo da América Latina dos séculos XIX e XX, focando em especial o Brasil. Obteve um bacharelado em artes e um doutorado em história na Universidade de Londres.

³⁰¹ Maria Graham (Papcastle, Inglaterra 1785 - Kensington Gravel Pits, Inglaterra 1842) estudou pintura com William Alfred Delamotte (1775 - 1863). Residindo na Itália, em 1819, escreve sobre o pintor Nicolas Poussin (1594 - 1665). Viaja para o Brasil três vezes. Em 1821, a caminho do Chile, no navio comandado por seu marido, o capitão da Marinha Real Inglesa Thomas Graham, passa por Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Após a morte do marido, em 1822, reside alguns meses no Rio de Janeiro, onde permanece até 1823. Regressa à Inglaterra nesse ano e continua seus estudos com Joshua Reynolds (1723 - 1792), fundador da Royal Academy. De volta ao Rio de Janeiro, ainda em 1823, é preceptora da princesa dona Maria da Glória (1819 - 1853), filha do imperador dom Pedro I (1798 - 1834). No ano seguinte, realiza um panorama da cidade do Rio de Janeiro e publica um diário com suas impressões sobre o Brasil, intitulado *Journal of a Voyage to Brazil and Residence there During Years 1821, 1822, 1823*, com ilustrações e aquarelas de sua autoria e do pintor Augustus Earle (1793 - ca. 1839). Retorna, definitivamente, à Inglaterra em 1825. Casa-se em 1827 com o pintor Augustus Wall Callcott (1779 - 1844).

As pessoas do local

A pesquisa realizada sobre a história local das famílias Mc Cormick e Travassos começa a ser desvendada a partir do exame de livros de Registro da Igreja Católica. Ali eram feitas as anotações de nascimento, óbito e casamento no tempo do Brasil colônia e, depois, no Brasil Império.

Em 1825, temos a primeira referência ao cidadão Henrique Mc Cormick, Irlandês. Segundo os registros, ele era médico, por isso, chamado Dr. Mc Cormick. Nesse período, a Irlanda pertencia ao Reino Unido, embora a Irlanda do Norte ainda pertença.

A referência ocorre em um jornal da corte, quando o Doutor Henrique reclama da possível construção pela coroa de um hospital em suas terras na Ilha Grande, na localidade da Praia da Longa. Este senhor, já em 1825, faz uso de um dispositivo da recém aprovada Constituição do Brasil, a primeira.

O reclame saiu no jornal e diante do apelo a obra foi suspensa e nada mais aconteceu.

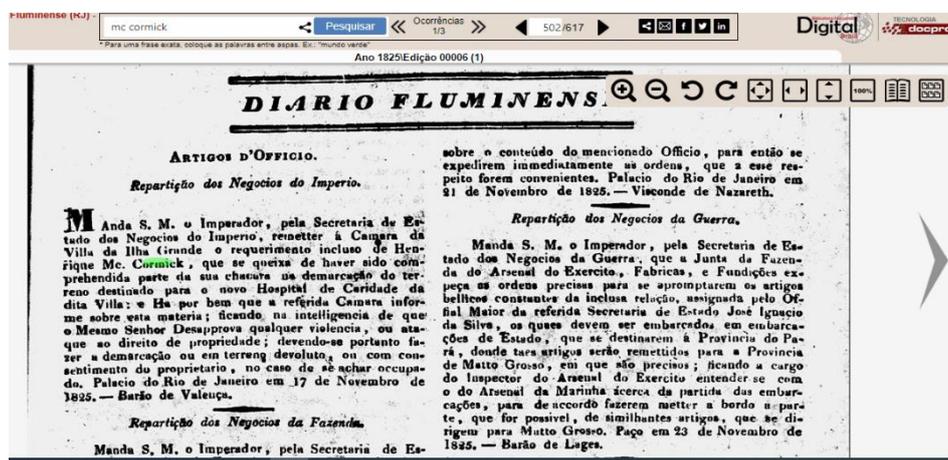


Figura 2. Fonte: *Diário Fluminense* (RJ) 1825 a 1831.

Devemos atentar para o fato de que a Ilha Grande nesse período é um centro de abastecimento que tinha uma grande população, principalmente de escravos que trabalhavam nas lavouras de café. O café já no período da Independência do Brasil, 1822, ocupava grande parte das lavouras do Vale do Paraíba, no sul do Estado do Rio de Janeiro. E sendo a Ilha um terreno fértil, foi logo também utilizada

para plantação da cana e depois do café. No local havia uma série de engenhos que, em sua maioria, forneciam alimentos para o mercado interno.

Nesse contexto, o Almanaque Laemmert³⁰² é a grande fonte com os nomes das pessoas, suas profissões e o que havia no local.

Outra referência, por nós encontrada nas pesquisas da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foi a doação de dinheiro de Henrique Mc Cormick para compra de um barco de vigia. Isso porque ainda havia pela região na época o perigo dos piratas, o que se verifica no jornal *Diário Fluminense* quando em 1827, junto com outros fazendeiros, o Dr. Henry Mc Cormick investe para comprar um barco que fizesse a guarda da região até Mangaratiba. Os fazendeiros doaram grande quantia em dinheiro para esse fim.

Ano 1827 Edição 00009 (1)

RIO DE JANEIRO.

Continuação da relação das pessoas dos distritos da Ilha Grande e Arcoial de Mangaratiba, que têm contribuído voluntariamente para a compra de uma embarcação de guerra, que deve fazer a defesa dos mesmos pontos acima, visto que se não verificou a construção de uma barca conforme a Imperial Determinação, por inconvenientes, suscitada a subscrição em consequência da Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha datada de 29 de Janeiro de 1826.

| | |
|---|--|
| <p>Cor. Francisco Rodrigues Silva..... 500,000 Ajud. Francisco Rodrigues Silva..... 500,000 Alferes Francisco Lopes da Carvalho.... 500,000 Alferes Feliciano José Pimenta..... 200,000 Francisco Teixeira Simões..... 500,000 Fernando José da Rocha..... 250,000 Alferes Francisco Pinheiro de Souza.... 200,000 Tenente Francisco de Oliveira Mello.... 100,000 Francisco Dias Gomes Valle.... 120,000 Capitão Francisco da Costa Teixeira.... 120,000 Felisberto José de Freitas..... 120,000 Germano Martins Gomes..... 300,000 Doutor Henrique Manuel Cormick..... 300,000 José Joaquim Teixeira da Cunha 100,000</p> | <p>Alferes Joaquim Gomes de Souza..... 100,000 José da Silva..... 100,000 José Antonio..... 120,000 Joaquim Estêves Moreira..... 120,000 José de Araújo Coutinho..... 120,000 José Antonio de Mello..... 120,000 José Estêves Penas Firme..... 100,000 João Manuel Marques..... 100,000 Alferes José Fontanes da Silva..... 100,000 José Nicolau..... 100,000 João Ignacio Rodrigues dos Santos 100,000 José Bernardo de Souza..... 100,000 D. Luiza Maria de Azevedo Teixeira..... 500,000 Ajudante Luiz Antonio de Miranda..... 200,000 Reverendo Conego Vigário da Villa Manoel da Cunha de Cavalho..... 100,000 Guard. Mór Manoel de Almeida Marques 500,000 (Continuar-se-á.)</p> |
|---|--|

ARTIGOS NÃO OFFICIAES.
 NOTICIAS ESTRANGEIRAS.
 PORTUGAL.

Extracto da Gazeta de Lisboa de 27 de Novembro.

Figura 3. Fonte: *Diário Fluminense* (RJ) 1827.

Nesse mesmo ano consta que a Ilha foi atacada por Piratas Argentinos. Foram três ataques de corsários argentinos, autorizados pelo governo argentino. Um contra a fazenda de Dois Rios, outro ocorreu na ponta de Castelhanos e o último deu-se na enseada das Palmas. Os três ataques foram rebatidos por fazendeiros e forças militares postadas na Ilha. Algumas batalhas aconteceram. No último ataque, os argentinos perderam um navio que foi incendiado pelas forças brasileiras.

³⁰² *Almanaque Laemmert* como é conhecido, denominado *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, é considerado o primeiro almanaque publicado no Brasil. Editado no Rio de Janeiro, entre 1844 e 1889, pelos irmãos Eduard e Heinrich Laemmert.

O personagem Henry Mc Cormick, então, deve ter aportado no Rio nos primeiros 20 anos do século XIX. Em escritos encontrados em Condado na Irlanda, enviados a mim pelo professor Leslie Bethell, aparecia a história da Família Mc Cormick, com referência a cada um que imigrou mesmo antes da Grande Crise Irlandesa.

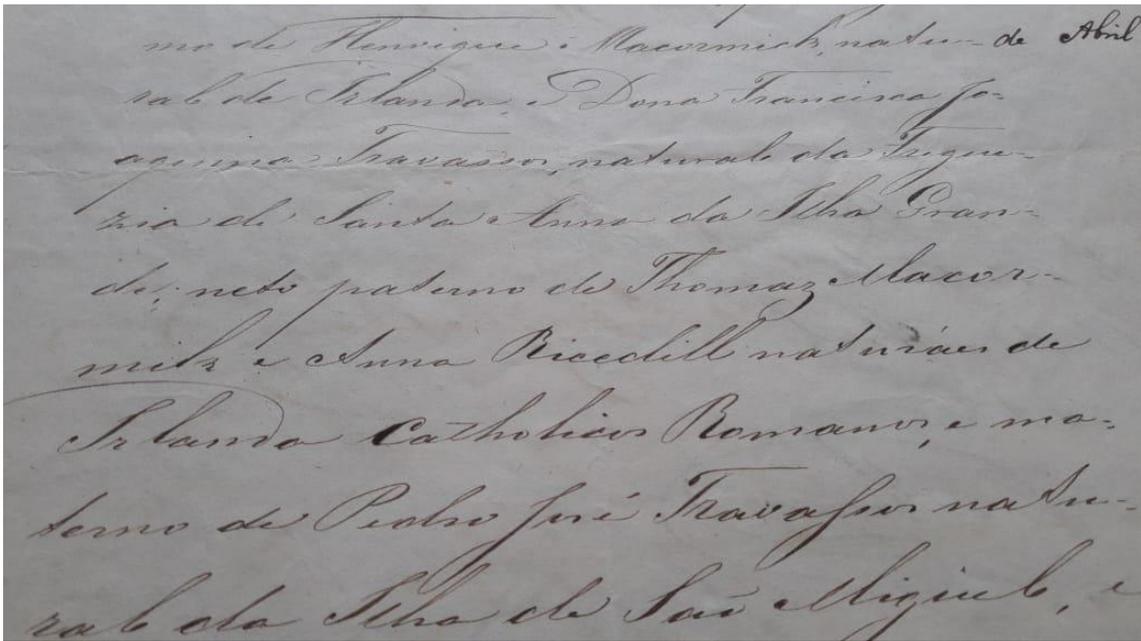
Nesses documentos consta que Henry era médico e que num baleeiro veio ao Brasil, e que depois de um naufrágio, onde ele salvou muitas pessoas, ele recebeu um prêmio do Rei e aqui ficou, casou-se e teve filhos. A profissão de Médico casa com o fato de depoimentos dizerem que a família distribuía remédios.

Do Dr. Henry encontramos o inventário com todo o seu patrimônio, a Fazenda da Longa e outras terras que confrontavam com as terras da família Travassos e 57 escravos. No entanto, o inventário finaliza com a viúva inventariante, em 1847, esperando chegarem da Inglaterra documentos de despesas do filho que lá foi estudar. Também em 1847 é o último registro de seu nome no *Almanaque Laemmert* (1847, p. 68).

Ou seja, tal inventário se encontra incompleto apenas na parte final, na partilha dos bens. Talvez por força das questões de terras que ocorrem na Ilha Grande, especialmente na Fazenda da Longa. O litígio atual diz respeito a uma grande empresa que queria ali construir um resort e, por isso, começou a expulsar a população remanescente. Entretanto, a área foi transformada no Parque Ambiental dos Tamoios, impedindo a construção. Essa história atual data da década de 80 e 90 do século passado (XX) e ainda repercute nos moradores, existindo ainda um impedimento dos mesmos circularem livremente pelas terras da Fazenda da Longa. Embora já se tenha decisão judicial que fale que tais terras são da União, pois não se tinha comprovação do título mais antigo de aquisição das terras. O impasse persiste. Mesmo antes de toda essa situação de terras, a família Mc Cormick começou a vender parte da fazenda de Henrique e que passou a seu Filho Thomas Henrique Mc Cormick (este que havia ido estudar na Inglaterra).

Segundo o apurado, mesmo existindo inventário, não foi encontrado por nós o atestado de óbito de Henrique, que teria morrido na Inglaterra quando foi levar o

filho para estudar. Thomas Henrique Mc Cormick, filho de Henry ou Henrique aporuguesado seu nome, ao voltar ao Brasil requereu sua maioridade no ano de 1852, nesse processo aferimos sua certidão de batismo com os avós paternos Thomaz Mc Cormick e Anna Ridell, naturais da Irlanda e católicos, e os avós maternos Pedro José Travassos, natural da Ilha São Miguel, Portugal, e Francisca Joaquina da Conceição, natural da Ilha Grande.



mo de Henrique: Macormick, natu- de Abril
ral da Irlanda. Dona Francisca Jo-
aquina Travassos, natural da Ilha Gran-
de, neto paterno de Thomaz Macor-
mick e Anna Riccehill naturais de
Irlanda Catholicos Romanos, e ma-
terno de Pedro José Travassos natu-
ral da Ilha de São Miguel, e

Figura 4- Processo de maioridade de Thomas Mc Cormick. **Fonte:** Museu da Justiça do Rio de Janeiro.

Thomas casou-se com Antônia Hermelinda (com registro em 1883) quando já tinha 8 filhos, dois varões e 6 mulheres.

A vida de Thomas Henrique Mc Cormick, que dá nome à escola local, pode ser mais comprovada pelo seu trânsito pela corte. Ele estuda no Colégio Freese, colégio inglês em Nova Friburgo, e tem seu desempenho publicado nos jornais da corte.

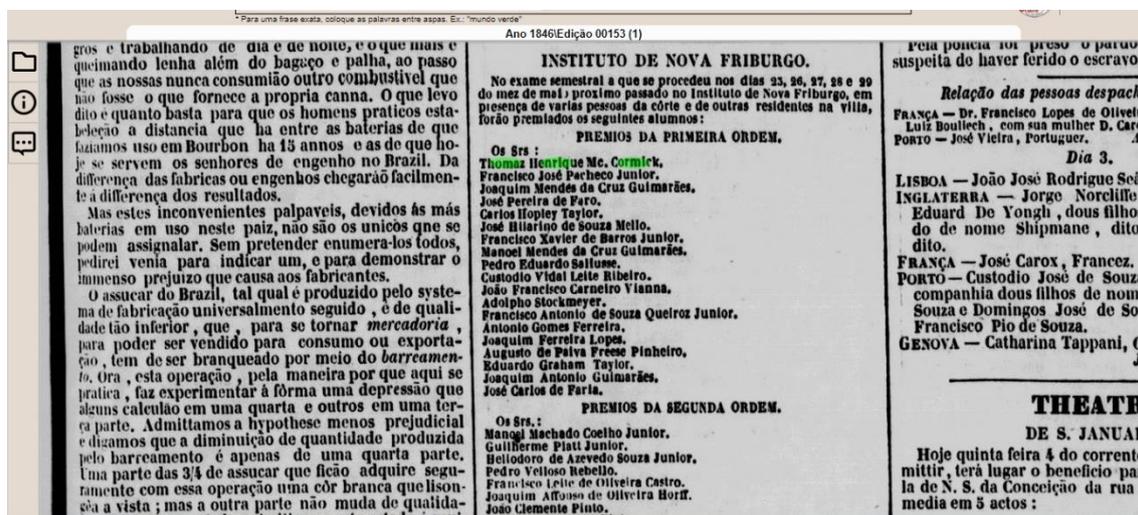


Figura 5. Fonte: *Jornal do Comércio*, 1846.

Thomas Henrique Mc Cormick teve um papel importante na região. Tanto que seu nome era lembrado como fazendeiro, como enquanto empresário dono de estaleiro e fábrica de salga que distribuía medicamentos homeopatas pela região. No *Almanaque Laemmert* ele assim aparece como dono de alambique e fazendeiro. Ainda não encontramos dados de sua formação em medicina em Edimburgo, mas seu primo, Joaquim Carlos Travassos, formou-se em medicina no Brasil. Este também foi médico, tradutor no país da obra de Alan Kardec e político. Joaquim teve uma série de acontecimentos trágicos em sua vida que o levaram para o caminho do Espiritismo.

O que se conta é que Thomas vinha ao Rio de Janeiro e levava para Ilha Grande os medicamentos necessários para a população que o procurava na Fazenda da Longa. Ali ele fazia os remédios homeopáticos e distribuía à população. De fato vê-se nos jornais da época a sua grande movimentação nas embarcações que levavam à corte.

Thomas teve 2 filhos homens, Orlando e Octávio Mc Cormick, e muitas mulheres. Orlando aparece na literatura local já trabalhando no Lazareto e Octávio, ao que parece, cumpria ainda a missão de distribuição de remédios de homeopatia para os locais.

Os anos 80 de oitocentos, tinham chegado com certa apreensão, no entanto, em 1884, o que era só boato tornou-se realidade com a visita do Rei D. Pedro II à Ilha Grande. Começa então a construção do Lazareto, obra que terminou em 1886 e contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da Vila de Abraão, que foi elevada a distrito de Angra dos Reis em 9 de maio de 1891. Nesse mesmo ano de 1884, a Coroa comprou a fazenda do Holandês. A propriedade estava compreendida entre a praia Preta até o meio da praia do Abraão, em frente às duas ilhotas. A Fazenda de Dois Rios, que pertencia à família Guimarães, também foi comprada pela Coroa em 1884. Esta Fazenda de Dois Rios estendia-se desde o Canto da praia de Santo Antônio, próximo a Lopes Mendes até o lugar denominado Mar Virado, perto da Paranoica. E mais tarde ainda foi adquirida outra área no lugar denominado Bica, próximo a ponta Grossa.

A Fazenda de Dois Rios serviria para abastecimento de água e víveres, criação de gado e conservação das matas; no terreno da Bica, seria construído um pequeno hospital de isolamento.³⁰³ Em dezembro de 1885, um novo decreto autorizou despesas extraordinárias para conclusão do edifício destinado ao Lazareto e para a compra dos móveis necessários à sua instalação (decreto 9.535, 12 dez. 1885).

O Lazareto funcionava como um centro de triagem e isolamento dos visitantes e imigrantes que chegavam aos portos brasileiros, de forma a impedir a propagação de enfermidades infecciosas no país.

³⁰³ Myrian Sepúlveda dos SANTOS, “Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, 2007. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400005

Os prédios construídos também obedeciam ao sistema de classe dos navios que vinham de fora, eram pavilhões de 1ª, 2ª e 3ª classes e haviam restaurantes, armazéns para cargas e bagagens, laboratório bacteriológico, enfermaria e farmácia, além de belos jardins. O imperador, depois da construção, voltou para ver a obra e o funcionamento por três passagens em abril de 1886, em agosto de 1889 e, logo em seguida, na condição de prisioneiro onde aguardou o transporte que o levaria para o exílio.

Na inauguração do Lazareto em 1886 supõem-se uma grande festa. Todos os homens da ilha se moveram para o Abraão para ver a comitiva imperial que chegaria. Também vieram pessoas de Angra, de Parati, de Mangaratiba e da Corte. As cerimônias de inauguração sempre eram concorridas e era a ocasião para todos vestirem suas casacas e as mulheres seus vestidos de festa. O lazareto foi posteriormente convertido em Colônia Penal, essa uma outra história.

Por fim, percebemos que, com o passar dos anos, fica cada vez mais difícil de se resgatar essas histórias locais. Muitos dos mais idosos morreram, os nomes de família vão ficando pelo caminho, sumindo junto a sua história.

Aos poucos os descendentes do Mc Cormick abandonaram a Fazenda da Longa, não restando nenhum no local. No Abraão, a maior vila da Ilha, alguns Mc Cormick ainda permanecem, assim como os Travassos, que são muito mais numerosos com inúmeras ramificações.

As histórias que ainda se ouvem são recheadas de elementos, às vezes imaginários, que não foram evidenciadas pelas fontes documentais já citadas.

Na escola local da Praia da Longa, que tem o nome de Thomas Henrique Mac Cormick (grafia diversa da certidão) e que funciona no que era a casa grande da fazenda, o nome foi dado porque o espaço foi cedido pelo dono da Fazenda. Originariamente ele teria feito ali um espaço para seus filhos estudarem. Não há o histórico do patrono na escola e nem tampouco sua história de vida. Os mais antigos da praia já morreram e há urgência de se resgatar essa história. Em muitas praias da Ilha o mesmo aconteceu, a especulação imobiliária, que chegou ao local

depois da desativação do presídio, fez com que muitos moradores locais e pescadores vendessem suas propriedades ou posses e fossem embora para o continente.

Diante desses fatos, há ainda que se viver com uma construção de narrativas que surgem principalmente a partir de um grande conflito de terras, que é permeado por grandes interesses econômicos. A partir dos conflitos, os novos interessados na terra tentam construir narrativas imputando à família o adjetivo de Grileiros, o que se desconfigura a partir das escrituras mais antigas. Logo, o espaço da Ilha Grande (a reunião da paisagem com o humano que ali vive e viveu) nos traz então essa necessidade de buscar elementos que construam uma história que se pautem em registros do que ali ocorreu e que não aparece nos livros, mas que surge através de fontes documentais ainda primárias.

Conclusão

Nessas breves linhas fomos descrevendo os materiais encontrados em suas fontes mais primárias e analisando cada um dos documentos, especialmente aqueles que foram publicados em jornais e processos e nos foi possível interpretar a história aproximando-a mais dos locais, especialmente nas pessoas de seus descendentes. Com todas essas descobertas pude escrever o livro a que me propus, que mistura elementos históricos reais e documentados com outros, que criam a subjetividade dos personagens que ali aparecem, uma espécie de romance histórico. Com certeza nosso objetivo do início da pesquisa foi alcançado, tendo em vista que não se sabia a origem do nome Mc Cormick, achava-se que era escocês, mas pelos registros chegou-se a Irlanda com os nomes dos pais de Henry Mc Cormick, também nada se sabia do ramo português dos Travassos e pelo processo de maioria foi possível vislumbrar o ramo Português da família. Muito importante na pesquisa, e que a enriqueceu, foi o levantamento do material jornalístico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, isso porque pelos jornais conseguimos ver toda a movimentação do Porto do Rio de Janeiro, assim como dados do comércio e dos órgãos públicos e também privados, como os dados do Colégio onde Thomas Henrique Mc Cormick estudou, demonstrando a riqueza da

família, pois era um colégio onde estudava a elite da corte. No que tange ao local, percebemos que, por ser um entreposto distante do Porto do Rio de Janeiro, ele era utilizado para várias atividades, inclusive ilegais, como o tráfico de negros e a venda de mantimentos para a longa viagem sem cobrança de impostos, sem contar que era também produtor de várias coisas, como cachaça, etc... Por isso o local teve um grande desenvolvimento econômico que depois desapareceu, só voltando no fim do século XX com o turismo. Tudo porque o Lazareto construído por D. Pedro II foi transformado numa das mais horrendas colônias penais que se teve notícia, fato que assustou toda e qualquer forma de desenvolvimento no início e meio do século XX. Por fim, nossa pesquisa nos levou também aos conflitos atuais da região, que é o conflito de terra. A ilha, especialmente a região das praias da Longa e Araçatiba, é um lugar de muito interesse econômico para construções turísticas que hoje são proibidas por se tratar de Reserva Ecológica. No entanto, as investidas de grupos econômicos e outros vem colocando uma imensa pressão nos moradores com atos criminosos, o que pode acabar levando à saída dos mesmos e à perda por completo de qualquer história local, como já vem ocorrendo.

Bibliografia e Fontes

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Notabilidades, 1847. Recolhido no site memoria.bn.br, da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

BERTONCELLO, Rodolfo V., *Processo de modernização e espaço local: o caso do município de Angra dos Reis (RJ)*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1992.

BETHELL, Leslie, *Brazil by British and Irish Authors*, Oxford, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/bndigital0363/bndigital0363.pdf

CASTRO, Elis Crokidakis, *Uma história em muitos séculos: Família Mc Cormick e Travassos na Ilha Grande*, 1ed., Rio de Janeiro, Editora do autor, 2024.

LIMA, Honório, *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis. Revista, ampliada, anotada e com resumo por Alípio Mendes*, RJ, Angra dos Reis, 1972.

MONKEN, Maurício, *A noção de lugar no estudo da Ilha Grande*, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1995.

NESI, Waldir, *Notícias históricas da Ilha Grande (RJ)*, Rio de Janeiro, Edição do autor, 1990.

RIBEIRO, Orestes, *Histórias da Ilha Grande*, Coleção Tancredo Neves, v.6, Brasília 1989.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos, “Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)”, in *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, 2007. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400005)

[59702007000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000400005) SANTOS, Myrian Sepúlveda, “Os Porões da República: A colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930”, in *TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006, pp. 445-476. <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n13/2237-101X-topoi-7-13-00445.pdf>

“Ó vós que em Portugal tendes corregimento destas coisas: Acudi (...)!”. A proteção patrimonial: o caso do Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança (GAMOAB)

Tiago Canhota (ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo)

Resumo

É comumente aceite no campo da História da Arte, considerar-se o Renascimento como o período em que primeiramente se olhou o edifício para além das suas funções política, religiosa ou social, encerrando em si um desígnio mais alto: valor patrimonial. No caso português, a primeira tentativa relacionada com a proteção patrimonial ocorreu no ano de 1721. Emanado da chancelaria do rei D. João V, o alvará demonstrou uma preocupação com a valorização e a preservação de alguns monumentos, estátuas e moedas das várias civilizações que, preteritamente, haviam estado no território lusitano. A criação do GAMOAB (Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança), em 1925, inseriu-se neste longo caminho de proteção patrimonial. Iniciado por um grupo de brigantinos, alguns deles também ligados ao surgimento do Museu Regional, destacou-se, entre as demais, a figura de Francisco Manuel Alves, o abade de Baçal. O GAMOAB desempenhou um papel de relevo não apenas na proteção, recolocação e reconstrução do património da cidade, em especial a *Domus Municipalis*, mas teve igualmente um papel de relevo na divulgação patrimonial e histórica com a criação, em 1955, da revista *Boletim do Grupo Amigos de Bragança*. O presente artigo, tem o objetivo de dar a conhecer o movimento cultural e patrimonial que se iniciou em Bragança desde finais do século XIX até às primeiras décadas do século seguinte, os seus principais impulsionadores e as obras realizadas.

Palavras-chave: *Domus Municipalis*; proteção; património; Abade de Baçal

Abstract

It is commonly accepted in the field of Art History to consider the Renaissance as the period in which the building was first looked at beyond its political, religious or social functions, enclosing within it a higher purpose: heritage value. In the Portuguese case, the first attempt related to heritage protection occurred in 1721. Emanating from the chancellery of King D. João V, the charter demonstrated a concern with the appreciation and preservation of some monuments, statues and coins from the various civilizations that, previously, they had been in Portuguese territory. The creation of GAMOAB (Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança) in 1925 was part of this long path of heritage protection. Started by a group of brigantines, some of them also linked to the emergence of the Regional Museum, the figure of Francisco Manuel Alves, the abbot of Baçal, stood out among the others. GAMOAB played an important role not only in the protection, relocation and reconstruction of the city's heritage, especially the *Domus Municipalis*, but it also played an important role in promoting heritage and history with the creation, in 1955, of the magazine *Boletim do Grupo Amigos de Bragança*. This article aims to make known the cultural and heritage movement that began in Bragança from the end of the 19th century to the first decades of the following century, its main drivers and the works carried out.

Keywords: *Domus Municipalis*; protection; heritage; Abbot of Baçal

Introdução

O registo português mais antigo relacionado com a proteção patrimonial ou com a preservação da memória coletiva está datado 20 de agosto de 1721, na forma de diploma³⁰⁴, por D. João V. Os seus intentos principais incidiram tanto na

³⁰⁴ Paulo Oliveira RAMOS, “O alvará régio de 20 de agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes da Sá Almeida e Meneses, o 1º marquês de Abrantes”, in *Discursos: língua, cultura e sociedade*, Série III, n.º 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 87-97. Acedido em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4320>.

perpetuação da memória dos antigos povos “Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arabios”, que pelo reino de Portugal haviam passado, como na proteção patrimonial, uma vez que aí era ordenado que “nenhuma pessoa (...) desfaça, ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edifício, que mostre ser daquelles tempos”³⁰⁵. A este, seguiu-se a circular de 25 de agosto de 1836³⁰⁶, documento pelo qual a rainha D. Maria II pedia aos governadores civis a criação de bibliotecas, de gabinetes de raridades e também de pinturas, para funcionarem como “poderosos meios de diffundir a instrucción e de excitar o gosto pelas Letras, e bellas artes”³⁰⁷. Por fim, em 1863, assistiu-se à criação da Real Associação dos Arquitetos Civis³⁰⁸. Tendo por base a vertente ligada à arquitetura, nomeadamente a sua afirmação perante a engenharia militar, as suas intenções estenderam-se aos campos da arqueologia e ainda à proteção e ao restauro patrimonial³⁰⁹.

No entanto, se todas estas vagas de proteção patrimonial foram de difícil aplicação na generalidade do reino, ainda mais dificuldades de penetração encontraram no rincão trasmontano. Ainda assim, também aqui haveriam de chegar e de se fazer notar.

³⁰⁵ Chancelaria-mor da Corte, Lei pela qual D. João V proibiu a destruição de edifícios, que mostrassem ser antigos, de estátuas ou de medalhas, 1721. Acedido em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4628676>.

³⁰⁶ Rute Massano RODRIGUES, “Políticas patrimoniais no reinado de D. Maria II: a nova vida dos conventos e dos seus espólios artísticos após a extinção das ordens religiosas (1834-1853)”, in *D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal: Arte, Património e Identidade*, Lisboa, ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 84-97. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/56159/1/Pol%C3%ADticas_patrimoniais_no_reinado_de_D_M.pdf.

³⁰⁷ PORTUGAL, *Colecção de Leis e outros documentos officiais publicados Desde o 1.º de Janeiro até Setembro de 1836*, Quinta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 206. Acedido em <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p218>.

³⁰⁸ Ana Cristina MARTINS, “A Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses e o Museu Archeológico do Carmo: alguns percursos internacionais (abordagem preliminar)”, in *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, n.º 43, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2017, pp. 99-131. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31493/1/MARTINS_ANA_CRISTINA_2017_A_Real_Associ_a.pdf.

³⁰⁹ Ana Cristina MARTINS, “Entre a metamorfose e a adaptação de associação dos architectos civis portugueses a real associação dos architectos civis e archeólogos portugueses (1863-1896)”, in *Revista da Associação dos Archeólogos Portugueses*, Volumes 64-65, 2012-2013, Revista da Associação dos Archeólogos Portugueses, Lisboa, pp. 15-29. Acedido em http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_13/Vol_64_65/2_A_H_vol64-65.pdf.

A primeira tentativa de preservação patrimonial e memorial no distrito de Bragança ocorreu em 1895 por iniciativa de José Augusto Tavares, o abade de Carviçais, aquando da pretensão de instalar um museu arqueológico na vila de Torre de Moncorvo³¹⁰. Outras tentativas lhe sucederam, consubstanciando-se no aparecimento de várias instituições museológicas, culturais e patrimoniais, entre finais do século XIX e os anos 30 da centúria seguinte.

Em 1897, foi instalado numa sala do edifício da Câmara Municipal de Bragança, tendo como dinamizador e primeiro diretor o coronel Albino Pereira, o Museu Municipal³¹¹. A partir de 1915, e em resultado de atritos entre o bispo D. José Alves Mariz e o governo republicano, foi acomodado no primeiro andar do antigo edifício do Paço Episcopal (havia sido expropriado em 1912), o Museu Regional de Bragança³¹² (Fig.1). Concomitante a todas estas iniciativas culturais e museológicas, no ano de 1925 efetivou-se a constituição do GAMOAB (Grupo dos Amigos dos Monumentos e das Obras de Arte de Bragança). Por último, em 1929, foi criado por expediente do coronel António José Teixeira, o Museu Militar situando-se, na torre de menagem do castelo³¹³.

³¹⁰ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 545-549.

³¹¹ João Manuel Neto JACOB, “O Museu do Abade de Baçal: ontem, hoje e amanhã”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1996, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 127-143; Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 287.

³¹² Embora apresentado no corpo de texto, por Museu Regional, a sua designação oficial era Museu Regional de Obras de Arte, Peças, Arqueológicas e Numismáticas de Bragança. A partir de 1935 foi renomeado de Museu do Abade de Baçal. João Manuel Neto JACOB, “O Museu do Abade de Baçal: ontem, hoje e amanhã”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1996, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 127-143; Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 289.

³¹³ Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 290; Francisco José Terroso CEPEDA, *Bragança no século XX através da imprensa regional*, vol. 1, Bragança, Município de Bragança, 2021, p. 100.



Fig. 1 – Antigo edifício do Paço Episcopal onde foi instalado o Museu Regional de Obras de Arte, Peças, Arqueológicas e Numismáticas de Bragança. **Fonte:** Fotografia do autor.

Apartado dos grandes centros populacionais, intelectuais e financeiros, o panorama cultural bragançano dos anos vinte e trinta era parco e alicerçado, em grande medida, em iniciativas privadas.

Proposta por um grupo de cidadãos esclarecidos e movidos pelo amor à sua terra natal ou adotiva, a constituição do GAMOAB foi, juntamente com o Museu Regional, um dos grandes contributos para a História e para a História da Arte brigantina. O presente artigo, resultante da comunicação apresentada no VI Congresso de História Local, assenta em dois grandes objetivos: o primeiro, foi o de dar a conhecer a formação e o âmbito da atuação patrimonial do grupo e, não menos importante, prestar o merecido tributo pelo seu inextinguível trabalho cívico em prol da História Local da cidade de Bragança.

Fundação, Fundadores e Sócios

Na sequência da nomeação de Francisco Manuel Alves, o abade de Baçal, para diretor do Museu Regional de Obras de Arte, Peças Arqueológicas e

Numismática de Bragança, em 11 de fevereiro de 1925³¹⁴ foi criado o GAMOAB, cujos estatutos foram aprovados em 28 de fevereiro desse mesmo ano³¹⁵. Analisar a sua criação e não a relacionar com o funcionamento e ação do Museu Regional é mutilar a sua compreensão, uma vez que as duas instituições estiveram umbilicalmente conectadas³¹⁶.

Os doze fundadores que constam na ata dos estatutos ficaram imortalizados na historiografia regional pelas assinaturas que deixaram no documento fundador. Foram eles, Alfredo Rodrigues³¹⁷ (Político), João Carlos de Sá Alves³¹⁸ (advogado e político), António Augusto Pires Quintela³¹⁹ (professor e político), Francisco Felgueiras³²⁰ (professor e médico veterinário), António Olympio Cagigal³²¹ (médico), Francisco Manuel Alves³²² (sacerdote e diretor do Museu

³¹⁴ João Manuel Neto JACOB, “O Abade e o Museu Regional”, in *Actas do Colóquio: O Abade de Baçal*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1999, pp. 63-96.

³¹⁵ GOVERNO Civil do Distrito de Bragança, “Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte, d’ Bragança”, 28 de fevereiro de 1925. Acedido em <https://agc.sg.mai.gov.pt/details?id=107590&ht=grupo%7c%7cdos%7camigos&detailsType=Description>.

³¹⁶ Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 289.

³¹⁷ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 221.

³¹⁸ CÂMARA Municipal de Bragança, “João Carlos Sá Alves”. Acedido em <https://www.cm-braganca.pt/municipio/sobre-braganca/presidentes-da-camara/poi/joao-carlos-sa-alves>.

³¹⁹ CÂMARA Municipal de Bragança, “Dr. António Augusto Pires”. Acedido em <https://www.cm-braganca.pt/municipio/sobre-braganca/presidentes-da-camara/poi/dr-antonio-augusto-pires>; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 427-428.

³²⁰ AA.VV., “Homenagem a Cidadãos Bragançanos”, in *Amigos de Bragança – Boletim de Informação e Estudos Regionalistas*, Câmara Municipal de Bragança, 1984, p. 40; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 178.

³²¹ REPÚBLICA Portuguesa, “Organização do Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes”, in *Diário do Governo*, 8 de maio de 1917, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 327-329. Acedido em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1917/05/06900/03290329.pdf>; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 59-60.

³²² REPÚBLICA Portuguesa, “Organização do Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes”, in *Diário do Governo*, 8 de maio de 1917, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 327-329. Acedido em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1917/05/06900/03290329.pdf>; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 812.

Regional), Henrique Fernandes Tavares³²³ (professor e pintor), Eduardo Ernesto de Faria³²⁴ (professor e advogado), Vítor Maria Teixeira³²⁵ (advogado e professor), José António Furtado Montanha³²⁶ (diretor da Agência do Banco de Portugal em Bragança), Raul Manuel Teixeira³²⁷ (juiz e diretor do Museu do Abade de Baçal).

A direção era composta por doze vogais, tendo à cabeça Francisco Manuel Alves como Presidente, Raul Teixeira como Secretário e José Montanha como Tesoureiro³²⁸ (Fig. 2). A esta tríade, muito deve a cultura brigantina e do nordeste transmontano no geral e a cidade de Bragança no particular. Recorde-se que Raul Teixeira e José Montanha acompanharam o abade de Baçal na direção do Museu Regional, levando a que as duas instituições trabalhassem em estreita ligação, tanto no campo financeiro, como na aquisição e no restauro de peças de arte.

³²³ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 544-545.

³²⁴ REPÚBLICA Portuguesa, “Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial”, in *Diário do Governo*, 18 de março de 1912, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 1037-1048. Acedido em <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1912/03/06400.pdf>; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 174.

³²⁵ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 556.

³²⁶ Tiago CANHOTA, “José António Furtado Montanha”, in *Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, Lisboa: Instituto de História da Arte, 2019, pp. 205-207; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 329-330.

³²⁷ Tiago CANHOTA, “Raul Teixeira”, in *Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de História da Arte, 2019, pp. 309-311; Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 552-556.

³²⁸ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 554; José de CASTRO, *Bragança e Miranda*, vol. II, Porto, Tipografia Porto Médico, 1947, p. 166; Luís Alexandre RODRIGUES, “Algumas Notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1994, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 133-149.



Fig. 2 – Foto de Raul Teixeira, Francisco Manuel Alves (abade de Baçal) e José Montanha.

Fonte: Cliché de A. Soucasaux, de Barcelos, acedido em <https://5l-henrique.blogspot.com>, a 13/11/2024, às 15h56.

A partir da análise dos estatutos podemos aferir que, de acordo com o artigo 2.º, os objetivos da associação passavam pela proteção, conservação e o restauro. Esta preocupação foi extensível a todos os monumentos e obras de arte da cidade e ainda ao recheio dos museus Municipal e Regional³²⁹. Segundo o artigo 3.º, o Grupo tomava sob sua especial proteção o edifício da *Domus Municipalis* “empregando [nele] todo o seu esforço para, auxiliado pelas instâncias competentes, levar a efeito a sua urgente reabilitação”³³⁰, devido ao seu periclitante estado de conservação e à mutilação arquitetónica.

Atendendo ao meio onde o Grupo estava inserido e à exiguidade de meios materiais e financeiros, os sócios foram uma parte fundamental neste campo.

³²⁹ Atente-se que estes dois museus fundiram-se numa só instituição em 1915. João Manuel Neto JACOB, “O Museu do Abade de Baçal: ontem, hoje e amanhã”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1996, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 127-143.

³³⁰ GOVERNO Civil do Distrito de Bragança, “Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte, d’ Bragança”, 28 de fevereiro de 1925. Acedido em <https://agc.sg.mai.gov.pt/details?id=107590&ht=grupo%7c%7cdos%7camigos&detailsType=Description>.

Assim, no artigo 6.º, estavam obrigados ao pagamento ordinário de uma quota mensal de, pelo menos, 1\$00, e, sempre que necessário, a uma contribuição extraordinária conforme se indicava no artigo 2.º. Ainda de acordo com este artigo, as receitas poderiam advir de “quêtes, espectáculos ou outras quaisquer diversões (...), donativos, legados e subsídios do Estado ou de particulares”³³¹. Para além das contribuições pecuniárias, e de acordo com o artigo 4.º, os sócios ou outros particulares eram incentivados a depositar ou a ceder objetos de arte ao Museu.

As Intervenções

A criação do GAMOAB teve um papel especialmente importante entre meados da década de vinte e a seguinte.

A primeira grande intervenção ocorreu no ano de 1928 com a colocação do monumento aos soldados transmontanos caídos durante a 1.ª Guerra Mundial³³². Cerca de dois anos passados, duas novas intervenções foram feitas. A primeira incidiu na recolocação na Praça da Sé do cruzeiro de feição barroca que dali tinha sido arrancado, em 1875, para dar lugar a um coreto. Aproveitando a renovação urbanística desta zona nobre da cidade, resgataram-se as peças que haviam sido depositadas no cemitério, tendo-se procedido, em 1931, à sua inauguração. A segunda, coeva desta recolocação, foi a intervenção estética feita no remate superior da galilé da torre sineira da igreja da Sé³³³ (Fig. 3).

³³¹ GOVERNO Civil do Distrito de Bragança, “Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte, d’ Bragança”, 28 de fevereiro de 1925. Acedido em <https://agc.sg.mai.gov.pt/details?id=107590&ht=grupo%7c%7cdos%7camigos&detailsType=Description>.

³³² Tiago CANHOTA, “Raul Teixeira”, in *Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de História da Arte, 2019, pp. 309-311.

³³³ Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 2, Bragança, CEPESE, 2013, p. 658; Francisco José Terroso CEPEDA, *Bragança no século XX através da imprensa regional*, vol. 1, Bragança, Município de Bragança, 2021, pp. 97-98; José Rodrigues MONTEIRO, “Correspondência de Raul Teixeira para Abel Salazar”, in *Amigos de Bragança – Boletim de Informação e Estudos de Informação e Estudos Regionalistas*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 1985, p. 14.



Fig. 3 – A Praça da Sé antes de ser colocado o cruzeiro e da intervenção na galilé da igreja. **Fonte:** Coleção do autor.

De todas as intervenções que o GAMOAB fez, a mais marcante incidiu no edifício, ou melhor, na ruína da *Domus Municipalis*. Perante o estado lastimoso em que se encontrava o mais peculiar monumento da cidade,urgia recuperá-lo uma vez que, segundo o abade, se encontrava “desprezado, mutilado e ... sem cobertura”³³⁴ (Fig. 4).

³³⁴ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. I, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 292.

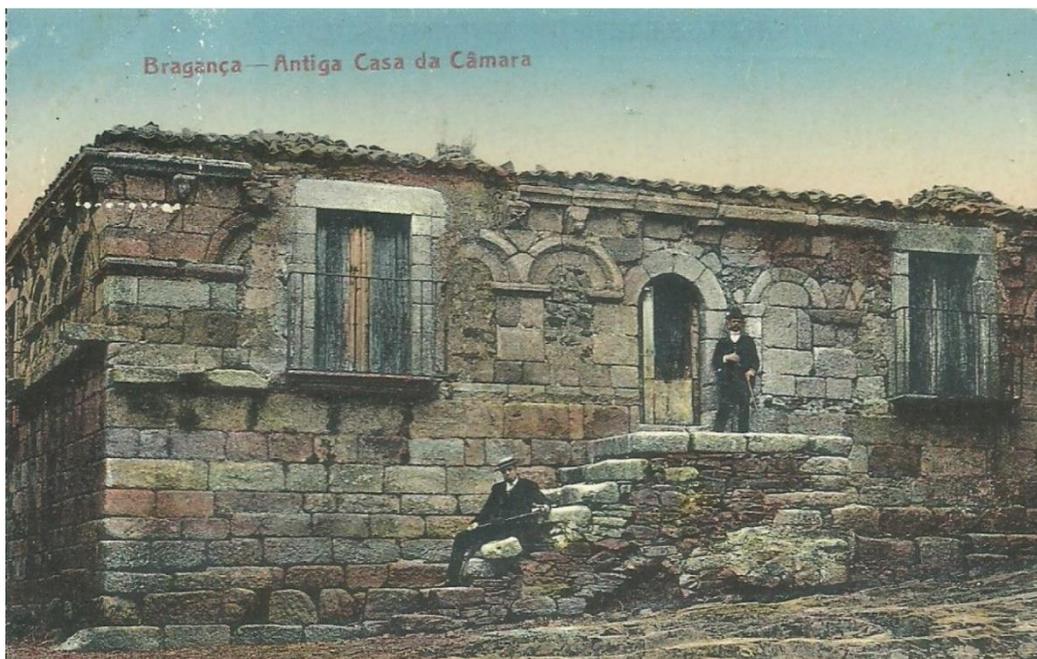


Fig. 4 – Aspeto da *Domus Municipalis* antes do restauro. **Fonte:** Coleção do autor.

Mesmo tendo sido classificado em 1910 como Monumento Nacional, não havia maneira de lhe deitarem a mão! Ainda se tentou em 1916, através do arquiteto Adães Bermudes, mas... ainda não seria desta vez! Em resultado dos insistentes pedidos do Grupo, iniciaram-se as primeiras obras, em 1928, tendo em vista a sua musealização referida no artigo 5.º dos estatutos do Grupo. Em 1930, foi constituída pela DGEMN a Comissão para a direção das obras sob a direção do arquiteto Baltazar de Castro. Finalmente, em 1932 terminaram as obras de restauro, encontrando eco o apelo que o abade de Baçal havia feito há mais de duas décadas “depressa, um arquitecto inteligente que (...) o repare segundo a sua primitiva traça”. À *Domus Municipalis*, foi finalmente devolvida a sua dignidade³³⁵ (Fig. 5).

³³⁵ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. I, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 292; Luís Alexandre RODRIGUES, “Algumas Notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1994, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 133-149.



Fig. 5 – A Domus Municipalis na atualidade. Fonte: <https://www.google.com/maps>

Outro edifício que havia sido classificado em 1910 como Monumento Nacional foi o Mosteiro de Castro de Avelãs. Construção românica do século XI, em estilo mudéjar, do qual apenas restava a abside, levou a mais um apelo por parte do abade de Baçal: “Ó vós que em Portugal tendes corregimento destas coisas: Acudi a Castro de Avelãs!”³³⁶. Neste caso, e ao contrário da *Domus*, não se batia pelo restauro, que era já impossível, mas pela manutenção do que restava da cabeceira e da sua arquitetura em tijolo³³⁷.

Para além do já exposto, refira-se ainda que foi devido às ações do Grupo e em especial de Raul Teixeira que se colocaram as “educadoras placas de mármore e de azulejos que comemoram o arco de Santo António; o histórico batalhão de caçadores (...) [o] ínclito filho de Bragança Oróbio de Castro [e] o painel em azulejos

³³⁶ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. II, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 295.

³³⁷ Fernando de SOUSA (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 289; Luís Alexandre RODRIGUES, “Algumas Notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1994, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 133-149; José Rodrigues MONTEIRO, “Correspondência de Raul Teixeira para Abel Salazar”, in *Amigos de Bragança – Boletim de Informação e Estudos de Informação e Estudos Regionalistas*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 1985, p. 14.

historiados, de S. Vicente, representando o bravo general Sepúlveda (...)”³³⁸, aquando das Invasões Francesas.

Por último, mas não menos importante, o impercetível, mas vital, trabalho de recolha e de restauro de obras de arte para o Museu Regional (arqueologia, têxtil, mobiliário, pintura, ourivesaria, numismática, entre outros), assim como de divulgação cultural, através da criação de um boletim. Pese embora esta vontade ter sido referenciada no artigo 8.º dos estatutos, só em 1955 foi possível a sua edição, designando-se de *Amigos de Bragança: Boletim de Informação e Estudos Regionalistas*, tendo Francisco Felgueiras como fundador e primeiro editor³³⁹.

Conclusão

A criação do GAMOAB, em 1925, revestiu-se de uma grande importância para a cidade e para a cultura brigantina.

Acompanhando (com o inevitável desfasamento temporal que a distância física e o atavismo mental impunham) a crescente preocupação com a proteção do património e da memória coletiva, o Grupo contribuiu de forma indelével para aglutinar as forças intelectuais endógenas e exógenas à cidade. A todos eles, mas particularmente a Francisco Manuel Alves, a Raul Teixeira e a José Montanha, mais do que a luta pela aquisição, preservação, divulgação e restauro, devemos a construção de um ideário local e regional.

À distância de praticamente um século, tivemos já o intervalo temporal suficiente para avaliar a obra feita e para nos interrogarmos sobre qual seria a memória coletiva e urbanística dos brigantinos sem a recolocação do pelourinho na Praça da Sé? Tratando-se do único exemplar da arte mudéjar no Nordeste

³³⁸ Francisco Manuel ALVES, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 554-555.

³³⁹ GOVERNO Civil do Distrito de Bragança, “Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte, d’ Bragança”, 28 de fevereiro de 1925. Acedido em <https://agc.sg.mai.gov.pt/details?id=107590&ht=grupo%7c%7cdos%7camigos&detailsType=Description>; Joaquim Manuel REBELO, “Para a História da Imprensa de Trás-os-Montes e Alto Douro”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1984, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 433-422.

Transmontano, qual o grau de pobreza para a História da Arte portuguesa sem conservação das ruínas do Mosteiro de Castro de Avelãs? Conseguiria alguém imaginar a perda histórica, artística e até turística para a cidade e para o país, sem a carolice e os continuados esforços para a recuperação da *Domus Municipalis*? Permanecem as perguntas e o convite à reflexão!

Fontes e Bibliografia

AA.VV., “Homenagem a Cidadãos Bragançanos”, in *Amigos de Bragança – Boletim de Informação e Estudos Regionalistas*, Câmara Municipal de Bragança, 1984, p. 40.

ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. I, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 292.

ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. II, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, p. 295.

ALVES, Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. VII, Bragança, Câmara Municipal de Bragança/Instituto Português de Museus/Museu do Abade de Baçal, 2000, pp. 545-549.

ARBILESCA - Arquivo e Biblioteca Leonor e Sofia Canhota, Bragança, *Praça da Sé, Bilhete Postal Ilustrado*, Bragança, Adriano Rodrigues, s.d..

ARBILESCA - Arquivo e Biblioteca Leonor e Sofia Canhota, Bragança, *Antiga Casa da Câmara, Bilhete Postal Ilustrado*, s.l., s.n, s.d..

CÂMARA Municipal de Bragança, “Dr. António Augusto Pires”. Acedido em <https://www.cm-braganca.pt/municipio/sobre-braganca/presidentes-da-camara/poi/dr-antonio-augusto-pires>.

CÂMARA Municipal de Bragança, “João Carlos Sá Alves”. Acedido em <https://www.cm-braganca.pt/municipio/sobre-braganca/presidentes-da-camara/poi/joao-carlos-sa-alves>.

CANHOTA, Tiago, “José António Furtado Montanha”, in *Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, Lisboa: Instituto de História da Arte, 2019, pp. 205-207.

CANHOTA, Tiago, “Raul Teixeira”, in *Dicionário: Quem é Quem na Museologia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de História da Arte, 2019, pp. 309-311.

CASTRO, José de, *Bragança e Miranda*, vol. II, Porto, Tipografia Porto Médico, 1947, p.166.

CEPEDA, Francisco José Terroso, *Bragança no século XX através da imprensa regional*, vol. 1, Bragança, Município de Bragança, 2021, p. 100.

CHANCELARIA-MOR da Corte, Lei pela qual D. João V proibia a destruição de edifícios, que mostrassem ser antigos, de estátuas ou de medalhas, 1721. Acedido em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4628676>.

GOVERNO Civil do Distrito de Bragança, “Grupo dos Amigos dos Monumentos e Obras de Arte, d´Bragança”, 28 de fevereiro de 1925. Acedido em <https://agc.sg.mai.gov.pt/details?id=107590&ht=grupo%7c%7cdos%7camigos&detailsType=Description>.

JACOB, João Manuel Neto, “O Abade e o Museu Regional”, in *Actas do Colóquio: O Abade de Baçal*, Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1999.

JACOB, João Manuel Neto, “O Museu do Abade de Baçal: ontem, hoje e amanhã”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1996, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 127-143.

MARTINS, Ana Cristina, “A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Museu Arqueológico do Carmo: alguns percursos internacionais (abordagem preliminar)”, in *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, n.º 43, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2017, pp. 99-131. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31493/1/MARTINS_ANA_CRISTINA_2017_A_Real_Associa.pdf.

MARTINS, Ana Cristina, “Entre a metamorfose e a adaptação de associação dos arquitectos civis portugueses a real associação dos arquitectos civis e arqueólogos portugueses (1863-1896)”, in *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Volumes 64-65, 2012-2013, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses,

Lisboa, pp. 15-29. Acedido em http://museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_13/Vol_64_65/2_AH_vol64-65.pdf.

MONTEIRO, José Rodrigues, “Correspondência de Raul Teixeira para Abel Salazar”, in *Amigos de Bragança – Boletim de Informação e Estudos Regionalistas*, Bragança, Câmara Municipal de Bragança, 1985, p. 14.

PORTUGAL, *Colecção de Leis e outros documentos oficiais publicados Desde o 1.º de Janeiro até Setembro de 1836*, Quinta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 206. Acedido em <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/87/p218>.

RAMOS, Paulo Oliveira, “O alvará régio de 20 de agosto de 1721 e D. Rodrigo Anes da Sá Almeida e Meneses, o 1º marquês de Abrantes”, in *Discursos: língua, cultura e sociedade*, Série III, n.º 6, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, pp. 87-97. Acedido em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4320>.

REBELO, Joaquim Manuel, “Para a História da Imprensa de Trás-os-Montes e Alto Douro”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1984, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 433-422.

REPÚBLICA Portuguesa, “Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial”, in *Diário do Governo*, 18 de março de 1912, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 1037-1048. Acedido em <https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1912/03/06400.pdf>.

REPÚBLICA Portuguesa, “Organização do Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes”, in *Diário do Governo*, 8 de maio de 1917, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 327-329. Acedido em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1917/05/06900/03290329.pdf>.

RODRIGUES, Luís Alexandre, “Algumas Notas sobre a acção do Grupo dos Amigos do Museu e Obras de Arte na Região de Bragança”, in *Brigantia: revista de cultura*, 1994, Assembleia Distrital, Bragança, pp. 133-149.

RODRIGUES, Rute Massano, “Políticas patrimoniais no reinado de D. Maria II: a nova vida dos conventos e dos seus espólios artísticos após a extinção das ordens religiosas (1834-1853)”, in *D. Maria II, princesa do Brasil, rainha de Portugal: Arte*,

Património e Identidade, Lisboa , ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 84-97. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/56159/1/Pol%C3%ADticas_patrimoniais_no_reinado_de_D_M.pdf.

SOUSA, Fernando de (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 1, Bragança, CEPESE, 2013, p. 287.

SOUSA, Fernando de (coord.), *Bragança na Época Contemporânea (1820-2012)*, vol. 2, Bragança, CEPESE, 2013, p. 658.

A Banda Filarmónica de Azambuja: Uma Análise Historiográfica

Bruno Brito (ISCTE-IUL)

Resumo

A história de uma sociedade filarmónica contém, excetuando as que foram alvo de um estudo aprofundado, várias imprecisões. Este aspeto decorre do facto dos históricos terem, em grande parte, origem na memória de alguns músicos, processo que é suscetível a alterações ou à existência de lacunas e contradições no relato dos acontecimentos.

Ao analisar documentação existente, verificamos que os dados oficiais, em particular a data de fundação do primeiro agrupamento filarmónico em Azambuja, bem como os períodos de inatividade presentes nos históricos da banda (que mencionam tanto um interregno de 1964 a 1979, como de 1967 a 1979), não se encontram corretos, o que contribui para uma descrição errada da história da associação. Este estudo propõe uma nova interpretação da história da Banda Filarmónica do Centro Cultural Azambujense, designação atual, desde o documento mais ancestral, até meados da década de 1990.

Palavras-Chave: Associativismo; História Local; Banda Filarmónica; Azambuja; Ribatejo.

Abstract

The history of a philharmonic society contains, except those that have been the subject of in-depth study, several inaccuracies. This aspect arises from the fact that the histories largely originate from the memory of some musicians, a process that is susceptible to changes or the existence of gaps and contradictions in the account of events.

When analyzing existing documentation, we verified that the official data, in particular the date of founding of the first philharmonic group in Azambuja, as well as the periods of inactivity present in the band's histories (which mention both an

interregnum from 1964 to 1979, and from 1967 to 1979), are not correct, which contributes to a misleading description of the history of the association. This study proposes a new interpretation of the history of the Azambujense Cultural Center Philharmonic Band, its current name, from the most ancestral document until the mid-1990s.

Keywords: Associativism; Local History; Philharmonic Band; Azambuja; Ribatejo.

Introdução

Ao longo do processo de investigação para a tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, “Atividades Filarmónicas na Lezíria Ribatejana: 1945-1990”, deparámo-nos com várias imprecisões na informação tida como oficial pelo Centro Cultural Azambujense, um dos estudos de caso, nomeadamente sobre os períodos de interrupção da atividade, bem como sobre o início da prática filarmónica na vila de Azambuja. Oficialmente, assume-se como data de fundação da banda o dia 21 de maio de 1901. Esta data é indicada não pela criação do Centro Cultural Azambujense, mas pela ancestralidade da banda filarmónica de Azambuja. Assim, através de documentos existentes que comprovam a existência da prática filarmónica local, podemos estender a ancestralidade da banda filarmónica até à segunda metade do século XIX. O nome “Centro Cultural Azambujense” apenas foi adotado em 1958, tendo a banda filarmónica adotado vários nomes ao longo dos anos.

Geograficamente, Azambuja é uma vila, sede de concelho do mesmo nome, localizada no extremo norte do distrito de Lisboa, na margem direita do rio Tejo. Esta vila faz fronteira com os concelhos de Alenquer, Cadaval, Rio Maior e Vila Franca de Xira, do distrito de Lisboa, tal como, com os concelhos de Cartaxo, Benavente e Salvaterra de Magos, do distrito de Santarém, sendo ainda limitada pelo rio. O concelho da Azambuja integrou, de 1936 a 1959, a divisão administrativa da Província do Ribatejo.

Com este estudo pretendemos indicar uma análise historiográfica da banda filarmónica de Azambuja até meados da década de 1990, retificando imprecisões existentes na história tida como oficial desta associação local. Devido a terem sido adotados vários nomes ao longo dos anos pelo mesmo agrupamento musical, utilizaremos o termo “Banda Filarmónica de Azambuja” para nos referirmos ao objeto de estudo. Para atingir o objetivo proposto, foram recolhidos documentos no arquivo do Centro Cultural Azambujense, analisados periódicos locais, levantada legislação, consultados os livros contabilísticos, analisada bibliografia local, bem como recolhidos testemunhos orais junto de músicos e antigos diretores que estiveram presentes na associação, a partir de 1952. A ausência de preocupação em preservar a documentação a longo prazo, algo transversal a várias filarmónicas, bem como as condições em que foi preservada, leva-nos a constatar a impossibilidade de consultar uma grande variedade de fontes escritas do início do século XX, neste arquivo associativo. Desde a década de 1940, a documentação escrita passa a ser mais abundante. Para complementar e clarificar lacunas e informação existentes no arquivo, recorreremos a periódicos locais, assim como a testemunhos orais.

A Ancestralidade da Banda

A data de fundação assumida oficialmente pela banda do Centro Cultural Azambujense, 21 de maio de 1901, é o registo mais ancestral que se possuía, não tendo sido efetivamente contestado até à atualidade. No entanto, em 1969, António Martins Pontes publica um artigo *A Sociedade Filarmónica Azambujense e as suas Reorganizações* no número 189 do periódico *O Meu Jornal*³⁴⁰, onde o autor, afirmando que não é possível ter conhecimento sobre a data específica da fundação da sociedade filarmónica, fornece-nos informações que colocam uma maior longevidade na atividade filarmónica da vila do que a tida por oficial. Pontes refere a existência de um auto de aclamação do rei D. Pedro V, lavrado pela câmara municipal, que data de 16 de setembro de 1855 e onde se encontra mencionada a participação de uma banda. Não nos foi possível analisar tal documento,

³⁴⁰ “A Sociedade Filarmónica Azambujense e as suas Reorganizações”, in *O Meu Jornal*, junho de 1969, nº 189, p.4.

desconhecendo se o mesmo ainda existe e, como tal, não é possível comprovar de que se trata da Banda Filarmónica de Azambuja. Pontes indica como “primeira referência e clara” um artigo presente no *Diário Ilustrado* de 26 de setembro de 1877, quando da participação da Filarmónica Azambujense nas Festas de Aveiras de Baixo. No artigo *Notícias do Reino*, presente no *Diário de Lisboa* de 16 de dezembro de 1861³⁴¹, é-nos indicado que se realizou, no dia 11 de dezembro, uma missa na igreja matriz de Azambuja por alma de D. Pedro V, durante a qual “tocou [...] a filarmónica d’esta mesma villa uma peça de musica funebre”.



Figura 1: A banda da Sociedade Filarmónica Azambujense em 1877.

Fonte: Sebastião Mateus Arenque, *Relíquias da Minha Terra*, Azambuja, Escola Secundária de Azambuja, 2000.

Quanto à data de fundação tida por oficial, pode ser lido no número 14 do jornal *Correio de Azambuja*³⁴²: “A feira que atualmente se comemora – Feira de Maio – teve início em 1901 e está associada à inauguração da Praça de Toiros de

³⁴¹ “Notícias do Reino”, in *Diário de Lisboa*, 16 de dezembro de 186, nº 286, p. 3190.

³⁴² “As Feiras de Azambuja”, in *Correio de Azambuja*, maio de 1987, nº14, pp. 1-12.

Azambuja e a Remonta de Cavalos para o Exército”, momento correspondente à data de fundação da Banda. Uma vez que a primeira edição da festividade teve início no dia 19 de maio³⁴³, leva-nos a concluir que esta “fundação” se tratou de uma reorganização, uma vez que já existia Banda Filarmónica em dezembro de 1861.

Na impossibilidade de consultar quaisquer registos fundacionais, indicamos o dia 11 de dezembro de 1861 como data mais ancestral de existência da Banda Filarmónica de Azambuja. Deste modo, a Banda completa no presente ano 163 anos de existência e não 123.

Alvo de reorganização, a Banda foi novamente reestruturada a 25 de novembro de 1904, segundo nos indica Martins Pontes no artigo de *O Meu Jornal* já mencionado, com o nome de Sociedade Filarmónica Azambujense. A sua comissão provisória tinha como membros Jerónimo Enes Meira, Henrique José da Silva, Alberto Afonso Duarte e Carlos de Assunção Brito, sendo este último o sócio nº 250, o que nos informa que a Sociedade tinha mais de 250 sócios. O seu maestro era João Pedro Vieira. O autor indica que a Banda era composta por 30 executantes. Este aponta, ainda, que ocorreram mais reorganizações em 7 de dezembro de 1913; como Grupo Banda Musical a 17 de maio de 1928; a 10 de novembro de 1931, Banda dos Bombeiros Voluntários; em 19 de julho de 1947 como Banda Musical Azambujense; em 13 de fevereiro de 1958, C.C.A. (Centro Cultural Azambujense), encontrando-se a Banda inativa à data da publicação.

Sobre os primeiros 30 anos de existência da Banda no século XX não existe documentação, surgindo esta apenas na década de 1930, quando este agrupamento musical obtém sede junto dos Bombeiros Voluntários de Azambuja. No entanto, através do seu testemunho, presente no *Correio de Azambuja* de abril de 1986³⁴⁴, o músico Martinho Santos indica-nos que em 1927, quando iniciou o seu percurso, o maestro era Vergílio Venceslau. A Banda ensaiava e formava

³⁴³ José Pereira e Nuno Nobre, *Quotidianos, Recordar, Conhecer, Aprender*, Azambuja, Câmara Municipal de Azambuja/Museu Municipal de Azambuja – Sebastião Mateus Arenque, 2004, p.166.

³⁴⁴ “Música em Azambuja, Ontem e Hoje: Depoimento de um velho músico – Martinho Miguel dos Santos”, in *Correio de Azambuja: Mensário Regionalista*, Série III, abril de 1986, nº 44, pp. 5-6.

músicos numa pequena casa junto ao adro da Igreja Matriz, conhecida como a “Casa da Carreta”.

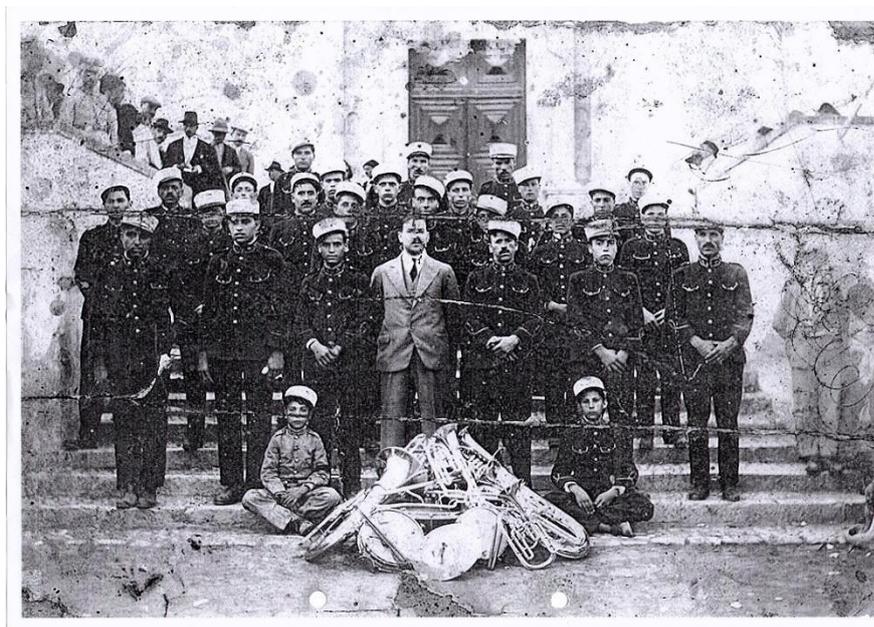


Figura 2 – Banda da Sociedade Filarmónica Azambujense em 1927. **Fonte:** Centro Cultural Azambujense.

Além deste testemunho, os números da primeira versão do *Correio de Azambuja*³⁴⁵, entre 1934 e 1937, informam-nos sobre a Banda dos Bombeiros Voluntários de Azambuja. Apesar de não possuir uma ligação direta à Igreja Católica, a Banda teve como Vice-Presidente da Assembleia Geral o Padre António Coelho de Barros no mandato de 1934/35. Outras figuras relevantes nos corpos gerentes durante esta fase da Banda foram António da Silva Wallace e José Madeira. A Filarmónica realizou vários espetáculos com bandas de outras localidades, nomeadamente as bandas da Sociedade Euterpe Alhandrense e do Ateneu Artístico Vilafranquense, além de realizar vários bailes no salão da sua sede provisória, principal fonte de receita do agrupamento musical até à década de 1990, como revelam os livros de contas. Para realização destes bailes foram necessárias autorizações estatais, como revela correspondência de 1946 a

³⁴⁵ *Correio de Azambuja – Quinzenário Regionalista*, 12 de agosto de 1934 a 25 de abril de 1937, nºs 1 a 44.

1952³⁴⁶. A Banda funcionou nesta sede até 1947, quando por desentendimentos, como nos revela a documentação consultada, se separaram dos Bombeiros Voluntários e se instalaram no nº 151 da rua Victor Cordon, local onde se iria manter até 1994, quando se transferiu para as instalações do antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Durante o tempo em que se encontrou junto dos Bombeiros, a Banda teve como maestro Virgílio Venscelau, contando com cerca de 31 executantes³⁴⁷.

Segundo Martinho Santos, com a reorganização, assumiu a presidência António Wallace, ocupando o cargo de maestro Jaime Neves, seguindo-se Guerreiro, maestro da Marinha cujo nome desconhecemos, Cabecinha, novamente Virgílio Venscelau e, na década de 1960, Raposo, Reis Carvalho e Carvalho. Entre 1967 e 1970, a Banda passa por uma crise e um período de inatividade, como nos revelam os livros de contas, periódicos da época³⁴⁸, bem como os testemunhos de António Santos³⁴⁹ e Joaquim Paula³⁵⁰. Este último, membro desde 1958, revela-nos que as crises na Banda resultaram sempre de desentendimentos pessoais entre diretores e/ou músicos, ou, ainda, por dificuldades financeiras.

As dificuldades financeiras e falta de apoios estatais são mencionadas numa carta ao Governador Civil, datada de 6 de agosto de 1949³⁵¹. Neste documento, a Banda agradece o subsídio atribuído pelo Governador, evidenciando a falta de apoios por parte da autarquia, bem como a necessidade de adquirir fardamentos. Apenas se encontram registos de apoios autárquicos nos livros de contas após esta data. Os entrevistados já mencionados e Cristina Cristóvão³⁵²

³⁴⁶ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1940-50, Pasta Correspondência da Década de 1940.

³⁴⁷ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1940-50, *Inventário*, de 1 de janeiro de 1945.

³⁴⁸ *Notícias de Azambuja*, nºs 134 a 169 de 1967 a 1971; *O Meu Jornal*, nºs 178 a 189, de 1968 a 1970.

³⁴⁹ António Santos, “Entrevista a António Santos por Bruno Filipe de Brito”, 29 de outubro de 2020.

³⁵⁰ Joaquim Paula, “Entrevista a Joaquim Paula por Bruno Filipe de Brito”, 15 de outubro de 2020.

³⁵¹ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1940-50, *Carta de Agradecimento ao Governador Civil do Distrito de Lisboa*, Centro Cultural Azambujense de 6 de agosto de 1949.

³⁵² Cristina Cristóvão, “Entrevista a Cristina Cristóvão por Bruno Filipe de Brito”, 13 de outubro de 2020.

revelam-nos que a Filarmónica, por diversas fases até ao início da década de 1980, careciam de fardamentos, utilizando os músicos vestuário pessoal parcialmente.

Correspondência entre o C.C.A. e entidades da administração local e distrital³⁵³, juntamente com os livros de contas da Banda e o artigo presente no nº 208 de *O Meu Jornal*³⁵⁴, revelam-nos que a Banda sofreu uma paragem em 1967, voltando a ter atividade entre 1971 e 1973. O período de interrupção termina em 1975, através de uma Comissão Reorganizadora composta por António Paula e João Heitor, que, nestes anos, sustentaram os custos de manutenção do edifício onde estava sediada a Filarmónica com o seu próprio dinheiro, mesmo durante os anos em que não ocorreu atividade. Foi neste momento de reorganização da associação que entrou a primeira mulher na banda, Graça Coelho³⁵⁵.

Após novo interregno nos primeiros meses de 1978, a Banda Filarmónica de Azambuja foi alvo de uma nova reorganização, investindo, sobretudo, na reformulação da sua escola de Música. Entre 1975 e 1981, foi maestro Américo Borda d'Água³⁵⁶. Uma vez que também era maestro das bandas da Escola de Música da Casa do Povo de Aveiras de Baixo e da Sociedade Cultural e Recreativa de Vale da Pinta, muitos músicos exteriores integraram a banda do C.C.A. É neste período que a escola de Música da Banda ganha uma nova dinâmica, que se prolongará até meados da década seguinte, graças também a João Coelho, ao próprio maestro e ao seguinte, João Teófilo, bem como a monitores vindos da banda do Ateneu Artístico Vilafranquense. Constavam 239 sócios em 1976.

Durante a década de 1980, o C.C.A. viveu o seu auge, graças ao aumento do apoio autárquico, bem como a protocolos lavrados com o I.N.A.T.E.L. (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres), a F.P.C.C.R. (Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio), a S.E.C. (Secretaria de Estado da Cultura) e o F.A.O.J. (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis)³⁵⁷. Com estes

³⁵³ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1970, Pasta Correspondência Expedida.

³⁵⁴ “Centro Cultural Azambujense (Conversa com o seu Tesoureiro)”, in *O Meu Jornal*, nº208, p.4

³⁵⁵ Graça Coração, “Entrevista a Graça Coração por Bruno Filipe de Brito”, 19 de janeiro de 2021.

³⁵⁶ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1970; Américo Borda d'Água, “Entrevista a Américo Borda d'Água por Bruno Filipe de Brito”, 30 de novembro de 2021.

³⁵⁷ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Dossiês Institucionais.

protocolos, as finanças da associação estabilizaram e foi possível renovar o instrumental, datando grande parte dele do início do século, para instrumental no padrão de afinação “normal” (440 Hz). Os seus estatutos foram aprovados em 1982³⁵⁸. Após João Teófilo, foram regentes Pedro Simão, Paulo Garção e, de 1996 até ao final da década, João Borges³⁵⁹.

O contacto entre o vereador José Manuel Brás e o maestro Silva Dionísio, responsável artístico do I.N.A.T.E.L., levou à fundação, em 1985, de um projeto pioneiro em Portugal, a Banda-Escola Juvenil do Concelho de Azambuja. Esta banda era composta por jovens músicos de todo o concelho de Azambuja. Este agrupamento paralelo durou até ao final da década de 1990³⁶⁰. Apesar dos protocolos existentes, o C.C.A. apenas integra a F.P.C.C.R. em 1995 e o I.N.A.T.E.L. em 1997³⁶¹.



Figura 3: Espaço de ensaio da banda do Centro Cultural Azambujense em 2020. **Fonte:**

Foto pelo autor.

³⁵⁸ “Centro Cultural Azambujense”, in *Diário da República*, nº 221, III Série de 23 de setembro de 1982.

³⁵⁹ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Documentos 1990.

³⁶⁰ *Correio de Azambuja*, de 1986 a 1993, nºs 7 a 77; Cristina Cristóvão, “Entrevista a Cristina Cristóvão por Bruno Filipe de Brito”, 13 de outubro de 2020; Jorge Santos, “Entrevista a Jorge Santos por Bruno Filipe de Brito”, 29 de outubro de 2020; Bruno Madureira, *Maestro Silva Dionísio (1912-2000) e o contexto das bandas de música em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2019, pp. 166-7.

³⁶¹ Arquivo do Centro Cultural Azambujense, Dossiês Institucionais.

Conclusão

A existência de lacunas e imprecisões nos históricos é comum no meio associativo filarmónico, devido à falta de documentação e/ou a serem escritos com base em relatos de memória de músicos mais antigos, capacidade que é condicionada pela influência dos eventos presentes, por experiências posteriores e pelo desgaste da própria pessoa.

Tendo consciência das lacunas existentes nos históricos da Banda Filarmónica de Azambuja (nome que utilizamos para sintetizar todas as reformulações de que o agrupamento musical foi alvo), ao longo desta investigação procurámos fazer uma análise historiográfica da banda até meados da década de 1990 e retificar imprecisões. Para este estudo foi analisada bibliografia, recolhidas fontes escritas junto do Arquivo do Centro Cultural Azambujense, recolhidos testemunhos orais junto de músicos e antigos diretores da associação e recolhida informação em periódicos locais e regionais.

Este estudo sobre a Banda Filarmónica de Azambuja teve por objetivos compreender a data mais ancestral de existência da banda, entender as reorganizações que ocorreram no agrupamento musical, perceber os períodos de inatividade, bem como o desenvolvimento desta filarmónica.

O registo mais antigo sobre a existência da Banda Filarmónica de Azambuja coloca-a a 11 de dezembro de 1861, tendo participado a filarmónica da vila numa missa por alma do falecido rei D. Pedro V realizada na igreja matriz de Azambuja. Apesar deste dado, a data de fundação oficialmente assumida pelo Centro Cultural Azambujense é 21 de maio de 1901. Após uma análise exaustiva, entendemos que esta data, 21 de maio de 1901, indica uma reorganização de uma banda já existente, coincidindo com a primeira Feira de Maio de Azambuja (inicialmente uma feira de remonta de cavalos para o Exército) e a inauguração da primeira praça de toiros de Azambuja.

Adotando várias designações ao longo da sua existência, a banda foi denominada como Sociedade Filarmónica Azambujense durante a segunda

metade do século XIX, assim como após as reorganizações de 21 de maio de 1901, de 25 de novembro de 1904 e de 7 de dezembro de 1913. A 17 de maio de 1928 constituiu-se como Grupo Banda Musical, a 10 de novembro de 1931 como Banda dos Bombeiros Voluntários, a 19 de julho de 1947 como Banda Musical Azambuja e, a 13 de fevereiro de 1958 como Centro Cultural Azambujense, nome que mantém presentemente. Com as reformulações mudaram também os locais onde se sediou a banda, sendo o nº 151 da rua Victor Cordon o local onde permaneceu mais tempo (de 1947 a 1994).

As reorganizações da Banda foram o resultado de desentendimentos entre diretores associativos, músicos e dificuldades financeiras. Foi apenas durante a década de 1980 que a Banda Filarmónica de Azambuja conseguiu obter fardamento para todos os músicos, existindo relatos desde a década de 1940 de que vários músicos necessitaram de utilizar algumas peças de vestuário pessoal. Foi também na década de 1980 que o instrumental foi todo renovado para instrumentos em afinação “padrão” (440 *hertz*), datando algum do instrumental usado até então do início do século XX. A Banda obteve estabilidade financeira na década de 1980. O clima cultural favorável às bandas após o 25 de Abril levou ao apoio financeiro e logístico da Banda por várias instituições como o I.N.A.T.E.L., a F.P.C.C.R. e, a S.E.C., bem como à entrada de instrumentistas do sexo feminino na Escola de Música e nas fileiras da banda. A primeira mulher a entrar na banda foi Graça Coelho, passando a acompanhar o seu pai, João Coelho, após o regresso do grupo à atividade em 1975.

Foram três os períodos em que a banda se encontrou em inatividade: de 1967 a 1970; de 1973 a 1975 e durante os primeiros meses de 1978. Após estas inatividades, a banda viveu o seu auge durante a década de 1980 e, em 1985, integra um projeto pioneiro em Portugal criado pela Câmara Municipal de Azambuja em parceria com o I.N.A.T.E.L., a Banda-Escola Juvenil do Concelho de Azambuja (B.E.J.C.A.). Eram membros desta banda os jovens músicos de todo o concelho de Azambuja, funcionando, também, como escola de música. A B.E.J.C.A. durou até ao final da década de 1990. Foi, também, durante o final da

década de 1990 que a Banda Filarmónica de Azambuja, sob a designação de Centro Cultural Azambujense, se filiou na F.P.C.C.R. (1995) e no I.N.A.T.E.L. (1997).

A falta de documentação impossibilitou analisar a história da Banda anterior à década de 1940 de forma mais profunda. O estado de conservação de alguns documentos também não permitiu recolher algumas informações de forma detalhada, nomeadamente sobre os sócios e os instrumentistas.

Este estudo contribui não só para a história local da Banda Filarmónica de Azambuja, da vila e do concelho, mas também para a história do movimento associativo filarmónico na Lezíria Ribatejana e em Portugal até ao final do século XX.

Bibliografia

MADUREIRA, Bruno, *Maestro Silva Dionísio (1912-2000) e o contexto das bandas de música em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2019.

PEREIRA, José e NOBRE, Nuno, *Quotidianos, Recordar, Conhecer, Aprender*, Azambuja, Câmara Municipal de Azambuja/Museu Municipal de Azambuja – Sebastião Mateus Arenque, 2004.

Fontes Arquivísticas

Arquivo do Centro Cultural Azambujense:

Documentos 1940-50

Documentos 1970

Documentos 1980

Documentos 1990

Dossiês Institucionais

Fontes Orais

Américo Borda d'Água, “Entrevista a Américo Borda d'Água por Bruno Filipe de Brito”, 30 de novembro de 2021.

António Santos, “Entrevista a António Santos por Bruno Filipe de Brito”, 29 de outubro de 2020.

Cristina Cristóvão, “Entrevista a Cristina Cristóvão por Bruno Filipe de Brito”, 13 de outubro de 2020.

Joaquim Paula, “Entrevista a Joaquim Paula por Bruno Filipe de Brito”, 15 de outubro de 2020.

Jorge Santos, “Entrevista a Jorge Santos por Bruno Filipe de Brito”, 29 de outubro de 2020.

Periódicos

Correio de Azambuja: 1934-1937.

Correio de Azambuja: 1986-1995.

Diário de Lisboa, nº 286 de 16 de dezembro de 1861.

Notícias de Azambuja: 1956-1975.

O Meu Jornal: 1968-1972.

